

ISSN ELETRÔNICO: 1982-5269
ISSN IMPRESSO (ATÉ 2018): 2236-479X

revista **DEBATES**
REVISTA DE CIÊNCIA POLÍTICA

<https://seer.ufrgs.br/debates>
revistadebates@ufrgs.br

REVISTA DEBATES

ISSN 1982-5229

Revista editada pelo Núcleo de Pesquisa Sobre a América Latina (NUPESAL) em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS, como objetivo de constituir um espaço de debate e confronto sobre questões contemporâneas no âmbito das Ciências Humanas /Ciência Política, abordadas sob uma multiplicidade de perspectivas..

Ano 20, n2, mai/ago 2026, Porto Alegre, NUPESAL/UFRGS.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Reitora: Marcia Barbosa

Vice-Reitor: Pedro Costa

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Diretor: Hélio Ricardo do Couto Alves

Vice-Diretor: Alex Niche Teixeira

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Coordenadora: Maria Lúcia Moritz

Coordenadora-Substituta: Juliane Bento

NUPESAL

Coordenador: Marcello Baquero

Editor

Rodrigo Stumpf González, UFRGS

Editor Emérito

Marcello Baquero, UFRGS, Brasil

Editora Assistente

Jennifer Azambuja de Moraes, UFRGS, Brasil

Comissão Editorial Executiva

Rodrigo Stumpf González, UFRGS

Marcello Baquero, UFRGS, Brasil

Henrique Carlos de Oliveira de Castro, UFRGS

Conselho Editorial

Aaron Schneider, University of Denver, Estados Unidos da América

Adriana Chiroleu, Universidad Nacional de Rosario, Argentina.

Adriano Codato, UFPR, Brasil

Alfredo Ramos Jiménez, Universidad de Los Andes, Venezuela

Arnaud Sales, Université de Montréal, Canadá

Asimina Christoforou, Athens University of Economics and Business,

Grécia

Benjamin Goldfrank, Seton Hall University, Estados Unidos da América

Carlos Mello Moyano, IMUR, Uruguai

Eduardo Vizer, Universidad de Buenos Aires

Gabriel Eduardo Vitullo, UFRN, Brasil

José Álvaro Moisés, USP, Brasil

Julian Borba, UFSC, Brasil

Luca Andriani, Birkbeck University of London

Manuel Alcántara, Universidad de Salamanca, Espanha

Maria Tereza Sirvent, Universidade de Buenos Aires, Argentina

Mario Fuks, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Miguel Angel López Varas, Universidad de Chile, Chile

Patricio Valdivieso, Universidad de los Lagos, Chile

Rafael Antônio Duarte Villa, USP, Brasil

Rosana Katia Nazzari, UNIOESTE, Brasil

Vicente Palermo, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Secretaria executiva: Alexsander Dugno Chiodi e Felipe Silva Milanezi

Equipe Técnica: Talissa Barcelos Rosário e Henrique Rael

Revista eletrônica, de acesso aberto, disponível em: www.seer.ufrgs.br/debates e em suas bases indexadoras.

NUPESAL | PPG Ciência Política | UFRGS

E-mail: revistadebates@ufrgs.br

Publicação quadrimestral / Triannual publication

© 2026, NUPESAL/UFRGS

revista **DEBATES**
REVISTA DE CIÊNCIA POLÍTICA

ISSN 1982-5269 versão eletrônica
Edição quadrimestral, volume 20, nº 2, 2026



Núcleo de Pesquisa sobre América Latina / UFRGS

Versão digital disponível em:

SEER UFRGS: <http://www.seer.ufrgs.br/debates>

Portal de Periódicos da UFRGS: <http://www.periodicos.ufrgs.br/>

Indexadores:

Latindex

Sumarios de Revistas Brasileiras

DOAJ - Directory of Open Access Journals

Worldwide Political Science Abstracts

Google Academic

Diadorim

LatinRev

Oasisbr

LA Referencia

RCAAP

Apoio:



DEBATES de NUPESAL | UFRGS está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

Baseado no trabalho disponível em www.seer.ufrgs.br/debates.

Podem estar disponíveis autorizações adicionais às concedidas no âmbito desta licença em www.seer.ufrgs.br/debates.

2026, NUPESAL | UFRGS

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

7

DOSSIÊ

Padrões de apoio à extrema direita na Espanha:

A decisão de voto no partido Vox

Patterns of support for the far right in Spain:

The decision to vote for the Vox party

Helcimara Telles, Diego Prata & Rafael Fonseca

11

O fator TV: a televisão na ascensão da extrema direita global

The TV factor: television and the rise of the global far right

Janaine Aires, Ederson Costa & Claviano Nascimento

52

As CPACS e as redes transnacionais das direitas radicais:

Circulação ideológica e ecologias digitais (2024–2025)

CPACs and the transnational networks of the radical right:

Ideological circulation and digital ecologies (2024–2025)

Ramon Fernandes Lourenço & Tereza Maria Spyer Dulci

75

Echoes of the Tea Party Movement: Programmatic convergence and divergence within the new Latin American right

*Ecos do Movimento Tea Party: Convergências e divergências programáticas na
nova direita latino-americana*

Thomas Kestler

97

Democracia delegativa más allá de América Latina: Un marco analítico para la extrema derecha contemporánea en perspectiva comparada

*Delegative democracy beyond Latin America: An analytical framework for the
contemporary far-right in comparative perspective*

Ever Josué Fuentes Guevara

118

A geografia eleitoral do Partido dos Trabalhadores nas eleições municipais (2000–2024): Expansão, consolidação e retração territorial

The electoral geography of the Workers' Party in Brazilian municipal elections (2000–2024): Expansion, consolidation and territorial retrenchment

Vinícius R. Boniolo, Alex M. de Campos & Aldenor da S. Ferreira

138

A sustentabilidade das instituições participativas e a desdemocratização neoliberal de regimes políticos locais

The sustainability of participatory institutions and the neoliberal dedemocratization of local political regimes

Luciano Fedozzi

160

Neo-reactionary futurism: Techno-utopianism and the far right's past-future nexus

Futurismo neorreacionário: Tecnoutopianismo e o nexo passado-futuro da ultradireita

Lucas Sudbrack

181

Retribuições e trajetórias: Motivações de filiados antigos e novos no Partido dos Trabalhadores

Rewards and trajectories: Motivations of long-standing and new members in the Brazilian Workers' Party

Éder R. Gimenes, Filipe V. Faeti, José R. Paludo & Julian Borba

203

APRESENTAÇÃO

A EXTREMA DIREITA EM PERSPECTIVA COMPARADA - VOL. II

Silvana Krause
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

João Feres Júnior
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Wolfgang Muno
Universidade de Rostock

A Ciência Política tem se debruçado intensivamente sobre a emergência da extrema direita no século XXI. Diferentemente do processo de democratização, cujas ondas ocorreram em temporalidades distintas ao longo dos séculos XIX e XX, agora parece que estamos diante de um fenômeno global, pois, ainda que se manifeste com distintas características, ele hoje afeta tanto as chamadas democracias consolidadas quanto as jovens, se estendendo por todas as regiões do planeta e afetando comunidades políticas com distintas trajetórias, culturas e perfis sociodemográficos.

A chamada de propostas de artigos para o dossiê “Extrema Direita em perspectiva comparada” confirmou a crescente importância de pesquisas na área com um leque diverso de análises e preocupações. Recebemos, nós organizadores do dossiê, um volume muito significativo de propostas, e os editores da *Revista Debates* acharam por bem dividir o dossiê em dois números, o que permitiu a publicação de um maior número de contribuições.

Este é o segundo número com 5 artigos, contemplando temas que focam nas dimensões que fundamentam a extrema direita: a identificação do perfil dos eleitores, as razões do voto e as janelas de oportunidade para a emergência e desenvolvimento do fenômeno. Além da demanda, este volume também contribui com análises que discutem a diversidade e heterogeneidade da extrema direita, suas lógicas e dinâmicas de funcionamento.

Este segundo número inicia com um estudo de caso de Helcimara Telles, Diego Prata e Rafael Fonseca sobre os eleitores do partido de extrema direita espanhola, VOX, na eleição nacional de 2023, quando a legenda se torna a terceira força de representação parlamentar no país. Ao analisar e testar variáveis que identificam e motivam o eleitor do VOX (perfil sociodemográfico, política/ideologia, agenda de costumes, polarização afetiva), o estudo aponta o posicionamento ideológico à direita como a variável de maior impacto na formatação do eleitor e decisão de voto na legenda da extrema direita.

A seguir temos Janaine Aires, Ederson Levi Rodrigues da Costa e Claviano Nascimento, autores de um estudo comparado de estratégias comunicacionais de líderes da extrema direita em quatro países: Donald Trump (EUA), Javier Milei (Argentina), Jair Bolsonaro (Brasil) e Viktor Orbán (Hungria). A preocupação central dos autores é analisar o impacto da televisão aberta como fomentadora do retrocesso dos regimes democráticos. São utilizadas quatro categorias para comparar as lideranças da extrema direita: o perfil midiático em período pré e pós-eleitoral da liderança, o formato televisivo, o modelo de governança informacional, a regulação e o poder midiático-empresarial, e a articulação transnacional de repertórios comunicacionais. O destaque central do artigo é apontar que, mesmo com a ascensão da comunicação digital, a televisão na estratégia das lideranças da extrema direita não pode ser desconsiderada, tanto para sua emergência e ascensão quanto sua manutenção.

O terceiro artigo, por sua vez, analisa o processo de transnacionalização e globalização da extrema direita. Ramon Fernandes Lourenço e Tereza Maria Spyder Dulci observam especificamente a articulação das conferências da *Conservative Political Action Conferences* (CPACs) realizadas nas Américas. Os autores apresentam os princípios e mecanismos que mobilizam e articulam a extrema direita na formação de uma perspectiva de coesão e ação transnacional. São utilizadas como base de dados os sites oficiais dos CPACs e aplicada a técnica de *snowball sampling* (amostragem em bola de neve). Em todos os períodos examinados foi verificada a recorrência de *clusters* que articulam repertórios morais, atores políticos e instituições de orientação conservadora. A persistência desses agrupamentos sugere a conformação de um núcleo discursivo relativamente estável, responsável por estruturar, ordenar e conferir coerência à circulação de sentidos no interior desse ecossistema político.

O artigo de Thomas Kestler é uma importante contribuição com o objetivo de sistematizar as distinções, semelhanças e aproximações dos movimentos dentro do espectro da direita no continente latino-americano. A proposta é analisar comparativamente os perfis programáticos de oito lideranças na região. As diversidades das correntes da direita, nomeadas pelo autor como “populismo de direita”, são medidas e identificadas a partir de indicadores. Com a metodologia comparada, foi possível destacar a heterogeneidade do fenômeno. O artigo aponta para uma improvável durabilidade de extrema-direita no continente, dada sua dificuldade de construção de uma coesão consistente fundamentada em uma hegemonia programática com maior homogeneidade.

Por último, temos o artigo de Ever Josué Fuentes Guevara, que parte do conceito de democracia delegativa de Guillermo O'Donnell, desenvolvido no início dos anos 90, para comparar diferentes casos da extrema direita (Brasil, Argentina, EUA e Espanha). Ao aplicar a metodologia de análise de conteúdo, documental e institucional, são observadas três variáveis: concentração de poder no Executivo, horizontalidade e independência do Poder Judiciário e órgãos de controle, e desintermediação comunicacional e comunicação plebiscitária do Poder Executivo. A preocupação central do autor é demonstrar a capacidade do modelo teórico-analítico de O'Donnell para compreender o fenômeno contemporâneo da emergente extrema direita e a crise dos regimes democráticos no século XXI, aplicável para casos em diferentes continentes.

Este número conta, ainda, com quatro artigos livres: “A geografia eleitoral do Partido dos Trabalhadores nas eleições municipais (2000–2024): Expansão, consolidação e retração territorial”, de Vinícius Rainer Boniolo, Alex Marcelo de Campos e Aldenor da Silva Ferreira; “A sustentabilidade das instituições participativas e a desdemocratização neoliberal dos regimes políticos locais”, escrito por Luciano Joel Fedozzi; “Neo-reactionary futurism: Techno-utopianism and the far-right's past-future nexus”, de Lucas Sudbrack; e “Retribuições e trajetórias: Motivações de filiados antigos e novos no Partido dos Trabalhadores”, de autoria de Éder Rodrigo Gimenes, Filipi Vicentini Faeti, José Roberto Paludo e Julian Borba.

Nós, organizadores do dossiê, agradecemos as contribuições dos autores e apoio dos editores da Revista Debates. São, sem dúvida, importantes aportes para o enriquecimento do projeto PROBAL (Programa Brasil–Alemanha/CAPES–DAAD): “A Extrema–Direita na Alemanha e no Brasil: uma análise histórica e comparada”, do qual somos membros ativos.

Os Organizadores

Silvana Krause
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

João Feres Júnior
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Wolfgang Muno
Universidade de Rostock

DOSSIÊ

PADRÕES DE APOIO À EXTREMA DIREITA NA ESPANHA: A DECISÃO DE VOTO NO PARTIDO VOX

*PATTERNS OF SUPPORT FOR THE FAR
RIGHT IN SPAIN: THE DECISION TO
VOTE FOR THE VOX PARTY*

Helcimara Telles* 

Diego Prata** 

Rafael Fonseca*** 

* Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Ciência Política, Belo Horizonte, MG, Brasil.

mara-telles@ufmg.br

** Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Ciência Política, Belo Horizonte, MG, Brasil.

diegopmelo@hotmail.com

*** Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Ciência Política, Belo Horizonte, MG, Brasil.

rafaelc.fonseca88@gmail.com

RESUMO

Este artigo analisa quem são, o que pensam e por que votaram os eleitores do Vox nas eleições espanholas de 2023. O estudo utilizou dados do Centro de Estudios Murciano de Opinión Pública, da Universidade de Murcia, incluindo informações sobre aspectos sociodemográficos, políticos e atitudes dos eleitores. De acordo com os modelos estatísticos elaborados, o apoio ao Vox está primordialmente vinculado ao posicionamento ideológico à direita, enquanto atitudes referentes à imigração e questões culturais atuam como fatores complementares na explicação do comportamento eleitoral. Os resultados também indicam que variáveis como religião, polarização afetiva e atitudes autoritárias apresentam relevância reduzida nas dimensões abordadas.

Palavras-chave: Espanha; Direita Radical; Partidos; Vox; Comportamento Eleitoral.

ABSTRACT

This article looks at who Vox voters are, what they think, and why they voted for the party in the 2023 Spanish elections. The study used data from the Centro de Estudios Murciano de Opinión Pública, from the University of Murcia, including information on sociodemographic and political aspects and attitudes of voters. According to the statistical models developed, support for Vox is primarily linked to right-wing ideological positioning, while attitudes regarding immigration and cultural issues act as complementary factors in explaining electoral behavior. The results also indicate that variables such as religion, affective polarization, and authoritarian tendencies have little influence in the dimensions addressed.

Keywords: Spain; Radical Right; Parties; Vox; Electoral Behavior.

INTRODUÇÃO¹

Este artigo analisa o eleitorado que escolheu o partido Vox, de direita radical, nas eleições nacionais de 2023 realizadas na Espanha. O objetivo é o de verificar as razões do voto na legenda. O êxito desse partido como uma terceira força da Espanha, país predominantemente adepto à democracia (WVS), estimulou pesquisas, incluindo revisões bibliográficas, análise de discurso e dados de opinião (Ragievicz, 2023; Torcal, 2023; Arroyo Menéndez, 2021; Acha, 2021; Ferreira, 2019; Zanotti; Rama, 2021). O manuscrito visa contribuir para essa literatura ao apresentar um panorama sobre o perfil sociodemográfico, atitudinal e político do eleitorado do Vox, bem como as motivações para a escolha dessa legenda a partir da lembrança do voto nas eleições de 2023.

Analisar o eleitorado do Vox é essencial para compreender o fortalecimento da extrema direita na Europa, os impactos políticos na Espanha e as possíveis consequências para a democracia e a estabilidade regional da União Europeia. A relevância da pesquisa sobre o Vox está relacionada a inúmeros fatores: (1) o crescimento da extrema direita na Europa é percebível, sendo o Vox um exemplo do avanço desse segmento político, especialmente em países com histórico de autoritarismo, como a Espanha; (2) o Vox vem exercendo influência significativa na política espanhola, de maneira especial em temas relativos à imigração, identidade nacional e à relação com a Catalunha; (3) destaca-se o discurso anti-imigração e nacionalista defendido pelo partido, que encontra eco em setores da sociedade espanhola; (4) a trajetória histórica da Espanha, marcada por períodos de ditadura e posterior transição para a democracia, contribui para críticas ao Vox quanto às suas posições consideradas autoritárias e nostálgicas em relação ao regime de Franco; (5) no âmbito europeu, o Vox manifesta oposição à integração e advoga pela possibilidade de saída da Espanha da União Europeia (UE).

Nos últimos vinte anos, houve um aumento no número de democracias ao redor do globo. No entanto, em 2020, a quantidade de países considerados não democráticos atingiu seu patamar mais elevado dos últimos 15 anos (Freedom House, 2021). Diversas democracias consolidadas passaram por intensas crises políticas e institucionais (Mainwaring; Pérez-Liñán, 2023; Levitsky; Ziblatt, 2018; Mair, 2017; Diamond, 2015), contexto no qual o avanço de partidos e movimentos de extrema direita despontou como uma das mudanças mais significativas. Esse cenário tem despertado o interesse de estudiosos de áreas como ciência política, sociologia e história, campos que frequentemente direcionam suas análises à dinâmica partidária e eleitoral.

O ressurgimento dos grupos de extrema direita representa uma transformação relevante nas democracias europeias e tem motivado investigações que abordam sobretudo as dinâmicas dos partidos e eleições. Grupos insurgentes ganharam destaque no sistema político europeu, influenciando pautas nacionais, ocupando

¹Agradecemos às sugestões dos pareceristas anônimos e à leitura detalhada realizada por Antonio Lavareda que também nos ofereceu pistas para o aperfeiçoamento do artigo. Posto isso, os resultados e erros são de nossa inteira responsabilidade.

cargos institucionais e pressionando legendas democráticas a adotarem suas ideias (Ignazi, 2003). Partidos de extrema direita ampliaram sua presença eleitoral em legislativos e em governos de coalizão, enquanto movimentos autoritários e xenófobos tornaram-se comuns e institucionalizados. A extrema direita, de fato, passou por mudanças em três direções principais: ideologia, estratégia e organização (Marchi; Caiani; Bulli, 2011).

A extrema direita cresceu consideravelmente em diversas democracias da Europa Ocidental. Esse avanço ocorreu tanto em eleições, com maior influência nos parlamentos e até mesmo participação no governo, como também por meio do fortalecimento de organizações fora da esfera parlamentar (Mudde, 2007; Koopmans *et al.*, 2005; Norris, 2005; Carter, 2005). Os partidos e movimentos da extrema direita direcionam suas críticas para diferentes “inimigos”, como a integração europeia, a imigração, a implementação do Euro, o aumento do desemprego e as políticas sociais e econômicas adotadas pelos partidos tradicionais.

Na Hungria, sob a liderança de Viktor Orbán, o Fidesz representa essa tendência, que esteve no poder desde 2010, mas perdeu as eleições de 2026. O governo de Orbán adotou políticas ultranacionalistas e autoritárias, tais como a implementação de reformas constitucionais destinadas a centralizar o poder, a restrição das liberdades da imprensa e da sociedade civil, e uma postura rígida contra a imigração, em defesa da “democracia iliberal”. O partido Lei e Justiça (PiS), de perfil ultraconservador, governou a Polônia por dois mandatos, promovendo valores católicos e políticas sociais, frequentemente em tensão com a União Europeia devido a reformas judiciais controversas. O PiS é um dos exemplos dessa normalização, pois governou dentro das instituições, mas pressionou normas liberais e deslocou o centro político para a direita (Levitsky; Ziblatt, 2018). A Alternativa para a Alemanha (AfD) se consolidou como uma força política ao crescer em popularidade, atraindo eleitores frustrados principalmente com a política de imigração pós-crise de 2015. Com uma plataforma anti-imigração e eurocética, o partido alemão contesta normas políticas e conquista apoio tanto no leste quanto no oeste do país.

Na Europa Mediterrânea, França, Itália e Espanha, a extrema direita ganhou destaque. Na França, o Reunião Nacional (RN), liderado por Marine Le Pen, tornou-se um partido relevante ao defender protecionismo, restrições à imigração e identidade nacional, além de críticas às elites e à União Europeia. Como demonstrou Nonna Mayer (2018), essa normalização não implicou uma moderação ideológica substantiva, mas uma reformulação discursiva e organizacional que tornou o partido atrativo para os eleitores, sobretudo nos grupos de operários, antes eleitorado socialista. Na Itália, o Fratelli d'Italia ascendeu como principal força, levando Meloni ao cargo de Primeira-Ministra. O partido reúne nacionalismo, conservadorismo social e euroceticismo com pragmatismo econômico e político, consolidando a extrema direita no poder.

A retórica antielite, antiliberal e nacionalista passou a integrar o discurso político europeu e do Vox. Na Espanha, a transição política da ditadura franquista para a democracia foi caracterizada pela negociação entre elites. Ao invés de uma ruptura,

foi adotada uma reforma consensual, que definiu a dinâmica política, inclusive durante debates intensos. Contudo, a percepção positiva da democracia foi sendo gradualmente reduzida, o que coincidiu com a queda da confiança da opinião pública sobre as instituições, e o país viu avançar o eleitorado de ultradireita. A fundação do Vox e sua posterior entrada no Legislativo gerou incertezas sobre a cultura política democrática espanhola.

Desde a década de 1970, vigia no sistema espanhol um bipartidarismo imperfeito (Melo, 2021), representados pelo PP (Partido Popular), de direita, e PSOE (Partido Socialista Obrero Español), esquerda. Entretanto, observa-se a partir de anos 2000 o aumento da volatilidade eleitoral e da fragmentação partidária, evidenciando a redução do apoio ao PP e ao PSOE, bem como o surgimento de novos partidos à esquerda e à direita do espectro político, como Podemos, Ciudadanos e Vox (Lupato; Ruiz; Medero, 2020; Kitschelt, 1996), além de intensificação da polarização ideológica.

Fundado em dezembro de 2013 como dissidência do PP por membros conservadores e visando “reunir o voto da direita desencantada” (Garcia, 2014), Vox concorreu pela primeira vez nas eleições europeias de maio de 2014. A crise do PP por corrupção levou à queda de Mariano Rajoy em 2018, via moção de censura, e à ascensão do PSOE com apoio de esquerdas e independentistas. O Vox se tornou crucial para as alianças do PP, sendo um parceiro estratégico na formação de governos locais: “[...] o Partido Popular conseguiu, graças aos seus pactos com o Vox, tornar aceitável uma força que antes era absolutamente marginal e tinha uma espécie de cordão sanitário democrático” (Fumanal, 2023). A influência do Vox levou o PP a endurecer posições, como em imigração, e o enfraquecimento das barreiras contra o discurso extremista facilitou a disseminação de ideias de extrema direita.

Nas eleições municipais de 2019, o Vox recebeu 813.282 votos, conquistou 529 vagas de vereador e obteve cinco maiorias absolutas. O partido apresentou crescimento rápido, ampliando sua base de filiados e alcançando eleitores em regiões tradicionalmente controladas pelos socialistas, como a Andaluzia. Após as eleições gerais de 2023, mesmo com queda na quantidade de votos, o Vox manteve-se relevante nas articulações políticas e permanece como a terceira principal força eleitoral da Espanha. A sigla também ampliou seu espaço entre eleitores que antes apoiavam PP e PSOE. Em julho de 2025, segundo o instituto 4oD, a estimativa de votos do Vox aumentou de 12,4% em 2023 para 17,4%. Essa intenção de votos e o enraizamento social do Vox surpreendeu os analistas.

A posição socioeconômica, a religião, a influência da família e a situação interna da nação, os sentimentos conscientes a respeito dos partidos, dos problemas em debate e dos candidatos são os elementos determinantes mais imediatos do comportamento eleitoral. Essas forças interferem entre os posicionamentos sociológicos mais gerais entre o eleitor e o seu voto. As respostas que explicam a decisão eleitoral se inserem em diversas correntes do comportamento político, como as escolas sociológica, psicológica, escolha racional e a teoria dos valores, bem como questões conjunturais.

Essas abordagens oferecem uma comparação entre o impacto das clivagens sociais, incluindo características socioeconômicas e demográficas do eleitorado, atitudes políticas de curto prazo (como opiniões sobre candidatos) e de longo prazo (posicionamento ideológico e identificação partidária), a abordagem da “Escola de Michigan”, além da “votação econômica” – avaliações momentâneas sobre a economia. Outras teorias consideram ainda as eleições como um referendo sobre valores sociopolíticos, a importância de divisões entre os partidários e mecanismos de intermediação política, isto é, fluxos de informação por meio de associações secundárias, interações presenciais e mídia, compondo variáveis relevantes para a compreensão do comportamento político.

Por que o eleitor votou no Vox? A partir das teorias citadas, para compreender os fatores que influenciaram o apoio ao partido, utilizamos a memória de voto nas eleições de 2023 como variável dependente. Entretanto, nossa base de dados não inclui todas as variáveis capazes de explicar plenamente o comportamento eleitoral. Diante dessas limitações, analisamos alguns aspectos que poderiam influenciar o voto no Vox. Elementos sociodemográficos, ideológicos, identitários (como o nativismo e a religião), partidarismo negativo, independentismo catalão, autoritarismo e polarização afetiva. Além disso, consideramos temas pós-materialistas, exemplificados pelo apoio ou rejeição à Lei de Igualdade para pessoas transgênero. A *Lei Trans* (Lei 4/2023, de 28 de fevereiro) é atualmente central no debate político espanhol e responsável por intensificar a polarização do eleitorado, fenômeno conhecido como reação cultural (*cultural backlash*). Essa legislação tornou-se um ponto de controvérsia, com o foco principal da polarização recaindo sobre o conflito entre os princípios de autonomia individual e as preocupações levantadas por setores do movimento feminista (*gender-critical feminism*).

Outro fator para o apoio ao Vox nas eleições de 2023 seria a adesão crescente da juventude espanhola à extrema direita. Desiludidos com o *establishment* e promessas não cumpridas, jovens eleitores são seduzidos pela retórica polarizadora e pelas soluções simplistas. Esse apelo é potencializado por dificuldades econômicas, como o desemprego e a precariedade do trabalho, e por falhas políticas percebidas. A extrema direita cultiva essa insatisfação, atribuindo a crise a imigrantes e minorias, e oferecendo em troca a promessa de “ordem” e “prosperidade” nacional. Todos os pontos acima levantados foram operacionalizados empiricamente através de perguntas que se tornaram indicadores para cada um deles, como será explicado nas seções correspondentes.

A primeira seção deste artigo, dividido em quatro partes, oferece uma visão geral das principais tipologias e da diversidade da extrema direita europeia. Posteriormente, são examinadas as crises e o sistema eleitoral espanhol, identificando os fatores que contribuíram ou dificultaram o crescimento da extrema direita e detalhando os elementos centrais do programa político do partido Vox. Na sequência, analisam-se as especificidades políticas e o perfil do eleitorado do Vox. Por fim, discutem-se as razões predominantes para a escolha pelo Vox nas eleições de 2023, considerando variáveis socioeconômicas e políticas extraídas das correntes sobre o comportamento eleitoral.

Para tanto, utilizam-se distribuições de frequência e índices como o DIPA (*Differences in Interparty Affect*), elaborado por pesquisadores do CEMOP (Centro de Estudios Murciano de Opinión Pública) e que avalia a polarização afetiva. O artigo apresenta um modelo binomial *logit*, com variáveis de controle sociodemográficas e políticas, tendo como variável dependente o voto no Vox (1 = Vox, 0 = outros partidos). Entre os métodos empregados, destacam-se a Análise Fatorial Exploratória (AFE) para construção de índices de autoritarismo e nativismo, além da inclusão de termos polinomiais.

A fonte dos dados é uma pesquisa recente realizada após o processo eleitoral de 2023. Como inovação metodológica, foram incorporadas ao questionário abordagens relativas a pautas culturais, como o tema da transgeneridade, operacionalizadas como indicadores de questões pós-materialistas no modelo desenvolvido. Os dados analisados derivam de uma pesquisa nacional representativa do eleitorado espanhol, composta por 1.239 entrevistas telefônicas conduzidas entre 27 de maio e 6 de junho de 2024, com nível de confiança de 95,5% (dois sigmas) e $P = Q$. O erro estimado é de $\pm 2,8\%$ para toda a amostra, considerando a premissa de amostragem aleatória simples.

TIPOLOGIA E DIVERSIDADE DA EXTREMA DIREITA EUROPEIA

Após a Segunda Guerra Mundial, a Europa passou por quatro ondas de democratização: o declínio da extrema direita (1945–1955), formação de partidos nativistas (1956–1980) e oposição à Nova Esquerda (1980–2000). No século XXI, partidos da direita radical chegaram ao poder em países como Hungria, Turquia e Polônia. Enquanto rejeitam aspectos liberais da democracia, não a negam totalmente. A ascensão da extrema direita, complexa de classificar devido à diversidade de posições e antagonismos políticos, reflete fundamentos ideológicos e organizacionais variados. Seu surgimento liga-se a crises econômicas e transformações políticas, incluindo o descontentamento com partidos, especialmente os de esquerda, vistos como falhos em demandas sociais, e a cartelização dos partidos tradicionais, focados em elites e governos, em detrimento da representação (Telles, 2025; Dalton; Farrell; McAllister, 2011). Além disso, a globalização e o neoliberalismo (Miguel, 2025) potencializaram a extrema direita e promoveram um resgate identitário e medos sobre a influência estrangeira, intensificando o nacionalismo.

O termo “extrema direita” definia novos partidos à direita dos conservadores e democratas-cristãos (Ignazi, 2003; Mudde, 2007). Mudde, que inicialmente defendia a expressão, mudou de posição, considerando a “extrema direita” e a “direita radical” como uma mesma família política. Pippa Norris (2005) acrescentou que a extrema direita não somente se opõe à democracia, mas também tende a cometer crimes de ódio e violência, como vandalização de locais de culto, assédio a imigrantes e agressões a minorias por grupos neonazistas. Dalton, Farrell e McAllister (2011) discutem as clivagens que dão origem às novas famílias

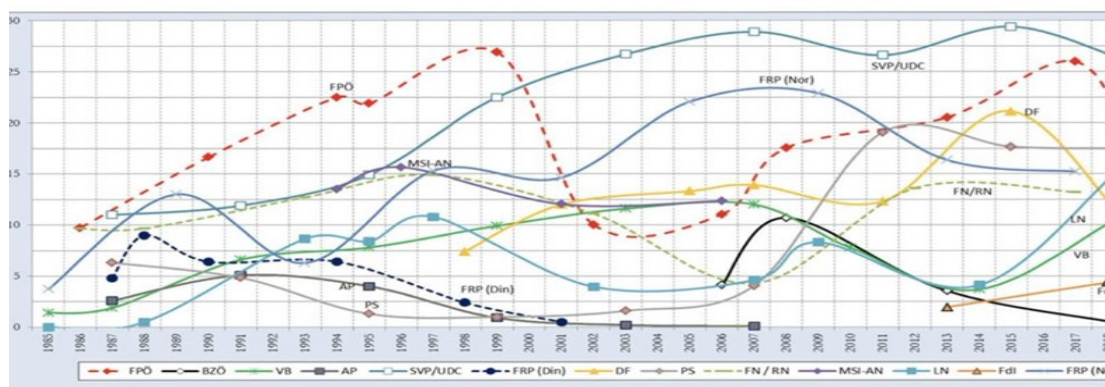
de partidos. Eles sugerem que a rejeição à migração, mais do que os modelos de estado e economia, constitui o núcleo principal da extrema direita

O que caracteriza a família de extrema-direita é uma combinação de nacionalismo e xenofobia (nativismo) e uma abordagem autoritária da política e da ordem social (Ferreira, 2019). A direita radical na Europa rejeita alguns aspectos da democracia liberal, mas não o sistema democrático como um todo (radicalismo versus extremismo), e compartilha uma visão não igualitária do mundo (direita), enquanto grupos de ultradireita querem substituir o regime atual por alternativas autoritárias.

A família política da extrema direita na Europa caracteriza-se por diversidade interna, abrangendo desde partidos abertamente fascistas e neonazistas, como o Aurora Dourada, da Grécia, até agrupamentos inseridos na direita radical. Essa heterogeneidade reflete a multiplicidade de trajetórias, bases sociais e estratégias adotadas por esses partidos no contexto europeu contemporâneo. Internamente, os partidos da extrema direita se distinguem também por suas agendas específicas. Entre os principais eixos de diferenciação, destacam-se a defesa de políticas neoliberais, o antissemitismo e a promoção de valores tradicionais. Essas agendas não são homogêneas entre si, o que contribui para a complexidade e a variedade de posicionamentos dentro do espectro da extrema direita europeia.

Gráfico 1 – Percentual de voto em eleições parlamentares de “antigos” partidos de ultradireita

Gráfico 1. Porcentaje de voto en elecciones parlamentarias de «antiguos» partidos de ultraderecha



Nota: para los nombres de los partidos, consultar el Anexo.

Fonte: European Election Database (www.nsd.uib.no); Political Data Yearbook

www.politicaldatayearbook.com); PARLINE database on national parliaments (www.ipu.org/parline-e-arlinesearch.asp); www.parties-and-elections.eu.

Fonte: Acha (2021, p. 22).

Ferreira (2019) propõe uma tipologia que permite distinguir, de forma sistemática, entre direita radical, ultradireita e conservadorismo, a partir de variáveis-chave. Para cada uma dessas correntes, são identificados elementos essenciais à sua definição, enquanto outros fatores são considerados secundários. Elementos assinalados com hífen (-) são considerados irrelevantes para a distinção entre essas

categorias, permitindo uma análise mais precisa das diferentes manifestações da extrema direita europeia. A classificação pode ser vista na Tabela 1.

Esse método possibilita uma análise mais rigorosa e comparativa das diferentes expressões da extrema direita no contexto europeu, contribuindo para clarificar as suas fronteiras ideológicas e organizacionais. Na prática, essa abordagem facilita a compreensão das nuances entre partidos que, embora próximos no espectro político, se diferem em termos de nacionalismo, nativismo, autoritarismo e outras variáveis estruturantes. Assim, a sistematização de Ferreira permite identificar padrões e especificidades, auxiliando na investigação acadêmica e no debate público sobre a pluralidade da extrema direita europeia.

Tabela 1 – Características e classificação da extrema direita e do conservadorismo

Características	Direita Radical	Ultradireita	Conservadorismo
Nacionalismo	SIM	SIM	SIM
Nativismo	SIM	SIM	NÃO
Autoritarismo	SIM	SIM	SIM
Antidemocracia	NÃO	SIM	NÃO
Populismo	–	–	–
Valores tradicionais	–	–	SIM
Neoliberalismo	–	–	SIM

Fonte: Ferreira (2019, p. 84).

A produção acadêmica destaca que dois traços fundamentais permeiam os movimentos da direita radical e extrema: autoritarismo e nativismo (Acha, 2021; Ferreira, 2019; Lowi, 2015; Mudde, 2022). O autoritarismo se manifesta por meio de uma defesa de ordens rígidas e, em alguns casos, pela valorização de regimes ditatoriais. Essa postura autoritária está diretamente ligada à ideia de controle social, restrição de liberdades e imposição de regras severas, com a justificativa de garantir segurança e estabilidade.

O nativismo, por sua vez, é composto pela união entre nacionalismo e xenofobia. No contexto da extrema direita, o nacionalismo assume um caráter predominantemente étnico, priorizando a homogeneidade cultural e excluindo elementos considerados externos ou ameaçadores à identidade nacional. Assim, a xenofobia surge como um componente central, sendo incorporada à defesa de fronteiras fechadas e à rejeição de grupos estrangeiros ou minorias culturais. De acordo com Mudde (2022), a extrema direita articula xenofobia e autoritarismo em seu discurso e prática política. A defesa de fronteiras fechadas, associada

à promoção de uma ordem social rígida, evidencia a tendência de exclusão e intolerância, legitimando medidas autoritárias sob a justificativa de proteção nacional e preservação dos valores considerados tradicionais.

Outra característica predominante nas novas direitas seria o populismo. Embora o populismo seja frequentemente definido pela oposição entre “povo” e “elites”, ainda há debates sobre a importância dessa característica. Segundo Rydgren (2017), o populismo seria menos central do que o etnonacionalismo, enquanto Lowy (2015) sugere que o conceito pode ser utilizado tanto para encobrir tendências autoritárias quanto para desqualificar críticas legítimas. Em contrapartida, Zanotti e Rama (2021) argumentam que, mesmo não sendo necessariamente incompatível com a democracia, o populismo desafia princípios liberais, tornando-se relevante no contexto da atual crise política². Por fim, na perspectiva de Urbinati (2019), a autora argumenta sobre a impossibilidade de uma democracia sem fundamentos liberais, e interpreta ataques a direitos civis e políticos como manifestações autoritárias.

Uma das hipóteses para a ascensão da extrema direita está diretamente relacionada ao aumento da polarização afetiva na sociedade. Esse fenômeno não se restringe apenas à identificação partidária, mas também abrange questões específicas, caracterizando o que se denomina polarização temática (Telles; Camargos, 2024). Temas pós-materialistas, como valores morais e culturais, contribuem para intensificar essas divisões, sendo frequentemente explorados por partidos para ampliar o engajamento de seus apoiadores (Telles; Camargos, 2024; Martínez, 2024a; Norris; Inglehart, 2019; Silva, 2014; Villapana, 2014). Por outro lado, o avanço da extrema direita estaria mais vinculado às reações identitárias do que a fatores econômicos (Tostes, 2023). A defesa de valores que reforçam a identidade nacional, somada ao contexto de polarização, favoreceria o crescimento desses movimentos. Ainda assim, elementos como classe social e religião permanecem influenciando o comportamento eleitoral, demonstrando que fatores tradicionais continuam relevantes no processo de decisão do voto (Elff, 2007).

CRISES E SISTEMA ELEITORAL ESPANHOL: OPORTUNIDADES PARA A DIREITA RADICAL

A criação de novos partidos políticos resulta de fatores institucionais, como mudanças no regime ou regras eleitorais, e comportamentais, como transformações sociais e crises. Ambos abrem espaço para partidos desafiantes. Fatores de curto prazo vêm sendo considerados impulsionadores relevantes das alterações no sistema político (Kriesie *et al.*, 2008; Hooghe; Marks, 2017; Lago; Martínez, 2011; Hernández; Kriesi, 2016; Orriols; Cordeiro, 2016). Esses estudos apontam que a crise econômica e o descontentamento político na Europa impulsionaram o surgimento

² A partir de uma pesquisa entre universitários britânicos, esses autores observaram que aqueles com menor adesão à democracia liberal demonstravam atitudes mais populistas, aceitando, por exemplo, restringir direitos de minorias e liberdade de imprensa em prol de maior justiça social e segurança pública.

de partidos radicais. Questões como globalização, imigração, críticas à UE e a falta de diferenciação entre partidos tradicionais favoreceram o apoio a grupos *anti-establishment*, enquanto a crise do sistema partidocrático facilitou sua ascensão (Mair, 2017).

O contexto político, econômico e social da Espanha oportunizou a emergência de partidos insurgentes dos dois lados do extremo ideológico, à esquerda (Podemos) e à direita (Vox). Fatores relevantes do cenário espanhol no momento de surgimento desses partidos foram a crise econômica e política, a austeridade e a inflação, os impactos da pandemia da covid-19, o movimento dos “Indignados” (Hessel, 2020), a precariedade dos movimentos sociais, as tensões identitárias e culturais e a questão catalã (Orriols, 2023).

Após a crise econômica de 2008, a Espanha enfrentou alto desemprego e retração imobiliária, agravados pela austeridade da UE. A recuperação trouxe crescimento do PIB (produto interno bruto) e queda no desemprego, mas persistiram problemas como precarização e desigualdade. A pandemia em 2020–2021 reduziu significativamente o PIB e afetou turismo e serviços; o governo respondeu com auxílios e apoio europeu. Entre 2022 e 2024, apesar da inflação e crise energética global, o país manteve crescimento moderado impulsionado pelo turismo e exportações.

Socialmente, o “Movimento dos Indignados” (2011) criticou os rumos da economia, o sistema político e os partidos tradicionais (PP e PSOE), estimulando o Podemos (2014). Posteriormente, movimentos feministas ganharam força, resultando em leis como a do “só sim é sim” (2022), que unificou crimes sexuais e eliminou a exigência de prova de violência. Controvertidamente, essa lei permitiu a redução de penas e até a liberação de criminosos sexuais condenados. Persistiu uma expressiva polarização em questões como censura, símbolos históricos, currículos, direitos LGBTQIA+ e liberdade de expressão.

Em 2017, a Espanha lidou com a crise catalã, marcada por um referendo considerado ilegal, intervenção federal e prisão de líderes. As principais reivindicações catalãs envolveram mais recursos e autonomia, refletindo uma forte identidade regional catalã. O conflito abrangeu aspectos territoriais, ideológicos e emocionais, destacando diferenças profundas e ressentimentos mais intensos dos catalães em relação aos espanhóis, que mostram maior tolerância às demandas catalãs (Orriols, 2023). A polarização entre nacionalismos se intensifica devido a tensões identitárias e à Lei de Memória Histórica (España, 2022). Sob os governos Sánchez, a lei foi ampliada para punir exaltação ao franquismo, anular decisões judiciais do regime, responsabilizar o Estado por exumações de vítimas e criar uma comissão da verdade.

Fatores institucionais, como sistemas eleitorais proporcionais com poucas barreiras e grandes distritos, facilitaram o surgimento de novos partidos. Isso favoreceu a extrema direita nas eleições europeias, diferentemente de sistemas majoritários como no Reino Unido e França. Contudo, regras rigorosas para formação partidária,

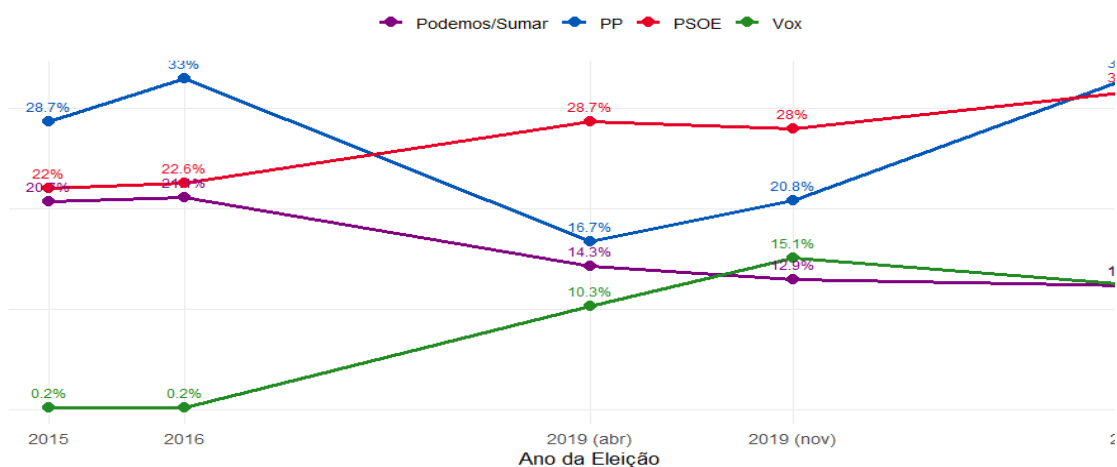
financiamento e mídia dificultam seu avanço. O sucesso também depende de recursos internos, como capacidade financeira e tipo das lideranças (Acha, 2021).

O sistema eleitoral espanhol utiliza o método D'Hondt de proporcionalidade com listas fechadas e circunscrições provinciais (50 províncias, Ceuta e Melilla). O método D'Hondt favorece partidos maiores, especialmente em regiões com poucas vagas. As listas fechadas reforçam o controle partidário, pois os eleitores não podem alterar a ordem dos candidatos, e, desde 2007, exige-se 40% de mulheres nas listas. A maioria dos 350 assentos é distribuída por população, com um mínimo de dois por província, beneficiando áreas rurais e limitando a representação de partidos menores e áreas urbanas.

As eleições de dezembro de 2015 alteraram o cenário político, transformando o sistema bipartidário em multipartidário. Houve queda dos partidos tradicionais e ascensão de novas forças, como o Ciudadanos (centro-direita) e o Podemos (esquerda). O último tornou-se a terceira força política da Espanha. Segundo Melo (2021), a insatisfação popular, a corrupção e novos valores pós-materialistas criaram as condições para esse novo ciclo político na Espanha, demonstrando a mudança no apoio dos cidadãos aos partidos.

A direita radical permaneceu isolada até 2018, quando o Vox cresceu nas eleições da Andaluzia, obtendo 11% dos votos e 12 cadeiras. Em 2019, consolidou-se com 10,3% e 24 cadeiras em abril, e 15% e 52 deputados em novembro. Em 2023, mesmo com queda para 12% e 33 cadeiras, manteve-se como terceira força política da Espanha. Enquanto isso, o Podemos perdeu força e se uniu ao Sumar, e o PP liderou as votações em 2019 (28%) e 2023 (33,1%), evidenciando avanço da direita e retração das esquerdas.

Gráfico 2. Desempenho eleitoral de partidos espanhóis (2015–2023)



Fonte: Calculado pelos autores a partir de dados do Ministério del Interior (Espanha, ©2014).

Em sistemas parlamentaristas, cidadãos elegem deputados que formam o governo e indicam o primeiro-ministro. No entanto, a fragmentação partidária passou a exigir complexos acordos para governar. Com o aumento da dispersão partidária, a Espanha enfrentou instabilidade e múltiplas eleições. Em 2020, Pedro Sánchez (PSOE) formou o primeiro governo de coalizão pós-redemocratização com o Unidas Podemos, lidando com a covid-19 e equilibrando reformas sociais e exigências da UE. Em 2023, o partido mais votado não conseguiu formar governo.

VOX: IDEIAS CENTRAIS

O Vox nasceu em meio a grandes mudanças políticas e sociais na Espanha, aproveitando-se do desgaste dos partidos tradicionais e do sentimento de insatisfação popular após diversas crises. Fundado em dezembro de 2013 por dissidentes do PP, como Santiago Abascal e Alejo Vidal-Quadras, o Vox surgiu do desagrado com a moderação do PP em temas como valores tradicionais, liberdade econômica e unidade nacional. Seus fundadores criticavam o PP como uma “direita covarde” e buscavam um projeto nacionalista e moralmente mais rígido (Ferreira, 2019). Desde sua criação, Vox pretendeu desafiar o sistema partidário espanhol, propondo-se a ocupar o espaço do PP como representante hegemônico da direita e a polarizar o cenário político com os socialistas.

A legenda, antes autodefinida como “centro-direita nacional”, radicalizou suas posições a partir de 2017, aproximando-se de lideranças internacionais de extrema direita. Segundo Ferreira (2019), o partido se enquadra na direita radical por unir nativismo e autoritarismo: internamente, rejeita nacionalismos periféricos como o catalão e o basco; externamente, defende maior controle de fronteiras, alinhando-se a outras forças da extrema direita europeia.

O Vox explora a polarização política baseada em ressentimentos e identidades culturais, fortalecendo o nacionalismo excludente e populismo. Essa polarização concentra opiniões em extremos ideológicos, eliminando o centro (Torcal, 2023). Em 2017, polarização ideológica e territorial superaram temas como impostos ou saúde, enquanto, desde 2008, o debate sobre imigração – especialmente contra magrebins – cresceu, mas havia concordância com a imigração europeia e latino-americana (Miller, 2020), devido ao projeto de Iberoesfera.

A “Iberosfera” é um conceito criado pelo partido espanhol Vox em 2020 que inclui Espanha, América Latina, e secundariamente Portugal e Brasil. Trata-se de uma iniciativa de coordenação entre forças de extrema direita ibero-americanas, articulando valores tradicionais, nacionalismo e oposição a pautas progressistas sob uma narrativa comum. Esse arranjo transnacional reforça vínculos entre partidos e movimentos que compartilham visões sobre identidade, cultura e política, conferindo ao conceito de “iberosfera” um papel estratégico na mobilização e legitimação de agendas da extrema direita, tanto na Espanha quanto em outros países da região.

O crescimento do Vox foi estimulado tanto por questões econômicas quanto por respostas identitárias, abordando temas como imigração, ordem pública e unidade nacional. O partido consolidou seu eleitorado com discursos que destacam a valorização dos chamados princípios tradicionais e rejeitam o multiculturalismo e o federalismo, posicionando-se claramente contra movimentos separatistas e as políticas identitárias dos governos anteriores.

Embora o Vox também defenda propostas econômicas neoliberais, como a redução do Estado e o incentivo ao livre mercado, elas não ocupam posição central em seu programa. O populismo, por sua vez, aparece de forma mais difusa e menos estruturante do que em outros partidos da extrema direita europeia, sendo mobilizado de modo secundário em relação ao nacionalismo. O barômetro do Centro de Investigaciones Sociológicas (CIS) de setembro de 2025 (Espanha, 2025) mostra que, para eleitores do Vox, imigração (45%) e temas políticos lideram as preocupações, seguidos por corrupção (19%) e questões econômicas (17%). Já a habitação e o emprego destacam-se como prioridades entre eleitores da esquerda, como PSOE e Sumar.

Percebe-se que a questão migratória se tornou central nas preocupações dos eleitores, sendo citada como um dos principais problemas por apoiadores de diferentes partidos. Partidos da direita radical, como o Vox, usam a pauta da imigração como instrumento político e marcador de identidade, mobilizando seus simpatizantes. O destaque crescente desse tema no debate público reforça e aprofunda divisões territoriais e ideológicas já existentes, alimentando um ambiente político cada vez mais polarizado. Assim, a disputa política passa a se apoiar principalmente em valores simbólicos e identitários, deixando em segundo plano temas econômicos ou sociais.

Zanotti e Rama (2022) sugerem que o Vox utiliza um discurso nacionalista e autoritário que remete à Espanha anterior ao período democrático. Segundo os autores, eleitores menos favoráveis ao regime democrático, mais insatisfeitos politicamente e com tendências autoritárias são mais propensos a votar no Vox, fato evidenciado nas eleições de 2019. Ragievicz (2023), por sua vez, examina como o nome “Franco” aparece e é empregado nos vídeos do partido no Youtube entre 2014 e 2018. De modo parecido, Arroyo Menéndez (2021) atribui o êxito do Vox, naquele ano, ao conservadorismo, ao conflito catalão, ao autoritarismo, ao nativismo e ao perfil jovem e masculino dos seus votantes. O autor utiliza a questão da exumação de Franco como variável para analisar o voto no Vox, percebendo uma relação entre ambos, ainda que esse tema abarque sentimentos mais amplos dentro da direita e não apenas da extrema direita. Torcal (2023), por outro lado, vê a ascensão do Vox como resultado da polarização afetiva, alimentada pela oposição da direita moderada (PP) em relação à esquerda (PSOE) e pelo enfraquecimento do PP. O surgimento do Vox intensificou essa polarização, consolidando a unidade à direita e aumentando o antagonismo da esquerda radical.

Tabela 2 – Principais problemas para o eleitorado por partido que os eleitores votam (2025)

Conceito	PP	PSOE	VOX	SUMAR
Imigração	26%	13%	47%	7%
Governos e partidos políticos	26%	4%	47%	1%
Corrupção e fraude	11%	9%	19%	13%
Economia	23%	10%	17%	11%
Qualidade do emprego	17%	16%	14%	23%
Problemas políticos	16%	16%	14%	12%
Aumento de impostos	3%	1%	14%	0%
Comportamento políticos	16%	20%	12%	13%
Habitação	25%	40%	11%	52%
Desemprego	18%	16%	7%	13%
Problemas da Juventude	10%	10%	6%	4%

Fonte: CIS (Espanha, 2025).

PERFIL SOCIOPOLÍTICO DOS ELEITORES DO VOX

A teoria sociológica da “Escola de Columbia” (Lazarsfeld; Berelson; Gaudet, 1948) argumenta que a escolha política é determinada primariamente pela filiação a um grupo ou classe social. Fatores socioeconômicos e demográficos (classe, renda, escolaridade, religião, gênero, localização) moldam as preferências, vendo o voto como lealdade grupal e reflexo da posição social, o que sustenta filiações partidárias de longo prazo.

A amostra coletada revela que o eleitorado do Vox é predominantemente masculino e com formação universitária. Em termos etários, a distribuição indica eleitores entre 33 e 64 anos (60,8%), com menor presença entre os mais velhos (15,2% acima de 65 anos), o que sugere uma base eleitoral concentrada em faixas intermediárias de idade. No que se refere à religiosidade, os dados confirmam o peso da identidade católica entre os eleitores do partido. Aproximadamente 71% se declaram católicos, sendo 24% praticantes e 47,2% não praticantes, enquanto 27,2% se identificam com outras crenças ou posições seculares (Tabela 3).

Ao contrário das abordagens estruturais, a corrente psicológica foca nos valores, crenças e personalidade do eleitor, internalizados na socialização. Essa abordagem trata o comportamento eleitoral como resultado da visão de mundo e atitudes

estáveis, priorizando o subjetivo e o “mapa mental”. O voto é entendido como manifestação de um processo cognitivo e afetivo que filtra informações e projeta valores (Lewis-Beck *et al.*, 2008; Campbell *et al.*, 1964). A identidade partidária funciona como filtro perceptivo que estrutura a interpretação do mundo e orienta as atitudes políticas.

Tabela 3 – Composição sociodemográfica dos eleitores do Vox (%)

Sexo	Homem	64.0
	Mulher	36.0
Idade	18 a 30 anos	24.0
	33 a 44 anos	26.4
	45 a 64 anos	34.4
	65 anos	15.2
Escolaridade	Sem estudos	0.8
	Primário	5.6
	Secundários (ESO terminada)	7.2
	Secundários (Bachillerato terminado)	15.2
	Formação profissional	28.0
	Universitário	43.2
Religião	Católico praticante	24.0
	Católico não-praticante	47.2
	Outros	27.2
	Sem resposta	1.6

Fonte: Encuesta Nacional de Polarización Política (2024).

A Tabela 4 evidencia que a lealdade dos eleitores do Vox se caracteriza por um vínculo partidário sólido. Essa forte identificação vai além de um simples alinhamento ideológico, baseando-se em uma articulação complexa e diversificada de elementos, como o reconhecimento nas propostas, na retórica e na imagem veiculada pelo partido.

O vínculo com o Vox se fortalece por ideologia e valores compartilhados. A imbricação de ideologia, contexto social, personalidade e interesses faz do voto no Vox mais que uma escolha utilitária; é um ato de identidade e reafirmação pessoal e coletiva. A Tabela 4 evidencia empiricamente que o eleitorado do Vox possui forte coesão interna e alta identificação com o projeto partidário, sendo mais que um conjunto de votantes.

Essas evidências colocam em discussão o tema do partidarismo negativo, fenômeno contemporâneo relevante que transcende as preferências ideológicas e políticas. Ele se manifesta como a rejeição ativa a um partido, impactando a identidade e

o comportamento dos indivíduos e, consequentemente, fragilizando o diálogo democrático. A sua importância reside no fato de que a aversão ao adversário frequentemente se torna um motor de voto mais potente do que a mera simpatia.

Tabela 4 – Fatores de identificação com o Vox (%)

	Concordo		
	Muito	Médio	Pouco
Este partido é um reflexo da minha identidade pessoal e do meu jeito de ser	70.0	22.5	7.5
Este partido é um reflexo da minha ideologia e dos meus valores	73.5	19.8	6.6
Este partido é um reflexo das minhas características sociais	67.8	22.3	9.9
Este partido é um meio para eu afirmar os meus interesses	70.0	21.7	8.3

Fonte: Encuesta Nacional de Polarización Política (2024).

A medição do partidarismo negativo envolve 3 dimensões, segundo Medero (2024). A primeira mede a antipatia por partidos via termômetro eleitoral, mas há dúvidas se isso reflete apenas rejeição partidária. A segunda avalia a certeza de nunca votar em um partido, confundindo atitude com comportamento. Já a terceira combina fatores afetivos e comportamentais para diferenciar partidarismo negativo de antipatia estratégica, mas depende da disponibilidade de dados em estudos internacionais de longo prazo³.

Neste estudo, analisamos tanto a simpatia quanto a rejeição aos partidos. Por meio da análise de pontuações quantitativas de afinidade e aversão, correlacionadas com a ideologia dos informantes, buscamos fornecer dados concretos sobre a identificação partidária e o modo como a ideologia molda as preferências e as distâncias políticas. Foram apresentados quatro partidos (PP, PSOE, Vox e Sumar) aos entrevistados. Eles pontuaram cada força política numa escala de 0 a 10: 0 para “antipatia intensa e rejeição categórica” (partidarismo negativo máximo); 10 para “simpatia fervorosa e apoio incondicional” (partidarismo positivo forte) (Tabela 5).

Os resultados (Tabela 5) mostram que os eleitores do Vox não se enquadram no perfil de um grupo impulsionado primordialmente pelo “partidarismo negativo”, que se define pela rejeição ao oponente em vez de pela lealdade ao próprio grupo. Pelo contrário, esse eleitorado do Vox demonstrou uma elevada coesão interna e um forte sentimento de identificação positiva com o seu próprio partido. A simpatia expressa pelos eleitores em relação ao próprio partido atinge uma marca de 84,0%,

³Já o antipartidarismo envolve diferentes níveis e graus de radicalismo, sendo relacionado à *Parteienverdrossenheit*, termo alemão que expressa indignação ou rejeição aos partidos políticos. Autores descrevem esses sentimentos como hostilidade contra partidos enquanto instituições representativas, presentes tanto entre elites quanto no público geral (Poguntke, 1996; Poguntke; Scarrow, 1996; Gidengil *et al.*, 2001).

enquanto a antipatia é residual, situando-se em apenas 3,2%. Essa assimetria indica uma base de apoio profundamente leal e engajada, cuja motivação principal reside no endosso positivo à agenda e aos valores do Vox.

Tabela 5 – Sentimentos em relação a partidos adversários dos eleitores do Vox (%)

	Antipatia	Indiferença	Simpatia
Vox	3.2	12.8	84.0
PP	25.6	40.8	33.6
PSOE	88.8	8.8	2.4
Sumar	88.0	10.4	1.6

Fonte: Encuesta Nacional de Polarización Política (2024).

A forte lealdade interna é acompanhada por uma intensa rejeição aos principais partidos de esquerda espanhol: 88,8% de rejeição ao PSOE e 88,0% ao Sumar. Esse padrão indica que, embora não se definam pelo partidarismo negativo, os eleitores do Vox manifestam uma “rejeição aguda e polarizada” aos polos ideologicamente opostos. A forte identificação coexiste com um claro antagonismo aos projetos de esquerda, sinalizando uma profunda divisão ideológica. Em contraste, o PP, principal rival de centro-direita do partido, é visto de forma ambivalente por seus eleitores. Não há hostilidade dedicada a ele, mas tampouco a mesma simpatia. Os eleitores do Vox mostram 33,6% de simpatia pelo PP, sugerindo alguma afinidade, mas a maioria (40,8%) é “indiferente”. Essa posição intermediária é crucial para entender a dinâmica de coalizão e rivalidade na direita espanhola.

A ideologia é essencial no comportamento político, sendo analisada sob três óticas principais. Para a sociologia, gera coesão grupal. Na psicologia, é um “sistema de crenças” individual que estrutura a cognição e serve como atalho decisório e marcador de sofisticação. Na escolha racional atua como atalho heurístico, simplificando decisões para eleitores, especialmente os menos sofisticados (Downs, 1957; Popkin, 1991). A ideologia é um pilar do estudo eleitoral, funcionando como reforço social, estrutura cognitiva e simplificador racional, exigindo uma visão integrada para sua plena compreensão.

Os entrevistados foram classificados em um espectro ideológico abrangente, utilizando uma escala de 1 a 10 na qual as posições extremadas foram definidas: o valor 1 correspondia à “extrema esquerda” e o valor 10 à “extrema direita”. Essa métrica permitiu observar o posicionamento preciso dos eleitores (Tabela 6).

As respostas revelam que o eleitorado do Vox se localiza do lado direito do espectro ideológico. Embora 28% se autoidentifiquem como centro, a maioria deles se posiciona à direita (37,6%) ou extrema direita (28%). Ao todo, 65,6% se situam no campo da direita, evidenciando a clara inclinação ideológica da base de apoio

do Vox. Essa informação é decisiva para entender as demandas e comportamentos de seus votantes.

Tabela 6 – Autoposicionamento ideológico dos eleitores do Vox (%)

Posicionamento ideológico	Extrema esquerda (1-2)	0.8
	Esquerda (3-4)	0.8
	Centro (5-6)	28.0
	Direita (7-8)	37.6
	Extrema direita (9-10)	28.0
	Não responderam	4.8

Fonte: Encuesta Nacional de Polarización Política (2024).

A polarização é a rivalidade intensa entre grupos que aprofunda divergências, dificulta o diálogo e elimina posições intermediárias. Esse fenômeno transforma disputas em conflitos, reforça a dicotomia “nós *versus* eles”, fortalece o pertencimento grupal e vê o outro como ameaça. A polarização afetiva é caracterizada pelo conflito emocional entre grupos, mesmo sem grandes discordâncias explícitas e é indicada pela rejeição aos rivais ideológicos; adversários são vistos moralmente, facilitando discursos populistas e barreiras de grupo (Martínez *et al.*, 2021b; Martínez, 2024a). Redes sociais ampliam essa dinâmica por meio de desinformação e câmaras de eco e líderes políticos intensificam isso, causando rupturas familiares, violência política e enfraquecimento democrático.

Para medir a polarização afetiva, pesquisas pedem que o entrevistado avalie o quanto gosta de um partido numa escala. Em sistemas bipartidários, como nos EUA, basta comparar as notas dadas ao próprio partido e ao rival para determinar o grau de polarização. Já na Europa, com multipartidarismo, as disputas se baseiam mais em divisões ideológicas do que em lealdades partidárias. Dessa maneira, os cidadãos podem simpatizar com vários partidos do mesmo bloco ideológico em um contexto político em que nem sempre é claro qual é o endogrupo e quem são os exogrupos.

O índice de distância afetiva (WAPD) de Wagner (2020) mensura a polarização em sistemas multipartidários ao calcular o grau de variação nas avaliações dos indivíduos sobre os partidos, sem exigir a identificação do partido preferido. Quanto mais próximas as pontuações dadas pelo entrevistado a todos os partidos, menor é a polarização. Apesar de captar melhor a polarização entre blocos ideológicos, o índice apresenta limitações: pontuações semelhantes podem indicar tanto baixa polarização quanto antipatia geral pelos partidos. Ademais, há a dificuldade de identificar o verdadeiro endogrupo do entrevistado, uma vez que o índice não captura as diferenças no interior do mesmo bloco ideológico.

Como alternativa, o CEMOP utiliza o índice *Differences in Interparty Affect* (DIPA). A principal vantagem do DIPA consiste em adotar o voto declarado ou a simpatia partidária como referência para o grupo de pertencimento, o que minimiza perdas amostrais e representa de modo mais adequado a base afetiva do comportamento político em comparação com escalas ideológicas ou medidas de dispersão. O índice quantifica a polarização, tomando o voto como âncora, por meio das diferenças absolutas nas pontuações de sentimentos entre o partido do entrevistado (endogrupo) e os demais partidos (exogrupos). O DIPA varia entre 0 (inexistente) e 30 (máxima, para o contexto espanhol), sendo calculado separadamente para partidos, líderes e eleitores.

Também neste artigo o cálculo da polarização foi realizado separadamente para partidos, líderes e eleitores, resultando nos índices *DIPA_PARTIDOS*, *DIPA_LÍDERES* e *DIPA_VOTANTES*. Os resultados podem ser observados na Tabela 7.

Tabela 7 – DIPA em relação a partidos, líderes e eleitores do PP, PSOE, Vox e Sumar

	Partidos	Líderes	Eleitores
PP	16.7	15.9	11.0
PSOE	15.4	14.1	11.8
Vox	18.4	17.8	13.3
Sumar	16.2	15.1	12.7

Fonte: Encuesta Nacional de Polarización Política (2024).

A Tabela 7 mostra a intensidade da polarização afetiva (DIPA) entre partidos, líderes e eleitores para cada um dos votantes do PP, PSOE, Vox e Sumar. Os votantes do Vox são os mais afetivamente polarizados, com pontuações mais altas em relação aos partidos ($M = 18,4$), líderes ($M = 17,8$) e eleitores de outras legendas ($M = 13,3$). Não obstante, a ausência de diferenças expressivas nas pontuações médias entre os votantes de outros partidos é um achado importante. Isso sugere que a polarização afetiva não se restringe a grupos radicais, mas é um fenômeno generalizado e disseminado no sistema político espanhol, afetando o eleitorado além das fronteiras ideológicas óbvias.

Apesar de a polarização afetiva ser generalizada, a pequena vantagem dos eleitores do Vox mostra que a retórica antagonista e confrontacional da legenda atua como catalisador. Esse discurso intensifica a percepção das fronteiras identitárias (“nós” e “eles”) e amplia a animosidade emocional em sua base eleitoral. Essa descoberta reforça a necessidade de investigar o papel específico dos discursos partidários na modulação e exacerbação da polarização pública.

Para mensurar o grau de polarização temática capturou-se a percepção dos cidadãos a respeito de assuntos que ganharam protagonismo na esfera pública

espanhola e dividiram opiniões na população: a Lei da Anistia; a medida voltada para o público transgênero; e a lei que facilita a regularização para imigrantes. A Lei da Anistia abre caminho ao indulto de centenas de pessoas que enfrentam processos judiciais pelos seus papéis na fracassada tentativa de independência da Catalunha em 2017. A medida, promovida pelo PSOE, ganhou oposição do PP e do próprio Vox, que a viam como contrária ao Estado de Direito (Mira; Bakdid, 2024). Na amostra, a medida apresentou rejeição entre os eleitores do Vox ($M = 0,8$; $DP = 2,24$ em uma escala de 0 a 10).

A Lei de Igualdade para as Pessoas Transgêneros, promovida pela coligação PSOE-Podemos, gerou forte controvérsia na opinião pública e mesmo entre líderes do próprio PSOE (Mira; Bakdid, 2024). Proposta pelo Ministério da Igualdade, liderado por Irene Montero, gerou conflito na coalizão de governo. Membros do PSOE e grupos feministas temiam que a autodeterminação de gênero pudesse afetar a segurança jurídica e os direitos das mulheres, especialmente em espaços exclusivos. A concordância com a “Lei Trans” entre os eleitores do Vox é bastante baixa ($M = 2,5$; $DP = 3,08$, numa escala de 0 a 10), indicando uma clara oposição à medida (Tabela 8).

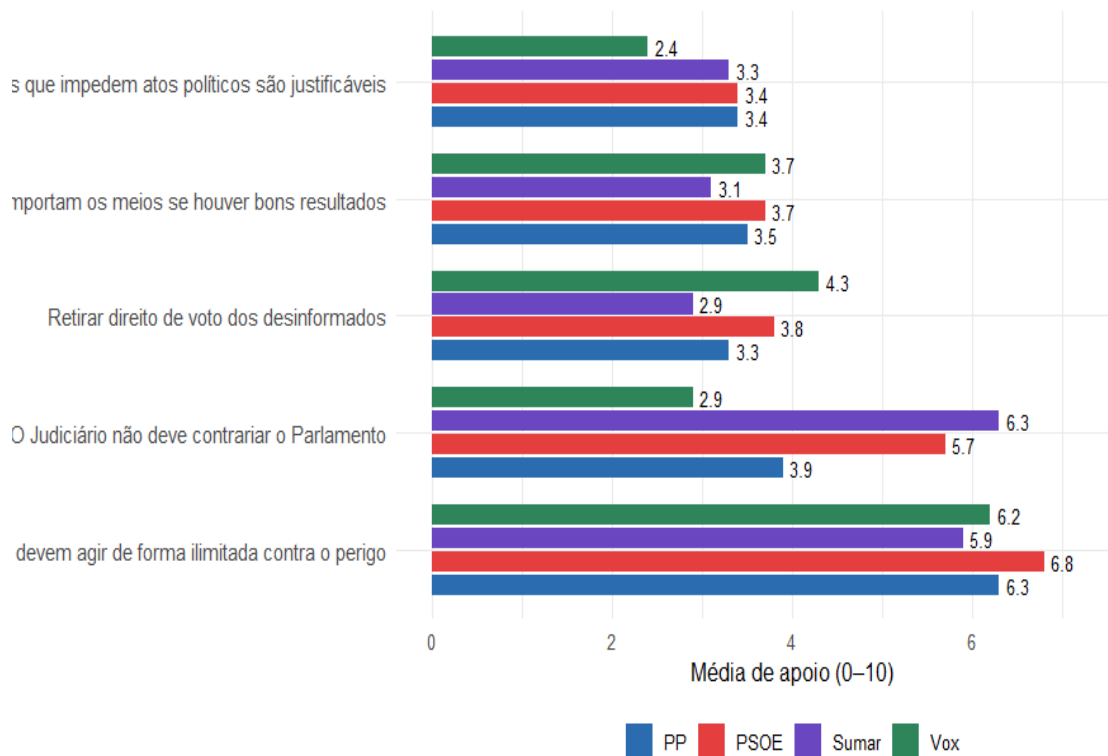
Tabela 8 – Média de apoio dos eleitores do Vox às Leis de Anistia, Trans e Imigração

Proposta	Média	Desvio-padrão
Lei da Anistia	0.8	2.24
Lei de igualdade para a população trans	2.5	3.08
Leis que facilitam a regularização para imigrantes	2.6	3.31

Fonte: Encuesta Nacional de Polarización Política (2024).

Na mesma Tabela 8, pode-se observar que o nativismo dos eleitores do Vox se manifesta de maneira particularmente clara em sua postura em relação às políticas migratórias. Uma das evidências dessa mentalidade reside na baixa adesão à proposta de lei de regulamentação extraordinária da imigração. A rejeição é quantificável e expressiva: os eleitores do Vox registraram uma média de apoio de apenas 2,6, em uma escala que varia de 0 a 10 ($DP = 3,3$). Esse número, por si só, sublinha a centralidade que a questão da imigração e, especificamente, a oposição a ela, possui no universo temático e na decisão de voto da direita radical espanhola. A atitude dos apoiadores do Vox, portanto, insere-se em um contexto mais amplo de ressurgimento do nativismo como força política dominante na Europa contemporânea.

Para investigar o compromisso democrático dos demais eleitores espanhóis, avaliamos sua concordância com ideias iliberais. Os participantes pontuaram cinco afirmações numa escala de 0 (rejeição total) a 10 (aceitação total). O Gráfico 3 mostra a média de apoio a declarações autoritárias entre os eleitores do PP, PSOE, Sumar e Vox.

Gráfico 3 – Média de aceitação de propostas autoritárias e liberais por eleitores partidários

Fonte: Elaboração própria a partir de Palacios Brihuega (2024). R package: ggplot.

Um achado particularmente surpreendente é o relativo à proposta de limitar a autoridade do Judiciário para anular leis aprovadas pelo Parlamento. Contrariando a expectativa de que tal medida encontraria maior respaldo na direita radical, historicamente mais crítica às instâncias de controle do Estado, o apoio mais significativo concentra-se entre os eleitores de esquerda. Os votantes do PSOE e do Sumar (plataforma de esquerda) demonstram em média maior aderência à proposta de que o Judiciário não deve contrariar o Parlamento (5,7% e 6,3%, respectivamente), indicando uma possível frustração com o papel do Judiciário na obstrução de agendas progressistas ou uma crença na soberania inquestionável do Poder Legislativo. Em contrapartida, os eleitores dos partidos de direita – PP (3,9%) e Vox (2,9%) – apresentam os menores níveis de aprovação para essa medida específica (Palacios Brihuega, 2024).

As evidências indicam uma redução da confiança nas instituições, ultrapassando fronteiras ideológicas tradicionais e manifestando-se por pautas distintas em cada campo político. Observa-se um quadro mais complexo do que a polarização ideológica sugere, especialmente em relação à anuência com ações iliberais. Esse fenômeno não se reduz aos eleitores da direita radical, pois a inclinação para apoiar determinadas restrições ou modificações no sistema democrático é observada em diferentes segmentos políticos.

MODELO DE REGRESSÃO LOGÍSTICA BINÁRIA (LOGIT)

A regressão logística foi escolhida pela sua adequação metodológica e robustez para analisar comportamento político. A sua natureza *logit* é ideal para a variável dependente dicotômica (ex: votar em determinado partido – 1 ou 0). Ao contrário da regressão linear, o modelo logístico utiliza uma função sigmoide para estimar a probabilidade de ocorrência do evento, tratando relações não lineares entre preditores (perfil socioeconômico, atitudes) e a probabilidade de sucesso. Os coeficientes estimados representam o impacto de cada preditor no *log-odds* (logaritmo das chances), oferecendo uma interpretação estatística clara e parcimoniosa dos efeitos.

A opção pelo modelo *logit* para este estudo é ainda justificada pela sua consolidação na literatura internacional, o que garante um referencial teórico e metodológico sólido. Essa padronização facilita a comparação dos resultados com um vasto corpo de trabalhos anteriores, especialmente os que investigam o apoio aos partidos de direita radical na Europa.

VARIÁVEIS DE CONTROLE E INDEPENDENTES DO MODELO

Três variáveis sociodemográficas (idade, sexo, escolaridade) foram incluídas para evitar que características pessoais distorçam a relação entre as variáveis. A relação entre **idade** e apoio à extrema direita é debatida, pois alguns estudos (Acha, 2021) sugerem um padrão em “U” (mais apoio entre jovens e idosos), mas o sucesso com jovens eleitores é inegável. Para testar ambas as hipóteses, foram criados modelos estatísticos com versões lineares e quadráticas, utilizando as variáveis *idade* (dados brutos), *idade_c* (idade centralizada) e *idade_c2* (o quadrado da centralizada).

A análise de regressão também examinou o efeito da **identidade religiosa**, com os católicos praticantes como a categoria de referência. Vox tem feito discursos com conteúdo baseado em valores moralizantes, o que sugeriria que a identificação confessional poderia ser acentuada. Contudo, o avanço da secularização e a assimilação de valores pós-materialistas e de autoexpressão, que são disseminados na sociedade espanhola, tendem a diminuir a centralidade da religião no comportamento político. Dessa forma, a influência da religião pode ser dual: enquanto o partido consegue mobilizar uma parcela do eleitorado católico tradicional, o aumento da secularização enfraquece o peso dessa dimensão nas escolhas políticas.

O modelo incorpora a **ideologia** através da escala de 0 a 10, que estabelece uma distinção entre eleitores de partidos alinhados à direita radical e os de outras legendas. Considerando que o Vox incentiva a reação cultural e as batalhas morais, incluímos questões sobre a reação aos valores **pós-materialistas** no modelo. Como *proxy*, selecionou-se a variável que solicitava aos entrevistados que expressassem sua posição em relação à Lei de Igualdade para Pessoas Transgêneros (**Lei Trans**).

Tomamos o **autoritarismo** e o **nativismo** como variáveis para o apoio ao Vox, em consonância com a literatura de que esses são atributos centrais da direita radical. Para ambos os conceitos, foram combinados diversos itens. Em todas as perguntas, os participantes se situam em uma escala de 0 a 10, onde 0 representava a rejeição completa, e 10, a aprovação total das opções apresentadas. O índice de autoritarismo se baseou na avaliação das cinco afirmativas que quantificam aceitação de ações que contrariam os princípios liberais da democracia. O nativismo foi analisado a partir das respostas dos entrevistados a duas questões específicas: uma sobre a Lei da Anistia e outra relacionada ao apoio a legislações que facilitam a regularização extraordinária de imigrantes.

Para depurar a interpretação, foram elaboradas Análises Fatoriais Exploratórias (AFE). Esse procedimento buscou agrupar as diversas atitudes políticas em dimensões, sem o uso de um referencial teórico prévio sobre suas possíveis inter-relações. Tais agrupamentos são estabelecidos a partir das correlações observadas nas respostas dos entrevistados, e não de esquemas teóricos pré-existentes.

A primeira foi conduzida com as sete variáveis relacionadas a atitudes autoritárias e nativistas. Os testes de esfericidade de Bartlett (1327.4, $gl = 21$, $p < 0,001$) e KMO (0,61) sugeriram interpretabilidade da matriz de correlação dos itens⁴. A análise paralela sugeriu a presença de um fator dominante, mas os indicadores de unidimensionalidade (UniCo = 0,70; ECV = 0,63; MIREAL = 0,36) indicaram que a estrutura é mais bem representada por dois fatores correlacionados⁵. O modelo com dois fatores apresentou bom ajuste global (RMSEA = 0,067; NNFI = 0,908; CFI = 0,965)⁶. Assim, optou-se por manter as duas dimensões separadas nas apreciações subsequentes.

Em geral, as cargas fatoriais mostraram-se coerentes com a literatura, diferenciando as dimensões de autoritarismo (F1) – baseadas no apoio a medidas iliberais – e nativismo (F2) – rejeição à imigração e defesa da homogeneidade nacional, exceto em relação ao item “O Judiciário não deve contradizer a vontade do Parlamento, anulando uma lei aprovada pela maioria”. Agrupado no *fator nativismo*, esperava-se que ele fosse retido pelo *fator autoritarismo*, que expressa uma visão antiliberal da democracia e com o papel contramajoritário das instituições judiciais. Dessa maneira, optou-se por realizar uma nova AFE sem o item sobre o Judiciário por não medir o construto desejado. A aceitação das limitações do poder Judiciário foi inserida separadamente como *anti-judiciário*.

Empiricamente, o segundo modelo apresentou um desempenho mais fraco em relação ao primeiro, embora não o suficiente para impedir a interpretabilidade da

⁴ Valores do teste de esfericidade de Bartlett com níveis de significância $p < 0,05$ rejeitam a hipótese de que a matriz é uma matriz-identidade e, portanto, indicam que a matriz é favorável. O valor de 0,61 do KMO, por sua vez, é mediano, o que não impede a interpretabilidade da matriz de correlação.

⁵ Os três indicadores mencionados avaliam se a estrutura fatorial é unidimensional. Ficou evidente que não é o caso deste modelo, pois o UniCo (*Unidimensional Congruence*) foi menor que 0,95, o ECV (*Explained Common Variance*) foi menor que 0,85 e o MIREAL (*Mean of Item Residual Absolute Loading*) foi maior que 0,30.

⁶ O RMSEA (*Root Mean Square Error of Approximation*) baseia-se em resíduos. A literatura sugere que os valores desse indicador estejam entre 0.050 e 0.080. O NNFI (*Non-Normed Fit Index*) e o CFI (*Comparative Fit Index*) avaliam a qualidade do modelo, e a sugestão é que estejam acima de 0.90.

correlação entre os itens⁷. O ganho está na coerência teórica, uma vez que distingue corretamente as dimensões autoritárias e nativistas dos respondentes. As cargas fatoriais dos itens podem ser observadas na Tabela 9. Foram relatados os índices de fidedignidade composta e as estimativas de replicabilidade dos escores fatoriais (Ferrando; Lorenzo-Seva, 2018).

Tabela 9: Matriz com as cargas fatoriais rotacionadas

Item	F1	F2
Lei da Anistia	0.139	0.560
Lei de Imigração	-0.000	0.996
Não me importo com os meios que os políticos utilizam, desde que alcancem resultados positivos para a sociedade	0.571	-0.058
Pessoas mal-informadas ou com ideias claramente equivocadas não devem votar	0.499	-0.096
Quando o país está em perigo iminente, os líderes devem agir com firmeza, mesmo que isso signifique alterar os procedimentos usuais de tomada de decisão.	0.459	0.004
Protestos que impeçam a realização de um evento de um partido político podem ser justificados.	0.438	0.106
Fidedignidade Composta	0.561	0.777
<i>H-Latent</i>	0.577	0.992
<i>H-Observed</i>	0.528	0.894

Fonte: Elaboração própria.

A fidedignidade composta (FC), uma métrica essencial para avaliar a consistência interna das variáveis latentes, revelou-se com resultados mistos entre os fatores analisados. O *fator nativismo* demonstrou uma fidedignidade composta aceitável, com um valor que ultrapassou o limiar de 0,70, indicando que os itens que o compõem estão medindo consistentemente o mesmo constructo subjacente. Esse resultado sugere uma boa qualidade psicométrica e robustez desse fator no contexto do presente estudo.

⁷ O KMO caiu para 0,54, mas o valor ainda está no nível mediano. A esfericidade de Barlett manteve o bom desempenho (907.0, gl = 15, $p < 0,001$). Os índices de ajuste global apontaram desempenho satisfatório a mediano (RMSEA = 0,083; NNFI = 0,86; CFI = 0,963), com valores dentro ou próximos dos intervalos de confiança considerados aceitáveis.

Contudo, o *fator autoritarismo* apresentou um desempenho consideravelmente mais fraco, com uma fidedignidade composta de $FC = 0.561$. Esse valor, expressivamente abaixo do critério comumente aceito, sinaliza que a estrutura latente desse fator pode não estar tão bem definida ou que a consistência interna entre os indicadores é baixa. Tal limitação requer cautela na interpretação dos resultados associados a esse fator e sugere a necessidade de refinamento do índice em estudos futuros.

A avaliação de replicabilidade, utilizando os índices *H-Latent* e *H-Observed*, é decisiva para inferir a probabilidade de replicação dos constructos latentes em outras amostras. O *fator nativismo* demonstrou excelente replicabilidade. O *H-Latent*, forte preditor da estabilidade da variável latente, atingiu 0,99, indicando que o *fator nativismo* é extremamente bem definido e saturado por seus itens, com alta probabilidade de replicação. O *H-Observed* (0,702) é satisfatório e, dada a proximidade com o valor de corte de excelência (cerca de 0,90), reforça a robustez da medida observada e sua menor suscetibilidade a erros. A ação desses índices sugere que o constructo nativismo é psicometricamente sólido.

Em contrapartida, o *fator autoritarismo* obteve pontuações significativamente inferiores em ambos os índices de replicabilidade, refletindo as preocupações levantadas pela fidedignidade composta. O *H-Latent* foi de 0.618 e o *H-Observed* foi de 0.566. Esses resultados informam que o constructo latente do *fator autoritarismo* está menos saturado por seus indicadores e é mais sensível a variações amostrais e erros de medição. Ainda com essas ressalvas, os escores fatoriais foram incluídos nas regressões como *fator autoritarismo* e *nativismo*.

Em relação à **polarização afetiva**, as três medidas (DIPA), em relação a partidos, líderes e eleitores, foram incluídas e avaliadas por meio dos testes de multicolinearidade (VIF). No entanto, observou-se que as variáveis de polarização afetiva referentes a líderes e partidos apresentaram valores de VIF próximos de 4, apontando correlação moderada com outros preditores do modelo. Para reduzir potenciais redundâncias e melhorar a estabilidade das estimativas, optou-se por manter apenas a dimensão referente aos **eleitores**, que apresentou menor correlação e maior independência conceitual. Essa decisão não altera substancialmente o padrão dos resultados, mas aprimora a parcimônia do modelo. O resumo descritivo das variáveis dos modelos está exposto na Tabela 10.

Tabela 10: Resumo descritivo das variáveis

Variáveis	Descrição
Variáveis sociodemográficas	
Idade	Idade: dados brutos (<i>idade</i>), Idade centralizada (<i>idade_c</i>) e o termo quadrático (<i>idade_c2</i>).
Sexo	Masculino e feminino
Escolaridade	Mínimo: sem estudos Máximo: universitário
Religião	Católico (categoria de referência), católico não-praticante e outras religiões
Política	
Ideologia	Escala de 0 a 10
Pós-materialismo	
Lei Transgênero	Escala de 0 a 10
Polarização afetiva	
DIPA eleitores	Escala de 0 a 30.
Autoritarismo	
	1) Fator <i>Autoritarismo</i> (sem <i>anti-judiciário</i>); 2) Fragmentado nos cinco itens iliberais (escala de 0 a 10)*
Nativismo	
	1) Fator <i>Nativismo</i> 2) Fragmentado em itens (escala de 0 a 10): Leis da Anistia (<i>anistia</i>) e da Imigração (<i>imigração</i>)

* Os cinco itens iliberais do fator “autoritarismo”: Não me importa quais meios os políticos empregam, desde que eles alcancem resultados positivos para a sociedade (*meios_autoritarios*); O Judiciário não deve contradizer a vontade do Parlamento, anulando uma lei aprovada pela maioria (*anti-judiciario*); Pessoas mal-informadas ou que tenham ideias claramente equivocadas não devem votar (*proibicao_desinformados*); Quando o país está em claro perigo, os líderes devem agir de forma decisiva, mesmo que isso signifique interromper os procedimentos normais de tomada de decisão (*lideranca_perigo*); Protestos que impeçam a realização de um evento político partidário podem ser justificados (*protestos_imped_atos_pol*).

Fonte: Elaboração própria.

RESULTADOS

Foram estimados quatro modelos de regressão logística binária (Tabela 11), tendo como variável dependente o voto no Vox na eleição de 2023 (1 = Vox, 0 = outros partidos). As especificações variam quanto à operacionalização de idade, autoritarismo e nativismo, dimensões centrais na literatura sobre a direita radical europeia (Acha, 2021; Mudde, 2022; Ferreira, 2019). Em razão da presença de valores ausentes, os modelos foram estimados com amostras ligeiramente distintas: N = 612 nos Modelos 1 e 3, e N = 592 nos Modelos 2 e 4. Ainda assim, o número de casos permanece adequado para a estimação dos parâmetros (Peduzzi *et al.*, 1996).

Tabela 11 – Modelos logísticos do voto no Vox (*odds ratios*)

	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4
Constante	0.764 [0.090, 6.370]	1.870 [0.178, 19.804]	4.397 [0.211, 89.005]	9.405 [0.338, 259.190]
Idade	0.941*** [0.920, 0.960]	0.938*** [0.916, 0.959]	0.864** [0.776, 0.962]	0.869* [0.776, 0.974]
Idade ²			1.001 [1.000, 1.002]	1.001 [1.000, 1.002]
Sexo	0.675 [0.388, 1.164]	0.762 [0.428, 1.346]	0.690 [0.396, 1.194]	0.781 [0.438, 1.383]
Escolaridade	0.858 [0.689, 1.072]	0.858 [0.678, 1.090]	0.868 [0.697, 1.084]	0.866 [0.685, 1.100]
Religião: Católico não- praticante	1.232 [0.630, 2.454]	1.049 [0.521, 2.141]	1.322 [0.671, 2.661]	1.129 [0.555, 2.333]
Religião: Outras religiões	1.583	1.467	1.626	1.514

Continuação Tabela 11 – Modelos logísticos do voto no Vox (*odds ratios*)

	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4
	[0.714, 3.554]	[0.646, 3.360]	[0.729, 3.666]	[0.661, 3.498]
Ideologia	1.643***	1.719***	1.651***	1.722***
	[1.402, 1.948]	[1.449, 2.065]	[1.407, 1.959]	[1.450, 2.071]
Atitudes sobre trans	0.846***	0.843***	0.841***	0.839***
	[0.770, 0.926]	[0.760, 0.930]	[0.764, 0.922]	[0.756, 0.927]
Anistia		1.031		1.026
		[0.912, 1.161]		[0.905, 1.156]
Imigração		0.864**		0.861**
		[0.784, 0.949]		[0.781, 0.947]
Autoritarismo	0.941		0.918	
	[0.619, 1.435]		[0.602, 1.402]	
Nativismo	1.684**		1.705***	
	[1.236, 2.316]		[1.249, 2.350]	
Antijudiciário	0.912*	0.907*	0.909*	0.905*
	[0.836, 0.992]	[0.827, 0.992]	[0.832, 0.989]	[0.825, 0.990]
Meios autoritários		1.071		1.069
		[0.978, 1.173]		[0.976, 1.172]
Proibição de desinformados		1.011		1.007
		[0.930, 1.100]		[0.925, 1.096]

Continuação Tabela 11 – Modelos logísticos do voto no Vox (odds ratios)

	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4
Liderança em perigo		0.970 [0.883, 1.066]		0.966 [0.879, 1.062]
Protestos impedem atos políticos		0.874** [0.790, 0.963]		0.878** [0.793, 0.967]
Polarização afetiva (DIPA)	1.021 [0.985, 1.058]	1.020 [0.983, 1.059]	1.018 [0.982, 1.056]	1.019 [0.981, 1.058]
Num.Obs.	612	592	612	592
AIC	371.7	356.8	371.2	357.0

Nota: Células reportam odds ratios; intervalos de confiança de 95% entre colchetes. * $p < 0.05$, ** $p < 0.01$, *** $p < 0.001$. Fonte: Elaboração própria.

O Modelo 1 incorpora os escores fatoriais obtidos a partir da Análise Fatorial Exploratória (AFE), que sintetizam as respostas em dois fatores latentes – um autoritário e outro nativista. Nessa ocasião, manteve-se a variável “anti-judiciário” separada. O Modelo 2, por sua vez, fragmenta esses fatores, convertendo-os nos itens individuais do questionário relacionados a essas duas dimensões. Os Modelos 3 e 4 reproduzem as informações dos dois primeiros, mas introduzem o termo quadrático de idade centralizada (*idade_c2*), de modo a testar a possibilidade de uma curva em “U” associada à idade, conforme sugerido por estudos.

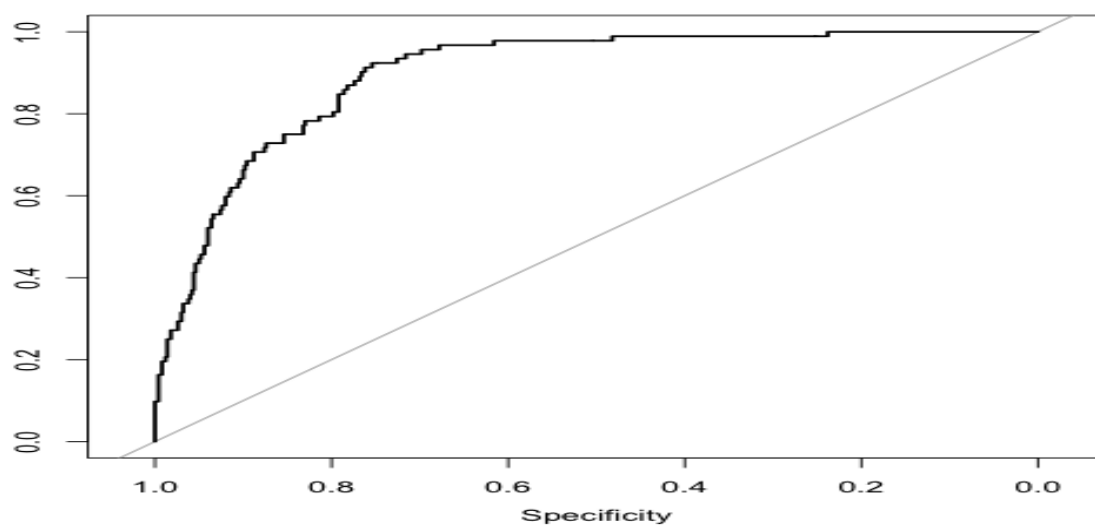
Os diagnósticos de colinearidade indicam níveis adequados entre os preditores nos modelos sem termos quadráticos (VIFs baixos nos Modelos 1 e 2), enquanto o aumento observado nos modelos com termo quadrático de idade decorre da esperada correlação entre idade e idade2, sem evidência de multicolinearidade severa. Em termos de ajuste, os quatro modelos apresentam desempenho semelhante. Os AICs variam de 371,69 (Modelo 1) a 356,84 (Modelo 2), ao passo que os pseudo- R^2 de McFadden situam-se entre 0,346 e 0,368. Ademais, o Modelo 2 apresenta AUC = 0,898 e taxa de classificação correta de 86,7%, indicando elevada capacidade discriminatória. O Gráfico 4 mostra como a curva ROC se afasta significativamente

da linha diagonal, o que evidencia a capacidade desse modelo de distinguir os eleitores do Vox dos demais.

Assim, embora os modelos com itens desagregados apresentem ajuste ligeiramente superior, as diferenças entre as especificações são modestas e não apresentam uma vantagem substantiva inequívoca de um único modelo. Por essa razão, o Modelo 2 é tratado como referência interpretativa principalmente por sua maior transparência substantiva, e não por uma vantagem decisiva nos ajustes.

De forma geral, **sexo** e **escolaridade** não apresentam associação estatisticamente significativa com o voto no Vox nos modelos estimados. A idade, por sua vez, exibe efeito negativo consistente: os efeitos marginais médios indicam que cada ano adicional reduz modestamente a probabilidade prevista de voto no partido em cerca de 0,54 ponto percentual. O termo quadrático de idade foi incluído para testar a hipótese de um padrão em formato de U, isto é, a possibilidade de que o apoio ao Vox fosse mais elevado entre eleitores mais jovens e mais idosos. No entanto, esse termo não se mostrou robusto entre as especificações e produziu apenas ganhos limitados de ajuste. Assim, os resultados apontam sobretudo para um efeito aproximadamente linear, no qual eleitores mais jovens apresentam maior propensão relativa a votar no Vox.

Gráfico 4 – Curva ROC do Modelo 2 (previsão do voto no Vox)



Fonte: Elaboração própria. R package: ggplot.

As variáveis de religião tampouco apresentam associação estatisticamente significativa com o voto no partido em quaisquer das especificações. Esses resultados indicam que, no contexto da eleição de 2023 e considerando as variáveis incluídas nos modelos, a identidade religiosa não se configura como um preditor relevante do comportamento eleitoral.

As variáveis atitudinais e políticas apresentam maior poder explicativo do que as sociodemográficas. A ideologia apresenta coeficiente positivo e estatisticamente

significativo em todas as especificações, indicando que eleitores posicionados mais à direita apresentam maior probabilidade de apoiar o Vox. Em termos de *odds ratios*, cada deslocamento de um ponto à direita na escala ideológica aumenta as chances de voto no partido em aproximadamente 70%. Em termos substantivos, os efeitos marginais médios indicam que um deslocamento de uma unidade nessa escala aumenta em cerca de 4,6 pontos percentuais a probabilidade prevista de voto no Vox. Considerando a amplitude da escala ideológica, a diferença entre o valor mínimo e o máximo corresponde a um aumento aproximado de 38 pontos percentuais na probabilidade prevista de apoio ao partido, indicando que a orientação ideológica constitui o principal eixo estruturador desse comportamento eleitoral.

Em sentido inverso, a posição diante de **medidas de igualdade para pessoas transgênero** apresenta efeito negativo e estatisticamente significativo, indicando que a rejeição à chamada Lei Trans está associada a maior probabilidade de voto no partido. Esse resultado é consistente com interpretações da literatura que associam o apoio à direita radical a reações contra agendas culturais (Norris; Inglehart, 2019; Martínez, 2024b). Em termos substantivos, contudo, a magnitude desse efeito é consideravelmente menor do que a observada para a ideologia. Os efeitos marginais indicam que uma mudança de uma unidade nessa variável altera a probabilidade prevista de voto no Vox em aproximadamente 1,4 ponto percentual.

Um padrão semelhante aparece na variável relacionada à imigração. O coeficiente negativo indica que posições mais favoráveis à regulamentação de residentes estrangeiros estão associadas a menor probabilidade de apoio ao Vox. Os efeitos marginais médios indicam que uma mudança de uma unidade nessa variável reduz a probabilidade prevista de voto no partido em cerca de 1,2 ponto percentual.

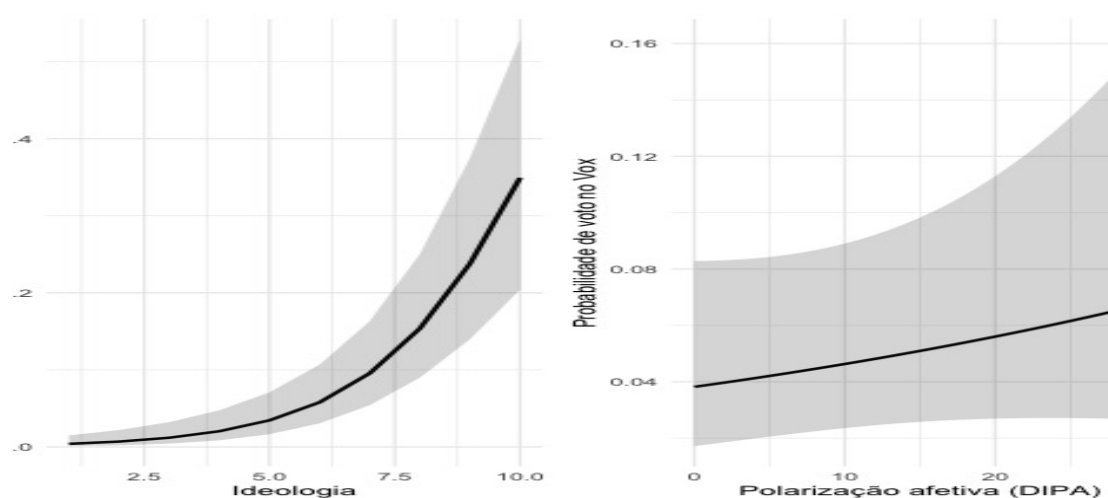
Quanto às dimensões sintetizadas na análise fatorial, o fator **autoritarismo** não apresenta associação estatisticamente significativa com o voto no Vox. Quando os itens que compõem essa dimensão são introduzidos separadamente nos Modelos 2 e 4, observa-se padrão semelhante: as variáveis relacionadas a atitudes autoritárias, incluindo a variável “anti-judiciário”, não apresentam efeitos substantivamente relevantes. A exceção é a variável “Protestos impedem atos políticos”, cujo coeficiente negativo indica que um maior apoio à restrição de protestos e eventos políticos está associado à menor probabilidade de apoio ao Vox. Em termos substantivos, contudo, esse efeito é relativamente modesto, se aproximando das magnitudes encontradas para as variáveis de imigração e da pauta trans.

O nativismo, por sua vez, apresenta efeito negativo e significativo, indicando que posições mais desfavoráveis a residentes estrangeiros estão associadas a maior probabilidade de apoio ao partido. Os efeitos marginais indicam que uma mudança de uma unidade nessa variável altera a probabilidade prevista de voto em aproximadamente um ponto percentual. Já a variável relacionada à Lei da Anistia não apresenta significância estatística, sugerindo que o tema da anistia catalã não constitui um fator relevante para explicar o voto no Vox na eleição de 2023.

Nos modelos estimados, a polarização afetiva medida pelo índice DIPA não apresenta associação estatisticamente significativa com o voto no partido. Os efeitos marginais indicam que variações nessa variável produzem mudanças muito pequenas na probabilidade prevista de voto, da ordem de décimos de ponto percentual, e os intervalos de confiança incluem amplamente o zero. Isso sugere que, embora eleitores do Vox apresentem níveis médios de polarização afetiva mais elevados em análises descritivas, o que contribui para distinguir o perfil dos eleitores do partido, essa dimensão não se comporta como um determinante independente do voto quando se controlam simultaneamente fatores ideológicos e atitudinais.

Testes adicionais foram realizados para avaliar a robustez desse resultado. Em particular, estimaram-se modelos com termos de interação entre ideologia e DIPA, bem como análises de mediação com o objetivo de verificar se a polarização afetiva poderia atuar como mecanismo intermediário entre posicionamento ideológico e voto no partido. Como mostra o Gráfico 5, em ambos os casos, os resultados não indicaram efeitos substantivos relevantes, reforçando a conclusão de que a polarização afetiva não exerce papel independente na explicação do voto no Vox.

Gráfico 5 – Interação entre ideologia e polarização afetiva na previsão do voto para o partido Vox



Fonte: Elaboração própria.

Com o objetivo de tornar a interpretação dos resultados mais clara, a Tabela 12 exhibe os efeitos marginais médios das principais variáveis do modelo. Para fins de avaliação da robustez, modelos adicionais foram estimados com aplicação de imputação múltipla para o tratamento de valores ausentes. As estimativas resultantes desse procedimento apresentaram resultados alinhados aos exibidos na tabela, preservando sinais e padrões de significância estatística, o que demonstra que a exclusão de observações com dados faltantes nos modelos principais não influencia substancialmente os resultados.

Tabela 12 – Efeitos marginais médios (AME)

Variável	Contraste	AME	Erro-padrão	z	p-valor	IC 95% inf.	IC 95% sup.
DIPA_VOTANTES	dY/dX	0.0017	0.0016	1.060	0.2894	-0.0014	0.0048
anistia	dY/dX	0.0026	0.0051	0.502	0.6156	-0.0075	0.0127
antijudiciário	dY/dX	-0.0082	0.0038	-2.131	0.0331	-0.0157	-0.0007
Escolaridade	dY/dX	-0.0129	0.0101	-1.277	0.2015	-0.0326	0.0069
idade	dY/dX	-0.0054	0.0009	-6.161	0.0000	-0.0071	-0.0037
ideologia	dY/dX	0.0456	0.0068	6.743	0.0000	0.0323	0.0588
imigração	dY/dX	-0.0123	0.0040	-3.094	0.0020	-0.0201	-0.0045
liderança_perigo	dY/dX	-0.0026	0.0040	-0.648	0.5168	-0.0105	0.0053
meios_autoritários	dY/dX	0.0058	0.0039	1.488	0.1367	-0.0018	0.0133
proibição_desinformados	dY/dX	0.0010	0.0036	0.265	0.7911	-0.0061	0.0080
Protestos impedem atos políticos	dY/dX	-0.0113	0.0041	-2.740	0.0061	-0.0194	-0.0032
religião	Católico não-praticante – Católico praticante	0.0039	0.0289	0.134	0.8932	-0.0528	0.0606
religião	Outras religiões – Católico praticante	0.0329	0.0360	0.915	0.3604	-0.0376	0.1035
sexo	dY/dX	-0.0228	0.0244	-0.937	0.3486	-0.0706	0.0249
trans	dY/dX	-0.0144	0.0042	-3.455	0.0005	-0.0226	-0.0062

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com os modelos analisados, o apoio ao Vox está primordialmente vinculado ao posicionamento **ideológico à direita**, enquanto atitudes referentes à **imigração e questões culturais** atuam como fatores complementares na explicação do comportamento eleitoral. Os resultados também indicam que variáveis como religião, polarização afetiva e atitudes autoritárias apresentam relevância reduzida nas dimensões abordadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E PRINCIPAIS ACHADOS

O Vox emergiu na Espanha como resposta a fatores políticos e econômicos, bem como ao movimento catalão e às políticas de gênero. Seu crescimento foi sustentado pela manutenção e expansão de sua base eleitoral, especialmente entre antigos eleitores do PP (840 mil) e do PSOE (250 mil), conforme indicam pesquisas realizadas em 2025 pelo CIS. Ao analisar a memória de voto nas eleições de 2023, o artigo proporcionou uma maior compreensão acerca do apoio ao Vox e dos elementos que influenciam a identificação com o partido.

O Vox trouxe uma nova configuração à direita espanhola ao adotar pautas como a centralização do Estado, reações culturais ao pós-materialismo (incluindo críticas à igualdade de gênero e oposição a direitos LGBTQIA+) e políticas rígidas sobre imigração. Segundo Fumanal (2023), fatores como a dificuldade dos jovens em ascender socialmente, avanços tecnológicos e o receio diante do novo colaboraram para o avanço da direita radical na Espanha. Diferentemente dos conservadores tradicionais, o Vox conquista eleitores insatisfeitos e amplia a polarização ao dar destaque a temas nacionalistas, questões sociais, imigração e ao debate sobre a crise das democracias liberais, conforme aponta Mudde (2022) ao discutir o ressurgimento da extrema direita.

Os resultados apresentados mostram que a **ideologia** é o fator mais decisivo para o voto no Vox: quanto mais à direita se posicionam os eleitores, maior a chance de apoiarem o partido, superando claramente a influência das outras variáveis. Em comparação, opiniões sobre temas pós-materialistas, como rejeição a políticas voltadas à população transgênero e postura negativa diante da imigração, também aumentam a probabilidade de voto, mas com efeito menos expressivo. A idade apresenta diferenças de apoio entre faixas etárias, embora seu impacto seja pequeno em relação ao da ideologia. Por fim, a filiação religiosa, conforme previsto, não tem relevância significativa no aumento do apoio ao partido.

Portanto, a identificação com o ideário da direita radical, emerge como determinante, o que se alinha com os achados de estudos anteriores que analisaram o eleitorado do partido (como os de Arroyo Menéndez, 2021). Essa correlação sugere que o Vox capitaliza e expressa ideias de um grupo que se sente insuficientemente representado pelas forças políticas tradicionais de centro-direita. A lealdade do eleitorado ao Vox vai além do mero alinhamento ideológico, configurando-se como um vínculo multifacetado. Essa fidelidade não se limita à concordância com a plataforma programática, mas abrange uma identificação simbólica e pessoal. O eleitor sente-se atraído pela retórica assertiva do Vox e a oposição ao status quo, vendo o partido como um agente de mudança radical que desafia as narrativas estabelecidas. O apoio baseia-se em valores e ideologias comuns, funcionando como fator de coesão social e psicológica. Mais do que uma escolha racional, o voto representa identidade e pertencimento a um grupo com visão de mundo compartilhada, alinhando-se à autoimagem do eleitor, conforme aponta a escola psicológica.

Os valores pós-materialistas e questões identitárias mostram tensão política significativa em torno de políticas públicas de gênero. A polarização é evidente tanto nos resultados do modelo *logit* quanto na frequência do apoio à legislação de igualdade de gênero para pessoas trans-identificadas, indicando divergência entre leis, demandas sociais e interesses dos envolvidos. Esse debate desloca o foco econômico e intensifica a divisão partidária e social no cenário espanhol.

Os resultados apontam para uma distinção clara na qualidade dos *fatores*. O nativismo mostrou alta confiabilidade e replicação, sendo um forte preditor de apoio ao partido na eleição de 2023. A posição contrária à Lei da Imigração é o principal indicador do nativismo. Eleitores opositores da lei que regulariza imigrantes tendem mais a votar no Vox, que explora o sentimento anti-imigração como destaque de sua agenda. No contexto político espanhol, a adesão à plataforma nativista é crucial. Os eleitores percebem sua identidade e valores – unidade nacional, soberania e tradição – como ameaçados pela imigração, multiculturalismo e políticas de gênero. O apoio ao Vox é, assim, interpretado como um ato de defesa desses valores.

O nativismo, entendido como a defesa intransigente dos interesses dos habitantes “nativos” contra elementos ou influências percebidas como estrangeiras ou subversivas (sejam elas migratórias, culturais ou globalistas), emerge como o núcleo central e aglutinador dessa polarização. Ele não só define a agenda do Vox, mas também serve como principal catalisador para a distinção “nós” contra “eles”, reforçando o sentimento de identidade grupal e a lealdade partidária. Com seu nacionalismo e reforço à identidade espanhola, a direita radical oferece um senso de comunidade e pertença, prometendo a restauração da ordem social e cultural. Essa complexa lealdade baseia-se, portanto, tanto em motivações ideológicas quanto em necessidades psicológicas de segurança cultural.

De forma isolada, a Lei da Anistia não teve impacto estatístico significativo no voto nas eleições de 2023, ao contrário de 2019, quando o tema do independentismo catalão favoreceu o Vox. Isso indica que o eleitorado deixou de priorizar o antiseparatismo e buscou agendas mais amplas, sinalizando limites para a estratégia do partido focada nessa pauta. Mas, ao contrário do esperado, nem a análise fatorial de autoritarismo nem a aceitação de propostas iliberais fragmentadas se associaram ao eleitor do Vox. Socialistas apresentaram maior apoio à restrição de liberdades, exceto na proibição política de “desinformados”, que foi mais aprovada por eleitores do Vox. Isso sugere que, embora sugestões iliberais tenham apoio transversal, o *tipo* e o *alvo* da restrição variam conforme a ideologia e agenda do grupo. O *fator autoritarismo* precisa ser mais bem operacionalizado, pois a baixa fidedignidade indica necessidade de aprimoramento para futuros estudos.

A polarização intensa enfraquece a democracia ao deslegitimar adversários e dificultar consensos (Beaudoux; D’Adamo; Bruni, 2024; Kauffman; Harggard, 2021; Rodríguez; Pérez, 2025). Na eleição espanhola de 2023, a polarização afetiva não foi relevante para o apoio à direita radical. Contudo, eleitores do Vox rejeitaram fortemente propostas de esquerda, mostrando clivagem ideológica sem

partidarismo negativo. Parece ocorrer, simultaneamente, menos uma polarização afetiva e antes uma intensa polarização temática que estrutura grande parte do debate em torno do partido.

Uma última observação é que o Vox é caracterizado na literatura como um partido de direita radical principalmente por sua posição nativista e autoritária. Se o autoritarismo pode ser aferido por seu programa e declarações formais e informais, sobretudo nas mídias sociais, nem sempre seus discursos são processados na mesma direção por seus eleitores. A polarização afetiva e o iliberalismo das lideranças políticas são menos intensos entre seus eleitores, sugerindo que essas atitudes pertencem mais às elites do que à base de apoio. Assim, os líderes mostram maior radicalismo do que seus seguidores.

A pesquisa apresenta algumas limitações. O banco de dados empregado não inclui outros fatores importantes para um melhor esclarecimento do voto na extrema direita, como, por exemplo, avaliação que o eleitor fazia da economia do país no ano da votação (voto retrospectivo) e o uso das mídias sociais. Não obstante, os resultados encontrados abrem caminhos promissores para investigações futuras. Uma alternativa reside no emprego de termos de interação nos modelos de regressão, com o objetivo de analisar como distintas variáveis podem atuar em conjunto na predição do voto. Além disso, a utilização de outros métodos, como os Modelos de Equações Estruturais (SEM), podem oferecer contribuições significativas, permitindo a identificação de relações mediadoras entre crenças, atitudes e comportamento eleitoral.

O artigo contribui para o debate sobre a ascensão da direita radical na Espanha ao evidenciar que o apoio ao Vox está mais relacionado a fatores ideológicos e identitários do que à polarização afetiva propriamente dita. Os resultados reforçam que pautas como nativismo e rejeição a agendas pós-materialistas funcionam como elementos centrais para a mobilização do eleitorado, enquanto questões como autoritarismo e antagonismo afetivo exerceram influência limitada no contexto das eleições de 2023. O estudo ressalta a importância de se considerar os múltiplos aspectos que compõem a adesão política, apontando para a necessidade de pesquisas futuras que aprofundem as interações entre variáveis e explorem novos métodos de análise.

A ascensão da ultradireita tornou-se um fenômeno político multifacetado, com repercussões significativas em diversos países europeus. O descontentamento com a política tradicional, questões migratórias e crises econômicas serviram de terreno para o crescimento de partidos com plataformas ultranacionalistas, conservadoras e, em muitos casos, eurocéticas. A ascensão da ultradireita na Europa impõe um desafio considerável ao *establishment* político consolidado e à unidade da União Europeia. Esse fenômeno exige uma reavaliação das políticas de imigração, do processo de integração europeia e do próprio destino da democracia liberal no continente.

SOBRE OS AUTORES

Helcimara Telles é doutora em Ciência Política e professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atualmente, preside a Associação Brasileira de Pesquisadores Eleitorais (Abrapel – www.abrapel.org) e integra o Conselho Diretivo da Wapor – World Association for Public Opinion Research, seção latino-americana.

Diego Prata é mestre e doutorando em Ciência Política na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Sua pesquisa se concentra em democracia, autocratização e resiliência democrática na América Latina.

Rafael Fonseca é doutorando em Ciência Política na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e mestre em Relações Internacionais pela PUC Minas. Atua como analista de pesquisa qualitativa na Market Analysis e integra os grupos Presidential and Executive Cabinets Network (PEX-Network), Centro de Estudos Legislativos (CEL) e Opinião Pública.

REFERÊNCIAS

1. ACHA, Berta. *Analizar el auge de la ultraderecha*. Surgimiento, ideología y ascenso de los nuevos partidos de ultraderecha. Barcelona: Gedisa, 2021. (Colección Más Democracia).
2. ARROYO MENÉNDEZ, Millán. As causas do apoio eleitoral a Vox na Espanha. *Revista Debates*, v. 15, n. 2, p. 74-106, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-5269.110740>
3. BEAUDOUX, Virginia; D'ADAMO, Orlando; BRUNI, Leonardo. Antagonismo. In: MARTÍNEZ, Ismael (Coord.). *Diccionario de polarización y emociones*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales; Ministerio de la Presidencia, 2024. p. 33-35.
4. CAMPBELL, Angus *et al.* *The American voter*. New York: John Wiley & Sons, 1964.
5. CARTER, Elisabeth. *The extreme right in Western Europe: Success or failure?* Manchester: Manchester University Press, 2005.
6. DALTON, Russel J.; FARRELL, David M.; MCALLISTER, Ian. *Political parties and democratic linkage: How parties organize democracy*. New York: Oxford, 2011.
7. DIAMOND, Larry. *Democracy in decline?* Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2015.
8. DOWNS, Anthony. *An economic theory of democracy*. New York: Harper & Row, 1957.
9. ELFF, Martin. Social structure and electoral behavior in comparative perspective: The decline of social cleavages in Western Europe revisited. *Perspectives on Politics*, v. 5, n. 2, p. 277-294, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1017/S1537592707070788>
10. ENCUESTA NACIONAL DE POLARIZACIÓN POLÍTICA, 2024, Madrid. *Actas de la IV Encuesta Nacional de Polarización Política*. Madrid: CEPC, 2024. Disponível em: <https://www.cemopmurcia.es/estudios/iv-encuesta-nacional-de-polarizacion-politica-2024/>. Acesso em: 26 jun. 2026.
11. ESPAÑA. Centro de Investigaciones Sociológicas (CIS). *Barómetro de septiembre de 2025*. Madrid: CIS, 2025. Disponível em: <https://www.cis.es>. Acesso em: 26 mar. 2026.
12. ESPAÑA. Ministério del Interior. Elecciones generales. ©2014. Disponível em: <https://www.juntaelectoralcentral.es/cs/jec/elecciones/generales>. Acesso em: 25 jun. 2026.
13. ESPAÑA. Ley 4/2023, de 28 de febrero, para la igualdad real y efectiva de las personas trans y para la garantía de los derechos de las personas LGTBI. *Boletín Oficial del Estado*, n. 51, 01 mar. 2023. Disponível em: <https://www.boe.es/eli/es/l/2023/02/28/4>. Acesso em: 16 mai. 2026.
14. ESPAÑA. Ley 20/2022, de 19 de octubre, de Memoria Democrática. *Boletín Oficial del Estado*, n. 252, 20 out. 2022. Disponível em: <https://www.boe.es/eli/es/l/2022/10/19/20>. Acesso em: 16 maio 2026.
15. FERRANDO, Pere J.; LORENZO-SEVA, Urban. Assessing the quality and appropriateness of factor solutions and factor score estimates in exploratory item factor analysis. *Educational and Psychological Measurement*, v. 78, p. 762-780, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1177/0013164417719308>
16. FERREIRA, Carlos. Vox como representante de la derecha radical en España: Un estudio sobre su ideología. *Revista Española de Ciencia Política*, n. 51, p. 73-98, 2019. DOI: <https://doi.org/10.21308/recp.51.03>
17. FREEDOM HOUSE. *Freedom in the World 2021: Democracy under siege*. Washington, D.C.: Freedom House, 2021. Disponível em: <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2021/democracy-under-siege>. Acesso em: 26 mar. 2026.
18. FUMANAL, Víctor. Independencia, nostalgia y la crisis del estado del bienestar: Las razones del ascenso de Vox en España. *Euronews*, 19 jul. 2023. Disponível em: <https://pt.euronews.com/2023/07/19/independencia-nostalgia-e-crise-do-estado-social-as-razoes-da-ascensao-do-vox-em-espanha>. Acesso em 22 out. 2025.
19. GARCIA, Ana Isabel. Abascal e Ortega Lara atribuem a Rajoy a primeira cisão do PP em duas décadas. *El Confidencial*, 15 jan. 2014. Disponível em: https://www.elconfidencial.com/espana/2014-01-15/abascal-y-ortega-lara-le-montan-a-rajoy-la-primera-escision-del-pp-en-dos-decadas_76238/. Acesso em: 08 maio 2026.
20. GIDENGIL, Elisabeth *et al.* Making sense of political choice: The 2000 Canadian election. *Canadian Journal of Political Science*, v. 34, n. 4, p. 745-774, 2001. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.3138/j.ctv1n35bhv>. Acesso em: 26 jun. 2026.
21. HERNÁNDEZ, Enrique; KRIESI, Hanspeter. The electoral consequences of the economic crisis in Western Europe. *European Journal of Political Research*, v. 55, n. 2, p. 203-224, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1111/1475-6765.12122>
22. HESSEL, Stéphane. *Indignez-vos!* Barcelona: Editorial Destino, 2020.
23. HOOGHE, Liesbet; MARKS, Gary. Cleavage theory meets Europe's crises: Lipset, Rokkan, and the transnational cleavage. *Journal of European Public Policy*, v. 24, n. 1, p. 109-127, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1080/13501763.2017.1310279>
24. IGNAZI, Piero. *Extreme right parties in Western Europe*. Oxford: Oxford University Press, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1093/0198293259.001.0001>
25. KITSCHELT, Herbert. The radical right in advanced democracies: new patterns of competition and voter alignments. In: BETZ, Hans-Georg; IMMERFALL, Stefan (Eds.). *The new politics of the right: Neo-populist parties and movements in established democracies*. New York: St. Martin's Press, 1996. p. 67-93.

26. KOOPMANS, Ruud *et al.* *Contested citizenship: Immigration and cultural diversity in Europe*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2005.
27. KRIESI, Hanspeter *et al.* *West European politics in the Age of Globalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
28. LAGO, Ignacio; MARTÍNEZ, Antonio. Economía y voto en las elecciones de 2011. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, n. 136, p. 13–38, 2011.
29. LAZARSFELD, Paul F.; BERELSON, Bernard; GAUDET, Hazel. *The people's choice: How the voter makes up his mind in a presidential campaign*. New York: Columbia University Press, 1948.
30. LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
31. LEWIS-BECK, Michael S. *et al.* *The American voter revisited*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2008.
32. LÖWY, Michael. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, n. 124, p. 652–664, out./dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.044>
33. LUPATO, Fabio García; RUIZ, Letícia; MEDERO, Gema Sánchez. Eleições de 2019 na Espanha: Nova competição para um sistema em mudança. In: LAVAREDA, António; TELLES, Helcimara. (Org.). *Eleições municipais: Novas ondas na política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2020. p. 289–312.
34. MAIR, Peter. *Ruling the void: The hollowing of Western democracy*. London: Verso Books, 2017.
35. MAINWARING, Scott; PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. Why Latin America's democracies are stuck. *Journal of Democracy*, v. 34, n. 3, p. 5–19, 2023. DOI: <https://dx.doi.org/10.1353/jod.2023.0010>
36. MARCHI, Riccardo; CAIANI, Manuela; BULLI, Giorgia. Introduction. *Análise Social*, v. 46, n. 201, p. 625–632, 2011. DOI: <https://doi.org/10.31447/AS00032573.2011201.01>
37. MARTÍNEZ, Ismael *et al.* Polarización afectiva, partidismo negativo y brecha perceptiva: Una aproximación teórica. *Más Poder Local*, n. 45, p. 7–20, 2021b. Disponível em: <https://www.maspoderlocal.com/index.php/mpl/article/view/polarizacion-afectiva-aproximacion-teorica-mpl45/18>. Acesso: 24 out. 2025.
38. MARTÍNEZ, José Miguel Rojo. Polarización afectiva. In: MARTÍNEZ, Ismael. (Coord.). *Diccionario de polarización y emociones*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales; Ministerio d la Presidencia, 2024a. p. 160–163.
39. MARTÍNEZ, José Miguel Rojo. Reacción cultural (*cultural backlash*). In: MARTÍNEZ, I. (Coord.). *Diccionario de polarización y emociones*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales; Ministerio de la Presidencia, 2024b. p. 160–163.
40. MARTÍNEZ, Ismael; MORA, Alberto; ROJO, José María. La medición de la polarización afectiva en sistemas multipartidistas. In: SEMINARIO “POLARIZACIÓN AFECTIVA: MIRADAS TRANSNACIONALES Y MULTIDIMENSIONALES”, 2024, Murcia. *Actas del Seminario “Polarización afectiva: miradas transnacionales y multidimensionales”*. Universidad de Murcia, Murcia, nov. 2024c.
41. MAYER, Nonna. The radical right in France. In: RYDGREN, Jens (Org.). *The Oxford Handbook of the Radical Right*. Oxford: Oxford University Press, 2018. p. 433–451.
42. MEDERO, Gonzalo. Partidismo negativo. In: MARTÍNEZ, I. Crespo (Dir.). *Diccionario multimedia de polarización política y afectiva*. 2024. Disponível em: <https://polarizacion.alice-comunicacionpolitica.com/voz/partidismo-negativo/>. Acesso em 13 nov. 2025.
43. MELO, Paulo Victor Teixeira. *Do bipartidarismo imperfeito ao multipartidarismo: A crise da representação e a emergência dos novos partidos espanhóis*. 2021. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.
44. MIGUEL, Luis Felipe. *Módulo 1, aula 2: A vinculação da extrema direita com o neoliberalismo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2025. 1 vídeo (32 min 37 s). Publicado pelo canal Fundação Perseu Abramo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xwLQ3xEUFSM&t=1957s>. Acesso em: 07 set. 2025.
45. MILLER, Luis. *Polarización en España: Más divididos por ideología e identidad que por políticas públicas*. *EsadeEcPol Insight*, 15 out. 2020. Disponível em: <https://dobetter.esade.edu/es/polarizacion-espana>. Acesso em: 13 nov. 2025.
46. MIRA, Esteban C.; BAKDID, Khadija. Iniciativas políticas gubernamentales. In: ENCUESTA NACIONAL DE POLARIZACIÓN POLÍTICA, 4., 2024, Murcia. *Actas de la IV Encuesta Nacional de Polarización Política*. Murcia: CEMOP; Universidad de Murcia, 2024. Disponível em: <https://www.cemopmurcia.es/estudios/iv-encuesta-nacional-de-polarizacion-politica-2024/>. Acesso em: 07 set. 2025.
47. MUDDE, Cas. *A extrema direita hoje*. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2022.
48. MUDDE, Cas. *Populist radical right parties in Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
49. NORRIS, Pippa. *Radical right: Voters and parties in the electoral market*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
50. NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. *Cultural backlash: Trump, Brexit, and authoritarian populism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.
51. ORRIOLS, Lluís. *Democracia de trincheras: Por qué votamos a quienes votamos*. Barcelona: Ediciones Península, 2023.

52. ORRIOLS, Lluís; CORDERO, Germán. The rise of Podemos: New politics and new social divisions. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, n. 155, p. 151-170, 2016.
53. PALACIOS BRIHUEGA, Irene. Polarización y apoyo a medidas iliberales. In: ENCUESTA NACIONAL DE POLARIZACIÓN POLÍTICA, 4., 2024, Murcia. *Actas de la IV Encuesta Nacional de Polarización Política*. Murcia: CEMOP; Universidad de Murcia, 2024. Disponível em: <https://www.cemopmurcia.es/estudios/iv-encuesta-nacional-de-polarizacion-politica-2024/>. Acesso em: 07 set. 2025.
54. PEDUZZI, Paolo *et al.* A simulation study of the number of events per variable in logistic regression analysis. *Journal of Clinical Epidemiology*, v. 49, p. 1373-1379, 1996. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0895-4356\(96\)00236-3](https://doi.org/10.1016/S0895-4356(96)00236-3)
55. POGUNTKE, Thomas. Anti-party sentiment – conceptual thoughts and empirical evidence: the case of Germany. *European Journal of Political Research*, v. 29, n. 3, p. 319-344, 1996. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1475-6765.1996.tb00655.x>
56. POGUNTKE, Thomas; SCARROW, Susan E. The politics of anti-party sentiment: Introduction. In: KATZ, Richard S.; MAIR, Peter (Eds.). *How parties organize: Change and adaptation in party organizations in Western democracies*. London: Sage, 1996. p. 1-14.
57. POPKIN, Samuel L. Information shortcuts and reasoning voter. *The American Political Science Review*, v. 85, n. 3, p. 777-790, 1991.
58. RAGIEVICZ, Mariana F. “No somos fachas. Somos españoles”: O nome de Franco no discurso do Vox. 2023. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2023.
59. RODRÍGUEZ, María; PÉREZ, Rodrigo. Far-right organizations connected in Ibero-America: The Madrid Forum and the alliance between Bolsonaroism and the Vox Party. In: GRECCO, Gabriela (Ed.). *Fascist legacies, and the new right on the other side of the Atlantic*. Back to the Future. Routledge, 2025.
60. RYDGREN, Jens. Radical right-wing parties in Europe: What’s populism got to do with it? *Journal of Language and Politics*, v. 16, n. 4, p. 485-496, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1075/jlp.17024.ryd>
61. SILVA, J. Moralización. In: MARTÍNEZ, I. (Coord.). *Diccionario de polarización y emociones*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales; Ministerio de la Presidencia, 2024. p. 33-34.
62. TELLES, Helcimara. Protests and emergence of new Brazilian right-wing: Perception of democracy, ideologies and anti-PT. In: TELLES, H; SILVA, J. *Public opinion and turmoil in Latin American democracies*. Springer, 2025. p. 103-134.
63. TELLES, Helcimara; CAMARGOS, João. Polarización temática. In: MARTÍNEZ, I. (Coord.). *Diccionario de polarización y emociones*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales; Ministerio de la Presidencia, 2024. p. 174-176.
64. TORCAL, Mariano. *De Votantes a Hooligans*. Polarización política en España. Madrid: Editorial Contracorriente, 2023.
65. TOSTES, Ana Paula. Polarização política e democracia. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, v. 66, n. 3, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/97QR4HVhRS5HgR7RdCNvnK/?lang=pt>. Acesso em: 8 nov. 2025.
66. URBINATI, Nadia. *Me, the people*: How populism transforms democracy. Cambridge: Harvard University Press, 2019.
67. VILLAPLANA, F. R. Moralización de la Política. In: MARTÍNEZ, Ismael. (Coord.). *Diccionario de polarización y emociones*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales; Ministerio de la Presidencia, 2024. p. 135-136.
68. WAGNER, Marcus. Affective polarization in multiparty systems. *Electoral Studies*, v. 69, p. 1-13, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.electstud.2020.102199>
69. ZANOTTI, Lisa; RAMA, José. Individuos políticamente descontentos con la democracia: Evaluación de los determinantes del voto por VOX relacionados con el régimen. *Estudios Internacionales*, v. 54, n. 203, p. 61-86, 2022. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So719-37692022000300061. Acesso em: 09 maio 2026.
70. ZANOTTI, Lisa; RAMA, José. Support for liberal democracy and populist attitudes: A pilot survey for young educated citizens. *Political Studies Review*, v. 19, n. 3, p. 511-519, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1177/1478929920945856>

Submissão em: 15 nov. 2025

Aceito em: 25 fev. 2026



DOSSIÊ

O FATOR TV: A TELEVISÃO NA ASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA GLOBAL

*THE TV FACTOR:
TELEVISION AND THE RISE OF THE
GLOBAL FAR RIGHT*

Janaine Aires* 

Ederson Costa** 

Claviano Nascimento*** 

*Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

janaine.aires@eco.ufrj.br

**Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia, Natal, Rio Grande do Norte, RN, Brasil.

edersonleivi97@gmail.com

***Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia, Natal, Rio Grande do Norte, RN, Brasil.

clavianokaka@gmail.com

RESUMO

Este artigo examina o papel da televisão aberta na crise da democracia representativa e na ascensão da extrema direita em diferentes contextos nacionais e seus impactos nos processos de desdemocratização. Fundamentada na Economia Política da Comunicação e nos Estudos de Mídia, nossa análise comparativa apoia-se em quatro casos – Donald Trump (EUA), Javier Milei (Argentina), Jair Bolsonaro (Brasil) e Viktor Orbán (Hungria). A análise organiza-se nas categorias persona política midiática, formato televisivo, governança informacional e articulação transnacional de repertórios comunicacionais. Os resultados indicam que, ainda que adaptada às especificidades culturais e institucionais locais, a televisão aberta atua como infraestrutura determinante para o avanço da extrema direita nas Américas e na Europa, reproduzindo padrões transnacionais de espetacularização da política e da erosão institucional.

Palavras-chave: Televisão; Extrema Direita; Economia Política da Comunicação; Comunicação Política; Desdemocratização.

ABSTRACT

This article examines the role of television in the crisis of representative democracy and in the rise of the far right across different national contexts, as well as its impacts on processes of de-democratization. Grounded in the Political Economy of Communication and Media Studies, our comparative analysis focuses on four cases – Donald Trump (United States), Javier Milei (Argentina), Jair Bolsonaro (Brazil), and Viktor Orbán (Hungary). The analysis is organized around the categories of media-built political persona, television format, informational governance, and the transnational circulation of communicational repertoires. The results indicate that, even when adapted to specific cultural and institutional contexts, broadcast television operates as a crucial infrastructure for the advance of the far right in the Americas and Europe, reproducing transnational patterns of political spectacularization and institutional erosion.

Keywords: Television; Far Right; Political Economy of Communication; Political Communication; De-democratization.

INTRODUÇÃO

A crise contemporânea da democracia representativa tem sido acompanhada pela consolidação de lideranças de direita e extrema direita em distintos contextos nacionais. De países periféricos, como as Filipinas de Rodrigo Duterte, a Guatemala de Jimmy Morales, a potências globais, como a Rússia de Vladimir Putin, verifica-se que a televisão permanece como infraestrutura estratégica para a legitimação dessas lideranças, funcionando como arena para a difusão de discursos, a mobilização social e a consolidação de sua autoridade.

Embora se esperasse que os avanços tecnológicos e a expansão das plataformas digitais favorecessem a pluralização do debate público, observa-se, em sentido inverso, a formação de sistemas comunicacionais alinhados a processos de desdemocratização. Esse padrão se repete nas Américas e na Europa, sugerindo dinâmicas estruturais que extrapolam fronteiras nacionais. Tais dinâmicas baseiam-se na espetacularização da política, na simplificação narrativa e, sobretudo, na erosão da confiança institucional (Sodré, 2021), configurando um verdadeiro laboratório global de formatos, de discursos, de políticas e de estratégias comunicacionais testadas e adaptadas entre países.

Este artigo investiga o papel da televisão na crise contemporânea da democracia representativa e na ascensão da extrema direita em distintos contextos nacionais, sustentando que esse meio permanece como uma infraestrutura central dos processos de desdemocratização. Argumenta-se que, apesar das especificidades culturais e institucionais de cada país, a televisão é um vetor determinante para o fortalecimento de lideranças de extrema direita, a partir da articulação entre elites econômicas, conglomerados de mídia e políticas de comunicação que reproduzem padrões transnacionais de legitimação política. Entendemos por desdemocratização os processos que preservam formalmente as instituições democráticas ao mesmo tempo em que esvaziam substantivamente suas funções e seu conteúdo. Nesse quadro, a comunicação exerce um papel decisivo, atuando como um dos principais mecanismos de legitimação e estabilização de regimes iliberais.

Nossa análise está situada nos campos da Economia Política da Comunicação e dos Estudos de Mídia, e visa desenvolver uma análise comparativa de quatro casos expressivos da extrema direita: Donald Trump (Estados Unidos), Javier Milei (Argentina), Jair Bolsonaro (Brasil) e Viktor Orbán (Hungria). Como premissa, consideramos que a televisão mantém papel central mesmo no contexto digital, em virtude da sua capacidade de alcançar amplas parcelas da população, incluindo as camadas mais pobres, em diferentes regiões do território nacional nos quatro cenários estudados.

Ao atuar como um fluxo contínuo de imagens, sons e narrativas, na perspectiva de Raymond Williams (2015), a televisão cria uma experiência integrada que molda percepções sobre a política. É fundamental para a construção da credibilidade e confiabilidade das informações em circulação e, simultaneamente, atua como ponto de partida e repositório de circulação de conteúdo. Apesar de outorgar às

plataformas as funções de *catering* e *delivery*, os materiais originalmente produzidos para o espectro limitado pelo alcance da radiodifusão incorporaram as lógicas próprias das plataformas digitais, seguindo um fluxo que cada vez mais sofisticava suas estratégias de segmentação. Nesse espaço, formatos e discursos são testados e adaptados rapidamente para aproximar o público, reforçar padrões culturais e simbólicos e potencializar a circulação transnacional de técnicas de comunicação autoritária, cujos efeitos de curto prazo se dão no âmbito eleitoral e, no longo prazo, na estrutura democrática como um todo.

Ao decorrer deste artigo, optamos pela análise e comparação de lideranças da extrema direita por meio de quatro categorias: *persona* política midiática construída pré e pós-eleições; formato televisivo adotado; governança informacional, regulação e poder midiático-empresarial; e articulação transnacional de repertórios comunicacionais. Com isso, objetivamos estabelecer uma análise comparativa de Viktor Orbán, Donald Trump, Jair Bolsonaro e Javier Milei, relacionando-os a partir de seus vínculos com a televisão e os atores político-sociais. A partir disso, observamos a importância da televisão na ascensão da extrema direita. Inicialmente, refletimos sobre como esse processo acontece globalmente, promovemos o detalhamento de nossa proposta metodológica e, na sequência, organizamos nossas análises por ordem cronológica, iniciando por Viktor Orbán, seguindo com Donald Trump, Jair Bolsonaro e encerrando com Javier Milei.

ASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA

A crise da sociedade capitalista intensifica-se a partir da década de 1960 não como um evento pontual, mas como um processo estrutural de longa duração, associado à reconfiguração do paradigma científico, tecnológico e produtivo, cujos efeitos se desdobram de forma desigual e acumulativa ao longo das décadas seguintes. Essa crise manifesta-se na erosão da autonomia dos Estados nacionais, na precarização das relações de trabalho, no aprofundamento das desigualdades sociais e na degradação dos serviços públicos, ganhando novas inflexões a partir da financeirização da economia, da globalização produtiva e, mais recentemente, da plataformização dos sistemas de comunicação (Reis, 2020). É no interior dessas inflexões contemporâneas que se insere a ascensão, a partir dos anos 2010, de movimentos políticos e lideranças de extrema direita em diferentes regiões do mundo, como Donald Trump (Estados Unidos), Jair Bolsonaro (Brasil), Javier Milei (Argentina) e Viktor Orbán (Hungria/União Europeia). Assim, a emergência desses atores deve ser compreendida como expressão histórica de uma crise global do capitalismo em curso, cujas dimensões políticas e institucionais se atualizam no presente sob a forma de processos de desdemocratização (Levitsky; Ziblatt, 2018; Norris; Inglehart, 2019; Przeworski, 2019; Reis, 2020).

O cenário imposto pelo descrédito aos modelos de representação partidários espalhados pelo mundo e a desmoralização dos políticos, que se estende a

sindicatos de categorias (Reis, 2020), é atravessado por lutas e contrapesos entre as forças ligadas ao “sistema” (por vezes atores como a imprensa, espaços de educação e igrejas) e a sociedade. Se, por um lado, tal cenário é contestado por movimentos que reivindicaram mudanças sociais e estruturais, como é caso da Primavera Árabe em países do norte da África e no Oriente Médio, o movimento *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos, ou mesmo o movimento de junho de 2013 no Brasil (Alves, 2019); por outro, também há reações organizadas pela direita mundial (Reis, 2020) que surgem como resposta às mudanças sociais e à crise capitalista, que passa a agir de maneira ativa e propositiva, especialmente em relação àquilo que Benjamin Teitelbaum (2020) denomina como metapolítica, uma atuação estratégica no intuito de criar aparelhos que possam disseminar sua ideologia sem precisar disputar com outras ideologias.

Esses grupos de extrema direita estabelecem seus próprios meios de comunicação (escolas, cursos, sites) para propagandear sua cultura e ideologia. Embora possam ser relacionados aos Aparelhos Ideológicos Privados de Althusser (1980), as instituições criadas por esse extrato político não difundem necessariamente a ideologia dominante, agindo, de forma lenta e muitas vezes imperceptível, à margem das instituições para explorar as brechas do regime democrático de direito. Essa ação é descentralizada, com grande ativismo público. A partir da apropriação do Estado, o movimento passa a destruí-lo por dentro (Reis, 2020; Levitsky; Ziblatt, 2018), subvertendo parlamentos, o Judiciário e a imprensa sob o pretexto de atingir objetivos legítimos e colocando em prática sua política de subversão através da legislação de controle dos meios de comunicação (Levitsky; Ziblatt, 2018).

De acordo com Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018), a legitimação desses grupos no poder ocorre através de ataques sistemáticos a opositores (políticos, artistas e mídias), visando seu enfraquecimento e silenciamento, e se consolida com a alteração das “regras do jogo democrático” para perpetuar a dominação estatal, como visto na Hungria. Somado a isso, Pippa Norris e Ronald Inglehart (2019) argumentam que esses líderes utilizam o medo como arma política central (exemplificado no Brexit¹ e com Trump), direcionando a retórica contra as elites estabelecidas (“mídia falsa”, juízes, partidos tradicionais) para dilacerar a confiança nas instituições. Essa estratégia fomenta uma polarização narrativa que estabelece uma rivalidade entre “o povo” (incluindo o líder) e “o sistema”, designando grupos minoritários ou que ameçam valores tradicionais (imigrantes, LGBTQIA+, comunistas) como inimigos para, então, se colocarem como os únicos salvadores da nação (Norris; Inglehart, 2019).

¹ Brexit é a sigla utilizada para identificar o processo de votação da saída do Reino Unido da União Europeia.

METODOLOGIA PARA ANÁLISE DA TELEVISÃO E DA EXTREMA DIREITA GLOBAL

A partir da discussão dos tópicos anteriores, evocamos os estudos de Daniel Reis (2020) como um esforço de sintetizar uma caracterização da extrema direita: o nacionalismo radical incluído em suas propostas e em sua agenda política; sua articulação internacional, que pode ser observada através das práticas de conexão orgânica entre políticos e governos no mundo; seu viés antidemocrático, que acontece, muitas vezes, agindo por dentro do sistema para corroê-lo; o conservadorismo social e religioso, que é praticado a partir das suas políticas de governo e especialmente nas figuras e movimentos que apontam como inimigos; uma ascensão fulminante na política, tornando-se atores centrais no debate; e a capacidade de abarcar diferentes tendências da direita em seu movimento (Reis, 2020).

A dinâmica desenvolvida de modo sistemático, ao contrário do que se possa pensar, não se aprofunda somente por meio das plataformas digitais, mas também a partir de veículos tradicionais de comunicação. A relação entre televisão e líderes de extrema direita é resultado de um laboratório global de experimentos que, ao nosso ver, coordenam os processos de desdemocratização. Tais processos e a construção de democracias iliberais prescindem da articulação de políticas e estratégias de comunicação que as sustentem. Trata-se de promover o controle sobre os fluxos informacionais de forma a restringir o acesso a perspectivas divergentes e redefinir o próprio sentido do debate público.

Orientamos a análise comparativa das lideranças de extrema direita estudadas focando na questão midiática. Por isso, nosso trajeto metodológico visa analisar os quatro cenários políticos a partir de quatro categorias distintas, sintetizadas no Quadro 1. Essas categorias buscam compreender desde a construção simbólica das *personas* políticas até as estruturas de poder e circulação transnacional desses repertórios comunicacionais.

Buscamos acompanhar as estratégias de poder dessas lideranças antes e depois da ocupação do Estado, a fim de apreender continuidades, inflexões e reconfigurações no uso da comunicação como instrumento político. Os casos estudados têm temporalidades distintas, iniciando em 2010 na Hungria, 2017 nos Estados Unidos, 2018 no Brasil e 2022 na Argentina. O caso húngaro é o mais longo, tratando-se de quatro mandatos consecutivos. No caso americano, há um intervalo e um retorno ao poder em 2025, ou seja, falamos de um segundo mandato. O caso brasileiro teve uma interrupção com o retorno do Partido dos Trabalhadores ao poder em 2023. Já o caso argentino é o mais recente e ainda no primeiro mandato. Organizamos as seções seguintes considerando essa temporalidade, porém analisando cada caso segundo as categorias de forma mais completa.

Quadro 1 – Descrição das categorias de análise

Categoria	Descrição
Persona política midiática construída antes e pós-eleição	Analisa a construção pública das lideranças antes da entrada formal na política, observando como produtos midiáticos moldam percepções de competência e autenticidade. Buscamos identificar como essas identidades são reconfiguradas após a eleição para legitimar o poder e mobilizar apoiadores, convertendo trajetórias anteriores (celebridades, militares, influenciadores etc.) em capital simbólico.
Formato televisivo adotado	Analizamos como formatos televisivos estruturam a representação política, moldando narrativas, afetos e performances que tornam lideranças mais críveis ou identificáveis. Consideram-se as dimensões estética, ritualística e ideológica dos gêneros (Feuer, 1992), bem como a adaptação/hibridização de formatos e seu uso para construir legitimidade e popularidade.
Governança informacional, regulação e poder midiático-empresarial	Examinamos mecanismos de controle do ecossistema informacional, incluindo concentração de propriedade, alianças empresariais e captura regulatória. Analisa-se o uso de verba publicitária estatal para premiar aliados e punir críticos, mudanças regulatórias e ecossistemas autoritários sustentados por plataformas, dados e desinformação. Inclui-se também portas giratórias entre governo, mídia e <i>Big Techs</i> .
Articulação transnacional de repertórios comunicacionais	Consideramos a circulação global de formatos, narrativas, consultorias e estratégias que consolidam modelos autoritários adaptados a diferentes contextos.

Fonte: Elaboração própria.

LABORATÓRIO HÚNGARO: ILIBERALISMO PARA EXPORTAÇÃO

A trajetória de Viktor Orbán e a metamorfose do partido Fidesz ilustram a construção de uma *persona* política midiática central para o projeto autoritário húngaro contemporâneo. Originalmente um movimento estudantil liberal-reformista, o Fidesz passou por uma profunda reorganização ideológica entre as décadas de 1990 e 2000, migrando para uma posição firmemente conservadora. Com sua vitória em 1994, Orbán consolidou-se não apenas como primeiro-ministro, mas como líder simbólico do novo conservadorismo húngaro, tendo sua imagem associada a um

estadista patriótico e moralizador (Krekó; Enyedi, 2018). Sua legitimidade passou a ser construída pelo voto e por uma suposta missão histórica de restaurar o que chama de “alma cristã” da nação.

Durante o período em que o Fidesz esteve na oposição (1998–2010), a *persona* de Viktor Orbán foi refinada, alinhando-se a um discurso nacionalista e religioso que, influenciado pela hegemonia neoliberal pós-Guerra Fria (promovendo austeridade e privatização), forjou um cristianismo marcado pelo ressentimento pós-socialista (Krekó, 2022). Essa retórica cria uma barreira cultural contra o mundo ortodoxo e muçulmano vizinho, justificando sua principal pauta: a política anti-imigração. Essa fusão de conservadorismo com pragmatismo econômico foi amplificada pela televisão estatal, que construiu uma narrativa de que Orbán encarna a vontade do povo húngaro contra as elites liberais e as instituições europeias. A imagem de autoridade paternal e austera é intencionalmente reforçada por sua participação semanal no programa de rádio e televisão *Good Morning Hungria*, no qual ele é o protagonista em um formato que espelha seus discursos oficiais (Barton Hronešová; Kreiss, 2024).

Já no que se refere à governança informacional, regulação e poder midiático-empresarial, Orbán criou um modelo de atuação que vem sendo copiado por outras lideranças de extrema direita (Krekó; Enyedi, 2018). A partir de reformas regulatórias implementadas desde 2010, possíveis por ter alcançado a maioria das cadeiras no parlamento (263 de 386 assentos), o governo reconfigurou o sistema público de mídia húngaro, cooptando três grandes emissoras nacionais: MTV (televisão pública), MR (rádio pública) e Duna TV (canal público cultural) e subordinando-as à NMHH (Autoridade Nacional de Mídia e Comunicações)² e ao MTVA (Fundo de Gestão de Ativos e Apoio a Serviços de Mídia)³, controlados pelos partidos do primeiro-ministro. Entre outras funções, o primeiro órgão tem poder de aplicar multas capazes de arruinar economicamente veículos opositores. Assim, o sistema público tornou-se um veículo de propaganda governamental e é fundamental na sequência de quatro vitórias eleitorais consecutivas de seu partido.

Além disso, em paralelo, empresários aliados ao governo adquiriram canais privados, como a TV2 (segunda maior emissora comercial do país), fortalecendo uma rede de propriedade midiática fiel ao seu poder político. Para Petro Krekó (2022), a Hungria pode ser definida como uma autocracia informacional ou uma “ditadura de propaganda” (*Spin dictatorship*), isto é, um modelo político que mantém instituições democráticas formais, mas controla o poder principalmente através da manipulação da informação, da propaganda e da distorção da opinião pública.

Desde 2010, Viktor Orbán implementou um controle progressivo da mídia na Hungria sem recorrer à censura explícita, mas sim ao estrangulamento financeiro da imprensa independente, cortando publicidade estatal e ameaçando anunciantes

² Em húngaro NMHH é a sigla de *Nemzeti Média – és Hírközlési Hatóság*. Disponível em: <http://www.mediatanacs.hu>. Acesso em: 10 nov. 2025.

³ Em húngaro MTVA é a sigla de *Médiaszolgáltatás-támogató és Vagyonkezelő Alap*. Disponível em: <https://mtva.hu/>. Acesso em: 10 nov. 2025.

privados. O partido Fidesz justificou estas ações como um meio de “equilibrar” a dominância liberal, baseando-se em teorias da conspiração (Bátorfy; Urbán, 2019). Utilizando a crise do jornalismo e multas para fragilizar o setor, aliados de Orbán compraram veículos a preços irrisórios – um processo definido como “capitalismo de compadres” (*crony capitalism*), que esvazia instituições democráticas em favor de redes de favoritismo e clientelismo (Krasztev; Van Til, 2015). Essa consolidação culminou, em 2018, na criação da fundação KESMA⁴ (*Central European Press and Media Foundation*), que controla cerca de 500 veículos pró-governo alinhados à promoção de “valores cristãos-nacionais” e de uma “identidade herdada”. A KESMA (2018) estende sua influência por toda a Bacia dos Cárpatos, inclusive no Quarteto de Visegrado, na Ucrânia, Romênia, Sérvia, Áustria, Croácia e Eslovênia, formando um mega conglomerado isento de supervisão concorrencial.

Com a mídia praticamente capturada, as eleições de 2022 ocorreram sob forte desequilíbrio: rádio, TV e jornalismo impresso repetiam *slogans* oficiais, enquanto a oposição tinha acesso mínimo aos meios. Por exemplo, o candidato opositorista teve apenas cinco minutos na TV pública, numa manhã de quarta-feira. O governo gastou dez vezes mais em propaganda política do que seus adversários, saturando o espaço informacional e dificultando a compreensão das propostas opositoras pelos eleitores (Scheppele, 2022). Em suma, nesse contexto político, os meios de comunicação neutralizaram sistematicamente os adversários.

Após a centralização da mídia doméstica do país, esse projeto midiático está em expansão e serve às ambições de política externa húngara. Um exemplo desse processo é a compra da *Euronews*, uma rede de estações televisivas de informação paneuropeia fundada em 1993 e sediada em Lyon, na França. Desde julho de 2022, 88% da *Euronews* passou a ser controlada pelo fundo português *Alpac Capital*, dirigido por Pedro Vargas David, que é filho de Mário David, ex-eurodeputado e conselheiro político de Viktor Orbán. Situação similar se verifica na expansão húngara na mídia da Macedônia, Romênia e Eslovênia. Orbán não é o primeiro líder da extrema direita, porém, é o pioneiro na franca exportação de suas técnicas e estratégias de ascensão. Sua trajetória forneceu um modelo de captura midiática e de reconfiguração institucional que, posteriormente, inspirou lideranças de extrema direita em outros contextos nacionais, entre elas Donald Trump nos Estados Unidos.

A *persona* política de Viktor Orbán enquanto estadista que resguarda a alma húngara (Categoria 1) é estabilizada por formatos ritualizados da televisão estatal (Categoria 2) e consolidou-se por meio de um regime de profunda captura institucional e na concentração empresarial pró-governo da mídia (Categoria 3), sendo um importante articulador desse repertório autoritário transnacional que passa a orientar e inspirar outras lideranças de extrema direita (Categoria 4). Há uma articulação transnacional de repertórios, conforme descreveremos na seção a seguir.

⁴ Em húngaro, *Közép-Európai Sajtó és Média Alapítvány*.

MAKE AMERICA HATE AGAIN

A difusão de modelos político-econômicos por meio de produtos midiáticos é uma prática histórica dos Estados Unidos. Esse projeto se atualiza com Donald Trump, que, entre 2004 e 2016, foi produtor e apresentador do *reality show* *The Apprentice* (NBC). Embora Trump já tivesse fama anterior, a *persona* televisiva construída no programa, de um líder inflexível, competente e supostamente bem-sucedido, foi crucial para naturalizar sua imagem de “gestor” apto a governar (Couldry, 2008; Kellner, 2017), mesmo que seus negócios na época estivessem acumulando dívidas. O programa visava promover a marca de Trump por meio da exposição de suas propriedades e de “dicas de negócios”, legitimando suas decisões e reforçando a narrativa de sucesso empresarial. Com alta audiência, *The Apprentice* disseminou amplamente essa versão idealizada e ficcional de Trump, fornecendo-lhe o capital simbólico e o repertório performático que seriam reutilizados em sua ascensão e práticas políticas.

O *reality show* que popularizou Donald Trump, simbolizado pela frase autoritária “*You’re fired!*”, funcionou como um ritual televisivo que naturalizou e legitimou valores centrais do neoliberalismo, como a competição, a meritocracia e a autogestão, transformando-os em espetáculo (Couldry, 2008). Esse formato cristalizou um *ethos* autoritário e individualista crucial na retórica política de Trump. Jo Littler e Nick Couldry (2008) defendem que, ao encenar o trabalho neoliberal como um “jogo de realidade”, o programa dramatizou as habilidades exigidas pela economia, incluindo compromisso emocional, adaptabilidade, competição e o reforço da meritocracia através de uma figura autoritária e carismática. A dimensão transnacional dessa estética de liderança empresarial é evidente na replicação do formato em diversos países, notavelmente no Brasil, onde foi apresentado por Roberto Justus e por João Dória (que ascendeu a prefeito e governador de São Paulo). Em todas as versões, os apresentadores encarnaram o ideal do empresário bem-sucedido como modelo social. Couldry (2008) descreve essa dinâmica como um “teatro secreto” que usa o entretenimento para encenar e naturalizar as normas de trabalho neoliberal perante o público.

Para Nick Couldry (2008), o formato transforma princípios econômicos que poderiam ser percebidos como cruéis, como a competição constante, a vigilância, a precariedade e a responsabilização individual, em um jogo aparentemente neutro, no qual os participantes aceitam as regras sem questioná-las. Assim, essa fórmula televisiva de *reality* promove a ideia de que o sucesso depende de atributos pessoais como paixão, carisma e dedicação ilimitada ao empregador, reforçando a noção de que a trajetória profissional é exclusivamente mérito individual. A proposta encena, assim, a mobilização da subjetividade dos trabalhadores, convertendo o trabalho emocional em um requisito indispensável. Nesse sentido, os apresentadores encarnam o ideal meritocrático e legitimam a agressividade e a competição como normas empresariais em um cenário em que não há espaços para contestação, uma vez que as normas neoliberais seriam inevitáveis e universalmente válidas.

A ascensão política de Donald Trump foi alavancada por uma relação estratégica com a *Fox News* (de Rupert Murdoch), iniciada informalmente em 2011, que converteu sua visibilidade midiática em capital simbólico, legitimando sua imagem como um “gestor eficiente”. Após a eleição, essa parceria foi reforçada, reconfigurando a comunicação da Casa Branca (Hemmer, 2019), com a *Fox News* atuando como uma rede de apoio radical que ofereceu cobertura massiva e assimétrica em favor da presidência (Benkler; Faris; Roberts, 2018). Essa aliança mútua, baseada no ressentimento elitista (Mayer, 2019), resultou na captura institucional e concentração de poder midiático: o governo empregou diversos ex-funcionários da *Fox* em cargos oficiais, sugerindo uma sobreposição de interesses e folhas de pagamento (Mayer, 2019). Analisada pela categoria de *Governança Informacional*, essa relação simbiótica exemplifica a chamada *revolving door* (porta giratória), com apresentadores e comentaristas assumindo mais de 20 cargos de alto escalão no governo, como Jeanine Pirro e Pete Hegseth, conforme dados de Tom Tapp (2025).

A estratégia de comunicação de Trump não se limitou à televisão e se alastrou ao meio digital. O alinhamento político consolidou um ecossistema autoritário de mídia e tecnologia, caracterizado pelo controle de fluxos informacionais e pela punição de opositores. Durante o segundo mandato de Trump, isso se manifestou na aproximação das *Big Techs* (com a presença de CEOs na posse, Figura 1) e no reposicionamento da Meta, que encerrou a checagem de fatos e nomeou aliados republicanos para cargos internos (Melville, 2025). Conforme destaca Santos (2025), paralelamente, o governo garantiu a captura regulatória da televisão ao reconduzir Brendan Carr à presidência da FCC (Federal Communications Commission). A FCC, atuando em alinhamento, pressionou e investigou grandes conglomerados de mídia (ABC, NBC, CBS), incluindo aprovações de fusões a concessões editoriais e servindo como instrumento para intimidar emissoras hostis, como no caso do cancelamento de *The Late Show with Stephen Colbert*.

Patrícia Campos Mello (2025) aponta para a existência de uma segunda fase de expansão de Trump, que adota a estratégia de Viktor Orbán na Hungria, consistindo na compra de veículos de comunicação por empresários aliados. Essa fase tem intensificado a concentração vertical de mídia, ampliando o domínio já existente sobre *Fox News* e X (Elon Musk, que chegou a assumir um cargo “simbolicamente” ministerial). O controle de empresas como CBS (adquirida por David Ellison via Paramount/Skydance) visa à “deswokização” editorial da rede, conforme defende o empresário. Enquanto isso, o pai de David, Larry Ellison (CEO da Oracle), do *TikTok*, aproveita sua posição para controlar algoritmos e dados de usuários, o que consolidaria um ecossistema midiático majoritariamente alinhado a Trump.

Tais práticas revelam a conversão da influência midiática em instrumento de governança política, configurando o que esta categoria define como ecossistema autoritário sustentado por plataformas e regulação seletiva. Assim, a análise categorial que desenvolvemos evidencia que a trajetória política de Donald Trump é indissociável da lógica midiática que a produziu. A *persona* construída em *The*

Apprentice (Categoria 1), mediada por um formato televisivo neoliberal (Categoria 2), expandiu-se através de uma rede de *governança informacional e empresarial* (Categoria 3) e inseriu-se em um sistema transnacional de repertórios comunicacionais (Categoria 4), especialmente inspirada no caso húngaro.

Figura 1 – Representantes das *Big Techs* americanas na posse de Donald Trump em 2025



Fonte: Thew (2025).

O MESSIAS BOLSONARO

Jair Bolsonaro iniciou sua carreira política como vereador em 1988 e, a partir de 1990, obteve sete mandatos consecutivos como deputado federal. Apesar de ser conhecido por seu histrionismo e polêmicas (Oyama, 2020) e por sua baixa produtividade parlamentar (apenas 171 projetos apresentados em 28 anos), conseguiu ascender, tornando-se o deputado federal mais votado no Rio de Janeiro em 2014. Essa popularidade culminou na sua eleição à Presidência do Brasil em 2018 com 57 milhões de votos, consolidando-o como um dos líderes da extrema direita no país. Essa trajetória ascendente está diretamente atrelada à sua relação e atuação estratégica na mídia, especialmente na televisão aberta e nas redes sociais.

Jair Bolsonaro construiu sua *persona* midiática de “militar outsider” e sua posterior ascensão à Presidência do Brasil (2018) a partir de aparições esporádicas e sistemáticas na televisão, diferentemente de Orbán e Trump. Entre 2010 e 2018, participou de 33 programas de palco e *talk shows* (Piaia; Nunes, 2019), com forte concentração nas emissoras Band e RedeTV (notavelmente 11 vezes no programa *Superpop* da Rede TV! e 5 no programa *CQC* da Band). Com as proximidades das eleições de 2018, essas aparições se ampliaram também para outras emissoras, como o SBT, especialmente no *Programa do Ratinho*. O candidato ganhou um

quadro em sua homenagem no programa *Pânico na Band*, denominado *Mitadas do Bolsonaro* (Aires; Macêdo; Santos, 2025).

Nesses espaços, Bolsonaro se posicionava como oposição radical ao Partido dos Trabalhadores (PT) e associava sua imagem ao militarismo, pautando temas como revisionismo do Golpe de 1964 e críticas a políticas sociais e identitárias. Através de situações polêmicas e pronunciamentos verborrágicos, manteve sua presença na mídia por décadas, consolidando sua imagem antissistema (Alves, 2019).

Em paralelo às suas participações na televisão, Jair Bolsonaro iniciou a construção de uma rede orgânica de apoiadores digitais a partir de 2013 e 2014 (Alves, 2019) cujo propósito era moldá-lo como uma figura transparente, incorruptível e que “fala o que pensa”, segundo entrevista da BBC em 2017, com Thiago Turetti, um dos administradores de uma das maiores páginas pró-Bolsonaro na época (Fagundez, 2017). Essa rede combinava um núcleo duro de comunicação familiar com uma militância orgânica ativa, dedicada à propagação de conteúdos e à blindagem de Bolsonaro nas redes sociais (Alves, 2019). O filho, Carlos Bolsonaro, atuava monitorando as redes para alinhar o discurso e, inclusive, utilizava cargos em gabinetes para comprar a produção de vídeos pró-governo (Alves, 2019).

Com a aproximação do período eleitoral de 2018, Bolsonaro intensificou a construção da sua imagem como um político anticorrupção e passou a se aproximar de pautas mais amplas como o neoliberalismo. Assim, ganhou o apoio de setores mais moderados da direita brasileira, estabelecendo sua posição como principal candidato da direita e aprofundando sua *persona* como um político antissistema (Alves, 2019).

Seu mandato presidencial (2019–2022) foi marcado por um projeto de caráter conservador explícito (Barbosa, 2022), caracterizado por ataques a instituições democráticas, firme oposição ao legado do Partido dos Trabalhadores (PT), alinhamento com políticas neoliberais, ataques a minorias sociais e uma agenda política profundamente ligada ao cristianismo, ao militarismo e ao agronegócio, que foi o setor de investimento prioritário (Amado, 2023)⁵.

Nesse sentido, ao analisarmos a Categoria 3, *Governança Informacional, Regulação e Poder Midiático-Empresarial*, é importante estabelecer uma relação intrínseca entre o bolsonarismo e os oligopólios midiáticos, especialmente aqueles dependentes da verba pública federal, como SBT, Band, RedeTV, RecordTV e emissoras de menor porte vinculadas a Igrejas, que têm significativa representação no parlamento brasileiro. É simbólica a presença desses proprietários de mídia na cerimônia oficial de celebração à Independência do Brasil de 2019, conforme apresentamos na Figura 2.

Destaca-se, nesse sentido, a RecordTV, vinculada à Igreja Universal do Reino de Deus. Embora tenha se mantido como parte da base aliada ao Partido dos Trabalhadores

⁵ Esse massivo investimento visava garantir o apoio eleitoral do setor, que representava quase 24% do PIB em 2023 (Cepea/USP e CNA), estabelecendo Bolsonaro como o seu candidato e aproveitando a popularidade adquirida pelo agronegócio via campanha publicitária na televisão aberta.

entre 2002 e 2016, o grupo religioso-político-midiático aliou-se na primeira hora ao golpe institucional que deu origem ao governo Michel Temer (PMDB) e, na sequência, aderiu à gestão de Bolsonaro, ocupando ministérios e cargos centrais (Aires; Santos, 2017).

Figura 2 – Representantes da Televisão brasileira no desfile de 1º de setembro de 2019



Fonte: Reis (2019).

A mobilização promovida por entidades religiosas cristãs foi essencial não apenas para a eleição de Bolsonaro, mas também para manter uma base social ativa durante seu governo (Prandi; Santos, 2019). Pautado sobre o lema “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, Bolsonaro angariou apoio direto de líderes religiosos, como Silas Malafaia, da Assembleia de Deus Vitória em Cristo; Edir Macedo, da Igreja Universal do Reino de Deus; R.R. Soares, da Igreja Internacional da Graça de Deus; Valdomiro Santiago, da Igreja Mundial do Poder de Deus; e Magno Malta, senador, cantor e pastor evangélico. Todos se alinhavam ao discurso conservador do ex-capitão, especialmente em políticas culturais e morais (Prandi; Santos, 2019). Essa aliança foi materializada em nomeações para cargos-chave: a pastora Damares Alves, inicialmente assessora de Malta, foi nomeada Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Por meio dessa nomeação, os mecanismos de proteção social e dos direitos humanos administrados pelo governo federal foram cooptados por valores

cristãos (Goldstein, 2020). Outros exemplos incluem a nomeação do pastor presbiteriano André Mendonça para Ministro da Justiça e, posteriormente, para o Supremo Tribunal Federal (STF), e a indicação do cantor evangélico Marco Feliciano como vice-líder do governo. Essa base política introduzida ao poder federal teve continuidade na legislatura seguinte e significativa capacidade de multiplicação nas camadas municipais e estaduais.

Bolsonaro confirmou seu pacto com os cristãos ao estabelecer políticas públicas direcionadas a este setor, elevando o teto de arrecadação diária para isenção de declaração financeira de igrejas de R\$ 1,2 milhões para R\$ 4,8 milhões, e alinhando ideologicamente o governo a pautas morais, como o Estatuto do Nascituro, o Estatuto da Família e o projeto Escola sem Partido (Goldstein, 2020).

Além disso, para conter uma crise institucional que pôs o seu mandato em risco, Bolsonaro nomeou o deputado federal Fábio Faria, genro de Silvio Santos, dono do SBT, ao Ministério das Comunicações (Ferrari, 2020). Faria tornou-se responsável por promover um “armistício patriótico” a partir da concessão de outorgas de radiodifusão a aliados, especialmente aqueles vinculados ao centrão. Sob sua batuta, o governo Bolsonaro avançou na flexibilização regulatória ao permitir o arrendamento de faixas de programação televisiva por grupos religiosos através da Lei nº 14.408/22, prática antes situada em uma zona cinzenta normativa que, na teoria, a proibia; e, por meio de medida provisória com inserção de “jabuti”⁶, isentou plataformas de *streaming* da Condecine, enfraquecendo instrumentos tradicionais de financiamento do audiovisual brasileiro (Bravi [...], 2021).

A política de Bolsonaro estabeleceu uma relação transnacional com atores globais de comunicação, como Elon Musk, sob a retórica de avanço tecnológico e informacional. Um exemplo foi o programa “Conecta Amazônia”, que visava instalar a rede *Starlink* para disponibilizar internet e sistemas de monitoramento em regiões interioranas do país, efetivamente abrindo as portas para uma infraestrutura privada de informação e comunicação que oferece dados para os Estados Unidos. Essa prática esconde a disponibilização de dados sensíveis do Brasil para outros países, atingindo a soberania nacional. Tais práticas convergem na construção de sua *persona* de militar antissistema (Categoria 1), alianças empresariais que ameaçam a governança informacional (categoria 3) e na reprodução de padrões transnacionais de repertórios e práticas comunicacionais (categoria 4).

UM ANIMALE SUELTO, INTRATABLE E COM CÁTEDRA LIBRE NA TV ARGENTINA

Javier Milei, fundador do partido *La Libertad Avanza*, foi eleito presidente da Argentina em novembro de 2023, vencendo o candidato governista Sérgio Massa

⁶ A Medida Provisória nº 1.018/2020, de Bolsonaro, pode ser considerada um jabuti, pois no jargão legislativo brasileiro, refere-se à inclusão de dispositivos estranhos ao tema original de um projeto de lei ou medida provisória, inseridos para aprovar alterações que dificilmente passariam pelo rito regular de debate e votação.

com uma campanha pautada em um neoliberalismo extremado e propostas ligadas ao anarcocapitalismo. O político chegou à presidência com propostas disruptivas, mesmo em relação à linha peronista⁷ de seu adversário na economia. As principais propostas de Milei incluíam a extinção do Banco Central Argentino, a dolarização da economia, a privatização de empresas públicas e a redução dos gastos estatais. Além disso, sua campanha defendeu a extinção de verbas rescisórias aos trabalhadores, a desregulamentação do porte de armas e a militarização das prisões (Quem é Javier Milei [...], 2023).

A ascensão política de Javier Milei começou em 2020, quando anunciou sua candidatura à presidência, culminando em 2021 com a conquista de duas cadeiras na Câmara de Deputados, ocupadas por ele e por sua vice, Victoria Villarruel. Contudo, sua popularidade foi construída antes disso, enquanto atuava como economista-chefe da Corporação-América⁸. Seu crescimento midiático expõe semelhança com o de Bolsonaro: a partir de 2015, Milei começou a apresentar suas teorias econômicas para programas de televisão, frequentemente em formato de *talk shows*, como os programas *Animales Suelos*, *Intratables* e *Viviana con vos*, da América TV, o quadro televisivo *El consultorio de Milei*, do programa humorístico *Cuatro Caras Bonitas*, do canal público El Canal de la Ciudad, que foi transformado em uma peça de teatro que circulou o país, e o formato mais recente *Cátedra Libre*, com distribuição global. Sua notoriedade nessas aparições era impulsionada por teorias esdrúxulas, verborragia e por sua aparência, o que o levou a ser convidado recorrentemente para programas televisivos (Javier Milei [...], 2023), porém o foco de suas discussões são as pautas econômicas.

José Luis Manzano, um empresário que é uma espécie de camaleão político argentino, tendo sido peronista, kirchnerista e menemista, atualmente é dono da América TV (*Who owns the media* [...], 2018) e aliou-se a Milei, dando visibilidade contínua ao economista quando ele ainda era apenas um comentarista televisivo em 2015. Com a ascensão de Milei ao poder, Manzano ampliou sua influência econômica, encontrando no governo um ambiente favorável às políticas de re-regulação e privatização que beneficiam seus negócios centrados em energia, lítio e petróleo. Trata-se de uma espécie de reedição do capitalismo de compadres de Órban, conforme já discutimos. A partir do seu ganho de popularidade na televisão, Milei começou também a produzir conteúdo para as mídias sociais, ao passo que terminou angariando uma legião de seguidores pela sua *personalidade* antissistêmica, apresentando-se como uma solução para os problemas econômicos de seu país.

Além disso, Milei foi anunciado como um candidato anarcocapitalista, aliado a Jair Bolsonaro no Brasil e Donald Trump nos Estados Unidos, de modo que sua campanha aproveitou das suas eleições para se apresentar como opção viável (Javier

⁷ Na Argentina, o peronismo é um movimento associado a políticas trabalhistas e populistas. O movimento foi iniciado pelo ex-presidente argentino Juan Domingo Perón.

⁸ Antes de ingressar na política, em 2021, Milei trabalhou por anos como economista-chefe e consultor para a *Corporación América*. Sua carreira e formação profissional estão ligadas ao grupo gerido por Eduardo Eurnekian, empresário de mídia ex-proprietário da *América TV*, rádios e um jornal econômico chamado *El cronista*, cujos negócios estão centrados na gestão de aeroportos.

Milei [...], 2023). Durante sua campanha, também eram recorrentes as críticas a uma espécie de elite argentina que dominou o país pelas últimas décadas, o que incluía a imprensa tradicional e a academia. Como será possível perceber ao longo dos próximos parágrafos, a partir dessas críticas, Milei utilizou o Estado no sentido de desintegrar empresas estatais, especialmente as ligadas à comunicação.

Para José Rodríguez Amieva (2025), comportando-se como um “malware discursivo”, o fenômeno mileísta articula um nacionalismo conspiratório que apresenta o “socialismo” como inimigo a combater (por ser ora uma doença moral, ora uma entidade satânica e ora uma ameaça civilizatória) enquanto mobiliza um estilo belicoso, masculinizado e performático, simbolizado pela motosserra, pelo leão e por uma estética de choque que celebra o empresário como herói e o próprio presidente como infiltrado destinado a destruir o Estado por dentro. O “capitalismo desbocado” de Milei seria uma expressão, nos termos de Rodríguez Amieva (2025), do totalitarismo das finanças, que se expressa não apenas em estruturas econômicas, mas também nas massas e nos líderes com os quais se identificam globalmente.

No âmbito da imprensa, observou-se um processo de desregulamentação da mídia, enfraquecimento de empresas estatais de comunicação e abertura para o setor privado (Krakowiak; Bizberge, 2025). Milei utilizou o Poder Executivo para incrementar o controle sobre organismos reguladores e intervir nas empresas estatais (Krakowiak; Bizberge, 2025). Essa política se manifestou, logo em seu primeiro ano, com o Decreto no 117/2024 (fevereiro de 2024), que interveio nos meios públicos da Argentina, incluindo o portal *Educ.ar*, a agência de notícias Telám, a Radio y Television Argentina (RTA) e a rede Contenidos Públicos (Krakowiak; Bizberge, 2025).

O governo Milei implementou um regime de desmantelamento dos meios públicos de comunicação, promovendo intervenções, tentando privatizá-los e cortar seu financiamento (Krakowiak; Bizberge, 2025). Esse decreto conferiu aos interventores o controle total sobre a manutenção, contratação e demissão de funcionários dos meios públicos. Essa intervenção estatal se estendeu ao órgão regulador, o ENACOM (*Ente Nacional de Las Comunicaciones*), que teve 28 delegações encerradas para unificar a atuação sob um único interventor, prática também observada na Defensoria del Público (Krakowiak; Bizberge, 2025). Argumentando que essas empresas se tornaram ferramentas de propaganda kirchnerista, Milei buscou a privatização de empresas públicas através do Decreto de Necesidad y Urgencia (DNU) 70/2023, que possibilitou a venda de ações de empresas com participação estatal, e tentou, em dezembro de 2023, privatizar a RTA, Telám, *Educ.ar* e Contenidos Públicos (tentativa frustrada pelo Congresso Nacional) (Krakowiak; Bizberge, 2025). Paralelamente a esse desmantelamento interno, o DNU 70/2023 facilitou o acesso aos serviços de satélite, exigindo apenas um registro, visando a entrada de capital estrangeiro, notavelmente a empresa *Starlink*, de Elon Musk (Krakowiak; Bizberge, 2025), refletindo políticas semelhantes às de Bolsonaro, que facilitavam a extração de dados por *Big Techs*.

A política de desmantelamento dos meios públicos de comunicação na Argentina foi reforçada pela redução de gastos e por uma série de demissões, como foi o caso

da agência Telám, que passou de 810 empregados no final de 2023 para apenas 100 em junho de 2024. Em decorrência dessas ações, os meios estatais passaram a adotar uma linguagem mais neutra, enquanto conferiam cobertura detalhada a todos os atos presidenciais (Krakowiak; Bizberge, 2025). Tais posicionamentos permitem estabelecer uma complexa rede de políticas promovidas por Milei, que, através de sua *persona* de economista antissistema (Categoria 1), popularizada em *talk shows* e redes sociais (Categoria 2), visou aparelhar os meios públicos de comunicação e abrir o mercado para empresas privadas (Categoria 3). O intento, iniciado antes do governo, resultou no silenciamento das críticas e na facilitação da entrada de capital privado, como a empresa *Starlink* (Categoria 4) (Krakowiak; Bizberge, 2025).

A análise dos casos de Donald Trump, Jair Bolsonaro, Javier Milei e Viktor Orban, permite identificar padrões globais e variações locais, contribuindo para o entendimento comparativo da ascensão da extrema direita nas Américas e na Europa, conforme demonstramos na Quadro 2.

Os resultados comparativos revelam a existência de padrões estruturais na reconfiguração do ecossistema midiático e na integração entre televisão, plataformas digitais e as elites nacionais-conservadoras. Embora se estructurem sob a forma de democracias eleitorais, promove-se um esvaziamento substantivo das instituições e das práticas democráticas. Trata-se de exemplos dos efeitos da ruptura da civilidade e do consenso democrático.

A leitura comparativa do Quadro 2 evidencia que, embora os quatro casos analisados apresentem trajetórias distintas, há padrões discursivo e estruturais comuns que atravessam todas as experiências. Em primeiro lugar, observa-se que a construção de *personas* políticas e midiáticas precede a conquista do poder estatal, sendo mediada por formatos televisivos de alta visibilidade e apelo popular. Tais formatos são instâncias de legitimação pública e normalização do discurso extremista que caracteriza esses atores. Em segundo lugar, os formatos televisivos adotados estruturam as performances políticas de modo a conferir coerência narrativa e estabilidade simbólica às lideranças analisadas.

Destacamos que a ascensão e a consolidação dessas lideranças promovem a reordenação do campo comunicacional, seja através de mecanismos formais de regulação, seja a partir da distribuição seletiva de verbas publicitárias estatais, seja pela promoção da concentração da propriedade da mídia, que terá efeitos em longo prazo. Essa reconfiguração do ecossistema midiático é um vetor central do que entendemos por desdemocratização: processos que preservam formalmente as instituições democráticas ao mesmo tempo em que esvaziam substantivamente suas funções e conteúdo. Por fim, a comparação evidencia a existência de uma articulação transnacional de repertórios comunicacionais na qual discursos, formatos e estratégias circulam e são localmente adaptados. Em suma, os casos estudados compartilham uma sintaxe televisiva, entendida como um arranjo discursivo e infraestrutural que organiza simultaneamente os discursos, os formatos televisivos, os regimes de circulação da informação e as relações entre Estado, mercado e conglomerados de mídia.

Quadro 2 – Quadro síntese da análise das quatro categorias e dos quatro casos

Categoria	EUA (Donald Trump)	Brasil (Jair Bolsonaro)	Argentina (Javier Milei)	Hungria (Viktor Orbán)
1. <i>Persona</i> política midiática	Celebridade de <i>reality show</i> ; empresário; anti-establishment <i>The Apprentice</i> <i>Fox & Friends</i>	Militar <i>outsider</i> ; deputado convertido em líder antissistema; presença frequente na mídia <i>SuperPop!</i> <i>CQC</i> <i>Pânico na Band</i>	“Especialista/Comentarista” televisivo e influenciador digital; <i>outsider</i> <i>Animales Suetos</i> <i>Viviana con Vos</i> <i>Intratables</i> (2015–2018) <i>Cátedra Libre</i> (2022–2023)	Gestor nacionalista moderado convertido em líder iliberal Programa de Entrevista: <i>Good Morning Hungary</i> (Semanal ~25 min)
2. Formato televisivo adotado	<i>Reality</i> + telejornais aliados; estilo competitivo e <i>personalista</i>	<i>Lives</i> semanais e redes sociais; presença estratégica em programas populares; estética “anticorrupção”	Comportamento disruptivo em <i>talk shows</i>	Uso intensivo de TV estatal e redes privadas alinhadas; centralização narrativa
3. Governança informacional, regulação e poder midiático-empresarial	Pressão sobre imprensa crítica; alianças com conglomerados e Big Tech; instrumentalização da FCC	Oligopólios tradicionais; hostilidade à imprensa; cortes de verba publicitária; regulação difusa	Pressão informal sobre crítica; relação ambígua com redações tradicionais; dependência de redes	Captura institucional (KESMA); concentração midiática pró-governo; reformas regulatórias restritivas
4. Articulação transnacional de repertórios comunicacionais	MAGA (<i>Make America Great Again</i>) como gramática global; mobilização de ressentimento branco e patriotismo; apelo moralizante	Patriotismo militar-cristão; exploração do medo e ressentimento	Anarcocapitalismo; linguagem transgressora	Nacionalismo cristão; retórica anti-União Europeia; exportação de repertórios midiáticos

Fonte: Elaboração própria.

Essa sintaxe sustenta uma gramática política comum, ancorada no nacionalismo, na mobilização do ressentimento e na deslegitimação das instituições democráticas. Sob essa ótica, a comunicação exerce um papel decisivo como um dos principais mecanismos de legitimação e estabilização de regimes iliberais. Assim, a eficácia dessa gramática política reside na sua capacidade de manter a fachada democrática enquanto corrói, por dentro, a substância do pluralismo e do debate público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossos resultados de pesquisa apontam que, mesmo diante da centralidade crescente das plataformas digitais, é a televisão que fornece a gramática de credibilidade, o alcance territorial e a institucionalidade capazes de sustentar a ascensão desses líderes. Em síntese, os casos analisados combinam: construção de capital simbólico televisivo como estratégia político-eleitoral; a adoção de formatos midiáticos que ritualizam a autoridade, inimigos a combater e naturalizam práticas iliberais; a captura, o estrangulamento ou o alinhamento da mídia tradicional por meio de reformas regulatórias e controle econômico; e a circulação global de técnicas e repertórios transnacionais.

Esses elementos demonstram que a desdemocratização depende de uma arquitetura comunicacional capaz de reconfigurar tanto o imaginário público quanto as estruturas materiais de produção e circulação da informação. Neste sentido, a metodologia da extrema direita se apoia na comunicação verticalizada, deliberadamente concebida para atuar em benefício do capital e do rentismo. A ascensão dos mercados de *mediatechs*, modelos de negócio que associam produção de conteúdo e distribuição orientadas por dados e automação, representa um ponto de atenção por suas profundas implicações sociais e políticas. Essa nova fase é caracterizada pela capacidade de transpor formatos televisivos para modelos análogos aos das plataformas digitais e, crucialmente, pela inserção de inteligências artificiais (IAs). Tais IAs atuarão na construção e na distribuição de conteúdo hiperpersonalizado, utilizando dados comportamentais para criar “câmaras de eco” e bolhas informacionais. Esse momento tecnológico pode se apresentar como uma ameaça crescente à pluralidade da informação, em virtude de nossa dependência de monopólios globais.

Por fim, o presente estudo estabelece uma base para novas investigações, sobretudo no campo comparativo. Sugere-se a análise de modelos mais progressistas e democráticos de gestão pública da comunicação, de mecanismos regulatórios e de transparência desenvolvidos por países nos quais os meios televisivos não foram instrumentalizados ou “cisalhados” da sua função social de ágora da civilidade. Tais comparações podem gerar propostas concretas para uma *práxis* comunicacional crítica e cidadã, capaz de devolver às pessoas a reflexividade, essencial para o debate público informado, a partir do pressuposto dialógico fundamental à democracia.

SOBRE OS AUTORES

Janaine Aires é professora da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e docente dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura (UFRJ) e em Estudos da Mídia (UFRN). Doutora em Comunicação e Cultura pela UFRJ, lidera o Peic – Grupo de Pesquisa em Políticas e Economia da Informação e da Comunicação.

Ederson Levi é doutorando e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Graduado em Jornalismo pela UFRN. Bolsista Capes.

Claviano Nascimento é doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação pela Universidade Federal da Paraíba. Graduado em Comunicação Social com linha de formação em Educomunicação pela Universidade Federal de Campina Grande. Bolsista Capes.

REFERÊNCIAS

1. AIRES, Janaine; MACÊDO, Raissa; SANTOS, Suzy. O cercadinho começa aqui: o ódio e a construção mítica de Bolsonaro no Pânico na Band. *Lumina*, v. 19, n. 1, p. 70-86, jan./abr. 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/46296/28858>. Acesso em: 01 jun. 2026.
2. AIRES, Janaine; SANTOS, Suzy dos. *Sempre foi pela família*: mídias e políticas no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.
3. ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. 3. ed. Lisboa: Presença, 1980.
4. ALVES, Marcelo dos Santos. *Desarranjo da visibilidade, desordem informacional e polarização no Brasil entre 2013 e 2018*. 2019. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2019.
5. AMADO, Guilherme. Governo Bolsonaro gastou R\$ 31 bilhões em apoio ao agronegócio em 2022. *Metrópoles*, 15 dez. 2023. Disponível em: <https://www.metrópoles.com/colunas/guilherme-amado/governo-bolsonaro-gastou-r-31-bilhoes-em-apoio-ao-agronegocio-em-2022>. Acesso em: 23 nov. 2025.
6. BARBOSA, Caio. *Do mito à balbúrdia*: O bolsonarismo e o ressurgimento da direita conservadora no Brasil. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2022.
7. BARTON HRONEŠOVÁ, Jessie; KREISS, Daniel. Strategically hijacking victimhood: A political communication strategy in the discourse of Viktor Orbán and Donald Trump. *Perspectives on Politics*, v. 22, n. 3, p. 717-735, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1017/S1537592724000239>
8. BÁTORYFI, Attila; URBÁN, Ágnes. State advertising as an instrument of transformation of the media market in Hungary. *East European Politics*, v. 36, n. 1, p. 44-65, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1080/21599165.2019.1662398>
9. BENKLER, Yochai; FARIS, Robert; ROBERTS, Hal. *Network propaganda*: Manipulation, disinformation, and radicalization in American politics. New York: Oxford University Press, 2018.
10. BRAVI lamenta que isenção de Condecine Título tenha surgido como 'jabuti'. *Tele.Síntese*, 7 jun. 2021. Disponível em: <https://telesintese.com.br/bravi-lamenta-que-isencao-de-condecine-titulo-tenha-surgido-como-jabuti/>. Acesso em: 19 jan. 2026.
11. COULDRY, Nick. Reality TV, or the secret theater of neoliberalism. *Review of Education, Pedagogy, and Cultural Studies*, v. 30, n. 3, p. 3-13, 2008. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/10714410701821255>
12. FAGUNDEZ, Ingrid. Como exército de voluntários se organiza nas redes para bombar campanha de Bolsonaro a 2018. *BBC Brasil*, 26 maio 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/salasocial-39837332>. Acesso em: 15 nov. 2025.
13. FERRARI, Murilo. Fábio Faria pede 'armistício patriótico' ao assumir Ministério das Comunicações. *CNN Brasil*, 17 jun. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/fabio-faria-pede-armisticio-patriotico-ao-assumir-ministerio-das-comunicacoes/>. Acesso em: 19 de jan. de 2026.
14. FEUER, Jane. Genre study and television. In: ALLEN, Robert (Ed.). *Channels of discourse*. University of North Carolina: Pressa, 1992. p. 113-133.
15. GOLDSTEIN, Ariel. Jair Bolsonaro y los políticos evangélicos. In: GOLDSTEIN, Ariel. *Poder evangélico*. Cómo los grupos religiosos están copando la política en América. Buenos Aires: Marea, 2020.
16. HEMMER, Nicole. *Messengers of the right*: Conservative media and the transformation of American politics. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2019.
17. JAVIER MILEI: celebridade da TV que virou candidato a presidente da Argentina em carreira meteórica. *O Sul*, 18 nov. 2023. Disponível em: <https://www.osul.com.br/javier-milei-celebridade-da-tv-que-vice-candidato-a-presidente-da-argentina-em-carreira-meteorica/>. Acesso em: 16 nov. 2025.
18. KELLNER, Douglas. *American horror show*: Election 2016 and the ascent of Donald J. Trump. Rotterdam; Boston; Taipei: Sense Publishers, 2017.
19. KESMA. *Közép Európai Sajtó és Média Alapítvány – Preambulum*. 2018. Disponível em: <https://cepmf.hu/#preambulum>. Acesso em: 10 nov. 2025.
20. KRAKOWIAK, Fernando; BIZBERGE, Ana. *La política de comunicación de Javier Milei*: Desmantelamiento del Estado, beneficio a negocios privados y deterioro de la libertad de expresión. *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, v. 34, 22 set. 2025. DOI: <https://doi.org/10.26851/rucp.34.9>
21. KRASZTEV, Péter; VAN TIL, Jon (Eds.). *The Hungarian patient*: Social opposition to an illiberal democracy. Budapest: Central European University Press, 2015. KREKÓ, Péter. The birth of an illiberal informational autocracy in Europe: A case study on Hungary. *The Journal of Illiberalism Studies*, v. 2, n. 1, p. 55-72, 2022. DOI: <https://doi.org/10.53483/WCJW3538>
22. KREKÓ, Péter; ENYEDI, Zsolt. Orbán's laboratory of illiberalism. *Journal of Democracy*, v. 29, n. 3, p. 39-51, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1353/jod.2018.0043>
23. LEVITSKY, Steven; ZIBLAT, Daniel. *How democracies die*. New York: Penguin Random House, LLC, 2018.

24. LITTLER, Jo; COULDRY, Nick. The work of work: Reality TV and the negotiation of neoliberal labour in *The Apprentice*. In: AUSTIN, Thomas; DE JONG, Wilma (Eds.). *Rethinking documentary: New perspectives and practices*. Open University Press, 2008. p. 258-267.
25. MAYER, Jane. The making of the Fox News White House: Fox News has always been partisan. But has it become propaganda? *The New Yorker*, Mar. 4, 2019. Disponível em: <https://www.newyorker.com/magazine/2019/03/11/the-making-of-the-fox-news-white-house>. Acesso em: 2 set. 2023.
26. MELLO, Patrícia Campos. Campanha de Trump para dominar mídia dos EUA avança por meio de aliados. *Folha de São Paulo*, 24 out. 2025. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2025/10/campanha-de-trump-para-dominar-midia-dos-eua-avanca-por-meio-de-aliados.shtml>. Acesso em: 10 nov. 2025.
27. MELVILLE, Doug. Meta is ending its DEI programs, replacing them with... DEI programs? *Forbes*, 13 jan. 2025. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/dougmelville/2025/01/13/meta-is-ending-their-dei-programs--replacing-them-with-dei-programs/>. Acesso em: 11 nov. 2025.
28. NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. *Cultural Backlash: Trump, Brexit and authoritaian populism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.
29. OYAMA, Thaís. *Tormenta: O governo Bolsonaro: crises, intrigas e segredos*. São Paulo: Companhia das letras, 2020.
30. PIAIA, Victor; NUNES, Raul. *Política, entretenimento e polêmica: Bolsonaro nos programas de auditório*. In: DE PAULA, Carolina; FERES JÚNIOR, João (Orgs.). *Eleições 2018 e a crise da democracia brasileira*. Curitiba: Appris, 2019. p. 105-110.
31. PRANDI, Reginaldo; SANTOS, Renan William dos; BONATO, Massimo. Igrejas evangélicas como máquinas eleitorais no Brasil. *Revista USP*, n. 120, p. 43-60, 2019. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.voi120p43-60>
32. PRZEWORSKI, Adam. *Crises of democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.
33. QUEM É JAVIER MILEI, o novo presidente da Argentina. *CNN Brasil*, 19 nov. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/quem-e-javier-milei-o-novo-presidente-da-argentina/>. Acesso em: 16 nov. 2025.
34. REIS, Daniel Aarão. Notas para a compreensão do bolsonarismo. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 46, n. 1, p. 1-11, abr. 2020. DOI: <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2020.1.36709>
35. REIS, Cláudio. Bolsonaro abre o desfile de 7 de Setembro, em Brasília, ao lado de Edir Macedo e Silvio Santos [Fotografia]. In: Bolsonaro abre 7 de Setembro com Edir Macedo e Silvio Santos. *Terra*, 07 set. 2019. Disponível em: https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/bolsonaro-abre-7-de-setembro-com-edir-macedo-e-silvio-santos,562141d5f3f926abe7049be13602f88839rhoys9.html?utm_source=clipboard. Acesso em: 10 nov. 2025.
36. RODRÍGUEZ AMIEVA, José Manuel. La nebulosa de la discursividad mileísta: Ur-fascismo y guerrilla semiológica en la arena hipermediática. *Revista de Estudios del Discurso Digital*, n. 7, p. 46-86, 2025. DOI: <https://doi.org/10.24197/redd.7.2024.46-86>
37. SANTOS, Iuri. O retorno de Kimmel e a pressão regulatória sobre as maiores redes dos EUA. *InfoMoney*, 24 set. 2025. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/business/o-retorno-de-kimmel-e-a-pressao-regulatoria-sobre-as-maiores-redes-dos-eua/>. Acesso em: 10 nov. 2025.
38. SCHEPPELE, Kim Lane. How Viktor Orbán wins. *Journal of Democracy*, v. 33, n. 3, p. 45-61, 2022. Disponível em: <https://www.journalofdemocracy.org/articles/how-viktor-orban-wins/>. Acesso em: 29 maio 2026.
39. SODRÉ, Muniz. *A sociedade incivil: Mídia, iliberalismo e finanças*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.
40. TAPP, Tom. The Fox News to White House pipeline: TV personalities who joined the Trump administration. *Deadline*, 8 maio 2025. Disponível em: <https://deadline.com/gallery/fox-news-personalities-trump-white-house-list/>. Acesso em: 10 nov. 2025.
41. TEITELBAUM, Benjamim R. *Guerra pela eternidade: O retorno do tradicionalismo e a ascensão da direita populista*. Tradução: Cynthia Costa. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.
42. THEW, Shawn. Bilionários da tecnologia se reuniram em peso na posse de Trump [Fotografia]. In: A foto que exibe o 'bromance' dos barões das big techs com Trump. *BBC News Brasil*, 20 jan. 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c7vdnrn603yo>. Acesso em: 30 maio 2025.
43. WHO OWNS THE MEDIA in Argentina? *Media Ownership Monitor*, 2018. Disponível em: <https://argentina.mom-rsf.org/>. Acesso em: 19 jan. 2026.
44. WILLIAMS, Raymond. *Televisão: Tecnologia e forma cultural*. Boitempo: São Paulo; Belo Horizonte: PUC, 2015.

Submissão em: 26 nov. 2025

Aceito em: 21 jan. 2026



DOSSIÊ

AS CPACS E AS REDES TRANSNACIONAIS DAS DIREITAS RADICAIS: CIRCULAÇÃO IDEOLÓGICA E ECOLOGIAS DIGITAIS (2024-2025)

*CPACS AND THE TRANSNATIONAL
NETWORKS OF THE RADICAL RIGHT:
IDEOLOGICAL CIRCULATION AND
DIGITAL ECOLOGIES (2024–2025)*

Ramon Fernandes Lourenço* 

Tereza Maria Spyer Dulci** 

* Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política (ILAESP), Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América-Latina (PPGICAL), Foz do Iguaçu, PR, Brasil.

uel.ramon@gmail.com

** Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política (ILAESP), Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América-Latina (PPGICAL), Ouro Preto, MG, Brasil.

terezaspyer@gmail.com

RESUMO

Este artigo analisa como as Conservative Political Action Conferences (CPACs) realizadas nas Américas e suas ecologias digitais reorganizam a circulação ideológica e as redes transnacionais das direitas radicais entre 2024 e 2025. Combinando análise de redes sociais, processamento de linguagem natural e interpretação qualitativa, a pesquisa integra três camadas analíticas (estrutural, discursiva e híbrida) para examinar afinidades temáticas, centralidades e conexões transnacionais. Os resultados indicam convergência em torno de três eixos ideológicos (Defesa da Família e Valores Tradicionais; Conservadorismo Social e Religioso; Antiesquerda/Anticomunismo) e a centralidade das ecologias digitais na coordenação moral, afetiva e organizacional das direitas radicais contemporâneas. Conclui-se que as CPACs operam como dispositivos de articulação transnacional entre lideranças, organizações e repertórios ideológicos em diferentes contextos nacionais.

Palavras-chave: Direitas Radicais; CPACs; Redes Transnacionais; Análise de Redes; Circulação Ideológica.

ABSTRACT

This article analyzes how the Conservative Political Action Conferences (CPACs) held in the Americas and their digital ecologies reorganize the ideological circulation and transnational networks of the radical right between 2024 and 2025. Combining social network analysis, natural language processing, and qualitative interpretation, the study examines three analytical layers (structural, discursive, and hybrid). The findings indicate convergence around three ideological axes (Family Defense and Traditional Values; Social and Religious Conservatism; Anti-Leftism/Anti-Communism) and highlight the centrality of digital ecologies in coordinating the contemporary radical right. The study concludes that CPACs operate as mechanisms of transnational articulation linking leaders, organizations, and ideological repertoire across different national contexts.

Keywords: Radical Right; CPACs; Transnational Networks; Social Network Analysis; Ideological Circulation.

1. INTRODUÇÃO:

O avanço das direitas radicais nas democracias contemporâneas consolidou-se como um dos fenômenos políticos mais relevantes do século XXI, reorganizando coalizões partidárias, repertórios ideológicos e ecologias comunicacionais em múltiplas escalas. Desde os anos 2000, a Ciência Política acumula estudos comparativos sobre a emergência, institucionalização e circulação transnacional dessas forças (Norris, 2009; Mudde, 2019), evidenciando sua capacidade de articular nacionalismos identitários, antiliberalismo moral, mobilização afetiva e deslegitimação das instituições democráticas. Embora pesquisas anteriores já apontassem a formação de partidos radicais de direita na Europa (Kitschelt; McGann, 1995), foi nas últimas décadas que esses movimentos passaram a operar como redes transnacionais de produção de sentido, combinando repertórios históricos da extrema direita com novas lógicas digitais de circulação discursiva.

Compreendemos as direitas radicais como um campo político caracterizado por nacionalismo identitário, antiliberalismo moral e hostilidade às normas democráticas. Conforme argumenta Traverso (2018), esses movimentos atualizam repertórios históricos da extrema direita por meio de estratégias comunicacionais, disputas culturais e gramáticas morais simplificadas, articulando tradição política e inovação tecnológica.

As direitas radicais contemporâneas operam em ecologias de ação conectiva (Bennett; Segerberg, 2013) nas quais partidos, *think tanks*, lideranças religiosas, influenciadores digitais e organizações civis articulam estruturas organizacionais, repertórios discursivos e dinâmicas algorítmicas. No contexto hemisférico recente, essa ecologia se expressa pela convergência moralista, anticomunista e ultraliberal que sustenta redes transnacionais de circulação ideológica.

Nesse contexto, as Conservative Political Action Conferences (CPACs) consolidam-se como um dos principais dispositivos de articulação transnacional das direitas radicais. Criadas nos Estados Unidos em 1973, tornaram-se espaços de difusão ideológica capazes de conectar elites partidárias, intelectuais conservadores, *think tanks*, lideranças religiosas, empresários e influenciadores digitais (Hawley, 2021). Na América Latina, as edições realizadas na Argentina, Brasil e México ampliaram esse processo, articulando ecossistemas discursivos que se estendem por diferentes plataformas digitais.

Embora mobilizem discursos nacionalistas e soberanistas, as direitas radicais estabelecem formas seletivas de cooperação internacional. Como observam Fangen e Weisskircher (2024), esses atores compartilham repertórios ideológicos, estratégias de mobilização e experiências políticas sem constituir estruturas supranacionais permanentes. Nesse processo, as CPACs funcionam como espaços de encontro e circulação ideológica em redes transnacionais.

Nossa análise concentra-se nas CPACs dos Estados Unidos (2025), Brasil (2024), Argentina (2024) e México (2024), principais polos da rede CPAC nas Américas.

Complementarmente, incorporamos dados da CPAC Latino (2025) e utilizamos Hungria e Polônia como casos de contraste para dinâmicas específicas de circulação transnacional. O objetivo não é representar a totalidade das direitas radicais globais, mas examinar os principais circuitos articulados à rede CPAC no continente americano entre 2024 e 2025.

Este artigo investiga como as CPACs realizadas nas Américas e suas ecologias digitais reorganizam o campo ideológico das direitas radicais entre 2024 e 2025, examinando padrões de centralidade, afinidades temáticas e conexões transnacionais. Para isso, adotamos uma abordagem quali-quantitativa que integra três camadas analíticas: (1) a rede estrutural dos palestrantes e organizadores; (2) a rede discursiva construída a partir de publicações no Instagram; e (3) a rede híbrida resultante da sobreposição de ambas. Essa arquitetura metodológica combina análise de redes sociais, processamento de linguagem natural supervisionado e interpretação qualitativa orientada por enquadramentos morais, categorias ideológicas e repertórios típicos das direitas radicais.

Partimos da premissa de que a circulação ideológica depende simultaneamente de infraestruturas organizacionais e plataformas digitais. Nesse contexto, conceitos como Defesa da Família e Valores Tradicionais, Conservadorismo Social e Religioso e Antiesquerda/Anticomunismo operam como pontos de convergência discursiva e coordenação transnacional. Assim, a pergunta que orienta este estudo é: de que modo as CPACs articulam agentes, repertórios ideológicos e ecologias digitais, e como essas articulações se expressam em padrões de centralidade, circulação e convergência discursiva ao longo do período analisado?

Argumentamos que as CPACs não devem ser compreendidas apenas como eventos políticos periódicos ou espaços de encontro entre lideranças conservadoras. Diferentemente de outras formas de cooperação transnacional descritas na literatura, elas operam simultaneamente como arenas presenciais de coordenação, infraestruturas de circulação ideológica e mecanismos de legitimação transnacional. Essa característica lhes confere papel singular na articulação de repertórios discursivos, agentes políticos e ecologias digitais em diferentes contextos nacionais.

2. FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS: REDES ESTRUTURAIS, DISCURSIVAS E HÍBRIDAS

A seleção das sete edições das CPACs apresentadas no Quadro 1 responde a um critério analítico orientado a captar simultaneamente a dimensão originária do movimento (sediada nos Estados Unidos) e sua expansão internacional recente, marcada pelo adensamento da cooperação organizacional e da circulação discursiva entre 2024 e 2025. Brasil, México e Argentina consolidaram-se como nós estratégicos de difusão ideológica e plataformas privilegiadas de articulação entre lideranças partidárias, *think tanks* conservadores, influenciadores digitais e

elites religiosas. Já Polônia e Hungria ocupam posição mais periférica na rede, mas contribuem com experiências de institucionalização conservadora em contextos em que essas forças alcançaram maior inserção nas estruturas de poder.

Quadro 1 – Edições das CPACs incluídas na pesquisa

País	Cidade Sede	Datas
Brasil	Balneário Camboriú	06 e 07/07/2024
México	Ciudad de México	24/08/2024
Argentina	Buenos Aires	04/12/2024
EUA	Washington	19 a 22/02/2025
Polônia	Rzeszów	26 e 27/05/2025
Hungria	Budapeste	29 e 30/05/2025
EUA – CPAC Latino	Miami	28 e 29/06/2025

Fonte: Elaborado pelos autores.

A inclusão da CPAC EUA e da CPAC Latino possibilita recuperar o eixo estrutural que organiza enquadramentos morais, repertórios de ação e fluxos de legitimidade mobilizados pelas edições latino-americanas, permitindo observar paralelismos, assimetrias e convergências entre diferentes circuitos. O recorte temporal entre 2024 e 2025 coincide com a consolidação do ciclo de expansão latino-americana das CPACs, marcado pela entrada de novos atores, intensificação das parcerias transnacionais e crescente integração entre eventos presenciais e infraestruturas digitais. A partir desse recorte, passamos à arquitetura teórico-metodológica que fundamenta a análise.

Para compreender o avanço transnacional das direitas radicais nas Américas, adotamos uma abordagem de métodos mistos que articula três dimensões analíticas complementares: a rede estrutural, associada aos vínculos organizacionais e institucionais; a rede discursiva, associada aos repertórios, enquadramentos e estratégias comunicacionais; e a rede híbrida, resultante da sobreposição das duas anteriores e capaz de evidenciar a circulação ideológica que integra agentes, plataformas e eventos presenciais. Inspirada nas contribuições de Venturini (2024) e Creswell e Clark (2015), essa arquitetura parte da premissa de que discursos, afetos e conceitos ideológicos não circulam dissociados das infraestruturas organizacionais que os sustentam. Para captar essa complexidade, combinamos procedimentos quantitativos, como identificação de nós, medidas de centralidade, modularidade e análise relacional, com análises qualitativas orientadas por categorias discursivas, enquadramentos morais e repertórios temáticos característicos das direitas radicais.

A dimensão estrutural recupera a tradição da análise de redes sociais conforme sistematizada por Marteleto e Tomaél (2005), dialogando com referenciais clássicos como Granovetter (1985), cuja noção de enraizamento social (*embeddedness*) evidencia como relações interpessoais estruturam a ação política, e Scott (1991), que fornece os alicerces metodológicos para mensurar posições, densidades e fluxos em redes sociais. Em redes políticas transnacionais, a circulação de informações, repertórios ideológicos e estratégias de mobilização não depende exclusivamente de estruturas formais de coordenação, mas também de conexões estabelecidas em conferências, encontros internacionais e interações ocasionais.

Nessa perspectiva, as CPACs podem ser compreendidas como espaços de articulação entre lideranças políticas, *think tanks*, influenciadores e organizações conservadoras de diferentes países, ampliando a circulação transnacional de enquadramentos discursivos, repertórios morais e estratégias políticas. Essa base teórica é complementada por autores que analisam o fortalecimento organizacional das direitas no Cone Sul, como Alonso e Mische (2017), Casullo (2019) e Solano (2018), mostrando como alianças entre elites partidárias, *think tanks*, lideranças religiosas e influenciadores digitais estruturam ecologias políticas densas e transnacionais. O levantamento manual dos dados realizado a partir dos sites oficiais das CPACs permitiu capturar ocupações, vínculos institucionais, trajetórias públicas e padrões de participação recorrentes.

A dimensão discursiva parte do entendimento de que as direitas radicais atuam dentro de ecologias digitais marcadas pela lógica da ação conectiva (Bennett; Segerberg, 2013) e por dinâmicas de engajamento algorítmico que amplificam antagonismos binários, moralidades politizadas e narrativas de guerra cultural.

As coletas mensais no Instagram possibilitaram observar a sedimentação temática e a emergência de núcleos discursivos organizados. Para fundamentar esse eixo, recorreremos a estudos sobre comunicação digital e direitas radicais, como Aladro-Vico e Requeijo-Rey (2020) e Castro-Martínez e Díaz-Morilla (2021), que analisam estratégias discursivas, uso de enquadramentos polarizados e a exploração das *affordances* (possibilidades de ação oferecidas pelas funcionalidades da plataforma) por partidos e movimentos das direitas radicais. A escolha do Instagram decorre de sua centralidade na estratégia comunicacional das direitas radicais, por operar como ambiente híbrido em que autoridade política, performance moral e produção estética convergem em formatos altamente viralizáveis.

A técnica de *snowball sampling* (amostragem em bola de neve) mostrou-se adequada ao objeto investigado por permitir o rastreamento progressivo de conexões em redes políticas transnacionais cujas fronteiras organizacionais são difusas. Nesse procedimento, os atores inicialmente identificados indicam novos atores relevantes, ampliando gradualmente o universo observado e permitindo mapear relações dificilmente captadas por amostragens previamente delimitadas (Vinuto, 2014). No presente estudo, a estratégia favoreceu a identificação de mediadores, vínculos organizacionais e referências compartilhadas relevantes para a circulação ideológica e para a articulação transnacional das redes associadas às CPACs.

O uso de processamento de linguagem natural, particularmente técnicas de reconhecimento de entidades nomeadas, permitiu identificar conceitos ideológicos recorrentes e modelar suas relações com atores individuais e coletivos. Todo o processo de anotação e supervisão segue as boas práticas metodológicas de estudos de redes e comunicação digital desenvolvidas por Recuero (2009).

A dimensão híbrida resulta da sobreposição das redes estrutural e discursiva, permitindo visualizar como agentes físicos (organizadores, palestrantes, *think tanks*, etc.) se articulam com agentes digitais (influenciadores, comunidades de seguidores e *clusters* semânticos) na conformação de sistemas transnacionais de circulação ideológica. Esse enquadramento dialoga com debates latino-americanos sobre a organização das direitas radicais, como os de Casullo (2019), Solano (2018) e Vommaro (2015), que analisam a relação entre estruturas partidárias, comunicação digital e repertórios morais de mobilização. Ao integrar materialidade organizacional, produção discursiva e mediação algorítmica, essa abordagem captura simultaneamente estabilidade, volatilidade e temporalidade da circulação ideológica operada pelas CPACs.

Em síntese, a combinação das três camadas (estrutural, discursiva e híbrida) oferece um quadro metodológico capaz de explicar como as CPACs se consolidam como dispositivos centrais de articulação das direitas radicais. Essa arquitetura integrada permite compreender repertórios morais, agendas econômicas ultraliberais, pautas securitárias e enquadramentos antiesquerdistas como elementos de um mesmo ecossistema político transnacional. Cada camada ilumina uma dimensão distinta desse processo (organização, circulação discursiva e articulação transnacional), cuja complexidade só pode ser compreendida por meio de sua análise integrada.

2.1. OS CONCEITOS IDEOLÓGICOS:

Como o discurso ocupa papel central na construção das redes analisadas, é necessário explicitar os nós categorizados como conceitos ideológicos, fundamentais para compreender como os agentes se vinculam e se realinham às ideologias ao longo do tempo. O Quadro 2 apresenta os vinte conceitos identificados a partir de uma análise exploratória do *corpus* e posteriormente validados manualmente pelos pesquisadores, garantindo consistência temática e precisão terminológica.

A definição destes conceitos dialoga com a literatura sobre direitas radicais, que destaca a centralidade de repertórios morais, nacionalistas e antiliberais na organização discursiva desses movimentos (Mudde, 2007; Wodak, 2015; Norris; Inglehart, 2019). Categorias como anticomunismo, batalha cultural, conservadorismo social, nacionalismo soberanista e crítica às instituições constituem núcleos semânticos recorrentes na mobilização das direitas radicais em diferentes países (Traverso, 2018; Hawley, 2021). Assim, os conceitos identificados refletem simultaneamente a estrutura empírica do *corpus* e debates consolidados sobre ideologia, circulação transnacional e produção de sentido político.

Quadro 2: Glossário de conceitos ideológicos dos discursos das direitas radicais

Conceito ideológico	Descrição	Exemplos
Alinhamento Político	Expressa a conexão e colaboração entre diferentes atores, partidos e movimentos das direitas radicais em nível nacional e internacional.	alinhamento político, alianças transnacionais, conexões das direitas radicais, aliança conservadora, coligação política
Antiesquerda e Anticomunismo	Discurso focado no antagonismo direto contra a esquerda, o comunismo, o kirchnerismo e outras ideologias progressistas, frequentemente usando termos pejorativos.	kirchnerismo, lulopetismo, comunismo, socialismo, <i>kukas</i> , <i>zurdos iguales</i> , antiesquerda
Antiglobalismo	Crítica e oposição a organizações e agendas internacionais percebidas como ameaças à soberania e aos valores nacionais.	<i>ingeniería social</i> , globalismo, agenda 2030, <i>foro davos</i> , antiglobalismo
Antitotalitarismo e Defesa da Liberdade	Discurso centrado na defesa da liberdade individual, de mercado e de expressão, em oposição a governos e burocracias percebidas como totalitárias ou opressoras.	liberdade, antitotalitarismo, viva a liberdade, totalitarismo
Anticorrupção e Integridade Governamental	Foco em pautas de combate à corrupção e denúncias de má conduta por parte de governos e opositores.	fraude INSS, corrupção, integridade, ficha limpa, corrupto
Batalha Cultural	Mobilização discursiva em torno de uma suposta “guerra cultural” contra o progressismo, visando resgatar valores tradicionais e combater pautas identitárias.	batalha cultural, guerra cultural, cultura <i>woke</i> , <i>woke</i> , <i>woke agenda</i> , ideologia de gênero
Conservadorismo Social e Religioso	Defesa de valores morais e religiosos, frequentemente com apelos à fé cristã, à moralidade tradicional e à defesa da vida.	conservadorismo social, religiosidade, deus acima de tudo, fé, pró-vida, valores cristãos, papa leon XIV
Crítica à Mídia e Instituições	Descredibilização de veículos de imprensa, instituições democráticas e adversários, frequentemente usando termos como “censura” e “ <i>fake news</i> ”.	crítica à mídia, censura, <i>fake news</i> , crítica à imprensa
Crítica Judicial e Eleitoral	Questionamento da legitimidade e imparcialidade do judiciário e dos processos eleitorais.	fraude eleitoral, crítica judicial, crítica eleitoral, abuso de justiça

... Continuação Quadro 2: Glossário de conceitos ideológicos dos discursos das direitas radicais

Conceito ideológico	Descrição	Exemplos
Defesa da Família e Valores Tradicionais	Pauta central de defesa da família tradicional, dos direitos parentais e da valorização de datas comemorativas como o Dia das Mães.	defesa da família, valores tradicionais, família, mães, mulher tradicional, proteger a família
Imigração e Xenofobia	Discursos centrados em políticas de fronteiras, imigração e defesa da identidade nacional contra a presença de estrangeiros.	reforma migratória, fechar fronteiras, imigração ilegal, xenofobia, segurança de fronteira, <i>menas</i>
Liberalismo e Economia	Pautas focadas na liberdade de mercado, na redução de impostos e na crítica à intervenção estatal na economia.	livre mercado, <i>baja impuestos</i> , responsabilidade fiscal, economia liberal
Meio-Ambiente	Discursos que abordam questões ambientais, muitas vezes de forma crítica às agendas climáticas globalistas.	meio-ambiente, crise climática, agenda verde
Nacionalismo e Soberania	Apelo ao patriotismo, à defesa da soberania nacional e à identidade cultural.	nacionalismo, soberania, <i>nationfirst</i> , verde amarelo, espírito fundador, soberanista
Questões de Gênero	Temas relacionados a gênero, como críticas à ideologia de gênero, ao feminismo e a pautas sobre direitos de minorias sexuais.	ideologia de gênero, feminismo, racismo antibranco, racismo, antifeminismo
Racismo e Grupos Específicos (Identitários)	Discursos que exploram a tensão racial e étnica, como o racismo antibranco e o antissemitismo.	racismo antibranco, racismo, antissemitismo
Relações Internacionais e Geopolítica	Discussão de alianças e tensões entre países, com menções a líderes e eventos geopolíticos.	relações internacionais, geopolítica, aliados, operação militar, conflito global
Saúde	Temas relacionados à saúde, frequentemente instrumentalizados para criticar políticas governamentais ou promover agendas específicas.	saúde, covid-19, <i>biohacking</i> , antienvelhecimento

... Continuação Quadro 2: Glossário de conceitos ideológicos dos discursos das direitas radicais

Conceito ideológico	Descrição	Exemplos
Segurança e Ordem Pública	Discursos centrados na defesa da segurança, do combate ao crime, das forças policiais e da ordem social.	segurança, ordem pública, combate ao crime, polícia, forças de segurança
Temas Sociais e Setoriais	Categoria residual que engloba assuntos sociais e setoriais específicos que não se encaixam em outras categorias, como economia, educação e cultura.	temas sociais, setor, educação, cultura, eleições, votação

Fonte: Elaborado pelos autores.

A extração de dados no Instagram foi realizada por técnicas de *web scraping* (coleta automatizada de informações publicamente disponíveis em plataformas digitais) com foco nos metadados dos *posts* dos perfis oficiais das CPACs, de seus palestrantes e de outros perfis públicos identificados no mapeamento. O levantamento contemplou publicações realizadas entre abril e junho de 2025, organizadas em três períodos correspondentes a cada mês da coleta. As mensagens passaram por pré-processamento textual e por técnicas de reconhecimento de entidades nomeadas (Named Entity Recognition – NER), responsáveis por identificar termos-chave e associá-los aos conceitos ideológicos previamente mapeados (Jurafsky; Martin, 2023). Todo o processo ocorreu de forma supervisionada, com validação e ajustes realizados pelos autores para garantir precisão e consistência nas classificações.

O glossário não apenas organiza o *corpus* empírico, mas revela um vocabulário político transnacionalizado que sustenta a conectividade entre influenciadores, lideranças partidárias, *think tanks* e eventos como as CPACs. Nas redes híbridas analisadas, os conceitos ideológicos aparecem como nós conectados a personalidades, instituições e outros agentes, evidenciando temas recorrentes e formas de articulação entre diferentes tipos de atores.

Esse arranjo permite examinar quais temas são mais recorrentes entre ideólogos das direitas radicais em diferentes países e quais se mostram mais centrais para os *think tanks* incluídos na pesquisa. Essas questões serão examinadas na seção seguinte, dedicada à análise das redes e das conexões estabelecidas entre agentes e discursos ao longo do período investigado.

3. ANÁLISE DOS DADOS: PADRÕES DE CENTRALIDADE, CONVERGÊNCIA IDEOLÓGICA E CONEXÕES TRANSNACIONAIS

A seguir são apresentadas as redes híbridas referentes aos três períodos de coleta no Instagram (abril, maio e junho de 2025), permitindo uma análise comparativa da evolução das conexões entre agentes e conceitos ideológicos. As redes foram construídas com o algoritmo ForceAtlas2, que aproxima os nós a partir da força das conexões e favorece a formação de comunidades. Antes de examinar as interações entre ideólogos e *think tanks*, apresentamos a topologia geral da rede, destacando seus principais *clusters* (comunidades de atores fortemente conectados), padrões de crescimento e posições de centralidade.

3.1. EVOLUÇÃO DA REDE GERAL

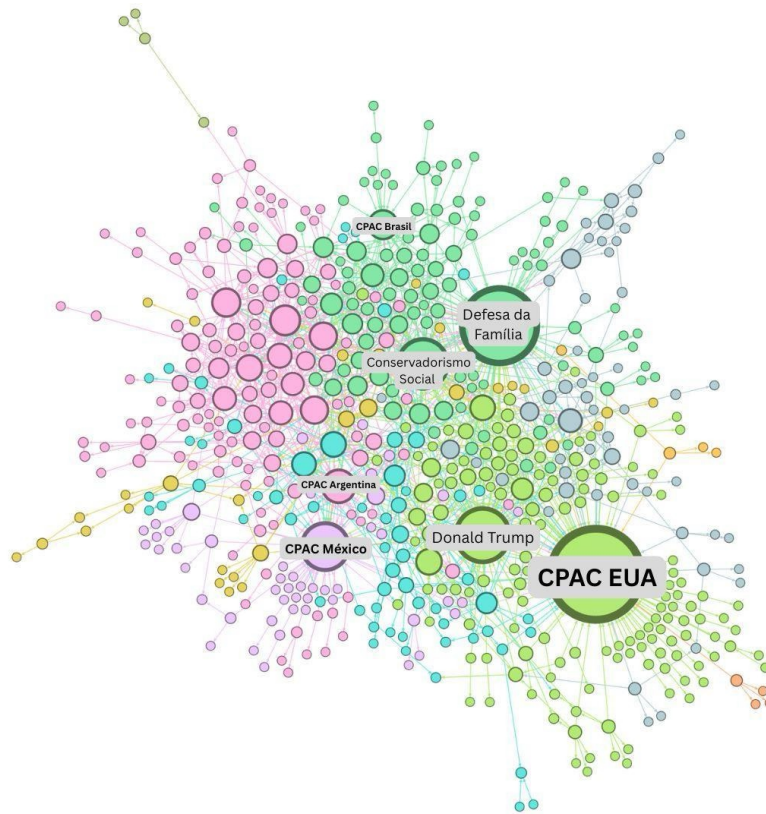
Para compreender a formação da rede em torno das CPACs, observamos inicialmente sua topologia geral, suas transformações ao longo do tempo, os atores mais centrais e os principais *clusters*. A análise começa pelas principais medidas de crescimento apresentadas no quadro abaixo.

Quadro 3: Dados de crescimento da rede

	Nós	Arestas	Densidade	Diâmetro	Caminho Médio
Abril 2025	586	1295	0,004	4	1,431
Maio 2025	833	1977	0,003	6	1,768
Junho 2025	940	3262	0,004	12	3,095

Fonte: Elaborado pelos autores.

A leitura conjunta desses indicadores permite compreender não apenas o crescimento quantitativo da rede, mas sua transformação estrutural. O aumento contínuo de nós e arestas, acompanhado da elevação do diâmetro e do caminho médio, indica que o ecossistema das CPACs se torna progressivamente mais amplo, heterogêneo e distribuído. Novos atores ingressam na rede a partir de posições periféricas, expandindo seus limites e produzindo padrões mais descentralizados de circulação discursiva. A redução da densidade observada em maio pode ser associada à incorporação das CPACs da Polônia e da Hungria, inicialmente localizadas nas extremidades do grafo. Em junho, entretanto, a densidade retorna ao patamar anterior, indicando a manutenção da coesão geral da rede. Em termos analíticos, essa expansão estrutural reforça a ideia de uma ecologia transnacional em constante reconfiguração, na qual eventos, personalidades e repertórios ideológicos disputam posições de centralidade em ciclos dinâmicos.

Figura 1: Grafo social com a rede completa – abril 2025

Fonte: Elaborado pelos autores.

Iniciando com a rede da primeira coleta, observa-se que os principais *clusters* se formam ao redor dos nós com maior centralidade de grau, sendo os principais CPAC EUA, Defesa da Família e Valores Tradicionais, Donald Trump, Conservadorismo Social e Religioso, CPAC México, CPAC Argentina, Antitotalitarismo e Defesa da Liberdade e CPAC Brasil. Aqui, observa-se que os nós das edições das CPACs dividem o protagonismo com conceitos ideológicos e personalidades como Donald Trump.

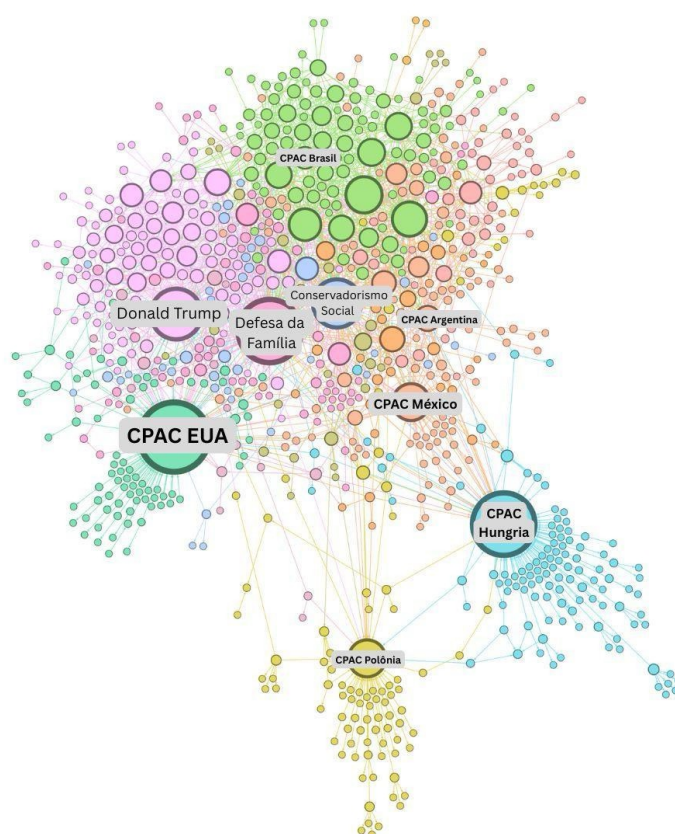
A proximidade sistemática entre os nós das edições mexicana e argentina sugere a existência de uma articulação regional particularmente intensa dentro da rede CPAC. Mais do que simples proximidade geográfica, essa conexão indica a circulação compartilhada de repertórios ideológicos, enquadramentos morais e estratégias de mobilização que aproximam diferentes atores latino-americanos. Em uma perspectiva mais ampla, a configuração da rede evidencia que a circulação transnacional promovida pelas CPACs não depende exclusivamente da centralidade estadunidense, mas também se estrutura por meio de conexões regionais capazes de produzir dinâmicas próprias de coordenação política e circulação ideológica.

O posicionamento da edição brasileira em polos mais distantes sugere uma dinâmica singular dentro do campo latino-americano: apesar de manter vínculos com valores

morais e agendas conservadoras compartilhadas, a CPAC Brasil apresenta uma pauta mais diversificada e menos diretamente integrada ao eixo México–Argentina, o que pode indicar uma orientação discursiva própria e menos dependente dos mediadores transnacionais mais ativos.

No segundo período de coleta, a principal novidade é a incorporação das edições da Polônia e da Hungria, o que altera o eixo gravitacional do grafo social. Observa-se que essas duas edições aparecem nas extremidades do grafo, embora mantenham certa proximidade com a CPAC México, Argentina e EUA. Já os nós correspondentes às demais edições do evento preservam o mesmo padrão de posicionamento visto no período anterior.

Figura 2: Grafo social com a rede completa – maio 2025



Fonte: Elaborado pelos autores.

A proximidade das CPACs da Polónia e da Hungria em relação às edições do México e da Argentina é mediada principalmente por palestrantes que circulam internacionalmente e participam de múltiplas conferências, como Matt Schlapp (Estados Unidos), Eduardo Verástegui (México), María Fernanda Cabal (Colômbia),

Agustín Laje (Argentina) e José Antonio Kast (Chile), lideranças recorrentes do ecossistema CPAC. Esses agentes atuam como mediadores da circulação transnacional de repertórios, valores e estratégias políticas entre diferentes contextos nacionais. Ao mesmo tempo, a posição periférica, embora conectada, das edições da Polônia e da Hungria sugere que os repertórios europeus operam como satélites nessa ecologia política, reforçando a centralidade do eixo estadunidense na estrutura organizacional e discursiva da rede.

Sobre os principais *clusters* observados no segundo período de coleta, nota-se uma leve reorganização, ainda que preservando o padrão geral identificado na primeira etapa. Os nós CPAC EUA e Donald Trump permanecem próximos, mas agora passam a compor uma tríade com Defesa da Família e Valores Tradicionais, indicando que esse tema ganhou relevância específica entre os atores estadunidenses naquele momento. A CPAC Hungria desponta com destaque no grafo, apresentando muita centralidade, o que evidencia que essa edição estabeleceu conexões significativas com o ecossistema transnacional das CPACs. Já os nós CPAC México e CPAC Argentina continuam relativamente próximos entre si; contudo, a distância entre ambos aumenta em razão da entrada dos novos eventos europeus, que alteram o equilíbrio estrutural do grafo. A CPAC Brasil, por sua vez, permanece posicionada na extremidade da visualização, mantendo um padrão mais periférico em relação às demais edições.

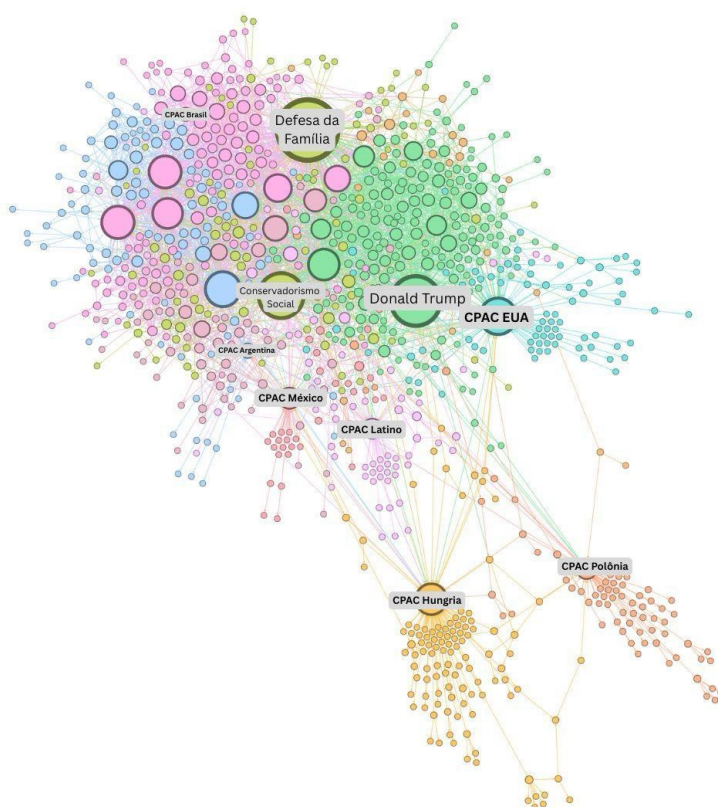
No terceiro período de coleta, observa-se a entrada de novos agentes e de um conjunto adicional de dados relacionados à edição latina das CPACs. A CPAC Latino – realizada na cidade de Miami, no estado da Flórida, Estados Unidos, e voltada à comunidade latina conservadora residente no país – passa a integrar o conjunto de eventos analisados. Sua posição no grafo situa-se entre a CPAC México e a CPAC EUA, refletindo tanto sua localização geográfica quanto sua função de ponte discursiva entre os dois polos.

Em perspectiva comparada, os padrões observados revelam que as CPACs da América Latina (Argentina, Brasil e México) tendem a operar como um bloco mais coeso e interconectado do que suas contrapartes europeias ou estadunidenses. Enquanto México, Argentina e, posteriormente, a CPAC Latino compartilham repertórios morais, estratégias comunicacionais e mediadores transnacionais em comum, as edições da Polônia e da Hungria aparecem como polos periféricos, conectados principalmente por figuras de circulação internacional. Já o caso estadunidense combina forte peso simbólico e liderança carismática (concentrada na figura de Trump), com menor integração estrutural, sugerindo que a rede hemisférica das direitas radicais tem se reorganizado a partir de um dinamismo crescente no Sul Global, especialmente na América Latina.

Um ponto que chama a atenção é a queda de relevância do nó CPAC EUA em comparação ao nó Donald Trump. Pela visualização, percebe-se que este último passa a apresentar maior grau de centralidade, exercendo influência mais intensa a partir do terceiro período de coleta. Essa mudança pode ser explicada

pelo fato de que a edição estadunidense da CPAC (realizada em fevereiro de 2025) deixou de ocupar o centro das conversações, tornando-se um tema menos acionado ao longo do tempo. Já a figura de Trump mantém presença contínua e de alta intensidade nas redes das direitas radicais, funcionando como polo permanente de engajamento transnacional.

Figura 3: Grafo social com a rede completa – junho 2025



Fonte: Elaborado pelos autores.

Outro elemento relevante é o afastamento progressivo entre o conceito Defesa da Família e Valores Tradicionais e os nós associados à CPAC EUA e a Donald Trump, indicando que novas articulações e conexões discursivas passaram a se consolidar no período. Ao observar o cluster verde (o mesmo nó Donald Trump) identificam-se outros oito nós de centralidade elevada, que combinam conceitos ideológicos com atores e instituições de destaque no ecossistema conservador estadunidense.

Esse distanciamento entre o eixo moral tradicionalista e os nós estadunidenses revela a emergência de novos arranjos discursivos, especialmente vinculados à CPAC Latino e aos *clusters* moralistas da América hispânica. Trata-se de um deslocamento que sugere uma redistribuição dos eixos temáticos dentro da rede, reforçando o

protagonismo latino-americano na renovação e reconfiguração das pautas familiares no interior das direitas radicais, o que pode ser observado no quadro abaixo.

Em síntese, a evolução da rede ao longo dos três períodos analisados revela um movimento simultâneo de expansão estrutural e redistribuição das posições de centralidade. O crescimento da rede, aliado ao aumento do diâmetro e do caminho médio, indica uma ecologia transnacional mais ampla, complexa e menos concentrada. Ao mesmo tempo, a emergência de *clusters* latinos coesos, a inserção periférica, porém conectada, das edições europeias, e a ascensão de Trump como polo de influência supranacional evidenciam que as CPACs funcionam como dispositivos articuladores de diferentes escalas de mobilização das direitas radicais. Esse conjunto de transformações demonstra que a circulação ideológica não é homogênea, mas construída por meio de conexões seletivas, mediadores estratégicos e repertórios que se reconfiguram em função dos contextos nacionais e dos fluxos transnacionais de influência.

Quadro 4: Ranking de nós mais centrais por período

Centralidade de Grau	Abril 2025	Mai 2025	Junho 2025
1º	CPAC EUA	CPAC EUA	Defesa da Família e Valores Tradicionais
2º	Defesa da Família e Valores Tradicionais	Defesa da Família e Valores Tradicionais	Donald Trump
3º	Donald Trump	CPAC Hungria	Conservadorismo Social e Religioso
4º	Conservadorismo Social e Religioso	Donald Trump	CPAC EUA
5º	CPAC México	Conservadorismo Social e Religioso	Liberalismo e Economia
6º	CPAC Argentina	CPAC Polônia	Antitotalitarismo e Defesa da Liberdade
7º	Antitotalitarismo e Defesa da Liberdade	CPAC México	Segurança e Ordem Pública
8º	CPAC Brasil	Liberalismo e Economia	CPAC Hungria
9º	Gobierno	Antitotalitarismo e Defesa da Liberdade	Temas Sociais e Setoriais
10º	Liberalismo e Economia	Segurança e Ordem Pública	Antiesquerda e Anticomunismo

Fonte: Elaborado pelos autores.

3.2. EVOLUÇÃO DA REDE FILTRADA: CONCEITOS, IDEÓLOGOS E *THINK TANKS*

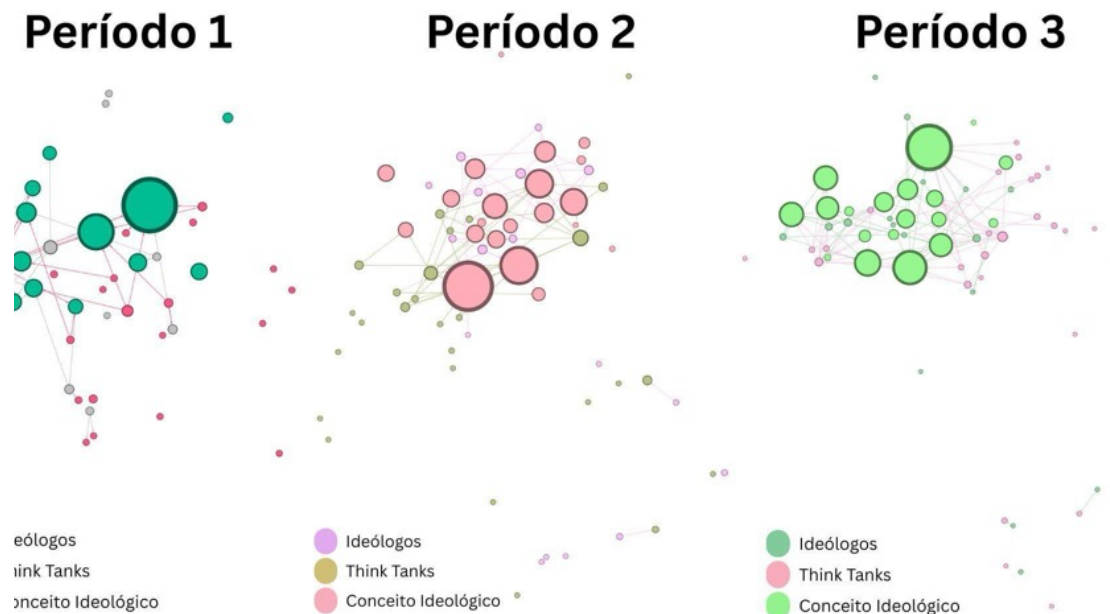
A evolução da rede nos três períodos analisados confirma que os conceitos ideológicos cumprem papel estrutural, conectando agentes de naturezas distintas e funcionando como mecanismos centrais de associação. Para compreender essas conexões com maior precisão, observamos dois grupos particularmente relevantes: os ideólogos, responsáveis pela formulação de enquadramentos morais e narrativos, e os *think tanks*, encarregados de consolidar, amplificar e institucionalizar esses repertórios por meio de publicações, formações e estratégias de difusão.

Essa distinção segue a literatura que descreve as direitas radicais contemporâneas como ecologias discursivas e organizativas compostas por agentes com funções complementares (Mudde, 2007; Eatwell; Goodwin, 2018; Hawley, 2021). Os ideólogos operam como arquitetos conceituais do movimento, traduzindo acontecimentos em estruturas interpretativas estáveis, enquanto os *think tanks* atuam como instituições de mediação entre política, academia, mídia e ativismo (Medvetz, 2012). Em alguns casos, essas funções se sobrepõem, como ocorre com Agustín Laje e a Fundação Faro, na Argentina, exemplo da institucionalização de agendas liberal-conservadoras. A análise conjunta desses atores permite compreender como repertórios ideológicos se materializam institucionalmente, circulam transnacionalmente e adquirem capacidade de mobilização.

A figura a seguir apresenta a rede filtrada entre conceitos ideológicos, ideólogos e *think tanks*, permitindo observar a evolução dessas conexões ao longo do tempo. Os conceitos mais centrais revelam forte consistência discursiva: Defesa da Família e Valores Tradicionais e Conservadorismo Social e Religioso ocupam de forma recorrente as primeiras posições nos três períodos analisados, funcionando como pilares estruturantes da circulação ideológica das direitas radicais. A filtragem evidencia a infraestrutura discursiva que sustenta essa circulação transnacional, permitindo observar mecanismos de concentração temática, polos de difusão moral e circuitos de autoridade simbólica que estabilizam sentidos políticos no interior do movimento.

Na terceira posição entre os conceitos de maior centralidade, observa-se uma mudança expressiva ao longo dos períodos. No primeiro momento, a posição era ocupada por Antitotalitarismo e Defesa da Liberdade. Nos dois períodos seguintes, é substituída por Liberalismo e Economia, indicando que pautas relacionadas ao livre mercado, à redução de impostos e às críticas ao intervencionismo estatal assumem protagonismo crescente.

O quadro a seguir apresenta as principais conexões entre conceitos ideológicos, ideólogos e *think tanks*, permitindo identificar quais temas recebem maior atenção de cada um desses agentes. Entre os ideólogos, observa-se a permanência de repertórios associados ao antagonismo político e à guerra cultural, ainda que a centralidade relativa de alguns conceitos varie ao longo dos períodos analisados.

Figura 4: Comparativo de evolução da rede filtrada entre conceitos ideológicos, ideólogos e *think tanks*

Fonte: Elaborado pelos autores.

No conjunto, a combinação recorrente entre Batalha Cultural, Antiesquerda e Anticomunismo e Defesa da Família e Valores Tradicionais revela a construção de uma narrativa polarizadora centrada na identificação de um inimigo bem definido. Os ideólogos desempenham papel decisivo na costura dessas temáticas, produzindo trajetórias narrativas que simplificam questões complexas e conduzem as audiências a escolhas binárias e percepções rígidas sobre quem são os adversários do movimento.

Entre os *think tanks*, observa-se uma estabilidade temática marcante. Conservadorismo Social e Religioso e Defesa da Família e Valores Tradicionais aparecem de forma consistente entre seus tópicos mais relevantes, reforçando a função dessas instituições como vetores de consolidação moral e cultural. A partir do segundo período, soma-se a esse núcleo o avanço de Liberalismo e Economia, configurando uma tríade (religião, tradicionalismo e economia) que articula valores morais conservadores a uma agenda econômica liberal, combinação recorrente em diferentes experiências contemporâneas das direitas radicais na América Latina e em outros contextos internacionais.

Por fim, as dinâmicas de conexão entre os três grupos analisados revelam funções distintas, porém complementares. Os conceitos ideológicos, ao ocuparem posições de elevada centralidade, operam como eixos de coesão, aproximando diferentes agentes em torno de repertórios compartilhados e contribuindo para a construção de uma identidade coletiva. Já os ideólogos se dedicam à formulação de discursos antagonistas que identificam adversários comuns, enquanto os *think tanks* trabalham

na institucionalização desses repertórios por meio de formações, relatórios e materiais estratégicos. Assim, ideólogos e *think tanks* desempenham funções complementares: os primeiros constroem enquadramentos morais e narrativos; os segundos lhes conferem estabilidade e capacidade ampliada de difusão.

Quadro 5: Conexões entre conceitos ideológicos, ideólogos e *think tanks*

Período	Posição	Ideólogos	<i>Think Tanks</i>
Período 1	1º	Temas Sociais e Setoriais	Conservadorismo Social e Religioso
	2º	Batalha Cultural	Defesa da Família e Valores Tradicionais
	3º	Antitotalitarismo e Defesa da Liberdade	Alinhamento Político
Período 2	1º	Antiesquerda e Anticomunismo	Defesa da Família e Valores Tradicionais
	2º	Antitotalitarismo e Defesa da Liberdade	Liberalismo e Economia
	3º	Temas Sociais e Setoriais	Conservadorismo Social e Religioso
Período 3	1º	Conservadorismo Social e Religioso	Defesa da Família e Valores Tradicionais
	2º	Defesa da Família e Valores Tradicionais	Conservadorismo Social e Religioso
	3º	Antitotalitarismo e Defesa da Liberdade	Liberalismo e Economia

Fonte: Elaborado pelos autores.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das três camadas de redes (estrutural, discursiva e híbrida) permitiu demonstrar que as CPACs operam como dispositivos de articulação transnacional das direitas radicais, combinando materialidade organizacional, circulação digital e produção ideológica. Em todos os períodos analisados (abril, maio e junho de 2025), observou-se a presença consistente de *clusters* que reúnem conceitos morais, lideranças políticas e instituições conservadoras, indicando a existência de um

núcleo discursivo relativamente estável que organiza a circulação de sentidos nesse ecossistema político. A centralidade recorrente de temas como Defesa da Família e Valores Tradicionais e Conservadorismo Social e Religioso confirma que a gramática moral constitui um eixo estruturante desses repertórios, funcionando como ponto de convergência entre diferentes atores e contextos nacionais.

A articulação entre as três camadas analíticas permitiu identificar não apenas quem ocupa posições de destaque na rede, mas também como repertórios ideológicos se estabilizam por meio da interação entre organizações, eventos presenciais e ecologias digitais. A rede estrutural evidenciou a continuidade institucional das CPACs e a relevância de atores transnacionais recorrentes; a rede discursiva revelou dinâmicas de atualização temática e expansão semântica; e a rede híbrida mostrou como esses elementos convergem na coordenação transnacional das direitas radicais. Nesse sentido, o modelo quali-quantitativo adotado tornou visíveis padrões de centralidade e conexão que dificilmente seriam captados por abordagens exclusivamente qualitativas ou exclusivamente computacionais.

A comparação entre os diferentes períodos também revelou transformações relevantes. A crescente centralidade de Donald Trump, especialmente no terceiro período, indica a permanência de uma liderança carismática capaz de estruturar fluxos discursivos mesmo quando a edição estadunidense da CPAC deixa de ocupar o centro do ciclo informacional. Ao mesmo tempo, a aproximação entre México, Argentina e CPAC Latino sugere o fortalecimento de um sub-bloco caracterizado pela convergência entre pautas moralistas, anticomunistas e liberal-conservadoras. Já as edições europeias, embora integradas à rede, mantêm posição mais periférica, reforçando a existência de diferentes níveis de inserção dentro dessa ecologia transnacional.

Do ponto de vista metodológico, o estudo contribui ao combinar análise de redes sociais, processamento de linguagem natural supervisionado e interpretação qualitativa em uma arquitetura integrada de investigação. Essa estratégia permitiu mapear simultaneamente fluxos organizacionais, recorrências discursivas e conexões transnacionais, oferecendo um enquadramento ainda pouco explorado nos estudos latino-americanos sobre radicalização digital, circulação ideológica e formação de coalizões conservadoras.

No entanto, algumas limitações devem ser consideradas. A análise concentrou-se exclusivamente no Instagram e em sete edições das CPACs (Brasil, México, Argentina, Estados Unidos, Polônia, Hungria e CPAC Latino), não incorporando outras plataformas, públicos e arenas digitais potencialmente relevantes. Além disso, tanto o conjunto de agentes quanto o recorte temporal refletem apenas uma parcela desse ecossistema político em constante transformação. Pesquisas futuras poderão ampliar o escopo da investigação por meio da incorporação de novas plataformas, séries temporais mais extensas e análises comparativas com eventos correlatos.

Por fim, os resultados reforçam a interpretação das CPACs como uma modalidade específica de articulação transnacional das direitas radicais, capaz de integrar

lideranças políticas, organizações, *think tanks*, influenciadores e repertórios discursivos em diferentes contextos nacionais. Mais do que estruturas organizacionais rígidas, as CPACs funcionam como infraestruturas de circulação ideológica e coordenação política, conectando atores por meio de repertórios compartilhados, estratégias comunicacionais e enquadramentos morais comuns. Em um cenário marcado pela crescente internacionalização das direitas radicais, compreender essas ecologias híbridas torna-se fundamental para analisar as dinâmicas contemporâneas de mobilização política, disputa de sentidos e contestação democrática.

SOBRE OS AUTORES

Tereza Maria Spyer Dulci. Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. Professora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, onde atua na Especialização em Ensino de História e América Latina e nos Programas de Pós-Graduação em História e Integração Contemporânea da América Latina. É também professora da Universidade Federal de Ouro Preto e integra o corpo docente do seu Programa de Pós-Graduação em História.

Ramon Fernandes Lourenço. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Integração Latino-Americana Contemporânea (PPGICAL) da UNILA e mestre em Ciências da Informação pela Universidade Estadual de Londrina (2018). Atuou como Secretário de Comunicação Social da UNILA entre 2017 e 2023. Além disso, é membro da equipe editorial da Revista Espirales. Suas linhas de pesquisa incluem comunicação digital, comunicação política e ciência de dados.

REFERÊNCIAS:

1. ALADRO-VICO, Eduardo; REQUEIJO-REY, Paula. Derecha radical y redes sociales: Discurso, estrategias e interacciones de Vox en Instagram en las elecciones del 28-A. *Revista Latina de Comunicación Social*, n. 77, p. 203-229, 2020. Disponível em: <https://nuevaepoca.revistalatinacs.org/index.php/revista/article/view/385>. Acesso em: 10 out. 2025.
2. ALONSO, Angela; MISCHÉ, Ann. Changing repertoires and partisan ambivalence in the new Brazilian protests. *Bulletin of Latin American Research*, v. 36, n. 2, p. 144-159, 2017. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/blar.12470>. Acesso em: 5 out. 2025.
3. BENNETT, Lance; SEGERBERG, Alexandra. *The logic of connective action*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
4. CASTRO-MARTÍNEZ, Andrea; DÍAZ-MORILLA, Pablo. La comunicación política de la derecha radical en redes sociales: De Instagram a TikTok y Gab, la estrategia digital de Vox. *Dígitos*, n. 7, p. 67-89, 2021. Disponível em: <https://revistadigitos.com/index.php/digitos/article/view/157>. Acesso em: 12 out. 2025.
5. CASULLO, María Esperanza. *¿Por qué funciona el populismo? El discurso que sabe construir explicaciones convincentes de un mundo en crisis*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2019.
6. CRESWELL, John W.; CLARK, Vicki L. Plano. *Pesquisa de métodos mistos*. Porto Alegre: Penso, 2015.
7. EATWELL, Roger; GOODWIN, Matthew. *National populism: The revolt against liberal democracy*. London: Penguin, 2018.
8. FANGEN, Katrine; WEISSKIRCHER, Manès. Transnationalizing the far right: An introduction. In: FANGEN, Katrine; WEISSKIRCHER, Manès (Orgs.). *The far right and the globalization of nationalism*. Cham: Palgrave Macmillan, 2024. p. 1-24.
9. GRANOVETTER, Mark. Economic action and social structure: The problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2780199>. Acesso em: 8 out. 2025.
10. HAWLEY, George. *Making sense of the alt-right*. New York: Columbia University Press, 2021.
11. JURAFSKY, Daniel; MARTIN, James H. *Speech and language processing: An introduction to natural language processing, computational linguistics, and speech recognition*. Draft. Stanford: Stanford University, 2023.
12. KITSCHOLT, Herbert; MCGANN, Anthony. *The radical right in Western Europe: A comparative analysis*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1995.
13. MARTELETO, Regina; TOMAÉL, Maria Inês. A metodologia de análise de redes sociais. In: VALENTIM, Marta Lúcia P. (Org.). *Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação*. São Paulo: Polis, 2005. p. 81-100.
14. MUDDE, Cas. *The far right today*. Cambridge: Polity Press, 2019.
15. MUDDE, Cass. *Populist radical right parties in Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
16. MEDVETZ, Thomas. *Think tanks in America*. Chicago: University of Chicago Press, 2012.
17. NORRIS, Pippa. *Radical right: Voters and parties in the electoral market*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
18. NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. *Cultural backlash: Trump, Brexit, and authoritarian populism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.
19. RECUERO, Raquel. *Redes sociais na internet*. Porto Alegre: Sulina, 2009.
20. SCOTT, John. *Social network analysis: A handbook*. London: Sage, 1991.
21. SOLANO, Esther. *Crise da democracia e extremismos de direita*. Friedrich Ebert Stiftung Brasil, maio 2018. (Série Análise, n. 42). Disponível em: <https://collections.fes.de/publikationen/ident/fes/14508>. Acesso em: 9 out. 2025.
22. TRAVERSO, Enzo. *Las nuevas caras de la derecha: Ideologías extremas en tiempos de crisis*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2018.
23. VENTURINI, Tommaso. Quali-quantitative methods. In: IRWIN, Alan; FELT, Ulrike (Eds.). *Encyclopedia of science and technology studies*. EE, 2024. Disponível em: http://www.tommasoventurini.it/wp/wp-content/uploads/2024/02/Quali-Quantitative_Methods.pdf. Acesso em: 15 out. 2025.
24. VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014. Disponível em: <https://econtents.sbu.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 04 jun. 2026.
25. VOMMARO, Gabriel. *Hagamos equipo: PRO y la construcción de la nueva derecha en Argentina*. Los Polvorines: Ediciones UNGS, 2015.
26. WODAK, Ruth. *The politics of fear: What right-wing populist discourses mean*. London: Sage, 2015.

Submissão em: 25 nov. 2025

Aceito em: 20 maio 2026



DOSSIÊ

ECHOES OF THE TEA PARTY MOVEMENT: PROGRAMMATIC CONVERGENCE AND DIVERGENCE WITHIN THE NEW LATIN AMERICAN RIGHT

ECOS DO MOVIMENTO TEA PARTY: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS PROGRAMÁTICAS NA NOVA DIREITA LATINO-AMERICANA

Thomas Kestler* 

*University of Würzburg, Institute of Political Science and Sociology, Germany.
thomas.kestler@uni-wuerzburg.de

ABSTRACT

This article examines the rise of right-wing populism in Latin America, challenging the common assumption that it is largely a regional variant of the European Populist Radical Right (PRR). Although figures like Jair Bolsonaro, José Antonio Kast, Javier Milei, and Nayib Bukele exhibit populist tendencies and culture-war rhetoric, the article argues that their programmatic differences are significant and create tensions within the right-wing spectrum. Existing approaches based on the PRR category risk obscuring these internal fault lines. To provide a more nuanced framework, the article draws on the history of the United States conservative movement, which has long encompassed diverse strands, including classical conservatism, right-wing populism, evangelical Christianity, and libertarianism. These strands have sometimes converged, but have rarely achieved sustained unity. The analysis shows that Latin America's right similarly comprises analogous ideological currents, as well as the regional peculiarity of *mano-dura* populism. Based on an analysis of programmatic texts, current cases of right-wing populism in Latin America are analyzed. A preliminary overview of programmatic profiles shows significant divergences among these cases, which are grouped into three programmatic clusters.

Keywords: Right-Wing Populism; New Latin American Right; Right-Wing Ideology; Mano-Dura Populism; Populist Radical Right (PRR).

RESUMO

Este artigo analisa a ascensão do populismo de direita na América Latina, contestando a ideia comum de que se trata apenas de uma variante regional da Direita Populista Radical Europeia (PRR). Embora figuras como Jair Bolsonaro, José Antonio Kast, Javier Milei e Nayib Bukele apresentem tendências populistas e uma retórica de guerra cultural, o artigo defende que as suas diferenças programáticas são significativas e criam tensões no seio do espectro de direita. As abordagens existentes baseadas na categoria PRR correm o risco de obscurecer estas linhas de fratura internas. Para fornecer um quadro mais matizado, o artigo recorre à história do movimento conservador dos Estados Unidos, que há muito engloba diversas vertentes, incluindo o conservadorismo clássico, o populismo de direita, o cristianismo evangélico e o libertarianismo. Estas vertentes por vezes convergiram, mas raramente alcançaram uma unidade sustentada. A análise mostra que a direita latino-americana combina, de forma semelhante, correntes ideológicas parecidas, bem como a peculiaridade regional do populismo de “mano dura”. Com base numa análise de textos programáticos, são analisados os casos atuais de populismo de direita na América Latina. Uma análise preliminar dos perfis programáticos revela divergências significativas entre esses casos, que são agrupados em três categorias programáticas.

Palavras-chave: Populismo de Direita; Nova Direita Latinoamericana; Ideologia de Direita; Populismo de Mano Dura; Direita Radical Populista (PRR).

INTRODUCTION

Populism is not a new phenomenon in Latin America—quite the contrary. Since the mid-20th century, it has resurfaced in waves; for instance, around the turn of the millennium, with the so-called *Pink Tide*: a wave of moderate- to radical-left governments that lasted until the mid-2010s. Since then, the political wind in the region has shifted once again, with the pendulum swinging in the opposite direction (Reid, 2025; Monestier; Vommaro, 2021).

The election of right-wing populist outsider Jair Bolsonaro in 2018 marked the beginning of a series of remarkable successes for candidates on the far right who, to varying degrees, employ populist rhetoric and style. Notable examples include José Antonio Kast, the new Chilean president, inaugurated in March 2026, and Javier Milei, the Argentine president, elected in 2023. Another prominent case is Salvadoran President Nayib Bukele, re-elected in spring 2024, albeit in violation of the re-election ban.

A range of other figures stand for this trend. In Chile, not only Kast but also other right-wing candidates, notably the radical libertarian Johannes Kaiser, scored substantial vote shares in the 2025 elections. In Colombia, far-right candidate Abelardo de la Espriella was narrowly elected president in a polarized runoff election. In Peru, the religious fundamentalist Rafael López Aliaga came third in the first rounds of the 2021 and 2026 presidential elections, narrowly missing the runoff both times. In Paraguay, the populist candidate Paraguayo (“Payo”) Cubas won a significant vote share on an anti-corruption, law-and-order platform in 2023. Taken together, these examples suggest a broader right-wing wave in Latin America (Borges; Zanotti, 2024; Pereira, 2023; Torrico, 2021). This has sparked a debate about how to typologize the representatives of this “new Latin American right,” as Monestier and Vommaro (2021) call them.

To date, Cas Mudde’s (2007) description of the *Populist Radical Right* (PRR) has served as the main reference point for classifying current manifestations of right-wing populism in Latin America.¹ Jair Bolsonaro, in particular, is widely seen as evidence that the PRR has found its way to the region (Kestler, 2023; Rovira Kaltwasser; Zanotti, 2023; Zanotti; Rama; Tanscheit, 2023). Díaz, Rovira Kaltwasser and Zanotti (2023) identify José Antonio Kast as another representative of the PRR, though they note certain differences vis-à-vis its European counterparts. Borges and Zanotti (2024) discuss the concept more broadly in the Latin American context. Based on an expert survey, they identify regional specificities of right-wing populism, in particular the fact that nativism, an eminent feature of the European PRR, is largely absent in the region. As a solution, they propose a modified, more parsimonious definition that relies solely on illiberalism and ideological radicalism.

¹ The core features of the PRR, according to Mudde, are nativism, authoritarianism, and populism. Nativism refers to “[...] an ideology which holds that states should be inhabited exclusively by members of the native group (‘the nation’) and that non-native elements (persons and ideas) are fundamentally threatening to the homogeneous nation-state” (Mudde, 2007, p. 19).

However, this definitional generality comes at a cost. It obscures important differences and leaves open the question of how to capture variation within Latin American right-wing populism. This question becomes more pressing when the analysis extends beyond clear-cut cases like Bolsonaro to others such as Javier Milei, Nayib Bukele, and Payo Cubas. How can Milei's anti-statist libertarianism be reconciled with Kast's social conservatism or Bukele's *mano-dura* authoritarianism? How meaningful is it to put these diverse phenomena into a single category?

While previous approaches have highlighted the commonalities within the new Latin American right, this article will focus on programmatic differences. It argues that these differences are mostly gradual but significant in some cases, and that they touch on core programmatic convictions, generating tensions and potential fault lines within the right-wing spectrum. To identify pertinent dimensions of programmatic identity and difference, the article turns to the United States, where the political right – the Republican Party as well as the conservative movement – has a long tradition of internal divisions, punctuated by episodes of reapproachment, most recently in the Tea Party movement of 2009–2010. Episodes like this convey the impression of a homogeneous movement, while in fact the political right is internally heterogeneous, comprising different currents: classical conservatism, libertarianism, religious fundamentalism, and radical populism rooted in Southern segregationism.² This latter current, which eventually developed into the so-called paleoconservatism, is closest to the present-day PRR, but it is only one among several expressions of right-wing ideology.³

In the following section, it will be demonstrated that also within the Latin American far right there are significant ideological differences that limit the applicability of the PRR model. To capture these differences, an analytical framework based on five programmatic dimensions is developed. Section three applies this framework to analyze representatives of the far right in Latin America to identify programmatic profiles and ideological differences. The article concludes with a discussion of the implications following from these observations.

FACETS OF THE NEW LATIN AMERICAN RIGHT BEYOND THE PRR

One distinguishing feature of the new Latin American right is its higher degree of radicalism compared to earlier right-wing actors, which has led some observers to describe them as extreme right or *ultraderecha* (Rovira Kaltwasser, 2024; Sanahuja; López Burian, 2020). These terms point to shared characteristics such

² There are many studies and historical accounts of the conservative movement in the United States and its various strands. Essential contributions include Kabaservice (2012), Horwitz (2013), and Dionne (2016).

³ The term “paleoconservatism” originated in the United States in the 1980s and refers to a movement of traditionalist conservatives who opposed globalization, “big government,” and interventionist foreign policy – in contrast to neoconservatives (Kiely, 2022).

as radicalism and authoritarianism that are typically associated with the populist radical right (PRR) (Zanotti; Roberts, 2021).⁴ However, this categorization has recently been questioned, both because of significant differences between its European and Latin American manifestations and because of variation within the Latin American right itself (Borges; Zanotti, 2024; Kestler, 2022). These differences concern not only the degree of radicalism, but also ideological profiles – an aspect that is rarely considered because populism is usually regarded as ideologically diffuse or “thin-centered” (Mudde, 2004). Right-wing populists in Latin America in particular have been described as “post-ideological” (Giordano, 2014). Yet, the recent wave of right-wing populism is marked by a stronger ideological agenda, suggesting that a closer examination of ideological profiles is warranted.

In fact, the attribute “right-wing” is anything but uniform. The right-wing spectrum includes market liberals as well as statist, along with actors holding conservative and religious views on social policy. In a two-dimensional cleavage model, right-wing positions may align more closely with either the economic or the cultural axis (Bornschiefer, 2010). The latter applies to most right-wing actors in Latin America, but to different degrees and with significant differences from the European far right. While cultural issues feature prominently in many cases, nativism plays a minor role. Instead, religious or traditional conceptions of society come to the fore, resting on the belief that human beings are anchored in a preexisting natural or divine order. Kast, Bolsonaro, and López Aliaga are primary examples of such an ideology

In other cases, however, culturally right-wing positions are less prominent. For instance, Nayib Bukele’s law-and-order agenda is not grounded in an ideology of natural order. Paraguayo Cubas likewise shows few indications of such an ideological orientation. Javier Milei occasionally engages in historical revisionism, but cultural issues are clearly subordinated to radical libertarianism, placing him closer to the economic cleavage axis.

To capture these differences, it is useful to turn to the United States, where the conservative movement exhibits striking similarities to the Latin American right (more so than the European far right) and thus provides a useful analytical framework for distinguishing different strands of right-wing ideology. Conservatism in the United States has always been characterized by divergent factions that have only occasionally united for collective action, most recently during the Tea Party movement of 2009–2010 – an influential but short-lived episode of conservative mobilization (Skocpol; Williamson, 2012; Van Dyke; Meyer, 2014). The currents of modern U.S. conservatism developed from the 1940s onward, when a conservative counter-movement to the New Deal formed around William F. Buckley Junior and the magazine *National Review*. The ideological roots of this movement lay in classical conservatism inspired by Edmund

⁴ Terms like “radical right,” “extreme right,” or “ultra-right” are often used synonymously, which obscures conceptual and empirical differences. For a conceptual discussion clarifying the boundaries between conservatism, right-wing radicalism, and right-wing extremism, see Kestler (2022). In this article, I will use the terms “right-wing populism” and “far right” as umbrella categories encompassing varying ideological strands across regions, thus also including the “new Latin American right.” The term radical right populism refers to Mudde’s narrower concept as defined in footnote 1.

Burke and Friedrich August von Hayek. Anti-communism was another defining feature of this current, which reached a preliminary peak with Barry Goldwater's 1964 presidential candidacy (Kabaservice, 2012).

Alongside classical conservatism, the 1960s also saw the emergence of an authoritarian and racist current opposed to the civil rights movement (Kazin, 2017), most prominently represented by George Wallace's 1968 presidential campaign. This current bears the strongest similarities to today's PRR and to Trump's MAGA (Make America Great Again) movement. During the 1980s, it evolved into what became known as "paleoconservatism," characterized by isolationism and cultural traditionalism (Kiely, 2022). Its leading figure, Pat Buchanan, became a prominent cultural warrior.

A third strand developed in the 1970s as evangelical communities became politicized, partly in response to the 1973 *Roe v. Wade* decision and mobilized by influential televangelists and activists. The evangelical current emphasizes moral issues summarized as "family values," which had played no significant role in classic Goldwater conservatism. Finally, a libertarian current emerged independently in the 1970s with the formation of the *Libertarian Party*, while maintaining loose connections to the broader conservative movement (Doherty, 2007). Programmatically, libertarianism drew on the Austrian School of Economics and scholars like Robert Nozick and Murray Rothbard, who advocated radical skepticism toward State authority.

These currents can be found in a similar form in Latin America, although there the distinctions between them are more difficult to draw and their longer-term lines of continuity are less clear. Moreover, some adaptations are required to fit the Latin American context and intellectual traditions. One specific feature of the region is the variant of *mano-dura* populism, which represents a distinct current within the Latin American right. *Mano-dura* populism is characterized by a focus on security, the militarization of politics, and disregard for the rule of law (Meléndez-Sánchez; Vergara, 2024; Rosen; Cutrona, 2023). Another specification concerns the paleoconservative current, because in Latin America the isolationist element is largely missing due to the region's greater international dependence. Moreover, as seen above, racist (or nativist) tendencies are weaker, although the issue of migration has gained importance in Latin America, and racist overtones are not entirely absent from the right-wing populist discourse. A clear commonality is the typical culture war issues, including gender relations and the preoccupation with sexual identities.

In addition, conservatism in the region is shaped by the region's history of Catholicism and corporatism (Pinto, 2019). In Chile, for example, an influential conservative current is the so-called *gremialismo*, which emerged in the 1960s and emphasized the importance of intermediary social bodies – *gremios* or guilds – which should mediate between the State and the individual

(Sznajder, 2019). Chile's 1980 constitution was based on this ideology. Its partisan representation was the UDI (*Unión Demócrata Independiente*), to which Kast belonged until 2016 (Bustamante Olguín, 2025). Together with the Catholic heritage, *gremialismo* and other corporatist, nationalist, and fascist ideologies, such as Plínio Salgado's *integralismo* in Brazil, left a strong collectivist imprint on Latin American conservatism. Moreover, the State plays a more prominent role in Latin American conservative thought than in traditional U.S. conservatism. What is common to all conservative traditions in the North and the South is their proclaimed anticommunism, which generally targets left-wing ideologies associated with universalist and egalitarian principles.

Regarding the religious current, there are also differences from the U.S., given the Catholic majority in Latin America, though there has been convergence in recent decades as evangelical churches have expanded rapidly in the region. While there are programmatic intersections between these denominations, for example, regarding the question of abortion, there are also divergences in their political orientation. Evangelicals tend to place stronger emphasis on cultural conflict, moral traditionalism, and individualistic economic ideas, all of which are fertile ground for right-wing populist politics (Boas, 2023). In contrast, Catholics are more politically heterogeneous and institutionally embedded. In addition, progressive currents within the Catholic Church make it more difficult for right-wing populists to mobilize the Catholic electorate. Typically, they focus on morally charged issues and points of agreement, such as abortion, which find resonance among all Christian voters.

Additional regional specificities concern the libertarian current. While strongly influenced by U.S. libertarians such as Murray Rothbard, the Latin American exponents of this current focus on somewhat different topics, such as inflation and corruption.

Taken together, these developments suggest the existence of five distinct currents or ideological dimensions within the contemporary right in Latin America. These currents rarely appear in their pure form, but rather as hybrids with varying proportions of programmatic ingredients. Despite these overlaps, however, there are significant ideological differences and even incompatibilities. It is therefore advisable to consider these currents separately and to categorize the Latin American right accordingly. To do so, typical programmatic features of the five currents are derived from prototypical cases and from their historical roots. Although distinctions are not always clear-cut, the systematization presented in Table 1 can serve as an analytical framework for a preliminary categorization of right-wing actors in Latin America by their predominant ideological orientations.

Table 1: Currents of right-wing populism in Latin America and programmatic indicators

Libertarianism
Emphasis on the issue of inflation
Attacks on bureaucracy and the state
Emphasis on the issue of corruption
Religious fundamentalism
Use of religious terms (such as God, Jesus, providence, Bible, virgin)
Emphasis on the topic of abortion
Narratives about Christian renewal and the divine mission of a leader
Classical conservatism
Attacks on the left (“communists”)
Emphasis on the family and small communities
Corporatist elements: organic view of society, nationalism
Paleoconservatism
Emphasis on issues of sexual identity
Emphasis on minority issues, especially sexual minorities
Emphasis on the issue of immigration
Mano-dura populism
Emphasis on the issue of security
Disregard for the rule of law
Focus on the security forces—police and army—as a means of establishing order

Source: The author.

PROGRAMMATIC PROFILES OF THE NEW LATIN AMERICAN RIGHT

To assess the programmatic profiles of far-right actors in Latin America, a select sample of speeches, programmatic documents, and interviews is used for each case. The sources, listed in the Appendix, are limited in scope but are intended to provide a homogeneous, transparent, and sufficiently representative sample.⁵ The cases of interest are Jair Bolsonaro, José Antonio Kast, Johannes Kaiser, Javier Milei, Payo Cubas, Rafael López Aliaga, Nayib Bukele, and Abelardo de la Espriella. The analysis is limited to programmatic statements because concrete policies cannot be assessed – half of these actors have not yet been

⁵ In the case of audio-visual sources, automatic transcripts were created.

in a government position. The texts are analyzed holistically, similarly to Hawkins' (2009) approach. However, while Hawkins assesses only the degree of populism, here five programmatic dimensions are scrutinized, which renders the analysis more demanding. Instead of using a scale for each dimension, the five dimensions are arranged hierarchically by identifying the first, second, and third most important dimensions in each case, based on the frequency of the corresponding topics and programmatic positions.⁶ The assessment of the eight cases yielded the following results.

JAIR BOLSONARO

A prime example of radical right populism is Jair Bolsonaro, who is not only the most radical cultural warrior among current right-wing populists but also the one who most closely resembles the PRR in Europe and the United States (Kestler, 2023). His election in 2018 can be seen as a cultural backlash against social change and progressive reforms under the PT governments of 2003–2016 (Luna, 2023; Rocha; Solano; Medeiros, 2021). His voters came from all sections of the population but predominantly from the more affluent southeastern region of the country. Conservative values did play a role, but another strong motivation was the long-standing rejection of the PT among considerable parts of the electorate (Amaral, 2020). Bolsonaro's election campaign directly built on this anti-PT sentiment, calling former president Lula da Silva the "most corrupt politician in history" (Rivarola, 2022, p. 202). The issue of corruption was, in this case, less indicative of libertarian positions than of a strong anti-left discourse. Another important element of his campaign was religion, as Bolsonaro sought to build strong ties with evangelical voters (Almeida, 2019).

This impression is corroborated by the assessment of Bolsonaro's programmatic profile, although, interestingly, paleoconservatism did not emerge as a dominant trait in the analyzed texts. Instead, classic conservatism ranks first, followed by religious fundamentalism and *mano-dura* populism. Bolsonaro's programmatic statements emphasized national identity, traditional family values, and broader cultural and moral concerns. His government program, *Pelo Bem do Brasil* (2023), identifies "Deus, pátria e família, vida e liberdade" as its core values. In addition, Bolsonaro stressed security, law and order, and citizens' right to carry firearms (see Appendix #1).

JOSÉ ANTONIO KAST

The case of José Antonio Kast looks similar at first sight. Kast's 2021 platform included traditional family values, opposition to abortion and same-sex marriage, and a restrictive stance on migration. In a campaign speech, he emphasized family

⁶ Each source was assigned to one or more of the five dimensions. Where possible and/or applicable, a rank order was established based on the frequency of programmatic indicators. Finally, an overall rank order of the three most notable ideological dimensions was produced for each case.

and social order in a “society where authority is restored, along with respect for that authority. This respect and love must first be lived out within the family – that family which some wish to ignore yet which remains the fundamental core of society for us” (Appendix #6). Moreover, he maintained close ties to conservative Catholic organizations and promoted a strong religious agenda. In 2025, he shifted his focus to fiscal discipline and a reduction of State capacity, thus featuring a more economically liberal profile than Bolsonaro. Yet the analysis of sources from the recent campaign confirms that religion and social conservatism remain his programmatic priorities. Classical conservatism ranks first in his programmatic profile, as reflected in motifs such as family, home, fatherland, traditional values, and national identity. Religious fundamentalism ranks second, as Kast frequently uses religious vocabulary. Third is *mano dura* populism, as Kast places a strong emphasis on security, law enforcement, border protection, and tough measures against crime and immigration.

JOHANNES KAISER

Chain-saw libertarianism is not a priority in Kast’s program, which might be a reason for the rise of Johannes Kaiser, a well-known influencer and congressman who garnered 15.6% of the votes in the first round of presidential elections in 2025 (Martinez, 2025). Formerly a member of Kast’s *Partido Republicano*, Kaiser has emerged as Kast’s rival and founded his own party, the *Partido Nacional Libertario*, in 2004 (Burns, 2025). Kaiser took a much more radical stance in the 2025 campaign, not only on economic matters but also on social policy. “We are not conservative, we are reactionary. We are not statist, we are libertarian. We are not internationalist, we are sovereignist. We are not corporatist, we are market liberal,” he wrote on X (Gamboa, 2024).

An analysis of his program and statements during the 2025 campaign yields the following ranking: libertarianism ranks first, given Kaiser’s strong emphasis on State reduction, inflation control, and the fight against corruption. For example, he proposed reducing the number of ministries from 25 to 9 and cutting 200,000 public jobs (“gradually and humane”) (Appendix #10). In second place comes classical conservatism, as Kaiser strongly attacked the left (“Marxists”) as enemies of institutions, warned of a “communist subversion” and a threat to democracy: “If the Communist Party wins [...], the Constitution is worthless” (Appendix #13). He fashioned himself as a defender of the Western and Christian inheritance and advocated family priorities such as benefits for mothers and parental control over education. The third rank is occupied by *mano-dura* populism, as Kaiser proposed strengthening the security forces and reinforcing border control. Religious motifs, by contrast, are rare or even absent in Kaiser’s programmatic profile, which comes close to what Argentine historian Pablo Stefanoni (2021) refers to as “paleolibertarianism” – a combination of libertarian thought with conservative notions of a natural order beyond State interference. In this respect, for Kaiser to be dubbed “Chile’s Milei” is quite fitting, as the Argentine president features a similar profile.

JAVIER MILEI

Javier Milei is currently the most prominent example of radical libertarianism. He not only announced a radical reduction in State size in his 2023 campaign but also put his program into action from the presidential office. Unlike the neoliberalism of the 1990s, Milei's brand of libertarianism (or anarcho-capitalism) stands for disruption in the sense of Silicon Valley libertarians such as Peter Thiel, emphasizing the replacement of State functions with markets, technology, and a voluntary order. Milei's economic policy follows the Austrian school, which rejects state intervention and entrusts core processes such as price formation to the market. Politically, he draws inspiration from U.S. libertarian theorists, especially Murray Rothbard, who not only rejected the State but also advocated tactical "paleolibertarian" alliances between libertarians and elements of the conservative and nationalist right (Morresi, 2024).

Sources from the 2023 presidential campaign, as well as the 2025 campaign for parliamentary elections, unambiguously confirm Milei's libertarian streak. Libertarianism clearly ranks first in his programmatic profile. In 2023, he announced to control inflation through dollarization, to liquidate the central bank, and to implement fiscal austerity (Appendix #14, #18). He spoke of a "useless State," a legacy of State failure, and a corrupt system (Appendix #17, #18). His second programmatic priority is classical conservatism, as evidenced by his attacks on the left and his promise to restore the country to its former glory. His conservative leanings are also recognizable from references to moral or identity politics. The third rank is occupied by *mano-dura* populism because Milei advocated a policy of zero tolerance in matters of security and delinquency (Appendix #14), although less frequently and less radically than his Chilean counterpart, Johannes Kaiser, who otherwise shares the same rank order of programmatic dimensions.

PAYO CUBAS

A significantly different profile can be observed for Payo Cubas, a populist outsider who won 23.6% of the vote in Paraguay's 2023 presidential election. With his party *Cruzada Nacional* (National Crusade), he campaigned primarily on a *mano-dura* and anti-establishment platform and presented himself as a defender of the Paraguayan nation-state, calling for tighter control of resources and opposing participation in international organizations (Soler, 2025) – a stance reminiscent of Trump-style U.S. nationalism. An analysis of his positions in the 2023 campaign shows a strong focus on security, with *mano-dura* populism clearly dominating his agenda. He announced a state of exception to fight crime and drug trafficking and to use the Armed Forces to "clean up the country." He demanded the death penalty for femicide and corrupt politicians and explicitly rejected legal restrictions in restoring order, thus featuring a strong authoritarian bent (Appendix #21, #23).

The second-ranking programmatic focus is libertarianism, as Cubas strongly emphasized the issue of corruption. He also showed an anti-statist orientation, attacking the bureaucracy and the “political caste” as the source of all evil, although this stance was less a reflection of libertarianism than of populist anti-institutionalism. In other respects, his economic positions, such as demands for State control over natural resources, differentiated him from Milei’s chainsaw libertarianism (Appendix #20). Finally, the third ranking dimension, classical conservatism, is even more weakly expressed in this case. Like other right-wing populists, Cubas attacked the left as traitors (“comunistas y vendepatrias”) and stressed “God, fatherland, and family,” but references to small communities or corporatist elements appear rarely in his statements.

RAFAEL LÓPEZ ALIAGA

While religion is almost absent in Cubas’ profile, it is quite visible in the case of Peru’s Rafael López Aliaga, a businessman long active in the right-wing *Solidaridad Nacional* party, renamed *Renovación Popular* in 2020. López Aliaga, whom the press called the “Peruvian Bolsonaro,” gained national prominence in 2020 and ran as a presidential candidate in 2021 and 2026 (Gómez Vega, 2022). Both times, he came third in the first round, narrowly missing the runoff. His religious orientation became apparent from statements like this: “We have principles of solidarity, but they are rooted in Christ. Christ is the one who will lead us out of this crisis” (Hidalgo Bustamante, 2020). Classical conservatism and religious fundamentalism featured prominently in his electoral campaigns. His programmatic statements focused on issues of family and a natural order rooted in cultural values and national history. He defended a “right to life from conception to death” and viewed the family as a “natural union between man and woman” (Appendix #26). His 2021 campaign combined nationalist and fundamentalist religious positions with calls for a crackdown on corruption, crime, and street protests (Zárate; Budasoff, 2021). He also drew on the anti-communist rhetoric of classical conservatism. In matters of public security, he emphasized the fight against delinquency and announced that he would provide better equipment to security forces. He favored the death penalty for certain crimes and declared his intention to withdraw the country from the Inter-American Court of Human Rights (Appendix #27). These positions were reiterated in 2026, with security measures ranking at the top of his program (Appendix #25). Yet, while security was clearly a priority in 2026, the frequency of religious elements receded noticeably (Appendix #25). Thus, summarizing his programmatic profile, the classification as Peruvian Bolsonaro is confirmed, but, in light of the 2026 campaign, *mano-dura* populism ranks above religious fundamentalism.

NAYIB BUKELE

Another case to be assessed is Nayib Bukele in El Salvador, who is regarded as the prototype of *mano-dura* populism in the region and viewed as a model of successful crackdown on gang violence by many right-wing actors. His rule is regarded as authoritarian, yet he nonetheless boasts strong public support, as evidenced by his 2024 re-election with nearly 85% of the vote, despite violating the constitutional re-election ban. His entire campaign revolved around the continuation and extension of the state of exception and the anti-gang program *Plan Control Territorial* (Appendix #29, 30). He took pride in mass incarceration and justified the use of the army and police as the central tool to restore order in the country. Security is presented as an absolute priority, to the detriment of constitutional limits, judicial independence, and international human-rights norms. Therefore, *mano-dura* populism is dominant in that case. In addition, there are references to national history and national sovereignty: “Words like independence, sovereignty, peace, and freedom are easy to say, but very difficult to achieve. After two centuries of paying lip service to them, it is time for us to put them into practice” (Appendix #28). Regarding economic matters, Bukele promised to reduce wasteful State spending and bureaucracy. However, he lacks Milei’s fierce anarcho-capitalist rhetoric. Thus, classical conservatism and libertarianism rank second and third, respectively, but are far less relevant and frequent than the *mano-dura* characteristics.

ABELARDO DE LA ESPRIELLA

The most recent case of right-wing populism in the region is the winner of the 2026 presidential election in Colombia, Abelardo de la Espriella, a flamboyant lawyer and businessman who promotes himself as “Colombian Bukele” (Larco Bravo, 2025). Indeed, *mano-dura* positions feature prominently in his program and his statements. Naming the Roman consul and dictator Lucius Quinctius Cincinnatus as his role model, he stated to “save and reconstruct the country” and to govern with an “iron hand” (Appendix #33). The fight against drug trafficking and “narcoterrorismo” was named as the primary goal in his campaign (Appendix #32).

Yet, references to migration are rare, despite the large number of Venezuelan refugees located in Colombia. Religion is mentioned mostly in passing and to underscore his personal story of conversion, but is not used as an ideological tool. Instead, de la Espriella lambasts the left and conjures a supposed “communist threat” which he intends to avert. “When the radical left comes to power, it destroys the productive apparatus,” he asserted in an interview (Appendix #34). Another classical conservative motif can be found in references to an idyllic yet lost past: “Back in my day, even in Barranquilla, houses didn’t have bars on the windows. Nowadays, every house has them. I dream of returning to a time when the country was safe, and children could play outside” (Appendix #33). Additionally, de la Espriella advocates libertarian policies, such as reducing the number of ministries

by half, and frequently addresses the issue of corruption (Appendices #33 and #34). Therefore, in his programmatic profile, *mano-dura* populism ranks first, followed by classical conservatism and libertarianism.

Table 2 summarizes the findings from the preceding analysis. From this overview, it becomes evident that there are significant overlaps within the new Latin American right, as well as divergent programmatic profiles. In particular, two noticeable patterns emerge from these results.

Table 2: Programmatic profiles of right-wing populists in Latin America

	Bolso-naro	Kast	Kaiser	Milei	Cubas	López Aliaga	Bukele	De la Espriella
1	Classical conservatism	Classical conservatism	Libertarianism	Libertarianism	Mano-dura populism	Classical conservatism	Mano-dura populism	Mano-dura populism
2	Religious fundamentalism	Religious fundamentalism	Classical conservatism	Classical conservatism	Libertarianism	Mano-dura populism	Classical conservatism	Classical conservatism
3	Mano-dura populism	Mano-dura populism	Mano-dura populism	Mano-dura populism	Classical conservatism	Religious fundamentalism	Libertarianism	Libertarianism

Source: Qualitative assessment based on the sources listed in the appendix.

Firstly, there are, by and large, three clusters of right-wing actors with broadly similar profiles highlighted by different colors, albeit with slight variations in rank order. One cluster comprises Bolsonaro, Kast, and López Aliaga, who combine traditional conservatism with religious elements and law-and-order positions. The second cluster includes the libertarians Milei and Kaiser, whose primary emphasis is clearly on anti-statist libertarianism, while also maintaining traditionalist and *mano-dura* positions—a profile described as “paleolibertarianism” (Stefanoni, 2021). A third cluster consists of Cubas, Bukele, and de la Espriella, whose focus is on security issues, while classical conservative and libertarian positions are less pronounced, and religious elements are largely absent.

Second, paleoconservatism does not appear in the profiles, presumably because its typical manifestations are subsumed under other currents, particularly classical conservatism, which also rejects “gender ideology” and asserts “traditional values.”⁷ The issue of migration, in turn, is often addressed in the context of public security and, therefore, categorized as *mano-dura* populism.⁸

⁷ For example, in a speech at the UN General Assembly, Bolsonaro stressed that “[...] core values for Brazilian society [...] include the defense of the family, the right to life from the moment of conception, the right to self-defense, and the rejection of gender ideology,” which was classified as classical conservatism, yet also fits the category right-wing radicalism (Appendix #2).

⁸ A typical example is Johannes Kaiser, who referred to the tasks of the Armed Forces as follows: “[...] in the face of the unchecked rise in organized crime, illegal immigration, drug trafficking, arms trafficking, and other such issues, these measures will be key to supporting law enforcement in eradicating these scourges and, if necessary, through the declaration of a state of emergency and the rational—yet decisive and very brief—use of the armed forces and their resources” (Appendix #10).

Moreover, the indicator of corruption proved ambiguous, as it is used by libertarians to attack the bureaucracy and the State, but also in the context of populist anti-elite discourse, as in the cases of Cubas and Bolsonaro. In these cases, programmatic indicators may need to be reconsidered to more clearly distinguish among classical conservatism, libertarianism, and paleoconservatism. Another reason for the absence of this latter dimension might be that it is not reflected in the sources used for the analysis. Examining social media sources could yield more evidence of culture-war orientations.

The programmatic profiles derived from programmatic sources highlight ideological divergences and convergences within the current Latin American right, helping assess its degree of unity, its electoral appeal, and its potential for coalition-building. The latter aspect is crucial, as a right-wing majority necessitates collaboration between libertarians and classical conservatives. Although such a collaboration currently exists in Argentina, ideological differences may come to the fore in the future, as tensions within the Republican Party and the MAGA movement in the U.S. indicate. Potential conflicts also derive from diverging conceptions about the role of the State, foreign policy, and protectionism. Thus, while classical conservatism and libertarianism may find temporary common ground at the policy level, ideological differences make a paleolibertarian alliance difficult to sustain. As the Tea Party movement in the United States has shown, integration and mobilization of the right-wing spectrum is possible, but it depends on circumstantial factors and is likely to remain a temporary phenomenon.

CONCLUSION

The current wave of right-wing populism in Latin America is often interpreted as the result of regional dynamics, namely as a swing of the pendulum after a phase of left-wing populism in earlier years. However, behind the image of the pendulum lies a heterogeneous phenomenon, resembling the U.S. conservative movement in its composition. In the United States, the conservative movement has always been highly heterogeneous and has only temporarily achieved unified mobilization.

A preliminary analysis of programmatic profiles among the new Latin American right has highlighted areas of ideological convergence within this spectrum, but also noticeable differences, which might limit the potential for the formation of stable majorities. Recent approaches relying on Mudde's typology of PRR fail to capture the diversity of right-wing populism in the region because it tends to omit the varying ideological currents within the Latin American right. While these currents are not as clearly distinguishable as in the United States, they are observable from diverging programmatic priorities, pointing to different ideological roots and potentially causing tensions within the right-wing spectrum. Diverging ideological orientations concern, for example, the rule of law (which is upheld by classical

conservatives but disregarded by *mano-dura* populists) or the role of the State. Libertarian positions and *mano-dura* policies are difficult to reconcile, too. Recent advances by right-wing candidates may conceal these potential fault lines, but they could become visible in the future.

When viewed not just through the lens of radical right populism but from a more nuanced perspective, the long-term prospects of the new Latin American right appear rather uncertain. Instead of forming a “wave,” which suggests a uniform force, it appears to be a more heterogeneous phenomenon, marked by diverging programmatic orientations and priorities. Cohesion and unity within the right-wing camp, therefore, are probably lower than is often assumed, and they depend strongly on individual leaders and external circumstances. While right-wing populism will likely continue to shape the region’s political landscape in the foreseeable future, it is unlikely to become a durable, hegemonic force.

CONFLICT OF INTERESTS

The author declares no conflict of interest.

ABOUT THE AUTHOR

Thomas Kestler is a political scientist at the University of Würzburg, Germany. His research focuses on comparative politics and Latin America, with particular interests in political parties, institutions, democracy, populism, and the role of ideas in political action. His publications combine comparative and historical-institutionalist approaches with research on political change and collective action.

REFERENCES

1. ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos Estudos – CEBRAP*, v. 38, n. 1, p. 185–213, 2019. DOI: <https://doi.org/10.25091/S01013300201900010010>
2. AMARAL, Oswaldo E. do. The victory of Jair Bolsonaro, according to the Brazilian Electoral Study of 2018. *Brazilian Political Science Review*, v. 14, n. 1, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-3821202000010004>
3. BOAS, Taylor C. *Evangelicals and electoral politics: A kingdom of this world*. Cambridge: Cambridge University Press, 2023.
4. BORGES, André; ZANOTTI, Lisa. Authoritarian, but not nativist: classifying far-right parties in Latin America. *Political Studies*, v. 73, n. 4, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1177/00323217241301317>
5. BORN SCHIER, Simon. *Cleavage politics and the populist right: The new cultural conflict in Western Europe*. Philadelphia, PA: Temple University Press, 2010.
6. BURNS, Nick. The radical libertarian reshaping Chile's presidential race. *Americas Quarterly*, Mar. 10, 2025. Available at: <https://www.americasquarterly.org/article/the-radical-libertarian-reshaping-chiles-presidential-race/>. Accessed on: Aug. 2, 2026.
7. BUSTAMANTE OLGUÍN, Fabián. Radical right? In Chile: An analysis of the Republican Party. In: RIVERA LÓPEZ, Diego; BONATTI SANTOS, Julio A.; BUSTAMANTE OLGUÍN, Fabián (Orgs.). *Ultra and extreme right-wing in Latin America*. Cham: Springer Nature Switzerland, 2025. p. 233–274.
8. DÍAZ, Camila; ROVIRA KALTWASSER, Cristóbal; ZANOTTI, Lisa. The arrival of the populist radical right in Chile. *Journal of Language and Politics*, v. 22, n. 3, p. 342–359, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1075/jlp.22131.dia>
9. DIONNE, Eugene J. *Why the right went wrong: Conservatism—from Goldwater to the Tea Party and beyond*. New York, NY: Simon & Schuster, 2016.
10. DOHERTY, Brian. *Radicals for capitalism: A freewheeling history of the modern American libertarian movement*. New York, NY: PublicAffairs, 2007.
11. GAMBOA, Catalina. “No somos conservadores”: Johannes Kaiser anuncia la creación del Partido Nacional Libertario. *La Hora*, June 11, 2024. Available at: <https://lahora.cl/cronica/2024/06/11/no-somos-conservadores-johannes-kaiser-anuncia-la-creacion-del-partido-nacional-libertario>. Accessed on: Aug. 2, 2026.
12. GIORDANO, Verónica. ¿Qué hay de nuevo en las <nuevas derechas>? *Nueva Sociedad*, n. 254, p. 46–56, 2014. Available at: <https://nuso.org/articulo/que-hay-de-nuevo-en-las-nuevas-derechas/>. Accessed on: Aug. 2, 2026.
13. GÓMEZ VEGA, Renzo. Paradojas de ‘Porky’, el alcalde fanático de Lima que quiere acabar con Castillo. *El País*, 05 oct. 2022. Available at: <https://elpais.com/america-colombia/2022-10-05/paradojas-de-porky-el-alcalde-fanatico-de-lima-que-quiere-acabar-con-castillo.html>. Accessed on: Aug. 2, 2026.
14. HAWKINS, Kirk A. Is Chávez Populist? *Comparative Political Studies*, v. 42, n. 8, p. 1040–1067, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1177/0010414009331721>
15. HIDALGO BUSTAMANTE, Martín. Solidaridad Nacional ahora es Renovación Popular y apunta a los conservadores. *El Comercio*, 10 jul. 2020. Available at: <https://elcomercio.pe/politica/elecciones/elecciones-2021-solidaridad-nacional-pasa-a-llamarse-renovacion-popular-y-apunta-a-ser-el-partido-de-los-conservadores-noticia/>. Accessed on: Aug. 2, 2026.
16. HORWITZ, Robert B. *America's right: Anti-establishment conservatism from Goldwater to the Tea Party*. Hoboken, NJ: Wiley, 2013.
17. KABASERVICE, Geoffrey M. *Rule and ruin: The downfall of moderation and the destruction of the Republican Party, from Eisenhower to the Tea Party*. New York, NY: Oxford University Press, 2012.
18. KAZIN, Michael. *The populist persuasion: An American history*. 2. ed. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2017.
19. KESTLER, Thomas. Jair Bolsonaro, ¿prototipo latinoamericano del populismo de derecha radical? In: Pereyra Doval, Gisela et al. (Orgs.). *El Brasil de Bolsonaro en español*. Buenos Aires: Prometeo, 2023. p. 15–25.
20. KESTLER, Thomas. Radical, nativist, authoritarian—or all of these? Assessing recent cases of right-wing populism in Latin America. *Journal of Politics in Latin America*, v. 14, n. 3, p. 289–310, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1177/1866802X221117565>
21. KIELY, Ray. American paleoconservatism and neoliberalism. In: BAR-ON, Tamir; MOLAS, Bàrbara. (Orgs.). *The right and radical right in the Americas*. Lanham, MD: Lexington Books, 2022. p. 159–184.
22. LARCO BRAVO, Nadia. ¿Quién es Abelardo de la Espriella, el Bukele colombiano que podría derrotar a Petro? *Expreso*, 12 nov. 2025. Available at: <https://www.expreso.ec/actualidad/mundo/quien-es-abelardo-de-la-espriella-el-bukele-colombiano-que-podria-derrotar-petro-264151.html>. Accessed on: Aug. 2, 2026.
23. LUNA, Dra Naara. Conservadorismo na política no governo Bolsonaro: Novas articulações, valores religiosos e pauta de costumes. *Cultura y Religión*, v. 17, n. 6, p. 1–29, 2023. Available at: <https://www.scielo.cl/pdf/cultrelig/v17/0718-4727-cultrelig-17-6.pdf>. Accessed on: Aug. 2, 2026.

24. MARTINEZ, Sofia G. "Chile's Milei?" How ex-YouTuber Johannes Kaiser stormed the presidential race. *The Rio Times*, Nov. 5, 2025. Available at: <https://www.riotimesonline.com/chiles-milei-how-ex-youtuber-johannes-kaiser-stormed-the-presidential-race/>. Accessed on: Aug. 2, 2026.
25. MELÉNDEZ-SÁNCHEZ, Manuel; Vergara, Alberto. The Bukele Model: Will it spread? *Journal of Democracy*, v. 35, n. 3, p. 84-98, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1353/jod.2024.a930429>
26. MONESTIER, Felipe; VOMMARO, Gabriel. Los partidos de la derecha en América Latina tras el giro a la izquierda. *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, v. 30, n. 1, p. 7-22, 2021. Available at: http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1688-499X2021000100007. Accessed on: Aug. 2, 2026.
27. MORRESI, Sergio. Fusiónismo y radicalización del activismo de derecha en Argentina. *Temas y Debates*, v. 28, n. 48, p. 163-185, 2024. DOI: <https://doi.org/10.35305/tyd.vi48.683>
28. MUDDE, Cas. *Populist radical right parties in Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
29. MUDDE, Cas. The populist zeitgeist. *Government and Opposition*, v. 39, n. 4, p. 541-563, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1477-7053.2004.00135.x>
30. PEREIRA, Anthony W. (Org.). *Right-wing populism in Latin America and beyond*. New York, NY: Routledge, 2023.
31. PINTO, Antonio C. Authoritarianism and corporatism in Latin America. In: Pinto, António C.; Finchelstein, Federico. (Orgs.). *Authoritarianism and Corporatism in Europe and Latin America. Crossing Borders* London: Routledge, 2019. p. 110-142.
32. REID, Michael. Latin America's rightward shift. *Americas Quarterly*, May 13, 2025. Available at: <https://www.americasquarterly.org/article/latin-americas-rightward-shift/>. Accessed on: Aug. 2, 2026.
33. RIVAROLA, Dolores R. La doble matriz antipetista durante el Gobierno de Bolsonaro. In: Pereyra Doval, Gisela et al. (Orgs.). *El Brasil de Bolsonaro en español*. Buenos Aires: Prometeo, 2022. p. 195-210.
34. ROCHA, Camila; Solano, Esther; Medeiros, Jonas. *The Bolsonaro paradox*. Cham: Springer, 2021.
35. ROSEN, Jonathan D.; CUTRONA, Sebastian (Orgs.). *Mano-dura policies in Latin America*. New York, NY: Routledge, 2023.
36. ROVIRA, Kaltwasser, Cristóbal. El ascenso de la ultraderecha en América Latina. *LASA Forum*, v. 54, n. 4, p. 9-15, 2024. Available at: <https://forum.lasaweb.org/files/vol54-issue4/dossier-2.pdf>. Accessed on: Aug. 2, 2026.
37. ROVIRA KALTWASSER, Cristóbal; ZANOTTI, Lisa. The populist radical right beyond Europe. *Journal of Language and Politics*, v. 22, n. 3, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1075/jlp.22136.rov?locatt=mode:legacy>
38. SANAHUJA, José Antonio; López Burian, Camilo. Las derechas neopatriotas en América Latina: Contestación al orden liberal internacional. *Revista CIDOB d'Afers Internacionals*, n. 126, p. 41-64, 2020. Available at: <https://www.cidob.org/publicaciones/derechas-neopatriotas-america-latina-contestacion-al-orden-liberal-internacional>. Accessed on: Aug. 2, 2026.
39. SKOCPOL, Theda; WILLIAMSON, Vanessa. *The Tea Party and the remaking of Republican conservatism*. New York, NY: Oxford University Press, 2012.
40. SOLER, Lorena. From the partisan right to the radical right: The composition and exercise of Paraguayan rule. In: GOLDSTEIN, Ariel. (Org.). *The Right in Latin America*. Manchester: Manchester University Press, 2025. p. 209-226.
41. SZNAJDER, Mario. Nationalist authoritarianism and corporatism in Chile. In: Pinto, António C.; Finchelstein, Federico. (Orgs.). *Authoritarianism and Corporatism in Europe and Latin America. Crossing Borders*. London: Routledge, 2019. p. 254-274.
42. STEFANONI, Pablo. *¿La rebeldía se volvió de derechas?* Buenos Aires: Siglo XXI, 2021.
43. TORRICO, Mario (Orgs.). *Giro a la derecha*. Un nuevo ciclo político en América Latina. Ciudad de México: FLACSO, 2021.
44. VAN DYKE, Nella; MEYER, David S. (Orgs.). *Understanding the Tea Party movement*. Burlington, VT: Ashgate, 2014.
45. ZANOTTI, Lisa; RAMA, José; TANSCHKEIT, Talita. Assessing the fourth wave of the populist radical right: Jair Bolsonaro's voters in comparative perspective. *Opinião Pública*, v. 29, n. 1, p. 1-23, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-019120232911>
46. ZANOTTI, Lisa; ROBERTS, Kenneth M. (Aún) La excepción y no la regla: la derecha populista radical en América Latina. *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, v. 30, n. 1, p. 23-48, 2021. DOI: <https://doi.org/10.26851/rucp.30.1.2>
47. ZÁRATE, Joseph; BUDASOFF, Eliezer. Rafael López Aliaga: The creation of a far-right candidate in Peru. *El País*, Apr. 10, 2021. Available at: <https://english.elpais.com/usa/2021-04-10/rafael-lopez-aliaga-the-creation-of-a-far-right-candidate-in-peru.html>. Accessed on: Aug. 2, 2026.

APPENDIX: SOURCES USED FOR ASSESSING PROGRAMMATIC PROFILES

BOLSONARO

1. Jair Bolsonaro: “Plano de Governo 2023–2026: Pelo Bem do Brasil”, 2022. Available at: <https://static.poder360.com.br/2022/08/plano-de-governo-bolsonaro-definitivo.pdf>. Accessed on: Nov. 28, 2025.
2. UOL News: “Discurso completo de Bolsonaro na ONU”, Sep. 20, 2022. Available at: <https://www.youtube.com/watch?v=NdlKbN95e2A>. Accessed on: Nov. 28, 2025.
3. Jornal Nacional: “Bolsonaro no JN: STF, Resultado das urnas e pandemia”, Aug. 23, 2022. Available at: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/08/22/integra-jornal-nacional-entrevista-bolsonaro.htm>. Accessed on: Nov. 28, 2025.
4. Globo.com: “Bolsonaro faz discurso de campanha na comemoração do 7 de setembro em Brasília”, Sep. 7, 2022. Available at: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/09/07/bolsonaro-faz-discurso-de-campanha-na-comemoracao-do-7-de-setembro.ghml>. Accessed on: Nov. 28, 2025.

KAST

1. Partido Republicano: “Programa de Gobierno Presidencial 2022–2026: Atrévete Chile”. Available at: <https://centrocompetencia.com/wp-content/uploads/2021/10/Jose-Antonio-Kast-Programa-de-gobierno-2022-2026.pdf>. Accessed on: Nov. 28, 2025.
2. Nortisurweb: “Discurso de Cierre de Campaña de José Antonio Kast en el Parque Araucano de Santiago de Chile”, Dec. 18, 2021. Available at: <https://www.youtube.com/watch?v=ACnr4djCQus>. Accessed on: Nov. 28, 2025.
3. Mentiras Verdaderas La Red: “Estoy desencantado con el gobierno de Piñera”, Sep. 07, 2021. Available at: <https://www.youtube.com/watch?v=tdsN-Aw3kwk>. Accessed on: Oct. 20, 2025.
4. Kast on Persicope live: “Hoy presentamos las propuestas para Emprender sin Barreras. Recuperaremos el Estado de Derecho y erradicaremos la violencia para que las políticas públicas y la inversión puedan emprender sin límites”, Aug. 18, 2021. Available at: https://www.pscptv.w/dAYh3HR3LTEyMzk1NTk2MnwXWmtLemVZcmdBTnh2i3zqGA9pCzK_mv6IISF_TosKoPFyrtmYgMri2c7MuPU. Accessed on: Nov. 28, 2025.
5. Infogate: “Kast presentó su Agenda de Austeridad: propone rebajar a la mitad sueldo del Presidente de la República y otras altas autoridades”, Oct. 20, 2021. Available at: <https://infogate.cl/2021/10/kast-presento-su-agenda-de-austeridad-propone-rebajar-a-la-mitad-sueldo-del-presidente-de-la-republica-y-otras-altas-autoridades>. Accessed on: Nov. 28, 2025.

KAISER

1. Johannes Kaiser: “Programa de Gobierno 2026–2030: Defiende la Verdad”, 2025. Available at: <https://static.emol.cl/emol50/documentos/archivos/2025/09/25/202509251166.pdf>. Accessed on: Nov. 28, 2025.
2. 24 Horas – TVN Chile: “Estado Nacional”, Nov. 27, 2025. Available at: https://www.youtube.com/watch?v=p_16LW7JUyY. Accessed on: Nov. 28, 2025.
3. ADN Chile: “El discurso final completo de Johannes Kaiser”, Nov. 12, 2025. Available at: <https://www.youtube.com/watch?v=nHGEXuDiUVo>. Accessed on: Nov. 28, 2025.
4. Meganoticias: “De frente con Tomás Mosciatti: Entrevista a Johannes Kaiser”, Jul. 4, 2025. Available at: <https://www.youtube.com/watch?v=BDU9UmMkJaM>. Accessed on: Nov. 28, 2025.

MILEI

1. La Libertad Avanza: “Plataforma Electoral Nacional”, Jun. 19, 2023. Available at: <https://www.electoral.gob.ar/nuevo/paginas/pdf/plataformas/2023/PASO/JUJUY%2079%20PARTIDO%20RENOVADOR%20FEDERAL%20-PLATAFORMA%20LA%20LIBERTAD%20AVANZA.pdf>. Accessed on: Nov. 28, 2025.
2. La Casta Tiene Miedo: “Tremendo discurso del próximo presidente”, Oct. 19, 2023. Available at: https://www.youtube.com/watch?v=WUorX1Yn_c. Accessed on: Nov. 28, 2025.
3. La Nación: “Cierre de campaña de Javier Milei rumbo al balotaje”, Nov. 16, 2023. Available at: <https://www.youtube.com/watch?v=FGvNphreSks>. Accessed on: Nov. 28, 2025.

4. CNN en Español: “‘Hagamos grande a Argentina nuevamente’ – Discurso completo de Javier Milei tras las elecciones legislativas de medio término”, Oct. 26, 2025. Available at: https://www.youtube.com/watch?v=P5_GPf7yyqs. Accessed on: Nov. 28, 2025.
5. Todo Noticias: “Debate presidencial entre Sergio Massa y Javier Milei”, Nov. 13, 2023. Available at: https://www.youtube.com/watch?v=DVt_mzCOGtA. Accessed on: Nov. 28, 2025.

CUBAS

1. Unión Industrial Paraguaya: “Presentación de ‘Proyecto País 2023–2028’”, Mar. 21, 2023. Available at: <https://www.youtube.com/watch?v=4MpRD68wH2s>. Accessed on: Nov. 28, 2025.
2. La Base América Latina: “Paraguay Cubas sin Filtros”, Jul. 23, 2023. Available at: https://www.youtube.com/watch?v=MZ_oOgdqr9c. Accessed on: Nov. 28, 2025.
3. Somos GEN: “#Expresso – Payo Cubas”, Mar. 18, 2023. Available at: <https://www.youtube.com/watch?v=FRFCyUGlIEg>. Accessed on: Nov. 28, 2025.
4. El Nacional: “Paraguay Cubas: ‘Iremos hasta el final y seguro en mejores condiciones que el PLRA’”, Apr. 16, 2023. Available at: <https://elnacional.com.py/politica/paraguay-cubas-iremos-final-seguro-mejorescondiciones-plra-n45954>. Accessed on: Nov. 28, 2025.
5. C9N: “Programa completo de Paraguay Cubas con Carlos Mateo”, Mar. 1, 2023. Available at: <https://www.youtube.com/watch?v=S5Bb4Gxs84Y>. Accessed on: Mar. 28, 2026.

LÓPEZ ALIAGA

1. Renovación Popular: “Plan de Gobierno Presidencial 2021–2026”, Jun. 15, 2022. Available at: <https://declaracion.jne.gob.pe/ASSETS/PLANGOBIERNO/FILEPLANGOBIERNO/16482.pdf>. Accessed on: Mar. 28, 2026.
2. Renovación Popular: “El Perú está destinado a ser grande. Propuestas Clave 2026”, undated. Available at: <https://renovacionpopular.com.pe/wp-content/uploads/2023/09/Plan-de-gobierno-RLA.pdf>. Accessed on: Apr. 2, 2026.
3. Renovación Popular: “Plan de Gobierno Municipal para la Alcaldía de Lima 2023–2026”, June 15, 2022. Available at: <https://www.actualidadambiental.pe/wp-content/uploads/2022/09/Plan-de-Gobierno-Renovacion-Popular-Elecciones-2022.pdf>. Accessed on: Nov. 28, 2025.
4. Panamericana Televisión: “Rafael López Aliaga en entrevista con Panorama”, Nov. 24, 2025. Available at: <https://www.youtube.com/watch?v=YHwHWJNVETQ>. Accessed on: Nov. 28, 2025.

BUKELE

1. Secretaría de Prensa El Salvador: “Presidente Nayib Bukele anuncia su candidatura para una reelección en el periodo 2026–2029”, Sep. 17, 2022. Available at: <https://www.youtube.com/watch?v=WKDNx184zpg>. Accessed on: Nov. 28, 2025.
2. CNN en Español: “Discurso de Bukele para proclamarse ganador de las elecciones presidenciales en El Salvador”, Feb. 5, 2024. Available at: <https://www.youtube.com/watch?v=YvASiIORqis>. Accessed on: Nov. 28, 2025.
3. CNN en Español: “Discurso completo de Bukele tras jurar como presidente de El Salvador por segunda vez”, June 1st, 2024. Available at: https://www.youtube.com/watch?v=Sh_OGvQx4cA. Accessed on: Nov. 28, 2025.
4. TIME Magazine: “Lea la Transcripción de la Entrevista de TIME con el Presidente Nayib Bukele”, Aug. 29, 2024. Available at: <https://time.com/7015751/entrevista-presidente-nayib-bukele>. Accessed on: Nov. 28, 2025.

DE LA ESPRIELLA

1. Abelardo de la Espriella: “Defensores de la patria. El milagro de los nunca”, undated. Available at: <https://defensoresdelapatria.com/wp-content/uploads/2026/04/PROPUESTAS-DEL-TIGRE.pdf>. Accessed on: Apr. 2, 2026.

2. El Tiempo: "Abelardo de la Espriella: ,Yo vine a salvar a mi país y a reconstruirlo. Y me devuelvo para mi finca cuando termine'", Feb. 22, 2026. Available at: <https://www.eltiempo.com/bocas/abelardo-de-la-espriella-yo-vine-a-salvar-a-mi-pais-y-a-reconstruirlo-y-me-devuelvo-para-mi-finca-cuando-termine-3533780>. Accessed on: Apr. 2, 2026.
3. Vicky Dávila Digital: "Entrevista con Abelardo de la Espriella", Apr. 13, 2026. Available at: https://www.youtube.com/watch?v=BQw__oPMCOQ. Accessed on: Apr. 22, 2026.

Submissão em: 30 nov. 2025

Aceito em: 01 abr. 2026



DOSSIÊ

**DEMOCRACIA
DELEGATIVA MÁS ALLÁ
DE AMÉRICA LATINA:
UN MARCO
ANALÍTICO PARA LA
EXTREMA DERECHA
CONTEMPORÁNEA
EN PERSPECTIVA
COMPARADA**

*DELEGATIVE DEMOCRACY BEYOND
LATIN AMERICA:
AN ANALYTICAL FRAMEWORK FOR
THE CONTEMPORARY FAR-RIGHT IN
COMPARATIVE PERSPECTIVE*

*DEMOCRACIA DELEGATIVA PARA
ALÉM DA AMÉRICA LATINA:
UM MARCO ANALÍTICO PARA A
EXTREMA-DIREITA CONTEMPORÂNEA
EMPERSPECTIVA COMPARADA*

Ever Josué Fuentes Guevara* 

* Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Instituto Latino-Americano de Economia, Política e Sociedade (ILAESP), Departamento de Ciência Política e Sociologia, Foz do Iguaçu, PR, Brasil.

everfuentes0711@gmail.com

RESUMEN

La democracia liberal enfrenta una crisis de legitimidad global caracterizada por la erosión de los controles institucionales y el auge de proyectos autocráticos. A pesar de la vasta literatura sobre el tema, persiste una brecha en la comprensión de cómo marcos teóricos gestados en el Sur Global pueden explicar fenómenos en democracias consolidadas. Este artículo aborda dicha brecha analizando la “exportabilidad” del concepto de democracia delegativa de Guillermo O’Donnell. Se plantea como pregunta: ¿en qué medida la lógica delegativa explica los mecanismos de concentración de poder de la extrema derecha contemporánea? Bajo una metodología de análisis cualitativo y un diseño de “casos más diferentes” (Brasil, Argentina, Estados Unidos y España), se sostiene la hipótesis de que estos movimientos utilizan una lógica populista para transformar la legitimidad electoral en un mandato delegativo que dismantela los *checks and balances*. Los hallazgos principales indican que, si bien la pulsión delegativa es transversal, su éxito institucional depende de la resiliencia de los sistemas de justicia y las reglas del sistema (presidencialismo versus parlamentarismo). El estudio concluye que el marco de O’Donnell, en diálogo con las teorías de erosión democrática de Levitsky y Ziblatt, ofrece una sofisticación analítica superior para mapear los riesgos de la autocratización global.

Palabras clave: Populismo; Ultraderecha; O’Donnell; Autocratización; Comparación.

ABSTRACT

Liberal democracy faces a global crisis of legitimacy characterized by the erosion of institutional checks and the rise of autocratic projects. Despite the extensive literature on this subject, there remains a gap in understanding how theoretical frameworks developed in the Global South can explain phenomena in established democracies. This article addresses this gap by analyzing the “exportability” of Guillermo O’Donnell’s concept of delegative democracy. The central research question is: to what extent does the delegative logic explain the power concentration mechanisms of the contemporary far right? Using a qualitative analysis methodology and a “most different cases” research design (Brazil, Argentina, the United States, and Spain), the article argues that these movements employ a populist logic to transform electoral legitimacy into a delegative mandate that dismantles checks and balances. The main findings indicate that while the delegative drive is transversal, its institutional success depends on the resilience of judicial systems and systemic rules (presidentialism versus parliamentarism). The study concludes that O’Donnell’s framework, in dialogue with the democratic erosion theories of Levitsky and Ziblatt, offers superior analytical sophistication for mapping the risks of global autocratization.

Keywords: Populism; Far-right; O’Donnell; Autocratization; Comparison.

RESUMO

A democracia liberal enfrenta uma crise de legitimidade global caracterizada pela erosão dos controles institucionais e pela ascensão de projetos autocráticos. Apesar da vasta literatura sobre o tema, persiste uma lacuna na compreensão de como marcos teóricos gestados no Sul Global podem explicar fenômenos em democracias consolidadas. Este artigo aborda essa lacuna analisando a “exportabilidade” do conceito de democracia delegativa de Guillermo O’Donnell. Questiona-se: em que medida a lógica delegativa explica os mecanismos de concentração de poder da extrema direita contemporânea? Sob uma metodologia de análise qualitativa e um desenho de “casos mais diferentes” (Brasil, Argentina, Estados Unidos e Espanha), sustenta-se a hipótese de que esses movimentos utilizam uma lógica populista para transformar a legitimidade eleitoral em um mandato delegativo que dismantela os checks and balances. Os principais achados indicam que, embora a pulsão delegativa seja transversal, seu sucesso institucional depende da resiliência dos sistemas de justiça e das regras do sistema (presidencialismo versus parlamentarismo). O estudo conclui que o arcabouço de O’Donnell, em diálogo com as teorias de erosão democrática de Levitsky e Ziblatt, oferece uma sofisticação analítica superior para mapear os riscos da autocratização global.

Palavras-chave: Populismo; Ultradireita; O’Donnell; Autocratização; Comparação.

1. INTRODUCCIÓN

La democracia representativa atraviesa lo que Steven Levitsky y Daniel Ziblatt definen como un proceso de subversión interna, donde las instituciones no caen por golpes de Estado, sino por el dismantelamiento gradual de sus normas no escritas. Esta “muerte de las democracias” se manifiesta en la aparición de líderes que, tras ganar elecciones legítimas, utilizan las facultades legales para socavar la democracia (Levitsky; Ziblatt, 2019). En este escenario, la extrema derecha contemporánea no solo representa un desafío electoral, sino una crisis profunda de la agencia ciudadana y la rendición de cuentas horizontal.

Aunque se ha analizado profusamente el discurso de estos líderes, persiste una brecha sobre los marcos institucionales que facilitan su permanencia. Surge así la necesidad de cuestionar: ¿en qué medida y bajo qué condiciones el concepto de democracia delegativa de O'Donnell (2010), desarrollado originalmente para las transiciones latinoamericanas, proporciona un marco analítico superior para comprender los mecanismos de erosión institucional impulsados por la extrema derecha en regímenes presidenciales y parlamentarios contemporáneos?¹

Este artículo argumenta que el concepto de democracia delegativa ofrece una ventaja analítica significativa frente a categorías como el “presidencialismo imperial” (Schlesinger Junior, 1973), ya que trasciende la mera descripción de la expansión de poderes ejecutivos para centrarse en una transformación ontológica del régimen democrático. Mientras el presidencialismo imperial describe la acumulación de facultades dentro de un sistema constitucional que permanece operativo, la democracia delegativa captura cómo la legitimidad plebiscitaria puede reconfigurar la naturaleza misma de la relación entre gobernantes e instituciones, sustituyendo el gobierno de las leyes por el gobierno de la voluntad popular encarnada en un líder.²

A su vez, este artículo sostiene que la extrema derecha contemporánea opera a través de una lógica populista (Laclau, 2005) que construye un antagonismo radical entre un “pueblo” puro y una “élite” corrupta. En sistemas presidenciales con instituciones frágiles o altos niveles de polarización, esta lógica encuentra su expresión institucional óptima en la democracia delegativa, tal como la definió O'Donnell (2010), facilitando la concentración de poder en el Ejecutivo y el dismantelamiento de los *checks and balances*. A través de un diseño de investigación de “casos más diferentes” que incluye a figuras como Bolsonaro, Milei, Trump y el partido Vox, se demuestra que la pulsión delegativa es un rasgo transnacional de la nueva derecha radical.

¹ La aplicación de marcos teóricos del Sur Global a democracias consolidadas invierte el flujo tradicional de la teoría política. Mientras que O'Donnell (1994) conceptualizó la democracia delegativa para analizar las transiciones incompletas en América Latina, su uso actual en casos como Estados Unidos (EE.UU.) responde a lo que autores como Levitsky y Ziblatt (2019) definen como una erosión democrática desde dentro, validando la tesis de que la pulsión delegativa es una patología potencial de cualquier régimen presidencialista.

² La distinción es ontológica: el presidencialismo imperial describe un desbalance de poder legal-constitucional, mientras que la democracia delegativa describe una creencia de que el mandato plebiscitario exime al líder de rendir cuentas ante otros poderes del Estado (*accountability* horizontal). En la democracia delegativa (DD), el presidente se considera el único depositario de la soberanía, desplazando la noción de la poliarquía de Dahl, donde la mediación institucional es indispensable.

2. MARCO TEÓRICO Y CONCEPTUAL

Para abordar la complejidad de la extrema derecha contemporánea, es indispensable construir un marco teórico robusto que integre múltiples dimensiones de análisis: la estructural, la discursiva, la institucional y la ideológica.

2.1. POPULISMO: DE LA ESTRUCTURA A LA DISCURSIVIDAD

La conceptualización del populismo en América Latina ha evolucionado significativamente. Inicialmente, fue analizado como un fenómeno socioeconómico e histórico, inherente a un período de transición. Octavio Ianni, en su obra sobre el colapso del populismo en Brasil, lo describió como un movimiento que surgió en las décadas de 1930 y 1940, asociado con el fortalecimiento de la burguesía nacional y los trabajadores urbanos durante el proceso de industrialización por sustitución de importaciones (Ianni, 1968). Para Ianni, el populismo se caracterizó por el surgimiento de liderazgos carismáticos que, a través de la manipulación de las masas, dirigían proyectos políticos personales. Este fenómeno culminó con un desenlace golpista, un “colapso” que dio paso a un nuevo modelo de desarrollo económico basado en la asociación de capitales nacionales y extranjeros (Ianni, 1968). Francisco Weffort también lo interpretó como un pacto de masas en un contexto de desarrollo capitalista, enfatizando la mediación del Estado y los sindicatos (Weffort, 1968).

La teoría de la dependencia, de la cual Fernando Henrique Cardoso y Enzo Faletto son exponentes clave, contextualiza el populismo dentro de las estructuras económico-políticas de dominación interna y externa (Cardoso; Faletto, 1976). Su trabajo sostiene que las luchas políticas y las coaliciones de clase están intrínsecamente ligadas al lugar que ocupan los países en la periferia del sistema capitalista global (Cardoso; Faletto, 1976). Desde esta perspectiva, el populismo no es una mera aberración política, sino una expresión de las contradicciones del desarrollo capitalista dependiente, donde las burguesías nacionales intentan liderar un proceso de industrialización autónomo en un mercado mundial desigual (Cardoso; Faletto, 1976).

La perspectiva del populismo como una lógica discursiva, desarrollada por Ernesto Laclau, marca un punto de inflexión. Para Laclau (2005), el populismo no es una ideología con un contenido fijo, sino una forma particular de construir lo político. Se trata de la creación de una frontera antagónica entre dos campos: “el pueblo” y “la élite” o “el *establishment*” (Laclau, 2005). Lo distintivo de esta lógica es que unifica una variedad de demandas insatisfechas (por ejemplo, falta de agua, inseguridad, malas escuelas) a través de un “significante vacío”. Este término, como “la casta” o “el pantano”, carece de un contenido ideológico específico, pero funciona como un punto de condensación que permite que demandas diversas se

entrelacen en una “cadena de equivalencias” (Laclau, 2005)³. En la concepción de Laclau, el populismo emerge como una respuesta a la crisis de representación cuando los cauces institucionales fracasan en canalizar las demandas de la gente, lo que lleva a la frustración colectiva y a la consolidación de un sujeto popular (Laclau, 2005).

2.2. DEMOCRACIA: DELEGATIVA, IMPERIAL Y LAS INSTITUCIONES DE CONTENCIÓN

La crisis de las instituciones democráticas ha sido abordada desde diferentes frentes teóricos. Guillermo O'Donnell, observando las nuevas democracias en América Latina, conceptualizó la “democracia delegativa” (DD) como un subtipo de democracia diferente de la democracia representativa consolidada (O'Donnell, 1994). La premisa fundamental de la DD es que el presidente, elegido por un plebiscito masivo, es el único representante legítimo del pueblo. El mandatario se percibe a sí mismo como un “salvador de la patria”, con la autoridad para gobernar el país como mejor le parezca, sin necesidad de controles horizontales como el Congreso o el poder judicial (O'Donnell, 1994). Este tipo de democracia es individualista y se basa en una relación directa y vertical entre el líder y los votantes, sin la mediación de partidos o instituciones (O'Donnell, 1994). O'Donnell vincula explícitamente el surgimiento de estas tendencias delegativas con escenarios de profunda crisis social y económica, donde la ciudadanía, en busca de soluciones rápidas, delega un poder casi total en una figura providencial (O'Donnell, 1994).

Este concepto tiene un paralelismo notable con el “presidencialismo imperial” de Arthur M. Schlesinger Junior, que describía una presidencia de Estados Unidos que había excedido sus límites constitucionales (Schlesinger Junior, 1973). Según la tesis de Schlesinger, el Poder Ejecutivo estadounidense ha acumulado un poder cada vez mayor con el tiempo, lo que le permite eludir la voluntad del Congreso (Schlesinger Junior, 1973). Al igual que en la democracia delegativa, se cuestiona el alcance de los poderes presidenciales, especialmente en política exterior y situaciones de emergencia, y se señala la aparición de un aparato de personal leal que no responde a los controles del Congreso (Schlesinger Junior, 1973). Sin embargo, mientras el presidencialismo imperial se centra en la expansión cuantitativa de facultades dentro de un marco institucional que se presume estable, la democracia delegativa describe una transformación cualitativa donde el mandato plebiscitario redefine la propia naturaleza de la autoridad política, legitimando la suspensión de controles horizontales en nombre de la voluntad popular.

En contraste con estos modelos, la democracia representativa ideal se aproxima al concepto de poliarquía de Robert Dahl, que establece un conjunto de condiciones

³ Es crucial notar que, bajo la lógica de Laclau (2005), el populismo es un modo de identificación política y no un contenido programático. Esto explica por qué el “pueblo” de Bolsonaro o Milei se construye mediante la exclusión de elementos que consideran ajenos a la nación (como “la casta” o el “marxismo cultural”), permitiendo que el discurso populista sea compatible tanto con el estatismo clásico como con el neoliberalismo radical contemporáneo.

mínimas para un gobierno responsivo a sus ciudadanos (Dahl, 1993). La poliarquía se define por dos dimensiones clave: liberalización (oposición pública) y participación (sufragio universal), e incluye condiciones como elecciones libres y justas, libertad de expresión, y derecho a formar organizaciones (Dahl, 1993). Alexis de Tocqueville, por su parte, advirtió sobre el peligro de la “tiranía de la mayoría”, donde el poder ilimitado de la mayoría podría destruir la libertad y la justicia (Tocqueville, 1835). Para él, las asociaciones civiles, las instituciones municipales y la libertad de prensa son cruciales para limitar el poder central y detener la concentración de poder, funcionando como “asociaciones intermedias” que se interponen entre el individuo y el Estado (Tocqueville, 1835).

2.3. LA EXTREMA DERECHA: IDEOLOGÍA Y CAUSAS

En este contexto, para comprender el contenido ideológico de los movimientos contemporáneos, el trabajo de Cas Mudde es fundamental. Mudde define la “derecha radical populista” por la combinación de tres elementos: nativismo, autoritarismo y populismo (Mudde, 2019). El nativismo es una forma de nacionalismo xenófobo que sostiene que los estados deben ser habitados exclusivamente por miembros del grupo nativo, y que los elementos no nativos son una amenaza a la homogeneidad de la nación (Mudde, 2019; Delle Donne, 2022). El autoritarismo se refiere a la creencia en un orden social y político estrictamente controlado. Por otro lado, el populismo, en este contexto, es la retórica anti-elitista que divide a la sociedad en un “pueblo puro” y “élites corruptas” (Mudde, 2019). Mudde argumenta que la actual “cuarta ola” de la extrema derecha se distingue por su “[...] normalización e incorporación a la corriente política principal” (Mudde, 2019).

Por otro lado, para explicar el surgimiento de este fenómeno, Ronald Inglehart y Pippa Norris proponen la teoría del “contragolpe cultural” (*cultural backlash*). Esta teoría sugiere que el auge del populismo autoritario es una reacción de las generaciones mayores y más conservadoras, con valores “materialistas” (orden, seguridad), contra el ascenso de valores “postmaterialistas” (tolerancia, liberalismo social) promovidos por las generaciones más jóvenes (Norris; Inglehart, 2019). Un enfoque complementario es el modelo de las “4D” propuesto por Roger Eatwell y Matthew Goodwin para el “nacional populismo”, que atribuye su éxito a cuatro variables interrelacionadas: la Destrucción de la cultura nacional a causa de la inmigración, la Privación de oportunidades debido a la globalización y el lento crecimiento, la Desconfianza de los votantes en las élites, y la Desalineación de las lealtades políticas tradicionales (Eatwell; Goodwin, 2018).

Es por ello que estos marcos teóricos revelan un modelo causal integrado. El modelo de las “4D” y la teoría del “contragolpe cultural” explican las condiciones socioeconómicas y las profundas frustraciones que existen en la sociedad. La teoría de Laclau explica el mecanismo discursivo por el cual un líder carismático puede unificar estas demandas dispares en una narrativa

cohesiva de “el pueblo contra la élite”. Finalmente, el concepto de O’Donnell de “democracia delegativa” describe el resultado institucional de esta movilización, donde el líder, empoderado por un mandato plebiscitario, se siente legitimado para gobernar con un mínimo de rendición de cuentas. Este modelo integrado proporciona una explicación más completa que cualquiera de las teorías por sí sola. Como se sintetiza en la Tabla 1, estos marcos teóricos ofrecen dimensiones complementarias de análisis.

Tabla 1: Marcos teóricos del populismo y la extrema derecha

Autor(es)	Concepto Central	Dimensión de Análisis	Contribución Clave
Weffort & Ianni	Populismo clásico	Histórico-estructural	Fenómeno de transición a la industrialización, pacto de clases.
Cardoso & Faletto	Teoría de la dependencia	Contexto socioeconómico	Populismo como expresión de luchas de clase en un sistema capitalista periférico.
Laclau	Lógica discursiva	Discursiva-simbólica	Populismo como construcción de un “pueblo” a través de un “significante vacío”.
O’Donnell	Democracia delegativa	Institucional	Presidente con mandato plebiscitario que debilita los controles horizontales.
Schlesinger Junior	Presidencialismo imperial	Institucional	Concentración de Poder Ejecutivo que excede límites constitucionales.
Dahl	Poliarquía	Normativo-institucional	Condiciones para la democracia representativa real.
Tocqueville	Tiranía de la mayoría	Normativo-socio-política	Riesgo del poder plebiscitario; importancia de las asociaciones civiles.
Mudde	Derecha radical populista	Ideológica	Triada de nativismo, autoritarismo y populismo.
Norris & Inglehart	Contragolpe cultural	Causal-cultural	Populismo como reacción de valores conservadores contra el liberalismo social.
Eatwell & Goodwin	Modelo 4D	Causal-socioeconómico	Privación, destrucción, desconfianza y desalineación como motores del populismo nacional.

Fuente: Elaboración propia, 2025.

3. METODOLOGÍA: UN ENFOQUE CUALITATIVO COMPARADO

La presente investigación adopta un enfoque cualitativo-comparativo de alcance descriptivo-analítico. El objetivo no es la generalización estadística, sino la profundización en los mecanismos causales y discursivos que permiten la “exportabilidad” de categorías teóricas del Sur Global hacia el análisis de fenómenos en el Norte Global.

3.1. DISEÑO DE “CASOS MÁS DIFERENTES” (MOST DIFFERENT SYSTEMS DESIGN – MDSD)

Siguiendo la lógica de Przeworski y Teune (1970), se ha optado por un diseño de “casos más diferentes”. Este método es particularmente robusto para este estudio, ya que permite identificar patrones comunes (la lógica delegativa y la erosión institucional) en contextos sociopolíticos y sistemas de gobierno altamente divergentes.

La selección incluye cuatro casos estratégicos:

1. **Brasil (Jair Bolsonaro) y Argentina (Javier Milei):** Casos de origen donde la teoría de la democracia delegativa nació y se revalida en el siglo XXI.
2. **Estados Unidos (Donald Trump):** Representa un sistema presidencial consolidado de “pesos y contrapesos” donde la pulsión delegativa desafía instituciones centenarias.
3. **España (Vox):** Funciona como un “caso límite” (limit case). Al operar en un sistema parlamentario, Vox permite testear los límites del concepto de O'Donnell; se analiza si la lógica delegativa puede manifestarse como una estrategia de oposición y deslegitimación cuando el líder no detenta el control unipersonal del Ejecutivo.

3.2. TÉCNICAS DE RECOLECCIÓN Y ANÁLISIS DE DATOS

Para abordar las dimensiones propuestas en el marco teórico, se emplean dos técnicas complementarias:

- **Análisis de Contenido Cualitativo:** Para la dimensión discursiva, se analizaron discursos de investidura, programas de gobierno y una muestra seleccionada de intervenciones en redes sociales (X/Twitter) de los cuatro líderes. El análisis se centró en la identificación de significantes vacíos (Laclau) y en la construcción del antagonismo “pueblo vs. élite/casta”.
- **Análisis Documental e Institucional:** Se examinaron reportes de organismos internacionales (V-Dem, Freedom House), sentencias judiciales y decretos

ejecutivos (como los DNU en Argentina o las órdenes ejecutivas en EE.UU.) para rastrear acciones concretas de erosión institucional y «táctica dura constitucional» (Levitsky y Ziblatt).

3.3. OPERACIONALIZACIÓN DE LAS VARIABLES

Para garantizar la comparabilidad, cada caso se evalúa bajo tres indicadores de erosión delegativa:

1. **Concentración de poder:** intentos de eludir o someter al Poder Legislativo.
2. **Hostilidad hacia la rendición de cuentas horizontal:** ataques o intentos de captura del Poder Judicial y órganos de control.
3. **Desintermediación comunicacional:** estrategias para invalidar a la prensa tradicional y establecer una conexión plebiscitaria directa con “el pueblo”.

3.4. JUSTIFICACIÓN DE LA COMPARACIÓN SISTÉMICA

Respondiendo a la crítica sobre la dificultad de comparar presidencialismo y parlamentarismo, este artículo sostiene que, si bien las oportunidades institucionales varían, la matriz ideológica y discursiva es homóloga. El uso de Vox no pretende sugerir que un sistema parlamentario sea “delegativo” *per se*, sino demostrar cómo la “pulsión delegativa” actúa como una fuerza centrífuga que busca erosionar el consenso parlamentario desde dentro, preparando el terreno para una eventual concentración de poder.

4. ANÁLISIS DE CASOS

4.1. AMÉRICA LATINA: CASOS PRINCIPALES

4.1.1. JAIR BOLSONARO (BRASIL, 2018-2022)

El caso más contemporáneo de Jair Bolsonaro encarnó la confluencia de las teorías expuestas. Su retórica se basó en una oposición radical al “sistema” y a las “élites corruptas”, unificando bajo el lema de “ética en la política” a movimientos sociales liberales, conservadores y autoritarios (Alonso, 2021). Su discurso anti-comunista y anti-élite, que él mismo reforzó desde la campaña electoral, funcionó como un “significante vacío” laclauniano, capaz de aglutinar demandas diversas en torno a un enemigo común: el Partido de los Trabajadores y el “marxismo cultural” (Alonso, 2021; Navarro; Blanco, 2023).

En este sentido, el núcleo de su gobierno se ajustó de manera notable a la definición de democracia delegativa de O'Donnell. Bolsonaro, elegido con un mandato plebiscitario, se concibió a sí mismo como el único intérprete legítimo de la voluntad popular, por encima de las instituciones (O'Donnell, 1994). Su presidencia estuvo marcada por ataques constantes al Poder Judicial, a los medios de comunicación y a los partidos políticos tradicionales, que él veía como obstáculos para su misión de “salvar” el país (Di Nubila *et al.*, 2023; Campelo da Costa, 2020). En lugar de gobernar a través de las instituciones, trató de dismantelarlas y subordinarlas a su voluntad, una característica central de la delegación de poder plebiscitaria (Campelo da Costa, 2020). La visión de Bolsonaro sobre las Fuerzas Armadas como los verdaderos representantes del pueblo, en contraposición a los políticos tradicionales, también subraya la dimensión anti-institucional de su populismo (Gagliardi; Guazina; Albuquerque, 2025).

Con ello la relación directa y personalista de Bolsonaro con sus votantes se cimentó en el uso estratégico de las redes sociales. Las plataformas digitales le permitieron sortear a la prensa tradicional, que él mismo ofendió, y construir un “pueblo” virtual, donde la identidad colectiva se reforzaba a través de la polarización y la exclusión de los “enemigos” (Rothberg; Ferracioli, 2025). Este “tecnopopulismo” digital creó un vínculo afectivo que, a diferencia de las movilizaciones masivas del populismo clásico, dependía de la interacción directa a través de redes como X (anteriormente Twitter) o Telegram (Navarro; Blanco, 2023; Di Nubila *et al.*, 2023).

Si bien el estilo y la forma de movilización de Bolsonaro guardan una continuidad con el populismo histórico, su contenido ideológico representa una ruptura. A diferencia de líderes como Vargas o Perón, que promovieron un modelo de industrialización y un Estado fuerte y protector, el discurso de Bolsonaro abrazó un neoliberalismo radical y un anti-estatismo virulento, en una clara tensión con la tradición populista que se fundamentaba en un pacto entre el Estado y las masas (Alonso, 2021).

4.1.2. JAVIER MILEI (ARGENTINA, 2023--)

El caso de Javier Milei en Argentina complementa el análisis de Bolsonaro y acentúa la dimensión de la ruptura ideológica. Su meteórico ascenso se basó en la construcción de un discurso anti-*establishment* que utilizaba el término “la casta” como su principal “significante vacío” (Messari, 2024). Este concepto, al carecer de un referente ideológico preciso, logró unificar la indignación contra los políticos tradicionales, los privilegios de la burocracia estatal y la corrupción percibida (Caste [...], 2023). Como en el caso de Bolsonaro, su relación con sus seguidores se construyó sobre un vínculo directo y personal, apelando a la emoción y a la rabia contra el sistema (Guerrero, 2024).

La diferencia más marcada con el populismo clásico, en particular el peronismo, reside en la ideología económica. Mientras que el peronismo histórico se caracterizó por políticas de redistribución social, un Estado fuerte y la expansión

de derechos laborales, el proyecto de Milei es de un neoliberalismo radical que busca la reducción drástica del Estado y la desregulación total del mercado (Fares, 2023). Este contraste demuestra que el populismo, como lógica discursiva, puede ser un contenedor de contenidos ideológicos opuestos. El populismo de Perón se configuró como un proyecto estatista, mientras que el de Milei se consolida como un populismo anti-estatista, lo que confirma la tesis de Laclau de que la esencia del populismo es la forma de la división antagónica, no su contenido programático (Laclau, 2005). El estilo es similar: la centralización de poder en una figura, la crítica a los intermediarios y a la prensa, pero la dirección política es diametralmente opuesta (Núñez Castellano, 2023).

Por otro lado, esta lógica delegativa se materializó tempranamente con el Decreto de Necesidad y Urgencia (DNU) 70/2023 (Argentina, 2023), mediante el cual el Ejecutivo impulsó una reforma estructural de amplio alcance sin mediación legislativa. El DNU fue presentado como respuesta a una “emergencia nacional”, reforzando la narrativa plebiscitaria según la cual el presidente, investido por la voluntad popular, se encuentra legitimado para eludir los controles parlamentarios en nombre de la eficiencia y la urgencia. La posterior judicialización del decreto evidenció la tensión estructural entre el mandato delegativo y la rendición de cuentas horizontal.

4.2. EUROPA/EE.UU.: CASOS ESPEJO COMPARATIVOS

4.2.1. DONALD TRUMP (EE.UU.)

Con la presidencia de Donald Trump se ofrece el paralelismo más claro con la democracia delegativa. Su campaña y su presidencia se articularon en torno a la promesa de “Drain the swamp” (drenar el pantano), una retórica populista anti-élite que funcionó como el “significante vacío” capaz de unificar las demandas de votantes frustrados. Al igual que Bolsonaro, Trump se presentó como un “salvador” ajeno al *establishment*, legitimado por la voluntad popular para subvertir las normas y procedimientos institucionales (O'Donnell, 1992).

Su comportamiento en el cargo se ajusta de forma precisa a la descripción de una democracia delegativa en acción. El desprecio de Trump por los controles y equilibrios del sistema (*checks and balances*) fue evidente en sus conflictos con el Congreso y el Poder Judicial, así como en sus intentos de politizar y controlar agencias independientes (Driesen, 2024). Este patrón de conducta demuestra que la democracia delegativa no es un fenómeno exclusivo de las democracias en desarrollo, sino una tendencia que puede manifestarse en cualquier sistema presidencialista cuando las condiciones de crisis y desconfianza social son propicias. Su presidencia fue una demostración de cómo un líder, al concentrar un poder que excede los límites constitucionales, puede desafiar la arquitectura de la poliarquía de Dahl (Driesen, 2024; Dahl, 1993).

El contenido ideológico de Trump también se alinea con la triada de Mudde. Su discurso antiinmigración y su lema “America First” reflejan un nativismo y nacionalismo económico acentuado (Mudde, 2019). La retórica de la “gran mentira” sobre los resultados electorales, que fue adoptada por su partido, subraya una visión autoritaria donde la diferencia entre hechos y mentiras se subordina a la lealtad al líder y al grupo (Levitsky; Ziblatt, 2019).

4.2.2. VOX (ESPAÑA)

El caso de Vox en España presenta una variante del populismo de derecha en un sistema parlamentario. Su discurso está fuertemente anclado en el nativismo al presentarse como el defensor de la nación española frente a las amenazas internas (secesionismo) y externas (inmigración) (Turnbull-Dugarte, 2019; Delle Donne, 2022). El partido promueve una retórica de la “invasión migratoria” y se opone a lo que denomina la “Anti-España”, una élite política que, según su discurso, busca destruir la identidad nacional (Delle Donne, 2022; Turnbull-Dugarte, 2019).

La principal diferencia institucional con los casos de América Latina y Estados Unidos es que España, como monarquía parlamentaria, carece de un presidencialismo fuerte. Por lo tanto, la manifestación del desafío populista de Vox no se centra en la concentración de poder en una figura ejecutiva, sino en la presión ejercida desde una posición partidaria para desestabilizar el sistema bipartidista y desafiar el consenso político (Delle Donne, 2022). La lógica populista de Vox opera desde el parlamento y las plataformas digitales, buscando la “desalineación” de los partidarios de las lealtades tradicionales y atrayéndolos a un nuevo polo de radicalismo (Rogard, 2025).

Sin embargo, se observa que la “pulsión delegativa” se manifiesta en Vox de manera distinta pero complementaria a los casos presidencialistas.⁴ Aunque no controla el Ejecutivo, el partido promueve constantemente propuestas que buscan concentrar poder en la figura del presidente del gobierno, debilitando los controles horizontales. Esta pulsión delegativa se expresa programáticamente en la propuesta de Vox de recentralizar el Estado mediante la supresión de las autonomías, concentrando competencias clave en el Ejecutivo central. En su programa electoral, el partido sostiene la necesidad de “devolver al Estado la autoridad política” frente a lo que considera una fragmentación institucional ilegítima, lo que revela una concepción jerárquica del poder y una desconfianza estructural hacia los contrapesos territoriales y judiciales.

Por ejemplo, en su programa político ha abogado por la recentralización de competencias autonómicas, la reforma del sistema judicial para aumentar el

⁴ En el sistema parlamentario español, la lógica delegativa no busca (ni puede) concentrar el poder en una figura presidencial omnipotente de forma inmediata. En cambio, opera mediante una estrategia de deslegitimación de los acuerdos parlamentarios “calificados como traición” y una propuesta programática de recentralización que eliminaría los contrapesos territoriales de las Autonomías, buscando un Ejecutivo central libre de mediaciones periféricas.

control político sobre el Consejo General del Poder Judicial, y la limitación de las competencias del Tribunal Constitucional en materia de derechos fundamentales (Delle Donne, 2022). Estas propuestas reflejan una lógica delegativa adaptada al parlamentarismo: no se trata de un líder individual que acumula poder, sino de un proyecto partidario que busca fortalecer al Ejecutivo frente a otros poderes del Estado.

Además, el discurso de Vox busca sistemáticamente minar la legitimidad del proceso parlamentario mediante la descalificación de la negociación política como “traición” o “pacto con los enemigos de España”. Durante los debates sobre investidura y presupuestos, Vox ha calificado repetidamente los acuerdos entre partidos como “cesiones al separatismo” o “claudicación ante la izquierda radical”, presentando el consenso parlamentario no como virtud democrática sino como síntoma de debilidad y corrupción (Turnbull-Dugarte, 2019). Esta retórica, aunque no logra eliminar físicamente los controles institucionales, erosiona su legitimidad social y prepara el terreno para su eventual cuestionamiento formal.

La estrategia digital de Vox complementa esta deslegitimación institucional. A través de sus plataformas en redes sociales, el partido difunde narrativas que presentan al parlamento como una “cámara de traidores” y promueve la movilización ciudadana directa como alternativa legítima a la representación política. Campañas como #EspañaSeLevanta o #VoxEsLaSolución buscan establecer una conexión plebiscitaria directa entre el partido y “el pueblo”, saltándose las mediaciones institucionales tradicionales (Delle Donne, 2022). En este sentido, aunque la estructura parlamentaria impide la concentración unipersonal de poder, Vox demuestra cómo la lógica delegativa puede operar como fuerza desestabilizadora incluso desde la oposición.

Sin embargo, estudios recientes señalan que, a pesar de sus elementos populistas, el nativismo y el tradicionalismo son elementos más centrales en su éxito electoral (Turnbull-Dugarte, 2019; Mudde, 2019). Esta observación no contradice, sino que matiza el argumento principal: en Vox, el populismo funciona como estrategia discursiva que vehiculiza contenidos ideológicos nativistas y autoritarios, mientras que la pulsión delegativa se expresa como proyecto institucional de largo plazo más que como práctica inmediata de concentración de poder. Aunque formulada desde una lógica parlamentaria, esta propuesta reproduce el núcleo normativo de la democracia delegativa: la primacía de una voluntad política unificada sobre la pluralidad institucional.

Tabla 2: Matriz comparativa de casos de estudio

Caso de Estudio	Tipo de Sistema Político	Principal “Significante Vacío”	Objetivo del Antagonismo	Uso de Medios Digitales	Relación con los Controles Horizontales
Bolsonaro (Brasil)	Presidencialista	“Anticomunismo” / “Antiélites”	La prensa, la izquierda, el Poder Judicial, la “vieja política”.	Intenso, “tecnopopulismo” para eludir los medios tradicionales y construir vínculo directo.	Desprecio y ataque sistemático. Delegación de poder plebiscitaria.
Milei (Argentina)	Presidencialista	“La casta”	Políticos tradicionales, socialistas, el Estado.	Fundamental, utiliza redes para un vínculo personalista y movilizador.	Desafía, pero el contexto institucional y la debilidad en el legislativo limitan la concentración de poder.
Trump (EE.UU.)	Presidencialista	“Drenar el pantano”	El <i>establishment</i> de Washington, las élites mediáticas, los demócratas.	Fundamental, usa Twitter (X) para comunicarse directamente y moldear la narrativa.	Ataques a las agencias de inteligencia, el Poder Judicial y el Congreso. Patrones de “democracia delegativa”.
Vox (España)	Parlamentario	“Soberanismo” / “Remigración”	Inmigrantes, élites europeas, “progresismo”, separatistas.	Estratégico, para movilizar a una base electoral desencantada y difundir su discurso.	Presión partidaria desde el parlamento para desafiar las instituciones y leyes establecidas.

Fuente: Elaboración propia, 2025.

5. DISCUSIÓN: LA TRANSNACIONALIZACIÓN DE LA DEMOCRACIA DELEGATIVA Y SUS TENSIONES TEÓRICAS

El análisis comparado de los casos seleccionados permite profundizar en la “exportabilidad” de las categorías analíticas gestadas en el Sur Global para explicar la actual fase de autocratización en el Norte Global. La discusión central gira en torno a si el concepto de Democracia Delegativa (DD) de O’Donnell (2010) y ofrece una ventaja heurística frente a categorías tradicionales de la ciencia política anglosajona, como el presidencialismo imperial.

Al contrastar la propuesta de O’Donnell con la tesis de Schlesinger Junior (1973), se observa que, mientras el presidencialismo imperial se centra en la expansión de las facultades de guerra y la burocracia ejecutiva dentro de un sistema funcional, la DD describe una alteración en la ontología del régimen. En la DD, la legitimidad no se agota en el ejercicio legal del poder, sino que se fundamenta en un mandato plebiscitario que busca anular la rendición de cuentas horizontal. Como sostiene O’Donnell (2010), el líder delegado no se ve como un magistrado sujeto a la ley, sino como la encarnación de la voluntad nacional, lo que le otorga una supuesta autoridad para colonizar o neutralizar a los otros poderes del Estado.

Esta pulsión delegativa encuentra su materialización más crítica en la deslegitimación de los “árbitros” institucionales. Los eventos del 6 de enero de 2021 en Washington y del 8 de enero de 2023 en Brasilia no deben ser analizados como estallidos de violencia aislados, sino como la culminación de un proceso de erosión democrática gradual (Levitsky; Ziblatt, 2019). En ambos casos, el discurso de la extrema derecha utilizó significantes vacíos (Laclau, 2005) – como el “fraude” o el “robo” – para movilizar a la base social contra la arquitectura institucional. La lógica es puramente delegativa: si las instituciones (el Congreso o el Tribunal Supremo) no validan la voluntad del líder, estas pierden su razón de existir y deben ser intervenidas por el “pueblo”.

El caso de Javier Milei en Argentina introduce una variante contemporánea que hibrida la forma populista con un contenido neoliberal radical, lo que algunos autores denominan neopopulismo económico. La utilización sistemática de Decretos de Necesidad y Urgencia (DNU) para implementar reformas estructurales sin pasar por el tamiz legislativo es una praxis clásica de la DD.⁵ Milei justifica esta elusión del Congreso bajo una lógica de emergencia nacional, donde el parlamento es presentado como un obstáculo de “la casta” contra la “libertad”, confirmando que la DD es el marco institucional donde el populismo de extrema derecha se siente más cómodo en sistemas presidenciales.

Finalmente, el análisis de Vox en España permite trazar los límites del concepto. Al operar en una monarquía parlamentaria, la estructura sistémica ofrece una mayor resistencia a la concentración unipersonal de poder. Sin embargo, se observa

⁵ El uso de instrumentos de emergencia como el DNU 70/2023 en Argentina ejemplifica la praxis de la democracia delegativa: el Ejecutivo justifica la elusión del Legislativo bajo una narrativa de crisis nacional extrema, donde la deliberación parlamentaria es presentada como un obstáculo a la voluntad popular expresada en las urnas.

que la “ideología delgada” (Mudde, 2019) de Vox actúa como una fuerza de deslegitimación que erosiona la confianza en el sistema parlamentario desde su interior. Esto sugiere que la lógica delegativa puede existir como una estrategia de oposición incluso cuando no se detenta el Ejecutivo, preparando el terreno para una eventual erosión de los *checks and balances* si las condiciones sistémicas cambian. La tensión entre la “forma” populista y las instituciones liberales es, por tanto, el eje que articula la política de la extrema derecha contemporánea en perspectiva transnacional.

6. CONCLUSIÓN

El análisis comparativo desarrollado en este trabajo permite sostener que el concepto de democracia delegativa conserva una notable capacidad analítica para comprender las transformaciones contemporáneas del populismo y su articulación con proyectos políticos de extrema derecha. Lejos de constituir un fenómeno restringido al contexto latinoamericano de finales del siglo XX, la lógica delegativa emerge como un patrón recurrente en liderazgos que reivindican una relación plebiscitaria con la ciudadanía, tensionando los mecanismos de control institucional y los equilibrios propios del constitucionalismo democrático.

No obstante, los casos analizados muestran que dicha lógica no se manifiesta de manera homogénea. Mientras en sistemas presidencialistas como los de Brasil, Argentina y Estados Unidos la concentración de poder ejecutivo adquiere mayor intensidad, en sistemas parlamentarios como el español esta tendencia se expresa principalmente a través de proyectos programáticos y estrategias discursivas orientadas a la recentralización estatal y la redefinición de los límites del pluralismo político.

Este estudio presenta, sin embargo, limitaciones que deben ser reconocidas. En primer lugar, el análisis se basa en un enfoque cualitativo comparativo que prioriza la reconstrucción interpretativa de discursos y acciones gubernamentales, sin desarrollar un modelo configuracional sistemático en términos de Análisis Cualitativo Comparativo (QCA). Asimismo, el carácter reciente de algunos casos, particularmente el argentino, impone restricciones temporales que deberán ser evaluadas en investigaciones futuras.

En este sentido, los resultados aquí presentados deben ser entendidos como una contribución exploratoria que invita a profundizar el estudio de las interacciones entre populismo, institucionalidad democrática y nuevas derechas radicales. La expansión global de estos fenómenos plantea interrogantes relevantes sobre la resiliencia de las democracias contemporáneas y sobre la vigencia de marcos teóricos clásicos para interpretar procesos políticos emergentes. En definitiva, la democracia delegativa continúa ofreciendo un instrumento conceptual fértil para analizar los desafíos actuales de la representación política, siempre que su aplicación reconozca las especificidades institucionales y contextuales que median su manifestación empírica.

SOBRE EL AUTOR

Ever Josué Fuentes Guevara: Máster en Políticas Públicas y Desarrollo y licenciado en Ciencia Política y Sociología por la Universidad Federal de la Integración Latino-Americana (UNILA), Brasil. Investigador profesional especializado en teoría política contemporánea, populismo, procesos de autocratización y dinámicas sociopolíticas en América Latina. Es autor del libro *El Salvador: De la Zozobra a la Esperanza: Crónica, Criminología y la Anatomía de la Seguridad en El Salvador*, obra en la que examina de forma crítica las transformaciones institucionales, los modelos punitivos y la seguridad pública contemporánea en la región centroamericana.

REFERENCIAS

4. ALONSO, Angela. El antiestadista brasileño y la retórica de los bolsonaristas de corazón. *Alcores: Revista de Historia Contemporánea*, n. 24, p. 113-135, 2021. DOI: <https://doi.org/10.69791/rahc.23>. Acceso: 30 ago. 2025.
5. ARGENTINA. Decreto de Necesidad y Urgencia n.º 70, de 20 de dezembro de 2023. *Boletín Oficial de la República Argentina*, Buenos Aires, 20 dic. 2023. Disponible en: <https://www.boletinoficial.gob.ar>. Acceso: 30 ago. 2025.
6. CAMPELO DA COSTA, Daniela. Bolsonaro y el populismo autoritario. *Agenda Pública*, 4 feb. 2020. Disponible en: <https://agendapublica.es/noticia/13771/bolsonaro-populismo-autoritario>. Acceso el: 29 ago. 2025.
7. CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependencia y desarrollo en América Latina*. Buenos Aires: Cedes, 1976.
8. CASTE? What caste? *Buenos Aires Herald*, 15 dic. 2023. Disponible en: <https://buenosairesherald.com/op-ed/editorial/caste-what-caste>. Acceso: 30 ago. 2025.
9. DAHL, Robert A. *La poliarquía: Participación y oposición*. Madrid: Tecnos, 1993.
10. DELLE DONNE, Franco. La derecha radical populista: un enemigo interior de la democracia liberal. *Astrolabio: Revista Internacional de Filosofía*, n. 25, p. 51-60, 2022. Disponible en: <https://raco.cat/index.php/Astrolabio/article/view/402876>. Acceso: 30 ago. 2025.
11. DI NUBILA, Karina et al. Technopopulism and politainment in Brazil: Bolsonaro government's weekly YouTube broadcasts. *Media and Communication*, v. 11, n. 2, 2023. Disponible en: <https://www.cogitatiopress.com/mediaandcommunication/article/view/6470>. Acceso: 30 ago. 2025.
12. DRIESEN, David M. Donald Trump and the Collapse of Checks and Balances. *SMU Law Review Forum*, v. 77, n. 1, p. 199-218, 2024. Disponible en: <https://scholar.smu.edu/smulrforum/vol77/iss1/7/>. Acceso: 29 ago. 2025.
13. EATWELL, Roger; GOODWIN, Matthew. *Nacionalpopulismo: La rebelión contra la democracia liberal*. Londres: Pelican Books, 2018.
14. FARES, Celina. Populismos de ayer y de hoy, de izquierda y de derecha. [Entrevista concedida a] Ezequiel Derhun. *Unidiversidad*, 2023. Disponible en: <https://www.unidiversidad.com.ar/populismos-de-ayer-y-hoy-de-izquierda-y-derecha>. Acceso el: 29 ago. 2025.
15. GAGLIARDI, Juliana; GUAZINA, Liziane; ALBUQUERQUE, Afonso de. Supreme is the people: populist elements of Bolsonaro's rhetoric. In: ÇOBAN, Savaş; İNCEOĞLU, Yasemin Giritli. *Media, populism and hate speech*. Leiden: Brill, 2025. p. 98-114. Disponible en: <https://brill.com/display/book/9789004721326/BP000007.xml>. Acceso: 30 ago. 2025.
16. GUERRERO, Manuel Alejandro. Libertarian populism? Making sense of Javier Milei's political discourse. *Social Sciences*, v. 13, n. 11, p. 599-615, 2024. Disponible en: <https://www.mdpi.com/2076-0760/13/11/599>. Acceso: 30 ago. 2025.
17. IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. 4. ed. rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
18. LACLAU, Ernesto. *La razón populista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.
19. LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Cómo mueren las democracias*. Traducción de Gemma Deza Gil. [S.l.]: Titivillus, 2019. E-book.
20. MESSARI, Nizar. *The election of Javier Milei in Argentina: Context, ambition, and impact*. Rabat: Policy Center for the New South, 2024. (Policy Brief, PB-08/24). Disponible en: https://www.policycenter.ma/sites/default/files/2024-03/PB_08-24_Nizar%20Messari.pdf. Acceso: 30 ago. 2025.
21. MUDDE, Cas. *La ultraderecha hoy*. Traducción de Albino Santos Mosquera. Barcelona: Paidós, 2019.
22. NAVARRO, Livia; BLANCO, Débora. *Como ordens executivas no presidencialismo norte-americano*. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Paranaense, Curitiba, PR, 2023.
23. NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. *Reacción cultural: Trump, Brexit y populismo autoritario*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.
24. NÚÑEZ CASTELLANO, Rogelio. Milei: Ultraliberalismo con ADN peronista. *Real Instituto Elcano*, 2023. Disponible en: <https://www.realinstitutoelcano.org/comentarios/milei-ultraliberalismo-con-adn-peronista/>. Acceso: 29 ago. 2025.
25. O'DONNELL, Guillermo. *Democracia, agencia y Estado: Teoría con intención comparativa*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010.
26. O'DONNELL, Guillermo. Delegative Democracy. *Journal of Democracy*, v. 5, n. 1, p. 55-69, 1994. Disponible en: <https://www.journalofdemocracy.org/articles/delegative-democracy/>. Acceso: 29 jun. 2026.
27. O'DONNELL, Guillermo. ¿Democracia delegativa? *Cuadernos del CLAEH*, v. 17, n. 1, p. 6-20, 1992.
28. PRZEWORSKI, Adam; TEUNE, Henry. *The Logic of Comparative Social Inquiry*. New York: Wiley-Interscience, 1970.

29. ROGARD, Martin. Populism's Achilles heel: Spain's Vox Party and the fragility of the radical right's online echo chambers. *Oxford Political Review*, June 26, 2025. Disponible en: <https://oxfordpoliticalreview.com/2025/06/26/populisms-achilles-heel-spains-vox-party-and-the-fragility-of-the-radical-rights-online-echo-chambers/>. Acceso: 30 ago. 2025.
30. ROTHBERG, Danilo; FERRACIOLI, Paulo. Populist communication and misinformation as threats to democracy and journalism in the Global South. *Dígitos: Revista de Comunicación Digital*, n. 11, 2025. DOI: <https://doi.org/10.7203/drdcd.v0i11.325>.
31. SCHLESINGER JUNIOR, Arthur M. *La presidencia imperial*. Boston: Houghton Mifflin Company, 1973.
32. TOCQUEVILLE, Alexis de. *Una democracia en América*. París: CH Colas, 1835.
33. TURNBULL-DUGARTE, Stuart J. Explaining the end of Spanish exceptionalism and electoral support for Vox. *Research & Politics*, v. 6, n. 2, p. 01-08, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1177/2053168019851680>. Acceso: 30 ago. 2025.
34. WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. In: FURTADO, C. (org.). *Brasil: tempos modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968. p. 49-76.

Submissão em: 05 set. 2025

Aceito em: 21 jan. 2026



ARTIGOS LIVRES

A GEOGRAFIA ELEITORAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS (2000-2024): EXPANSÃO, CONSOLIDAÇÃO E RETRAÇÃO TERRITORIAL

*THE ELECTORAL GEOGRAPHY OF
THE WORKERS' PARTY IN BRAZILIAN
MUNICIPAL ELECTIONS (2000-2024):
EXPANSION, CONSOLIDATION AND
TERRITORIAL RETRENCHMENT*

Vinícius Rainer Boniolo* 

Alex Marcelo de Campos** 

Aldenor da Silva Ferreira*** 

* Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais – NEPAM, Campinas/SP, Brasil.

boniolo.ambiental@gmail.com

** Faculdade de Tecnologia de Sorocaba (FATEC-SO), Sorocaba/SP, Brasil.

profalexcampos@gmail.com

*** Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Centro de Ciências da Natureza (CCN), Buri/SP, Brasil.

aldenorferreira@ufscar.br

RESUMO

Este artigo analisa a geografia eleitoral do Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições municipais brasileiras entre 2000 e 2024. O objetivo é compreender a evolução territorial da presença do partido no Executivo municipal, identificando ciclos de expansão, consolidação e retração ao longo do período. A pesquisa baseia-se em análise comparativa dos resultados eleitorais para prefeituras a partir de dados oficiais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), sistematizados na forma de mapas e gráficos regionais. Os resultados indicam que, após uma fase de forte expansão nacional entre 2000 e 2012, o PT passou por um processo de retração significativa a partir de 2016, seguido por uma reconfiguração territorial de sua base municipal. Nesse novo cenário, o Nordeste consolida-se como principal núcleo de sustentação eleitoral do partido, enquanto regiões como Sudeste, Norte e Centro-Oeste apresentam presença mais limitada. O artigo contribui para o debate sobre partidos e território ao evidenciar um processo de regionalização da base eleitoral petista no Brasil contemporâneo.

Palavras-chave: Eleições Municipais; Geografia Eleitoral; Partido dos Trabalhadores; Regionalização Eleitoral.

ABSTRACT

This article analyzes the electoral geography of the Workers' Party (PT) in Brazilian municipal elections between 2000 and 2024. The study aims to understand the territorial evolution of the party's presence in mayoral elections, identifying cycles of expansion, consolidation, and retrenchment over time. The research is based on a comparative analysis of electoral results for municipal executive offices using official data from Brazil's Superior Electoral Court (TSE), systematized through regional maps and graphs. The findings indicate that, after a period of significant national expansion between 2000 and 2012, PT experienced a sharp decline starting in 2016, followed by a territorial reconfiguration of its municipal base. In this new scenario, the Northeast has consolidated itself as the party's main electoral stronghold, while regions such as the Southeast, North, and Center-West show more limited presence. The article contributes to the literature on parties and territory by demonstrating a process of regionalization of the PT's electoral base in contemporary Brazil.

Keywords: Municipal Elections; Electoral Geography; Workers' Party; Electoral Regionalization.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a literatura da ciência política brasileira tem destacado mudanças significativas no comportamento eleitoral e na distribuição territorial do voto, evidenciando transformações na dinâmica do sistema partidário (Nicolau, 2012; Borges, 2015). No caso do Partido dos Trabalhadores (PT), estudos clássicos apontam sua trajetória de institucionalização e expansão territorial, bem como sua posterior reconfiguração regional, especialmente com a consolidação de sua base no Nordeste (Meneguello, 1989; Braga, 2006; Singer, 2012).

Apesar dos avanços dessa literatura, ainda são relativamente escassos os trabalhos que analisam de forma sistemática a evolução territorial do partido em eleições municipais ao longo de um período prolongado, articulando essa dimensão empírica com interpretações teóricas sobre a dinâmica dos partidos em contextos democráticos. Nesse sentido, compreender a geografia eleitoral do PT permite não apenas descrever seu desempenho ao longo do tempo, mas também interpretar transformações mais amplas no sistema político brasileiro.

Este artigo parte da hipótese de que a trajetória eleitoral do PT nas eleições municipais entre 2000 e 2024 expressa um processo de desnacionalização e reterritorialização partidária, no qual um ciclo inicial de expansão nacional – fortemente associado à liderança carismática de Luiz Inácio Lula da Silva – é seguido por um movimento de retração e posterior concentração regional de sua base eleitoral. Argumenta-se que esse processo resulta da interação entre fatores institucionais, disputas no campo político e transformações na base social do partido.

Entre essas forças, o PT ocupa posição singular na política brasileira contemporânea. Desde sua fundação, em 1980, o partido construiu uma trajetória de expansão institucional e eleitoral que o levou a ocupar espaços relevantes nas esferas municipal, estadual e federal (Meneguello, 1989; Braga, 2006; Figueiredo; Limongi, 2001). Ao longo desse processo, sua presença territorial passou por ciclos distintos de crescimento, consolidação e retração, refletindo tanto transformações do cenário político nacional quanto dinâmicas regionais específicas (Singer, 2012).

A pertinência dessa análise decorre da interação entre fatores institucionais, territoriais e políticos que influenciam o desempenho partidário no nível local (Figueiredo; Limongi, 2001; Nicolau, 2012). O PT consolidou-se inicialmente como um partido de massas, caracterizado por forte inserção sindical, militância organizada e identidade programática vinculada à classe trabalhadora (Meneguello, 1989; Duverger, 1987). Entretanto, ao longo de sua trajetória institucional e eleitoral, especialmente a partir dos anos 2000, o partido passou a incorporar características associadas aos modelos *catch-all* e profissional-eleitoral, ampliando alianças, diversificando sua base social e fortalecendo estratégias de competição eleitoral em escala nacional (Kirchheimer, 2012; Panebianco, 2005). Nesse contexto, a liderança de Luiz Inácio Lula da Silva desempenhou papel central na construção simbólica e política do partido, podendo ser interpretada à luz da noção de dominação

carismática (Weber, 1999), posteriormente reelaborada em contextos midiáticos e digitais contemporâneos (Singer, 2012; Avritzer, 2016). Além disso, as disputas no campo político brasileiro, incluindo processos de judicialização da política, influenciaram a trajetória institucional e eleitoral da legenda (Vieira, 2008; Arantes, 1997; Koerner, 2013; Almeida, 2019).

Para investigar essas questões, o artigo realiza uma análise comparativa dos resultados eleitorais do PT nas eleições municipais entre 2000 e 2024, com base em dados oficiais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), sistematizados em mapas e gráficos comparativos. A análise empírica é articulada a aportes da sociologia política, em especial os conceitos de dominação carismática e campo político, permitindo interpretar os dados à luz de processos mais amplos de disputa e transformação no sistema político.

De forma geral, os resultados indicam que, após uma fase de forte expansão nacional entre 2000 e 2012, o PT passou por um processo de retração significativa a partir de 2016, seguido por uma reconfiguração territorial de sua base municipal. Nesse novo cenário, o Nordeste consolida-se como principal núcleo de sustentação eleitoral do partido, enquanto regiões como Sudeste, Norte e Centro-Oeste apresentam presença mais limitada. Esses resultados sugerem não apenas um ciclo eleitoral, mas um processo mais amplo de reorganização territorial da política no Brasil contemporâneo.

Além desta introdução, o artigo está estruturado em três seções principais. A primeira discute o papel da liderança política de Luiz Inácio Lula da Silva, analisada a partir dos conceitos de carisma, campo político e judicialização da política. A segunda apresenta a trajetória institucional do Partido dos Trabalhadores e sua inserção na política brasileira. A terceira analisa os resultados eleitorais do partido nas eleições municipais entre 2000 e 2024, com base em mapas e gráficos comparativos. Por fim, as considerações finais sintetizam os principais resultados e discutem suas implicações para o estudo da geografia eleitoral do PT no Brasil.

1. LIDERANÇA POLÍTICA, CARISMA E DISPUTAS NO CAMPO POLÍTICO BRASILEIRO

A trajetória de Luiz Inácio Lula da Silva constitui um dos fenômenos mais relevantes da política brasileira contemporânea. De origem operária e liderança sindical no final da década de 1970, Lula tornou-se figura central na reorganização da esquerda brasileira e na consolidação do Partido dos Trabalhadores (PT) (Carril; Ferreira, 2023; Parana, 2002). Desde a redemocratização, participou direta ou indiretamente de todas as eleições presidenciais, alcançando vitórias em 2002, 2006 e 2022 (Carril; Ferreira, 2023). Sua trajetória evidencia a combinação entre liderança política, capacidade de mobilização popular e construção institucional partidária, elementos que contribuíram para projetar o PT como uma das principais forças políticas do país (Parana, 2002).

Em 2002, Lula conquistou a Presidência da República com 61,27% dos votos válidos no segundo turno, derrotando José Serra (PSDB). Em 2006, foi reeleito com 60,83% dos votos válidos contra Geraldo Alckmin (PSDB). Posteriormente, o Partido dos Trabalhadores voltou a vencer as eleições presidenciais em 2010 e 2014, com Dilma Rousseff. Após um período de forte crise política e institucional, Lula retornou como candidato em 2022 e foi novamente eleito presidente da República, obtendo 50,90% dos votos válidos no segundo turno contra Jair Bolsonaro (PL) (TSE, [2025]). Esses resultados evidenciam a centralidade de sua liderança no sistema político brasileiro ao longo das últimas décadas.

Do ponto de vista teórico, essa trajetória pode ser interpretada à luz do conceito de dominação carismática formulado por Weber (1999). Para o autor, o carisma constitui uma forma de legitimação da autoridade baseada na crença dos seguidores nas qualidades extraordinárias de um líder. Nesse sentido, a legitimidade da autoridade carismática deriva da confiança e do reconhecimento social conferidos ao indivíduo que exerce a liderança. No caso de Lula, esse reconhecimento está associado tanto à sua trajetória de origem popular quanto à sua capacidade de mobilizar amplos setores sociais em torno de um projeto político.

Entretanto, o carisma não deve ser compreendido apenas como atributo individual. Bourdieu (1989, 2011) destaca que aquilo que se denomina carisma é, na realidade, um reconhecimento socialmente produzido no interior do campo político. A autoridade de um líder resulta de condições históricas, culturais e institucionais que tornam possível sua legitimação perante diferentes grupos sociais (Bourdieu, 2011). No caso brasileiro, a narrativa do “operário que chegou à Presidência” constituiu um poderoso recurso simbólico, reforçado por partidos, movimentos sociais e diferentes formas de mediação comunicacional.

Nesse processo, o Partido dos Trabalhadores desempenhou papel central na institucionalização dessa liderança. Como destaca Shils (1965), a autoridade carismática tende a se esgotar quando permanece restrita à figura individual do líder, sendo necessário que ela se converta em instituições capazes de sustentar sua continuidade política. Nesse sentido, o PT pode ser compreendido como uma forma de institucionalização do carisma de Lula, permitindo que sua influência ultrapasse a dimensão pessoal e se projete de maneira duradoura na vida política brasileira.

A literatura também destaca a ambiguidade constitutiva do carisma político. Conforme observa Eatwell (2006), lideranças carismáticas podem ser interpretadas tanto como agentes de ampliação da participação política quanto como figuras associadas a tendências populistas. No caso de Lula, essa tensão manifesta-se nas leituras divergentes produzidas por apoiadores e adversários: enquanto alguns o percebem como representante das classes populares e promotor de inclusão social, outros o acusam de mobilizar afetos políticos de forma personalista.

No contexto contemporâneo, o carisma político também se articula com as transformações do ambiente comunicacional. Segundo Castells (2013), as sociedades em rede produziram novas formas de construção da legitimidade

política, nas quais a circulação de narrativas em meios digitais desempenha papel central. A experiência política de Lula ilustra esse fenômeno, especialmente no período em que esteve preso e impedido de disputar eleições, quando sua presença simbólica foi mantida por meio da mobilização de apoiadores e da circulação de narrativas em redes sociais.

Ao mesmo tempo, a trajetória recente do PT e de sua principal liderança foi profundamente marcada por processos de judicialização da política. Nesse contexto, difundiu-se o conceito de *lawfare*, utilizado para descrever o uso estratégico do aparato jurídico como instrumento de disputa política (Martins; Martins; Valim, 2019). O termo, originalmente empregado no campo militar para designar a utilização do direito como forma de guerra, passou a ser utilizado para analisar situações em que mecanismos jurídicos são mobilizados com o objetivo de neutralizar adversários políticos ou produzir efeitos no campo institucional.

No caso brasileiro, as investigações e processos relacionados à Operação Lava Jato tiveram impactos significativos sobre o sistema político e sobre a trajetória de diferentes lideranças. Lula foi condenado e preso em 2018, o que o impediu de disputar as eleições presidenciais daquele ano. Posteriormente, as decisões judiciais foram anuladas pelo Supremo Tribunal Federal, restabelecendo seus direitos políticos. Independentemente das interpretações divergentes sobre esse processo, é inegável que tais eventos produziram efeitos relevantes no campo político brasileiro e influenciaram a dinâmica eleitoral do período.

Assim, a trajetória de Lula e do PT pode ser compreendida como resultado da interação entre liderança política, construção simbólica da autoridade e disputas estruturais no campo político. Esses elementos ajudam a explicar, em parte, tanto os ciclos de expansão eleitoral do partido quanto os momentos de retração e reconfiguração territorial que marcaram sua presença na política brasileira contemporânea.

2. O PARTIDO DOS TRABALHADORES: TRAJETÓRIA E INSERÇÃO NACIONAL

Como mencionado, Luiz Inácio Lula da Silva possui o maior número de vitórias em eleições presidenciais na história do Brasil. Todavia, não teria alcançado tal trajetória sem a consolidação do Partido dos Trabalhadores (PT).

Oficializado pelo Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, em São Paulo, no dia 10 de fevereiro de 1980, o partido completou, em 2025, 45 anos de existência. Ao longo de mais de quatro décadas, o PT participou ativamente da vida política nacional, representando diversos segmentos da classe trabalhadora brasileira (Carril; Ferreira, 2023). Desde sua fundação, esteve presente em momentos decisivos da história recente do país. Em 1984, poucos anos após sua criação, o partido já integrava as mobilizações pelas eleições diretas, conhecidas como *Diretas Já*. No contexto

da Assembleia Nacional Constituinte de 1987–1988, parlamentares petistas, juntamente com representantes de outros partidos de esquerda e centro-esquerda, desempenharam papel relevante na defesa e na inclusão de direitos sociais no texto constitucional (Carril; Ferreira, 2023; Parana, 2002).

Entre 1989 e 2022, o PT participou de todas as eleições presidenciais, sendo vitorioso em cinco delas (2002, 2006, 2010, 2014 e 2022). Os governos de Lula e Dilma Rousseff implementaram programas sociais que contribuíram para a redução da pobreza e da fome no Brasil, fenômeno amplamente documentado em pesquisas acadêmicas e relatórios de organismos internacionais (Ipea, 2010; FAO, 2014). Durante esse período, o país chegou a ocupar a sexta posição entre as maiores economias do mundo, segundo o Produto Interno Bruto (PIB) nominal. Após a saída do partido do governo federal, em 2016, o Brasil caiu para posições inferiores nos *rankings* econômicos internacionais (Ipea, 2010; FAO, 2014).

Desde sua origem, o PT caracterizou-se por sua heterogeneidade, reunindo operários, intelectuais, artistas, trabalhadores rurais e urbanos. Essa diversidade interna se expressa na forma de tendências, alas e correntes ideológicas distintas. Do ponto de vista analítico, tal pluralidade pode ser interpretada como expressão de vitalidade democrática e como mecanismo de elaboração coletiva, permitindo que o partido se mantenha relevante no cenário político (Carril; Ferreira, 2023). Atualmente, o PT conta com aproximadamente três milhões de filiados, mantendo presença relevante na política brasileira (Partido dos Trabalhadores, 2025).

3. O PT EM NÚMEROS: EXPANSÃO E RETRAÇÃO NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS (2000-2024)

Ao longo de quatro décadas, o Partido dos Trabalhadores (PT) ampliou sua inserção nas esferas municipais, estaduais e federal. A primeira prefeitura foi conquistada em 1982, com a eleição de Gilson Menezes em Diadema (SP). A partir desse marco, o partido passou a expandir gradualmente sua presença institucional, obtendo administrações municipais, governos estaduais e cadeiras no Legislativo em diferentes níveis.

Neste texto, em função do espaço, optou-se por analisar exclusivamente os resultados relativos ao Executivo municipal. Estudos posteriores poderão contemplar a atuação do partido nos Legislativos estaduais e federal. Também se optou em estabelecer um marco de tempo que acompanhasse a trajetória de Luiz Inácio Lula da Silva à frente da Presidência da República. Antes da análise detalhada da distribuição territorial das prefeituras conquistadas pelo Partido dos Trabalhadores (PT), a Tabela 1 apresenta a posição ocupada pela legenda no *ranking* nacional de municípios governados entre 2000 e 2024. Os dados permitem observar, de forma sintética, o movimento de expansão, consolidação e retração do partido ao longo do período analisado.

Tabela 1: Posição do PT no *ranking* nacional de municípios governados (2000–2024)

Ano	Posição no ranking
2000	8º
2004	6º
2008	4º
2012	3º
2016	10º
2020	11º
2024	9º

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados Tribunal Superior Eleitoral (TSE, [2025]).

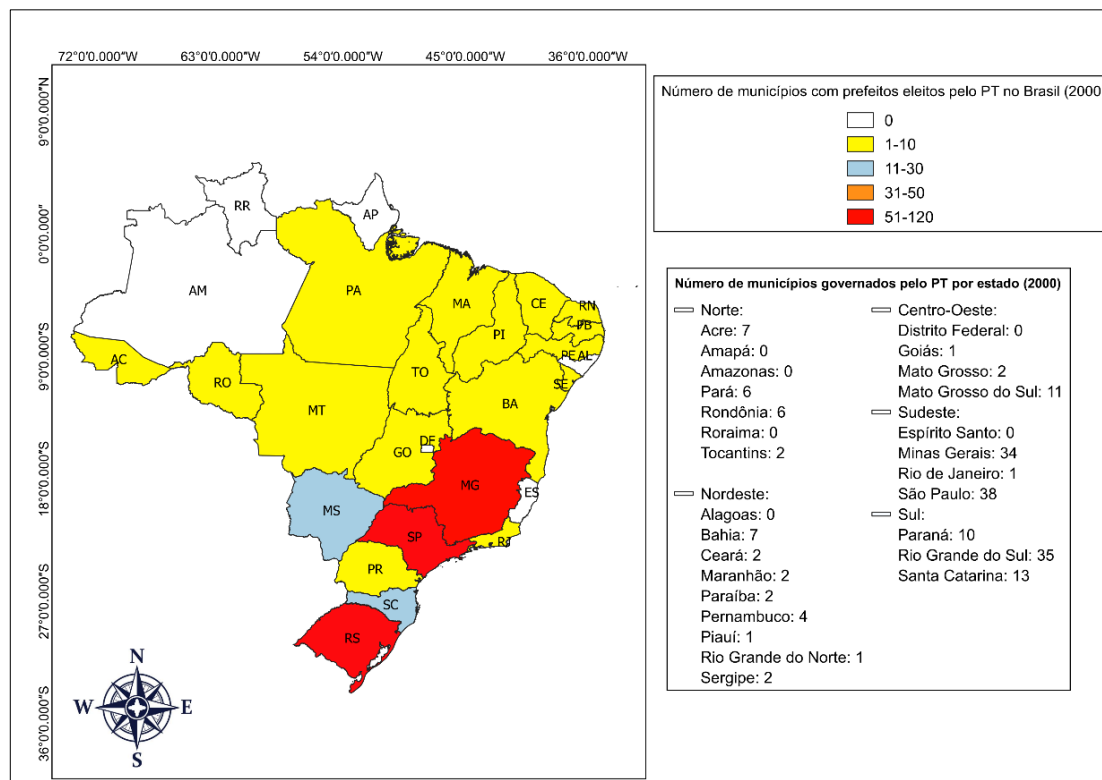
A Figura 1 ilustra a distribuição territorial das prefeituras conquistadas pelo Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições municipais de 2000. Observa-se que o desempenho da legenda não foi homogêneo, apresentando maior concentração de vitórias em determinadas regiões do país. Na Região Sudeste, o destaque foi o estado de São Paulo, onde o PT conquistou 38 prefeituras, seguido de Minas Gerais, com 34 prefeituras. Essa presença consolidada no Sudeste demonstra a capacidade de articulação do partido em áreas urbanas e industrializadas, historicamente estratégicas no cenário político nacional. Na Região Sul, o Rio Grande do Sul apresentou o maior número de vitórias (35 prefeituras), seguido de Santa Catarina (13) e Paraná (10). Esse desempenho reforça a importância da região como polo de apoio ao partido, especialmente pela tradição de organização sindical e movimentos sociais.

Em relação à Região Nordeste, os resultados foram mais modestos e concentrados em poucos estados. A Bahia destacou-se com 7 prefeituras, enquanto Pernambuco obteve 4. Outros estados, como Alagoas, não registraram vitórias. Esse padrão revela as dificuldades do PT em ampliar sua base eleitoral em um território marcado pela forte presença de oligarquias políticas tradicionais, mas isso vai mudar com os futuros pleitos. Na Região Centro-Oeste, Mato Grosso do Sul apresentou 11 vitórias, enquanto Goiás e Mato Grosso registraram 1 e 2 prefeituras, respectivamente. Por fim, na Região Norte, o partido obteve vitórias pontuais, como no Acre (7) e no Pará (6), além de Rondônia (6). Entretanto, Amazonas, Amapá e Roraima não registraram prefeituras conquistadas pelo PT.

Os dados relacionados às eleições municipais do ano 2000, apresentados no Mapa 1, revelam um padrão de crescimento seletivo do PT, com maior força no Sudeste e Sul, presença moderada no Norte e Centro-Oeste, e desempenho ainda restrito

no Nordeste. Essa distribuição territorial indica que, em 2000, o partido já havia conquistado espaços estratégicos em regiões-chave para a política nacional, mas ainda encontrava limitações em expandir sua influência de maneira uniforme em todo o território brasileiro. Todavia, esse desempenho contribuiu para o fortalecimento institucional do partido no cenário político nacional, estabelecendo as bases para a primeira vitória presidencial de Lula em 2002.

Figura 1: Prefeitos eleitos pelo PT no ano de 2000



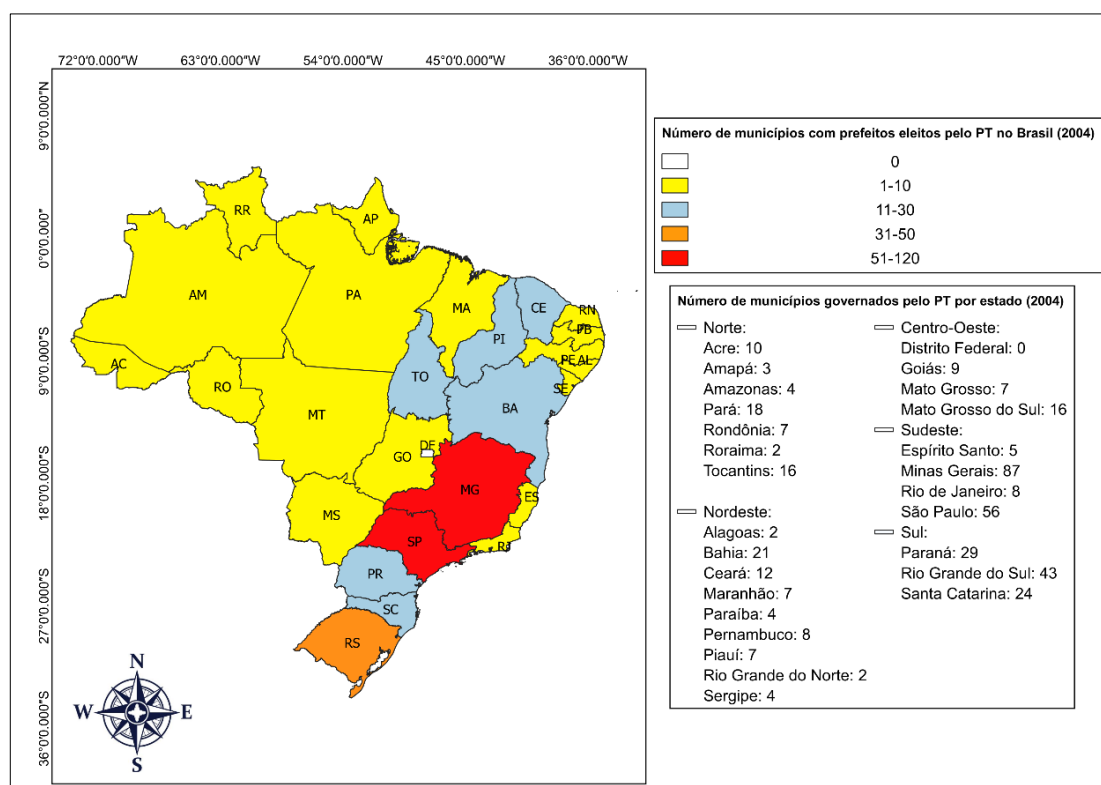
Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados Tribunal Superior Eleitoral (TSE, [2025]).

A Figura 2, referente às eleições municipais de 2004, evidencia uma ampliação significativa da presença do Partido dos Trabalhadores (PT) em todo o território nacional. Comparado ao pleito de 2000, observa-se um crescimento quantitativo e também uma maior capilaridade territorial. Na Região Sudeste, o aumento mais expressivo ocorreu em Minas Gerais, que passou de 34 prefeituras em 2000 para 87 em 2004. Em São Paulo, o número também cresceu de 38 para 56, enquanto o Rio de Janeiro apresentou um salto de 1 para 8. O Sudeste consolidou-se, portanto, como a região de maior expansão do partido, refletindo o fortalecimento de sua base em estados com forte peso eleitoral.

Na Região Sul, o PT ampliou sua presença de forma consistente: no Rio Grande do Sul, passou de 35 para 43 prefeituras; em Santa Catarina, de 13 para 24; e no Paraná, de 10 para 29. Esse crescimento reforça o papel do Sul como um dos principais

redutos partidários, associado a movimentos sociais e sindicais enraizados. Na Região Nordeste, a expansão foi notável, com destaque para a Bahia, que saltou de 7 para 21 prefeituras, e o Ceará, de 2 para 12. Outros estados, como Pernambuco (de 4 para 8) e Maranhão (de 2 para 7), também registraram avanços importantes. Essa trajetória indica o início de uma maior inserção do partido em territórios historicamente dominados por elites políticas tradicionais.

Figura 2: Prefeitos eleitos pelo PT no ano de 2004



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados Tribunal Superior Eleitoral (TSE, [2025]).

Na Região Norte, o PT ampliou seu alcance para além de vitórias pontuais. No Pará, o número de prefeituras cresceu de 6 para 18; no Acre, de 7 para 10; e no Tocantins, de 2 para 16. Esses resultados evidenciam a penetração em áreas até então periféricas no mapa eleitoral do partido. Na Região Centro-Oeste, o partido apresentou crescimento relevante: Mato Grosso do Sul saltou de 11 para 16 prefeituras e Goiás de 1 para 9. O Mato Grosso manteve desempenho modesto, com 7 prefeituras.

Portanto, os resultados de 2004 revelam uma expansão nacionalizada do PT, que deixou de ser um partido com presença concentrada em redutos específicos para se tornar uma legenda com capilaridade em todas as regiões do país. Esse desempenho eleitoral coincidiu com o primeiro mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da

Silva e pode ser interpretado como reflexo da combinação entre políticas federais implementadas e fortalecimento das bases locais.

O mapa referente às eleições municipais de 2008 demonstra a continuidade do processo de expansão do Partido dos Trabalhadores (PT), consolidando-se como uma das principais forças políticas em nível local. Os resultados revelam tanto crescimento quantitativo quanto enraizamento territorial em diversas regiões do país. O Sudeste manteve-se como o principal polo de vitórias. Minas Gerais alcançou 109 prefeituras, um aumento expressivo em relação a 2004 (87). São Paulo também avançou, elegendo 64 prefeitos. No Rio de Janeiro, o PT cresceu de 8 para 10 prefeituras, enquanto o Espírito Santo atingiu 6. Esse desempenho reforça a centralidade do Sudeste na estratégia partidária, especialmente pela densidade eleitoral e econômica da região.

Na Região Sul, o partido consolidou sua base histórica: o Rio Grande do Sul obteve 61 prefeituras (contra 43 em 2004), Santa Catarina avançou para 35 (em 2004 eram 24) e o Paraná elegeu 32 prefeitos (antes eram 29). O Sul permaneceu como território estratégico, associado ao sindicalismo e à organização comunitária, mas agora com expansão para municípios de médio porte. Na Região Nordeste, a expansão foi particularmente expressiva. A Bahia saltou de 21 para 67 prefeituras, consolidando-se como o maior reduto nordestino do PT. O Piauí também cresceu de 7 para 18, e o Ceará alcançou 15 (antes eram 12). Outros avanços ocorreram no Maranhão (9 prefeituras), Pernambuco (8) e Paraíba (6). Esse crescimento indica a ampliação da influência do partido em regiões historicamente dominadas por grupos oligárquicos locais.

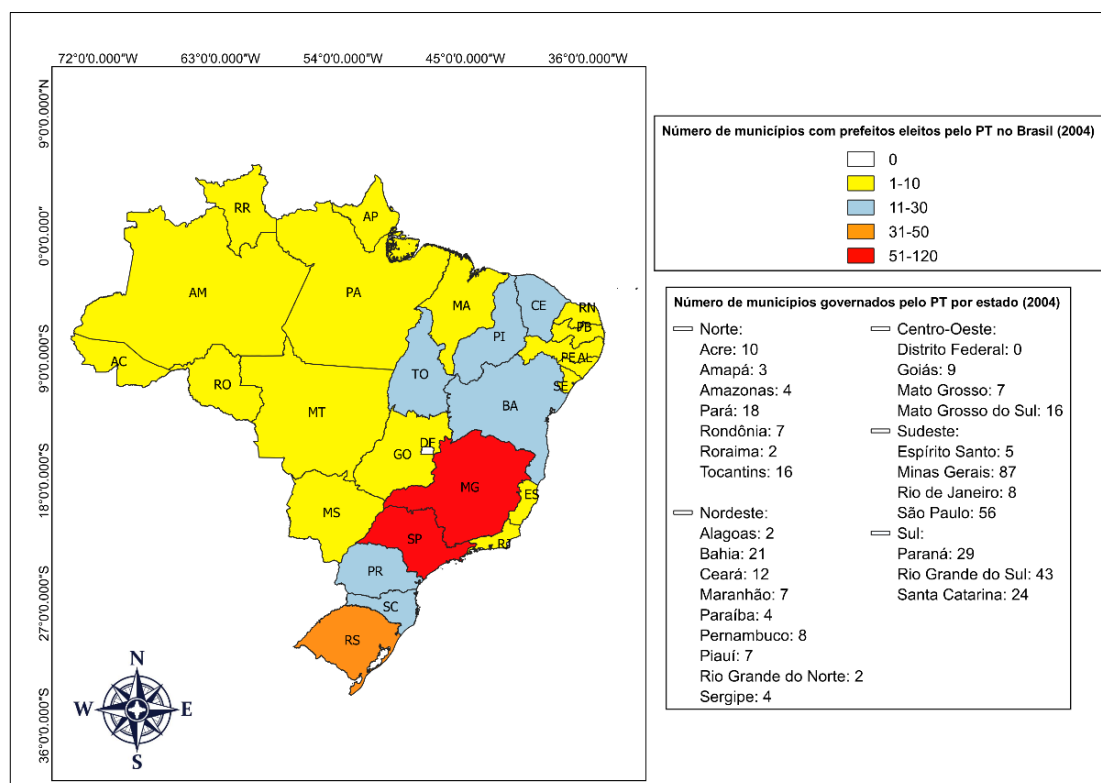
Na Região Norte, a presença do PT se fortaleceu. O Pará alcançou 27 prefeituras, um crescimento expressivo em relação às 18 prefeituras de 2004. O Acre também aumentou, de 10 para 12. Houve avanços em estados de menor peso político, como Amazonas (6) e Tocantins (12). Esse desempenho mostra o enraizamento progressivo do partido na região amazônica. A Região Centro-Oeste registrou crescimento moderado. Mato Grosso passou de 7 para 18 prefeituras, enquanto Goiás chegou a 13 (em 2004 eram 9). O Mato Grosso do Sul teve leve retração, de 16 para 10.

As eleições municipais de 2008, Figura 3, confirmam o PT como uma legenda de presença nacional, com crescimento robusto em praticamente todas as regiões. Os destaques foram a Bahia e o Pará, que se somaram a Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul como principais bases eleitorais. Esse padrão indica que, no segundo mandato presidencial de Lula, o partido já havia construído e consolidado capilaridade territorial, ampliando sua inserção em estados antes considerados de difícil penetração.

O mapa referente às eleições municipais de 2012 revela um novo patamar de expansão do Partido dos Trabalhadores (PT), que alcançou seu auge em termos de capilaridade territorial. Nesse período, o partido já estava no governo federal havia

quase uma década (Lula 2003–2010, seguido por Dilma Rousseff a partir de 2011), o que contribuiu para o fortalecimento de suas bases locais. O Sudeste manteve-se como epicentro da força eleitoral petista. Minas Gerais chegou a 114 prefeituras, ampliando os 109 de 2008. São Paulo também cresceu para 68 (antes eram 64). O Rio de Janeiro subiu para 11 e o Espírito Santo manteve 6. A concentração no Sudeste consolidou o partido em áreas estratégicas, combinando densidade demográfica e peso político.

Figura 3: Prefeitos eleitos pelo PT no ano de 2008



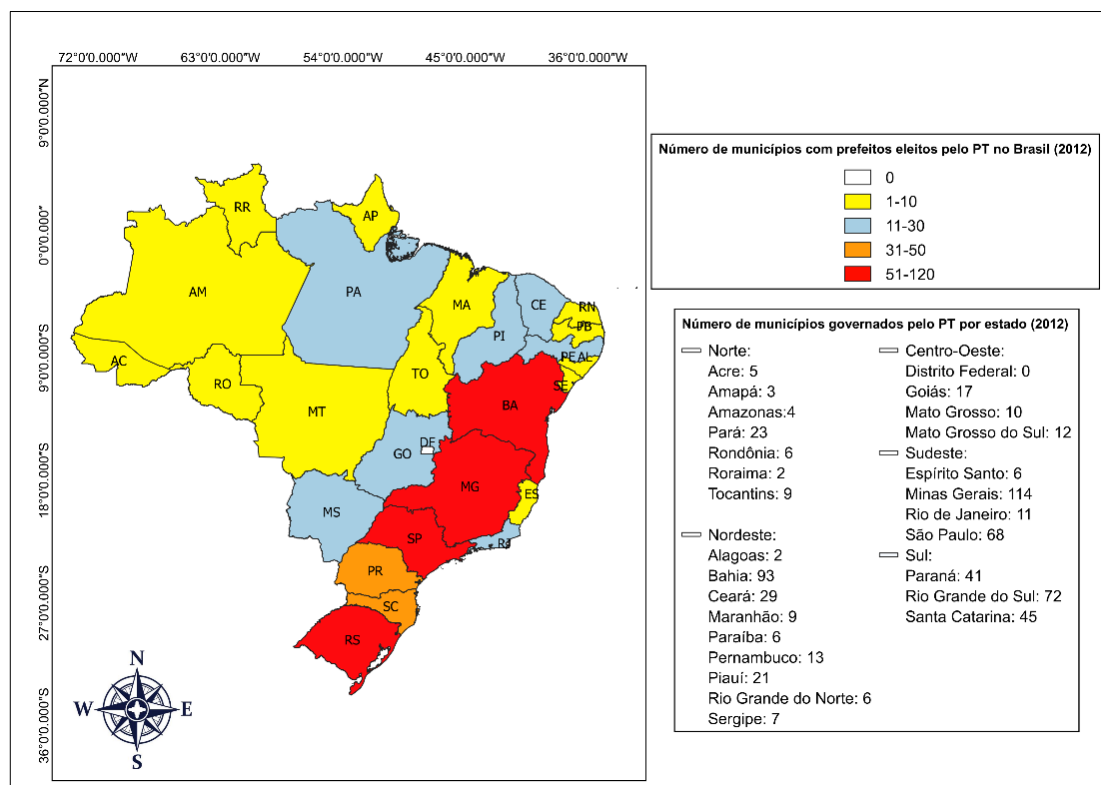
Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados Tribunal Superior Eleitoral (TSE, [2025]).

Na Região Sul, o PT apresentou crescimento contínuo. O Rio Grande do Sul tornou-se o maior reduto da região, com 72 prefeituras (contra 61 em 2008). Em Santa Catarina o PT também se expandiu, alcançando 45 (antes eram 35). O Paraná cresceu para 41 (eram 32 em 2008). Esses resultados consolidam o Sul como um polo estável de apoio eleitoral. O Nordeste se afirmou como uma das regiões de maior crescimento do partido. A Bahia registrou 93 prefeituras, um salto notável em relação a 2008 (67). O Ceará cresceu para 29, o Piauí para 21 e Pernambuco para 13. O Maranhão (10) e a Paraíba (6) também reforçaram o quadro. Esse desempenho reflete tanto o impacto das políticas federais no período quanto a estratégia de alianças locais.

Na Região Norte, o PT manteve presença expressiva em alguns estados, mas com desempenho mais irregular. O Pará elegeu 23 prefeitos (queda em relação a 27 em 2008), enquanto o Acre reduziu para 5 (eram 12 em 2008). O Tocantins caiu para 9 (antes eram 12), e Amazonas e Rondônia tiveram números estáveis ou discretos. Apesar das oscilações, a região permaneceu relevante como campo de disputa política. Na Região Centro-Oeste, o crescimento foi modesto, mas consistente. Goiás passou de 13 para 17 prefeituras, Mato Grosso manteve 10, e o Mato Grosso do Sul subiu para 12 (em 2008 eram 10). Ainda que a região não tenha sido um reduto principal, os resultados indicam ampliação gradual da presença do partido.

As eleições municipais de 2012 marcaram o ponto mais alto da presença do PT em governos locais (Figura 4). O partido consolidou sua força no Sudeste, Sul e Nordeste, atingindo números expressivos em estados estratégicos como Minas Gerais, São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul. Essa expansão refletiu a combinação de fatores estruturais (alianças políticas e fortalecimento organizativo) e conjunturais (políticas sociais federais e popularidade dos governos Lula-Dilma).

Figura 4: Prefeitos eleitos pelo PT no ano de 2012



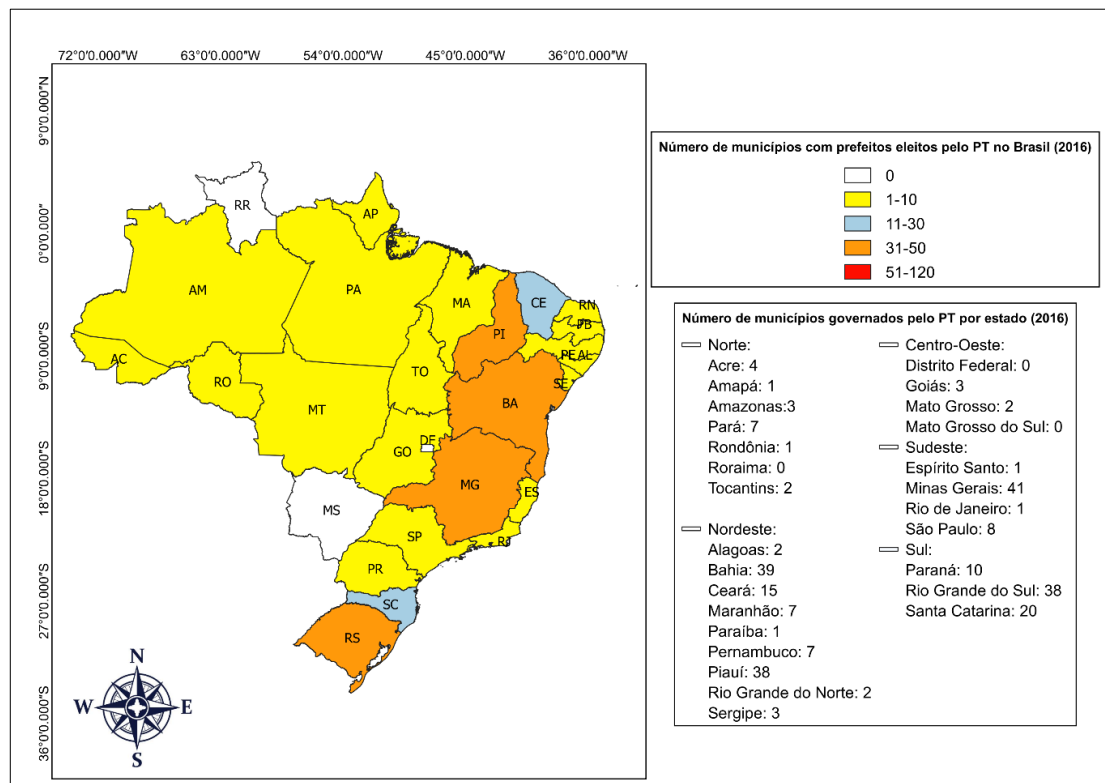
Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados Tribunal Superior Eleitoral (TSE, [2025]).

3.1. ANO DE 2016: *IMPEACHMENT* E DECLÍNIO

Em 2016, o Nordeste aparece como a região de maior resistência do PT, com destaque para a Bahia (39) e Piauí (38), os estados com maior número de prefeituras petistas naquele ano. Ceará (15) e Maranhão (7) também mantiveram números relevantes. Isso reforça a leitura de que, mesmo em cenário adverso nacionalmente, o PT preservou sua base histórica no Nordeste, ligada às políticas sociais e ao forte enraizamento partidário na região. No Sul, o Rio Grande do Sul surge como um estado chave: 38 prefeituras, número muito expressivo para uma região onde, tradicionalmente, a disputa é acirrada entre vários partidos. Santa Catarina (20) e Paraná (10) também mostraram presença, mas em escala menor. Isso mostra que, apesar da crise, o PT manteve relevância no Sul, especialmente no Rio Grande do Sul, que historicamente fora um polo de força petista, o berço de lideranças importantes e das primeiras experiências de orçamento participativo.

O Sudeste, centro político e econômico do país, mostra resultados modestos. Minas Gerais (41) foi o estado com melhor desempenho da região, mostrando que ainda havia capilaridade petista em cidades médias e pequenas. São Paulo, berço do partido, aparece com apenas 8 prefeituras, uma queda drástica frente ao histórico. Rio de Janeiro (1) e Espírito Santo (1) praticamente desaparecem do mapa petista. Isso reflete a forte crise de imagem que o PT enfrentava, especialmente nas regiões mais urbanizadas e midiaticamente influenciadas. No Norte e Centro-Oeste: presença residual. No Norte, a presença foi modesta, com destaque para Pará (7) e Acre (4). Roraima zerou. O Centro-Oeste praticamente não elegeu prefeitos do PT (MS: zero, MT: 2, GO: 3). Isso acentua a dificuldade histórica do PT em se consolidar nessas regiões, intensificada em 2016.

A eleição de 2016 representou um ponto de inflexão na trajetória do PT. Perdas históricas nas regiões Sudeste e Centro-Oeste. Sobrevivência e resistência no Nordeste e em estados específicos como Minas Gerais e Rio Grande do Sul. O contexto político era de *impeachment*, Operação Lava Jato e crise econômica. Isso tudo pesou diretamente nos resultados. A Figura 5 traduz a transição do PT de um partido nacionalmente capilarizado para um partido com redutos concentrados, sobretudo Nordeste e parte do Sul, o que será decisivo para entender as estratégias nas eleições seguintes (2020 e 2024).

Figura 5: Prefeitos eleitos pelo PT no ano de 2016

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados Tribunal Superior Eleitoral (TSE, [2025]).

3.2. AS DUAS ÚLTIMAS ELEIÇÕES

Em 2020, o PT manteve um desempenho modesto em termos de número de prefeituras, sem recuperar a capilaridade nacional que já teve em décadas anteriores. O partido segue concentrado em regiões específicas, principalmente o Nordeste, mas com retração em relação a 2016 em alguns estados importantes. No Nordeste: base consolidada, mas com redução contínua. É o principal reduto petista, mas com queda expressiva em estados-chave: Bahia passa de 39 (2016) para 32 (2020). Piauí cai de 38 para 23, uma das maiores perdas. Maranhão desaba de 7 para apenas 1 prefeitura. Houve também perda em Pernambuco (de 7 para 5). As exceções positivas foram Ceará (de 15 para 18) e Sergipe (crescimento de 3 para 6).

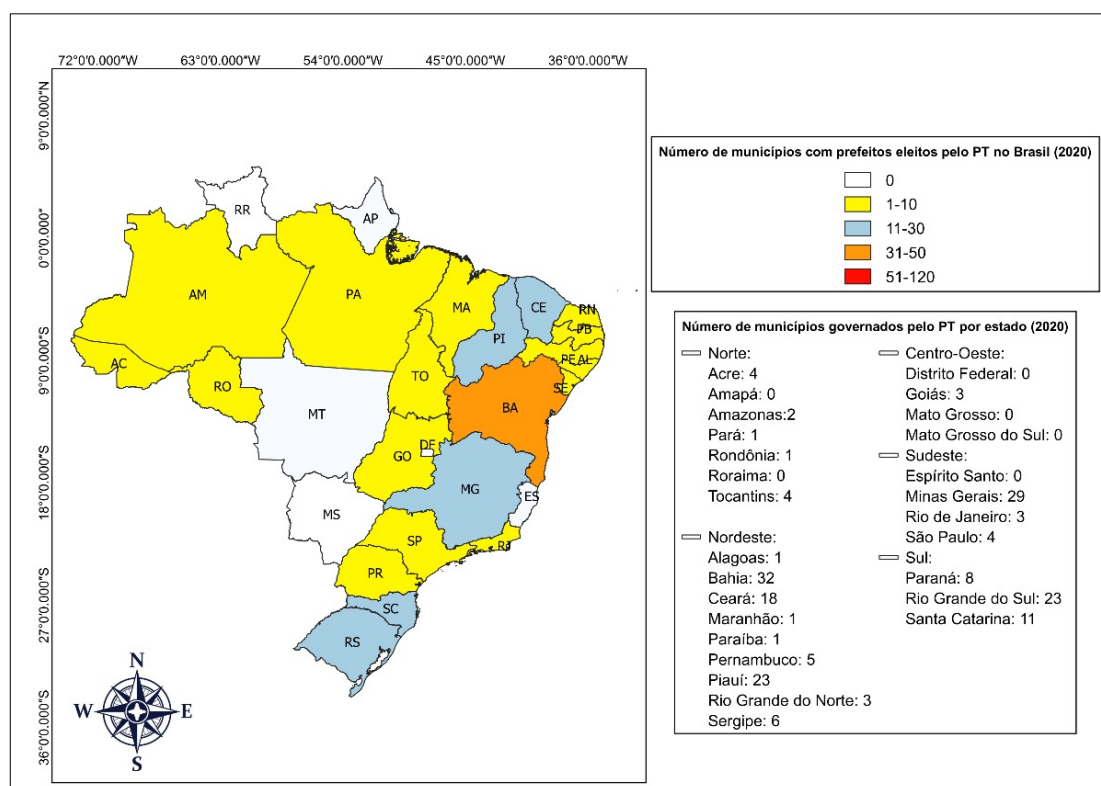
O Nordeste segue como bastião petista, mas já não apresenta a mesma força agregada de 2016. No Sul há um encolhimento importante. Em 2016 o Rio Grande do Sul foi um destaque (38 prefeituras). Em 2020, o estado caiu para 23. Santa Catarina também caiu (20 para 11). Paraná (10 para 8) teve leve queda. Essa retração mostra que o Sul, embora historicamente importante para o PT, deixou de ser polo de força significativa, exceto em alguns municípios pontuais. No Sudeste: retração e fragilidade. Minas Gerais ainda concentra a maior parte dos prefeitos petistas da

região (41 em 2016 e 29 em 2020). São Paulo cai de 8 para apenas 4, revelando a dificuldade de o partido se manter competitivo em seu estado de origem. Rio de Janeiro permanece baixo (1 para 3), ainda irrelevante em termos de número de prefeituras. Espírito Santo zerou (de 1 para 0).

No Norte, a presença do partido é limitada. A região segue sem expressão relevante, oscilando em números pequenos: Acre manteve 4 prefeituras; o Amazonas caiu de 3 para 2. O Pará caiu de 7 para 2, uma perda significativa. Roraima segue zerado. Tocantins cresceu de 2 para 4. No Centro-Oeste: presença mínima. Não houve alteração relevante: Goiás manteve 3, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso permaneceram zerados. A região segue como a mais distante do PT eleitoralmente.

A eleição de 2020, Figura 6, reafirma a condição do PT como partido regionalizado. Nordeste continua sendo seu principal pilar, mas com perdas expressivas, especialmente Piauí e Bahia. Sul e Sudeste mostraram queda consistente, especialmente no Rio Grande do Sul e em São Paulo, acentuando a dificuldade do partido em regiões urbanizadas e industrializadas. Norte e Centro-Oeste permanecem como áreas marginais para o partido. Comparado a 2016, o PT não conseguiu reverter o ciclo de queda, pelo contrário, aprofundou perdas em estados estratégicos, embora tenha mantido certo núcleo de resistência.

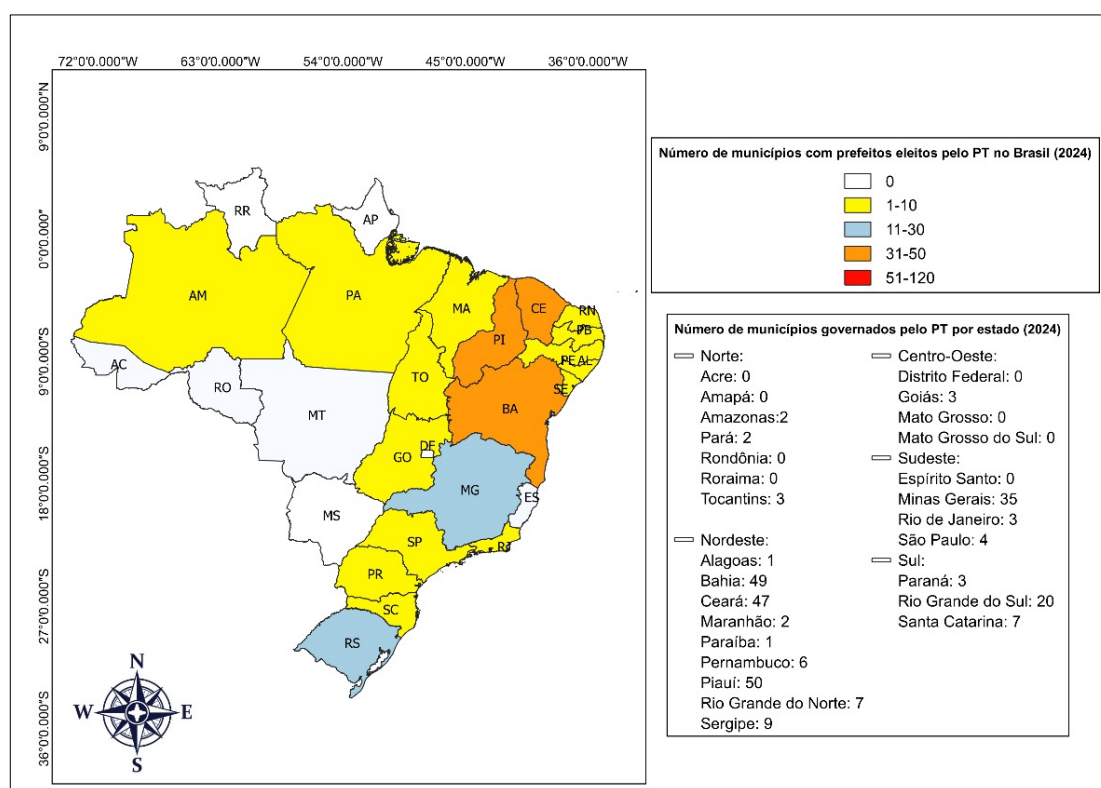
Figura 6: Prefeitos eleitos pelo PT em 2020



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados Tribunal Superior Eleitoral (TSE, [2025]).

A Figura 7 mostra a distribuição de prefeitos do PT por estado em 2024. O desempenho do partido é desigual regionalmente, com grande concentração de vitórias no Nordeste, força expressiva em alguns estados do Sudeste e do Sul, mas desempenho fraco ou quase inexistente no Norte e no Centro-Oeste. No Nordeste, como epicentro do PT, o Piauí (50), Bahia (49) e Ceará (47) são os estados com maior número de prefeituras conquistadas pelo PT, consolidando a região como o bastião eleitoral do partido. Outros destaques são: Pernambuco (6), Sergipe (9), Maranhão (2), Paraíba (1) e Alagoas (1). Isso confirma a importância histórica do Nordeste para o PT, onde a identificação popular com Lula permanece muito forte.

Figura 7: Prefeitos eleitos pelo PT em 2024



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados Tribunal Superior Eleitoral (TSE, [2025]).

O Sudeste ficou dividido. Minas Gerais (35) aparece como o segundo estado em número de prefeituras petistas, ficando atrás apenas de Piauí, Bahia e Ceará. São Paulo (4), estado natal do partido e maior colégio eleitoral do país, ainda mostra desempenho modesto. Rio de Janeiro (3) e Espírito Santo (0) seguem a mesma linha de fragilidade. A Figura 7 indica que o PT avança em Minas Gerais, mas continua com dificuldades em São Paulo e Rio de Janeiro. No Sul, o Rio Grande do Sul (20) se destaca, confirmando a tradição petista no estado. Santa Catarina (7) e Paraná (3) também aparecem, mas com números menores.

No Sul, o PT mantém uma presença significativa, mas longe da hegemonia nordestina. No Norte e Centro-Oeste: presença residual. No Norte, apenas Amazonas (2), Pará (2) e Tocantins (3) elegeram prefeitos petistas. Os demais estados ficaram zerados. No Centro-Oeste, apenas Goiás (3) aparece com vitórias. Mato Grosso e Mato Grosso do Sul ficaram sem nenhuma prefeitura. Isso mostra a grande fragilidade do PT nessas regiões, onde partidos conservadores e forças locais dominam o cenário. O PT segue como um partido nacional, mas com base territorial profundamente assimétrica. O Nordeste é o núcleo duro de sustentação política, responsável por mais da metade dos prefeitos eleitos. Minas Gerais desponta como ponto estratégico no Sudeste, mas o partido ainda precisa superar barreiras históricas em São Paulo e Rio de Janeiro. O Sul mostra vitalidade, sobretudo no Rio Grande do Sul. Norte e Centro-Oeste permanecem como desafios estruturais, com baixa capilaridade petista.

3.3. EXPANSÃO, CONSOLIDAÇÃO E RETRAÇÃO REGIONAL: UMA INTERPRETAÇÃO

A evolução territorial do Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições municipais entre 2000 e 2024, Figura 8, permite identificar não apenas variações quantitativas em seu desempenho eleitoral, mas um processo mais amplo de transformação na forma de inserção territorial do partido. Os dados analisados indicam a existência de três momentos distintos: um ciclo de expansão nacional (2000-2012), um ponto de inflexão marcado por retração abrupta (2016) e, por fim, um período de reconfiguração caracterizado pela concentração regional da base eleitoral (2020-2024).

O primeiro período, compreendido entre 2000 e 2012, pode ser interpretado como uma fase de nacionalização eleitoral, na qual o PT ampliou progressivamente sua presença em todas as regiões do país. Nesse contexto, a liderança de Luiz Inácio Lula da Silva desempenhou papel central. À luz da noção weberiana de dominação carismática (Weber, 1999), o carisma de Lula operou como um recurso de legitimação capaz de projetar o partido para além de seus redutos originais, favorecendo sua capilarização territorial. Esse processo pode ser compreendido, em termos bourdieusianos, como acumulação de capital simbólico no interior do campo político (Bourdieu, 1989), permitindo ao partido ocupar posições estratégicas em diferentes contextos regionais.

O ano de 2016 representa um ponto de inflexão estrutural nesse processo. A retração simultânea em todas as regiões do país sugere não apenas uma oscilação eleitoral, mas uma mudança nas correlações de força no campo político. A partir da perspectiva de Bourdieu (2011), esse movimento pode ser interpretado como perda de posições relativas em um espaço de disputa estruturado por diferentes formas de capital: político, midiático, jurídico e econômico. Nesse contexto, a intensificação da judicialização da política e os efeitos da Operação Lava Jato contribuíram para redefinir as condições de competição, afetando diretamente a capacidade do partido de manter sua presença territorial.

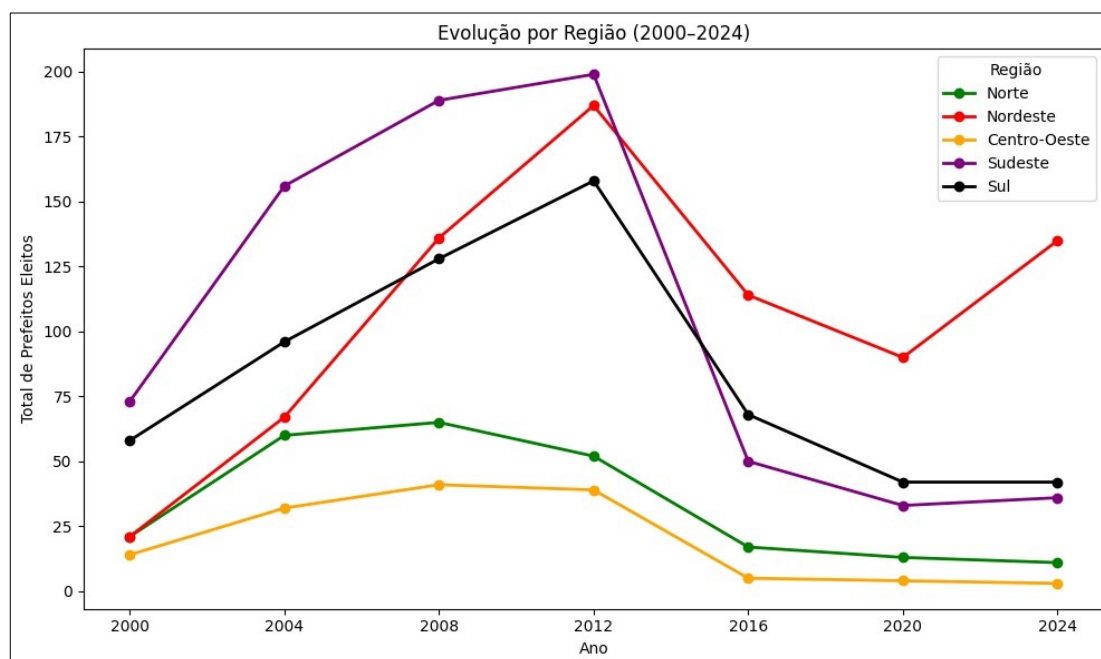
Nos pleitos mais recentes, observa-se um terceiro momento, caracterizado por estabilização em patamares reduzidos e por uma reconfiguração territorial da base eleitoral. Esse processo pode ser definido como uma territorialização seletiva do voto, na qual o partido mantém ou reconstrói sua força em regiões onde sua trajetória encontrou maior ressonância social e institucional. O Nordeste emerge, nesse cenário, como núcleo estruturante da presença petista, concentrando a maior parte das prefeituras conquistadas.

Essa concentração regional sugere um processo de reterritorialização partidária, no qual a base eleitoral deixa de apresentar capilaridade nacional e passa a se organizar de forma assimétrica. Esse movimento pode ser interpretado como resultado da combinação entre fatores estruturais – como desigualdades regionais e padrões históricos de organização política – e fatores conjunturais, como a polarização política e as disputas narrativas no campo público.

Adicionalmente, os dados indicam uma forte interdependência entre liderança política e desempenho eleitoral. A centralidade de Lula na trajetória do partido sugere que o carisma, enquanto forma de capital simbólico, não apenas impulsionou sua expansão inicial, mas também contribuiu para sua capacidade de resiliência em contextos adversos. Contudo, essa dependência também evidencia os limites de um modelo de expansão fortemente ancorado em lideranças individuais, sobretudo em cenários de retração institucional e reconfiguração do campo político.

Dessa forma, a trajetória do PT entre 2000 e 2024 pode ser compreendida como expressão de um processo mais amplo de transformação do sistema partidário brasileiro, no qual partidos que alcançam expansão nacional podem, em contextos de crise e reconfiguração política, passar por processos de regionalização de sua base eleitoral. Nesse sentido, a geografia eleitoral petista não constitui apenas um caso específico, mas um indicador de mudanças estruturais na dinâmica da competição política no Brasil contemporâneo.

A Figura 8 mostra que o PT deixou de ser um partido com capilaridade nacional, como em 2012, para tornar-se, em 2024, uma legenda de inserção assimétrica. A hegemonia no Nordeste, a resistência localizada em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, bem como a perda de relevância em outras regiões revelam não apenas um ciclo eleitoral, mas uma transformação estrutural na geografia do partido. A combinação entre o carisma de Lula e as disputas no campo político nacional ajudam a compreender essa dinâmica de expansão, retração e reconfiguração territorial que marca a trajetória petista nessa primeira metade do século XXI.

Figura 8: Evolução do número de prefeituras do PT por região (2000–2024)

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados Tribunal Superior Eleitoral (TSE, [2025]).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo analisou a trajetória eleitoral do Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições municipais brasileiras entre 2000 e 2024, com o objetivo de compreender os processos de expansão, consolidação e retração territorial que marcaram sua presença no Executivo municipal. A partir da articulação entre análise empírica dos resultados eleitorais e aportes da sociologia política, foi possível identificar não apenas variações no desempenho do partido, mas transformações estruturais em sua forma de inserção territorial.

Os resultados indicam que a trajetória do PT pode ser interpretada como um processo de desnacionalização e reterritorialização partidária. Após um período de expansão nacional entre 2000 e 2012, no qual o partido alcançou elevada capilaridade territorial, observa-se, a partir de 2016, uma retração significativa seguida por um processo de reorganização de sua base eleitoral em termos regionais. Nesse novo cenário, o Nordeste consolida-se como núcleo central de sustentação política, enquanto outras regiões passam a apresentar presença mais limitada e fragmentada.

Do ponto de vista teórico, esse movimento evidencia a importância de se analisar a dinâmica partidária a partir da articulação entre liderança política, estrutura do campo político e distribuição territorial do voto. A expansão inicial do PT esteve

fortemente associada à liderança de Luiz Inácio Lula da Silva, cuja capacidade de mobilização funcionou como um recurso de legitimação e ampliação da base eleitoral. Contudo, a retração posterior revela os limites de um modelo de expansão fortemente ancorado em capital simbólico, sobretudo em contextos de intensificação das disputas no campo político e de reconfiguração institucional.

A análise também sugere que a territorialização da política constitui elemento central para compreender o desempenho partidário no Brasil contemporâneo. A concentração da base petista no Nordeste não pode ser explicada apenas por fatores conjunturais, mas deve ser entendida à luz de vínculos sociais, políticas públicas e padrões históricos de organização política que estruturam a relação entre partidos e eleitorado em diferentes regiões do país.

Nesse sentido, o caso do PT permite levantar uma hipótese mais ampla sobre o sistema partidário brasileiro: partidos que alcançam expansão nacional em determinados ciclos políticos podem, em contextos de crise e reconfiguração do campo político, experimentar processos de regionalização de sua base eleitoral. Tal dinâmica sugere a coexistência de tendências de nacionalização e fragmentação territorial, que desafiam interpretações homogêneas sobre o funcionamento dos partidos no país.

Por fim, os resultados deste estudo indicam que a compreensão da política brasileira contemporânea exige incorporar de forma mais sistemática a dimensão territorial das disputas eleitorais. Como agenda futura de pesquisa, propõe-se o aprofundamento da análise da relação entre políticas públicas e comportamento eleitoral em nível local, bem como a realização de estudos comparativos com outras legendas, de modo a avaliar em que medida o padrão observado no caso do PT se configura como tendência mais geral do sistema partidário brasileiro.

SOBRE OS AUTORES

Vinícius Rainer Boniolo é engenheiro ambiental e doutorando em Ambiente e Sociedade na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). É vice-coordenador do Núcleo de Análise Política, Arte, Literatura e Música (NAPALM) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Câmpus Lagoa do Sino. Foi Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural do município de Campina do Monte Alegre/SP.

Alex Marcelo de Campos é mestrando do Programa de Mestrado Profissional em Química (PROFQUI) da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Atua como professor de Química no ensino médio e superior. Participa de iniciativas relacionadas ao desenvolvimento territorial sustentável, à educação do campo e à integração entre conhecimento científico e comunidades locais.

Aldenor da Silva Ferreira é doutor em Ciências Sociais e professor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Câmpus Lagoa do Sino. Coordena o Programa de Pós-Graduação em Conservação e Sustentabilidade (PPGCS) e o Núcleo de Análise Política, Arte, Literatura e Música (NAPALM), espaço interdisciplinar voltado à reflexão crítica sobre sociedade, natureza, cultura e política.

REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA, Eloísa Machado de. O papel do Supremo Tribunal Federal no impeachment da presidente Dilma Rousseff. *DESC - Direito, Economia e Sociedade Contemporânea*, v. 2, n. 1, p. 52-75, 2019. DOI: <https://doi.org/10.33389/desc.v2n1.2019.p52-75>
2. ARANTES, Rogério Bastos. *Judiciário e política no Brasil*. São Paulo: Sumaré; Educ, 1997.
3. AVRITZER, Leonardo. *Impasses da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
4. BORGES, André. Nacionalização partidária e estratégias eleitorais no presidencialismo de coalizão. *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, v. 58, n. 3, p. 651-688, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/283664589_Nacionalizacao_Partidaria_e_Estrategias_Eleitorais_no_Presidencialismo_de_Coalizacao. Acesso em: 12 fev. 2026.
5. BOURDIEU, Pierre. O campo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 5, p. 193-216, jan./jul. 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1761/1549>. Acesso em: 30 abr. 2025.
6. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
7. BRAGA, Maria do Socorro Sousa. *O processo partidário-eleitoral brasileiro: Padrões de competição política (1982-2002)*. São Paulo: Humanitas; FAPESP, 2006.
8. CARRIL, Lúcio Moraes; FERREIRA, Aldenor da Silva. *E temos dito: Crônicas e artigos da luta e da vida na floresta*. Embu das Artes: Alexa Cultural, 2023.
9. CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013.
10. DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
11. EATWELL, Roger. The concept and theory of charismatic leadership. *Politics, Religion & Ideology*, v. 7, n. 2, p. 141-156, 2006. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14690760600642156>. Acesso em 17 fev. 2026.
12. FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). *The state of food insecurity in the world (SOFI)*. 2014. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/ad888f5b-a590-43d9-b066-9a852b95777e/content>. Acesso em: 23 ago. 2025.
13. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Políticas sociais: Acompanhamento e análise*. Brasília: IPEA, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/journalissue/664892d1-af7c-475e-a151-c450709b0334>. Acesso em: 20 set. 2024.
14. FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2001.
15. KIRCHHEIMER, Otto. A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 7, p. 349-385, jan./abr. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522012000100014>
16. KOERNER, Andrei. Ativismo judicial? Jurisprudência constitucional e política no STF pós-88. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 96, p. 69-85, jul. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/f3KMr8CHVjSCCGvqZdYfmk/>. Acesso em: 1 abr. 2026.
17. MARTINS, Cristiano Zanin; MARTINS, Valeska Teixeira Zanin; VALIM, Rafael. *Lawfare: Uma introdução*. São Paulo: Contracorrente, 2019.
18. MENEGUELLO, Rachel. *PT: A formação de um partido (1979-1982)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
19. NICOLAU, Jairo. *Sistemas eleitorais*. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
20. PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de partido: Organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
21. PARANA, Denise. *Lula, filho do Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
22. PARTIDO DOS TRABALHADORES. *PT filia mais de 340 mil e chega a quase 3 milhões de filiadas(os) em todo o Brasil*. 06 mar. 2025. Disponível em: <https://pt.org.br/pt-filia-mais-de-340-mil-e-chega-a-quase-3-milhoes-de-filiados-as-em-todo-o-brasil/>. Acesso em: 1 abr. 2026.
23. SHILS, Edward. Charisma, order and status. *American Sociological Review*, v. 30, n. 2, p. 199-213, abr. 1965. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/i336423>. Acesso em: 17 jan. 2026.
24. SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: Reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
25. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). *Portal de Dados Abertos do TSE*. Brasília, DF: TSE, [2025]. Disponível em: <https://dadosabertos.tse.jus.br/>. Acesso em: 30 abr. 2025.
26. VIEIRA, Oscar Vilhena. Supremocracia. *Revista Direito GV*, v. 4, n. 2, p. 441-464, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/6vXvWwkg7XG9njd6XmBzYzQ/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 12 fev. 2026.
27. WEBER, Max. *Economia e sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: UnB, 1999.

Submissão em: 18 abr. 2026

Aceito em: 22 maio 2026



ARTIGOS LIVRES

A SUSTENTABILIDADE DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPATIVAS E A DESDEMOCRATIZAÇÃO NEOLIBERAL DE REGIMES POLÍTICOS LOCAIS

*THE SUSTAINABILITY OF
PARTICIPATORY INSTITUTIONS
AND THE NEOLIBERAL
DEDEMOCRATIZATION OF LOCAL
POLITICAL REGIMES*

Luciano Fedozzi* 

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas,
Departamento de Sociologia, Porto Alegre, RS, Brasil.
lucianofedozzi@gmail.com

RESUMO

O objetivo do artigo é abordar a transformação de regimes políticos locais a partir do caso dos conselhos municipais de Porto Alegre, cidade que foi referência em democracia participativa. O estudo baseia-se em metodologia histórica-analítica e estudo de caso, com metodologia qualitativa. A partir do conceito de projetos políticos, de inspiração gramsciana, juntamente com teorias neoinstitucionalistas e participacionistas, são analisados dados que demonstram os efeitos do contexto político nas transformações do desenho institucional da participação. Argumenta-se que o desempoderamento de conselhos municipais tem origem nas resistências dos atores participantes à implementação de um regime urbano pró-mercado e de políticas neoliberais. O conjunto dos dados, somado a outros estudos, indica que os retrocessos democráticos significaram a neutralização do poder de influência adquirido por atores populares no regime político de Porto Alegre desde a redemocratização, o que foi levado a cabo por uma coalizão empreendedora, de perfil elitista e autoritário, fortalecida pelo novo contexto nacional de retração democrática. Analisa-se ainda as dificuldades de sustentabilidade da participação institucionalizada nos contextos de declínio do poder estatal e eleitoral de aliados políticos históricos.

Palavras-chave: Instituições Participativas; Conselhos Municipais; Contexto Político; Desdemocratização; Regimes Políticos.

ABSTRACT

The objective of this article is to address the transformation of local political regimes using the case of the Municipal Councils of Porto Alegre, a city that was a benchmark in participatory democracy. The study is based on historical-analytical methodology and case study, with a qualitative methodology. Using the concept of political projects, inspired by Gramsci, along with neo-institutionalist and participatory theories, data are analyzed that demonstrate the effects of the political context on the transformations of the institutional design of participation. It is argued that the disempowerment of Municipal Councils originates from the resistance of participating actors to the implementation of a pro-market urban regime and neoliberal policies. The data set, combined with other studies, indicates that democratic setbacks have meant the neutralization of the power of influence acquired by popular actors in the political regime of Porto Alegre since redemocratization, carried out by an entrepreneurial coalition, with an elitist and authoritarian profile, strengthened by the new national context of democratic retraction. The analysis also examines the challenges to the sustainability of institutionalized participation in contexts of declining State power held by historical political allies.

Keywords: Participatory Institutions; Municipal Councils; Political Context; Dedemocratization; Political Regimes.

INTRODUÇÃO

O contexto social e político aberto com a redemocratização do país, a partir dos anos 1980, abriu novas oportunidades de interações entre os governos e atores civis, dando origem a inovações democráticas que ampliaram a participação social nas decisões governamentais. As relações entre atores civis demandantes de direitos e os governos, até então majoritariamente tensas, de protesto e de confronto com o Estado, foram substituídas – embora não abandonadas – por repertórios de interação assentados na colaboração socioestatal e na participação institucionalizada. Dentre a multiplicação de novas interfaces socioestatais (Pires; Vaz, 2014; Lüchmann, 2020), o surgimento de práticas participativas estruturadas junto às três instâncias da Federação constituiu Instituições Participativas (IP) (Avritzer, 2008; Isunza Vera; Gurza Lavall, 2012) que alargaram de forma inédita no país o regime democrático para além da representação eleitoral. É o caso dos Conselhos de Políticas e de Direitos, das Conferências de Políticas Públicas, dos Planos Diretores Participativos e dos Orçamentos Participativos (OP), dentre outras instituições.

Apesar desse macrocontexto ter sido favorável aos processos de democratização da gestão pública, os caminhos da Nova República também foram disputados por projetos políticos distintos. Esses projetos vislumbraram posições, valores e interesses não somente diferentes, mas antagônicos na forma de articular o desenvolvimento socioeconômico e as concepções da democracia, da sociedade civil e da cidadania, repercutindo nas oportunidades e nos sentidos da participação (Dagnino, 2004; Dagnino; Olvera; Panfichi, 2006).

Todavia, a onda democratizante sofreu forte inflexão a partir de 2010, quando um novo contexto de estagnação e crise econômica foi acompanhado de crise política e da ascensão de correntes autoritárias, agora renovadas e articuladas a atores do mercado engajados na defesa das políticas neoliberais (Ribeiro, 2020). Esse momento crítico instaurou retrocessos na participação e nos direitos sociais de cidadania. A partir do *impeachment*/golpe parlamentar de 2016, e principalmente durante o governo Bolsonaro, foram extintos ou reduzidos colegiados de participação (Decreto nº 9.759/2019), e paralisados fóruns, como as conferências de políticas (Bezerra; Rodrigues; Romão, 2021). O contexto modificou-se no sentido desdemocratizante, conforme sugere a abordagem histórica de análise das democracias (Tilly, 2013)¹.

Nesse sentido, cabe perguntar se esse novo cenário regressivo também vem se apresentando nas cidades, em especial nas metrópoles e cidades médias, *locus* de

¹ Segundo Tilly (2013), a dinâmica histórica das democracias pode assumir sentido “democratizante” ou “desdemocratizante” conforme a variação empírica de quatro elementos que qualificam as relações entre Estado e cidadãos: amplitude, igualdade, proteção e o caráter mutuamente vinculante. Para uma análise empírica baseada nesse referencial teórico sobre as transformações do Orçamento Participativo de Porto Alegre, ver Müller e Fedozzi (2024)

grande parte das inovações democráticas que fizeram do Brasil uma referência internacional em participação cidadã.

É nesse diapasão que se insere o presente estudo, ao analisar o caso dos conselhos municipais de Porto Alegre, cuja longa prática participativa tornou-se paradigmática para a democracia participativa. O estudo objetiva, assim, responder a duas perguntas que julgamos importantes para compreender este novo contexto local e nacional: os retrocessos democráticos já constatados no OP e nas instâncias de planejamento urbano da cidade (Oliveira, 2013; Fedozzi, 2024, 2025) também se apresentam nos conselhos municipais? E, em caso positivo, quais as razões que explicam essas transformações no regime político da cidade que outrora foi referência em inovações participativas?

Nossa pesquisa confirmou a hipótese sobre a extensão regressiva da participação social no regime político de Porto Alegre, afetando também a rede de conselhos municipais. Além disso, como se poderá ver, as origens desse processo estão enquadradas não apenas nas novas divergências instaladas entre o governo e os atores civis, quanto ao desenho institucional e o poder de decisão dos colegiados. Elas se deram principalmente em torno dos conflitos sobre o conteúdo e a estratégia administrativa a ser implementada nas políticas públicas, decorrentes da intensificação do projeto neoliberal, que se tornou hegemônico na condução dos rumos da cidade. Ou seja, suas razões decorrem não de um conservadorismo político antigo e já conhecido, nos termos da democracia elitista, mas sim da perspectiva autoritária assumida contemporaneamente pelo projeto político neoliberal, nesse novo contexto de crise da democracia liberal (Brown, 2019).

Para isso, o artigo é constituído de quatro partes, além dessa introdução. Em primeiro lugar faremos uma discussão das bases teóricas das inter-relações entre o Estado e os atores civis por meio dos Conselhos de Políticas. Na segunda parte serão apresentadas e analisadas as mudanças no desenho institucional em conselhos municipais importantes de Porto Alegre. Na análise são apontados os conflitos que originaram as transformações no papel democrático dessas instituições, e suas novas bases legais implementadas pela coalizão que passou a hegemonizar a representação política na cidade.

Na sequência, a terceira parte discute os significados dessas mudanças no regime político da cidade, assim como os fatores que indicam as possibilidades e as dificuldades dos atores sociais e políticos, do campo democrático-participativo, em opor resistências e garantir a sustentabilidade dos Conselhos Municipais de Políticas. Por fim, apresenta-se as considerações finais.

O artigo é fruto de estudo de caso (Gerring, 2007), com metodologia qualitativa, baseada em dados da literatura acadêmica, dados primários da legislação municipal, de documentos ou declarações oficiais dos conselhos municipais, da Administração Municipal e de atores civis, além de notícias de mídias corporativas e alternativas.

AS INSTITUIÇÕES PARTICIPATIVAS COMO RESULTADO DA ESTRUTURA DE OPORTUNIDADES POLÍTICAS E OS CONTEXTOS DE SUA SUSTENTABILIDADE

Embora a avaliação dos conselhos aponte limitações e dificuldades quanto a sua efetividade, os estudos em geral indicam a relevância democrática dessas instâncias para o exercício do controle social, a vocalização de demandas e a escuta das *police communities*², favorecendo o reconhecimento de direitos da cidadania. Ou seja, trata-se de uma inovação democrática que amplia a *accountability social* e a pluralização da representação no sistema político (Gurza Lavallo; Houtzager; Castello, 2006; Gurza Lavallo; Voigt; Serafim, 2016; Souza; Lima; Teixeira, 2012; Almeida *et al.*, 2021; Buvinich, 2014).

Os poderes e atribuições dos conselhos variam conforme a sua atribuição legal. Mas a sustentação do seu funcionamento e nível de efetividade depende também da relação dinâmica entre os atores civis, os atores estatais e os atores políticos, assim como ocorre com as demais instituições participativas (Almeida; Cayres; Tatagiba, 2015; Gurza Lavallo; Voigt; Serafim, 2016). Nesse sentido, quanto à relação entre democracia e participação social, cabe destacar a discussão realizada no Brasil sobre a noção de “projetos políticos”, entendidos como “[...] o conjunto de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos” (Dagnino, 2004, p. 145). Não significando homogeneidade absoluta de posições e valores ou plena unidade de interesses e ações, a noção de projetos políticos ajuda a compreender as ações articuladas ou direcionadas a certos objetivos compartilhados, por parte de diversos atores sociais, políticos e estatais, em embates com outros projetos que disputam as agendas na sociedade política e na sociedade civil.

De origem gramsciana, o conceito de projetos políticos liga-se à noção de hegemonia (Grasmci, 1975). Segundo Dagnino (2004), no contexto da redemocratização, no Brasil e na América Latina, três projetos políticos disputaram a direção do processo a partir de concepções distintas quanto à forma de articular a democracia e os sentidos dados à cidadania: o democrático-participativo, o neoliberal e o autoritário³. De forma sintética, o último é remanescente da ditadura, enquanto o democrático-participativo se caracterizou por conceber os direitos substantivos da cidadania ligados ao alargamento da participação da sociedade civil na democracia. Já o projeto neoliberal está identificado por uma visão restrita da política e das funções do Estado, complementado por uma ideia de sociedade civil engajada de forma seletiva quanto aos temas, espaços e sujeitos, e representada por organizações sociais terceirizadas e setores privados considerados mais eficientes que o Estado na execução de políticas. O caráter distinto, mas apoiado na exigência da participação da sociedade civil, teria gerado uma “confluência

² Sobre o conceito de “comunidade de política pública” ver Côrtes (1995, p. 132).

³ Sobre a análise de um quarto projeto político de teor “desenvolvimentista” evidenciado nos governos petistas no Brasil a partir de 2003, ver Abers e Almeida (2019).

perversa” dos dois projetos ligados ao campo democrático: o neoliberal e o democrático-participativo⁴.

Entendemos que esse referencial teórico pode ser compatibilizado e complementado com as noções de “estrutura de oportunidade política” e “contexto político”, adotadas pelos teóricos do processo político, e posteriormente reformuladas, no Brasil, em composições híbridas com correntes neoinstitucionalistas e movimentalistas⁵. Originalmente a “Estrutura de Oportunidades Políticas” (EOP) foi cunhada para incluir a política institucionalizada nas análises de movimentos sociais (Tarrow, 2009; McAdam, 1996; Tilly, 1978). O conceito foi adotado para explicar a relação de determinados contextos institucionais com a ação coletiva de movimentos sociais, em termos de facilitações ou de constrangimentos da ação civil. A ideia básica é que o Estado é central na ação dos movimentos sociais, já que define as regras do jogo e regula o uso legítimo da força. Dessa forma, o conceito refere-se às condições e aberturas no sistema político que tornam mais ou menos provável a emergência e o sucesso de movimentos sociais, incluindo fatores como: o grau de abertura ou fechamento do sistema político; a estabilidade das alianças das elites políticas; a existência de aliados influentes dos atores civis; as divisões das elites políticas; e a capacidade ou propensão do Estado à repressão (McAdam; McCarthy; Zald, 2006).

Embora a teoria do processo político tenha sofrido críticas e atualizações, destacando-se, sobretudo, a necessidade de incorporar na análise do contexto o papel ativo dos movimentos sociais (agência) – não reduzindo-os apenas ao aspecto reativo das oportunidades (Abers; Silva; Tatagiba, 2018) –, trata-se de uma abordagem que permite superar na análise empírica a dicotomia fixa entre os atores estatais e os atores sociais. Para Tilly (2006), o contexto político é uma arena de interações estratégicas entre atores com diferentes recursos e capacidades. O contexto político não determina automaticamente a ação social, mas influencia as expectativas de sucesso dos atores. O conceito evoluiu de uma visão estática, focada apenas em aberturas e fechamentos do sistema político, para uma abordagem mais dinâmica, interativa e relacional. Hoje, reconhece-se que os movimentos sociais não apenas respondem ao contexto, mas podem em certas condições ajudar a moldá-lo, participando ativamente das redes e arenas institucionais. Essa interação pode assumir vários repertórios (Tilly, 2006; Tarrow, 2009), incluindo o compartilhamento de poder na forma de instituições participativas (IP) (Abers; Serafim; Tatagiba, 2014; Fedozzi, 2000; Lüchmann, 2020) ou outras inovações democráticas (Smith, 2009; Warren, 2021). Nesse sentido, para efeitos do presente estudo, ressalta-se a ideia de que o “contexto político” importa para a forma como os atores civis influenciam (ou não) a política pública.

⁴ Diz Dagnino (2004, p. 145): “Por perversa, me refiro a um fenômeno cujas consequências contrariam sua aparência, cujos efeitos não são imediatamente evidentes e se revelam distintos do que se poderia esperar”.

⁵ Entre outros textos que abordam esta evolução teórica no Brasil, ver Houtzager, Gurza Lavalles e Acharya (2004); Abers e Bülow (2011); Lüchmann (2020).

AS TRANSFORMAÇÕES NO DESENHO INSTITUCIONAL DOS CONSELHOS MUNICIPAIS

Os conselhos municipais de Porto Alegre surgiram ou foram ampliados e democratizados a partir do retorno das eleições diretas nas capitais, em 1985, e a posterior elaboração da nova Lei Orgânica Municipal (LOM), em 1990. A partir de então, ocorreu a ampliação numérica, chegando a 29 conselhos nos anos 2000 (Zenker *et al.*, 2021). Nesse período, ocorreu a ampliação das políticas públicas cobertas por Conselhos, quantidade estabilizada durante o ciclo dos governos liderados pelo PT, até o período posterior, dos governos de perfil social-liberal (2005–2016)⁶. Essa situação mudou após a eleição de Marchezan Junior (PSDB), em 2017, e foi intensificada pela gestão seguinte, do prefeito Sebastião Melo (MDB), desde 2021, reeleito em 2024. Os conselhos municipais passaram a ser alvo de ações de restrição de suas atividades e mudança de suas atribuições, ações essas que visaram retirar o poder de influência que eles haviam adquirido no período anterior, de hegemonia do projeto democrático-participativo.

A ofensiva contra o poder dos conselhos iniciou com os projetos de lei de Marchezan Junior (PSDB), em 2017. Sem dialogar com esses colegiados e os atores civis que deles fazem parte, foram enviados dois projetos ao Legislativo municipal: um que tratou da retirada do poder deliberativo dessas instâncias por meio de emenda à Lei Orgânica Municipal (LOM); e outro propondo a extinção e o remanejamento de fundos de recursos ligados às políticas setoriais e aos conselhos, com o objetivo de revertê-los para o Fundo de Reforma e Desenvolvimento Municipal, no âmbito da política de austeridade.

O Projeto de Lei (PL) nº 009/17 propôs a alteração do caput do art. 101 da LOM, que dispõe sobre os conselhos municipais e suas funções, visando restringir suas competências e poderes legais. Já o PL nº 10/2018, que voltou no ano seguinte como PL nº 05/2019, previa a retirada de até 90% dos fundos dos conselhos municipais. Os dois projetos desencadearam um movimento de resistência dos conselhos organizados no Fórum Municipal dos Conselhos da Cidade (FMCC). O fórum mobilizou conselheiros, cidadãos, organizações sociais e grupos acadêmicos e realizou um movimento de *advocacy* junto aos vereadores. O movimento resultou na Frente Parlamentar de Defesa dos Conselhos no Legislativo Municipal, que abriu o debate em audiências públicas e ações junto ao Ministério Público.

Em 2017, prevendo uma possível derrota, o Projeto de Lei nº 009/17 foi retirado por Marchezan Junior. Todavia, a gestão sucessora, de Melo (MDB), foi adiante nessa via, conseguindo aprovar a extinção de oito fundos, e o consequente repasse dos recursos para o Fundo de Reforma e Desenvolvimento Municipal (PLC nº 15/2022).

As ações para mudar o papel dos conselhos retornaram no governo seguinte, de Sebastião Melo (2021–2024). Todavia, diferentemente de Marchezan Junior, a estratégia não foi a do confronto direto com os participantes para mudar *in totum* a

⁶ Período de três governos (2005–2016) dirigidos por uma coalizão de partidos de centro em alianças com partidos de direita: respectivamente os prefeitos José Fogaça (PPS/MDB/PTB) (reeleito) e José Fortunatti (PDT/MDB).

Lei Orgânica Municipal (LOM). A estratégia foi de agir caso a caso, a fim de retirar poder de cada um dos conselhos que mais opunham resistências às políticas de privatizações, concessões e terceirizações da prestação dos serviços e equipamentos públicos. Assim, o Executivo e o Legislativo obtiveram êxito na aprovação de projetos que retiraram os poderes deliberativos e modificaram a composição dos Conselhos da Saúde, da Educação, dos Transportes, do Meio Ambiente e do Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE). Além disso, no projeto de revisão obrigatória do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, foram encaminhadas mudanças no Conselho (CMDDUA) que garantem a maioria governista em aliança com as entidades empresariais, principalmente do setor da construção civil.

Todavia, devido ao movimento desencadeado por atores sociais ligados à saúde, a supressão do poder deliberativo do Conselho Municipal da Saúde (CMS) (LMC no 955/22) foi barrada na Justiça e se encontra hoje *sob judice* (Marko, 2023). O projeto de lei sobre o Conselho da Saúde, além da supressão do poder deliberativo, por meio do direito de veto da Secretaria da pasta, previa uma nova composição formada por 42 membros, sendo 50% de representantes dos usuários e os outros 50% distribuídos entre os segmentos dos trabalhadores de saúde, do governo municipal e dos prestadores de serviços (sete cada). Contudo, segundo a Lei Federal no 8.142/90, que trata do recebimento de recursos federais, os Conselhos de Saúde dos Municípios devem ter composição paritária de 50% de usuários, 25% de entidades de profissionais de saúde e os 25% restantes divididos entre representantes do governo e de prestadores de serviços. Ou seja, se o projeto fosse aprovado haveria diminuição das cadeiras de representação dos trabalhadores da saúde.

Com a decisão judicial foram suspensos todos os atos do Município com base na nova lei, além de restabelecida a vigência da Lei no 277 de 1992, que criou o CMS. No despacho, a Justiça reconheceu os direitos de participação e de controle social consagrados no ordenamento jurídico do país e do Sistema Único de Saúde (SUS). Isso porque a saúde possui uma tradição de organização, sendo pioneira na criação de instâncias de participação que estão na origem do SUS, como a VIII Conferência Nacional da Saúde, em 1986. Assim, o CMS pôde prosseguir seu trabalho de controle social, a exemplo do estudo que reprovou as contas da Prefeitura em 2023. Todavia, os temores do CMS foram confirmados em janeiro de 2026, quando 71 unidades básicas foram prejudicadas após a rescisão unilateral do contrato de gestão privada.

No caso da Educação, o Projeto de Lei Complementar (PLC) no 953/22 trouxe grandes modificações à gestão participativa do setor. O Conselho teve sua composição modificada, com aumento da representação governamental de três para 11 membros, agora sendo paritária com os representantes civis da educação e da sociedade (11). Além disso, passou a ser consultivo⁷ na prática, já que as decisões devem ser ratificadas pela Secretaria de Educação, que adquiriu poder de veto, sendo que este pode ser anulado mediante decisão de 2/3 dos conselheiros. Também perdeu

⁷ As decisões do Conselho devem ser ratificadas pela Secretaria de Educação, que adquiriu poder de veto, podendo ser anulado por 2/3 dos conselheiros.

a atribuição de cogerir o Sistema Municipal de Educação, agora de competência exclusiva da Secretaria. Assim, o Conselho não tem mais a prerrogativa de apreciar o Plano Municipal de Educação. Também foram extintas as eleições diretas para os diretores das escolas municipais, praticadas há 40 anos na cidade (Grupo de educadores [...], 2025).

Na área de transportes coletivos, a LC no 973/2023 extinguiu o Conselho anterior e criou o Conselho Municipal de Mobilidade Urbana de Porto Alegre (Commu), de caráter consultivo e composto por 26 membros, com paridade entre a administração e os representantes da sociedade. Anteriormente o Comtu (Conselho Municipal de Transportes Urbanos) era deliberativo, tinha 14 representantes da sociedade e sete do governo. No atual Commu, do total de 13 representantes denominados de “sociedade civil”, apenas três são de usuários, representando os idosos e estudantes. Dentre o total de 26 cadeiras, 85% são representantes governamentais, empresariais e do setor privado de transporte. Foram excluídas a União das Associações de Moradores de Porto Alegre (Uampa) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). O Regimento Interno do Conselho estipula que a sociedade não poderá acompanhar as reuniões, cujas discussões são acessadas somente por meio das atas. Além disso, 75% das reuniões no mês serão virtuais. Ou seja, a composição é claramente deficitária de representação das vozes que mais utilizam os transportes coletivos.

Em relação ao Comam (Conselho Municipal do Meio Ambiente), criado em 1996, o governo conseguiu aprovar mudanças significativas após uma batalha jurídica travada por um movimento de resistência dos ambientalistas⁸. Antes disso, na gestão Marchezan, o Decreto no 20.458/20 tentou interferir na autonomia da representação das entidades ambientalistas, instituindo de forma unilateral o sorteio de vagas. A medida tentava driblar a autonomia da coalizão que reúne as organizações ambientalistas, já que a representação do setor nos conselhos é indicada pela Assembleia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente (Apedema-RS), instância representativa dos movimentos ambientalistas que reúne mais de 30 entidades no RS. Após a resistência desses atores, a medida foi derrotada na Justiça e no governo seguinte, de Melo. Entretanto, o governo Melo deu prosseguimento às mudanças no Comam. Foi aprovada a Lei Complementar no 1.039/2025, que estipulou paridade de membros com o governo e diminuiu o número de representantes civis de 20 para 12 membros; ao mesmo tempo, aumentou o número de cadeiras da Prefeitura de sete para 12 membros, o que na prática representa um esvaziamento das decisões. Em nada adiantou o argumento das entidades – referendado na liminar da Justiça – de que o projeto de lei somente poderia ser proposto após deliberação da Conferência Municipal do Meio Ambiente, conforme a Lei Municipal no 369/1996 (Velleda, 2025a). Entretanto, o tema não foi incluído na 7ª Conferência, realizada em 2025. Além disso, o Conselho está há mais de quatro anos sem realizar reuniões. A neutralização do Comam foi uma ação estratégica do poder público requerida pela implementação do projeto

⁸ A batalha jurídica foi realizada pelas organizações ambientalistas AGAPAN e Instituto Ingá e pelo vereador Giovani Culau (PCdoB).

pró-mercado liderado pela Prefeitura, já que esse tipo de crescimento urbano vem provocando vários conflitos, mas também resistências dos movimentos ambientalistas (Os donos [...], 2023).

Cabe mencionar o retrocesso no Conselho do Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE), a fim de eliminar as resistências da política de privatização pretendida para o setor. Também após uma batalha judicial, da qual o governo saiu vitorioso, o projeto (LC no 14.194/2025) retirou o caráter deliberativo do Conselho da autarquia e transformou a sua composição. Composto desde os anos 1990 por maioria da sociedade civil de 13 membros e apenas um representante governamental (Diretor Presidente), a nova composição passou a ser majoritariamente do governo (nove membros), diante de oito representantes civis. Os representantes dos ambientalistas (Agapan), das associações de moradores (Uampa), dos servidores públicos (Simpa) e das entidades sindicais (Dieese) perderam os assentos.

A regra de controle social que previa a consulta ao Conselho do DMAE para projetos com custo acima de R\$ 20 mil desapareceu. A justificativa foi aumentar a agilidade administrativa. Todavia, o prefeito Melo costuma deixar clara sua concepção restrita de democracia. Como declarou: “Se tu elegez um prefeito é para decidir. Mas você hoje não pode fazer nada no DMAE sem o parecer do conselho, isso emperra a gestão” (Melo 2 [...], 2025). Em verdade, como ilustrou a exoneração do conselheiro e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)⁹, após questionamentos sobre decisões do DMAE sem ouvir o Conselho, a mudança foi uma medida para eliminar as vozes contrárias à concessão privada do órgão, política aprovada em parte no final de 2025.

É importante lembrar que o setor de saneamento já havia passado por transformações profundas que diminuíram a capacidade de ação na drenagem urbana. O Departamento de Esgotos Pluviais (DEP) foi extinto na gestão anterior, de Marchezan (PSDB) (2017), e suas funções foram repassadas ao DMAE. Como avaliou o Tribunal de Contas, a diminuição da capacidade técnica no setor ficou evidente nas falhas graves de manutenção do sistema de proteção da cidade, por ocasião da grave enchente em 2024 (Bressan, 2025a).

Por fim, o governo Melo (MDB/PL) incluiu no projeto do novo Plano Diretor (PD), enviado ao Legislativo no final de 2025, a proposta que modifica radicalmente a composição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (CMDUA). A mudança traz prejuízos à participação social no planejamento urbano, que ocorria desde os anos 1990, quando o Conselho foi democratizado, com ampliação do número de membros e regionalização (Passos, 2022). No contexto dos anos 1990, a reforma do CMDUA ampliou as oportunidades de participação cívica, fato que agora se tornou ameaçador à hegemonia dos capitais imobiliários e da construção civil nas decisões sobre o uso e a ocupação do solo urbano (Silva, 2024; Os donos [...], 2023; Blanco, 2023). Com isso, as disputas para a renovação

⁹ O professor Fernando Meirelles, do Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH), foi exonerado pelo reitor Carlos Bulhões da UFRGS, em acordo com a Prefeitura. O reitor havia sido nomeado pelo governo de Bolsonaro (Gomes, 2024).

dos mandatos tornaram-se acirradas, com práticas de manipulação, cooptação, conflitos truculentos e uso do poder econômico por grupos do projeto pró-mercado e representantes políticos (Passos, 2022).

A revisão obrigatória do Plano Diretor (PD) iniciou na administração de Marchezan Junior (PSDB/PP), mas no governo Melo (MDB-PL), continuaram as medidas de restrição da participação dos atores ligados à reforma urbana e ao direito à cidade (Alfonsin *et al.*, 2021; Oliveira; Oliveira Filho; Marx, 2021). Durante os procedimentos, que se arrastaram por cinco anos, veio à tona a intensão de retirar o poder deliberativo do CMDUA, vocalizada pela empresa Ernest & Young, contratada pela Administração para a revisão do PD (Suptitz, 2023). Todavia, a estratégia do Executivo mais uma vez demonstrou-se astuta. Ao invés da retirada do poder deliberativo, a modificação prevê uma nova composição que aumenta o número de cadeiras governamentais e garante a maioria dos votos ao Executivo. O Conselho terá 41 membros em lugar dos atuais 28, sendo 21 governamentais e 20 da sociedade. Além disso, ao invés da composição tripartite, na qual 2/3 são representantes da sociedade escolhidos por eleições nas regiões da cidade e nos fóruns das entidades¹⁰, a nova composição será bipartite, com representantes estatais e representantes da “sociedade”. Porém, dentre esses últimos estão os do mercado privado, que somados aos 21 do governo garantem ampla maioria à coalizão que implementa o modelo de desenvolvimento empreendedorista de cidade. O empreendedorismo urbano (Harvey, 1996) designa uma situação em que o mercado produz a cidade e esta é produzida na perspectiva da atração de recursos para o crescimento econômico em benefício das elites que direcionam e dominam o desenvolvimento local (Oliveira, 2015). Caso essas mudanças sejam efetivadas, a coalizão pró-mercado não dependerá mais das eleições para escolher os representantes no CMDUA, processo que requer mobilização e está sujeito a derrotas e controvérsias jurídicas. A sua estratégia dependerá somente da aposta nos resultados das eleições municipais para o Executivo e o Legislativo.

O processo de revisão foi marcado por conflitos, exclusão do conhecimento acadêmico (conforme estabelecia a cooperação da UFRGS e da Prefeitura com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD-ONU), manobras excludentes no regimento e judicialização como forma de resistência dos atores e movimentos sociais da reforma urbana que se articulam no coletivo AtuaPoA. (Alfonsin *et al.*, 2021; Oliveira; Oliveira Filho; Marx, 2021).

No âmbito desse processo, as eleições para o CMDUA em 2024 foram realizadas somente após decisão do Ministério Público (MP), que foi chamado a intervir várias vezes durante a revisão do PD. As eleições se deram com número recorde de participantes¹¹, que enfrentaram filas de até seis horas para votar. O campo pró-

¹⁰ Atualmente, os 28 assentos do CMDUA são compostos por nove entidades não-governamentais, nove eleitos nas regiões, sete de Secretarias Municipais, um do Governo Estadual e um do Governo Federal. Na nova proposta os 20 representantes da sociedade são de entidades e das Regiões, além de um do OP.

¹¹ A participação nas eleições regionais para o CMDUA cresceu 270% na comparação com 2018: foram 9.010 eleitores ao longo de janeiro e fevereiro, contra 2.437 anteriormente (Medina, 2024c).

mercado e de apoio a gestão de Melo foi vitorioso¹², demonstrando capacidade de mobilização na defesa dos seus interesses de classe. Mas o fez mediante manipulações escrachadas, como o farto uso do poder econômico no deslocamento dos eleitores por empresas de transporte e da construção civil (Medina, 2024a); e regras eleitorais adotadas sem a participação de atores civis e dos órgãos de fiscalização. As normas previram a adoção inédita do voto por *autodeclaração de residência ou do local de trabalho* dos indivíduos nas eleições das regiões (Custódio, 2024).

Esses expedientes espúrios de mobilização já haviam ocorrido em eleições anteriores do CMDUA, mas nunca com tal nível de engajamento direto de empresários (Miola, 2024). Além disso, no colégio formado para a eleição dos representantes das organizações sociais (1/3 do CMDUA = nove membros), foram homologadas entidades sem vínculos com os temas urbanos, deturpando o equilíbrio na composição do conselho (Medina, 2024b). De forma inédita, o atual Conselho não conta com representantes da arquitetura e urbanismo, como o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-RS) e o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU-RS)¹³. Somada à exclusão do Departamento de Arquitetura, da UFRGS, pela Reitoria, que à época compunha a coalizão hegemônica na cidade, o campo acadêmico do urbanismo está pela primeira vez excluído do CMDUA.

Após quase um ano desde a posse do CMDUA, a eleição das entidades foi invalidada pela Justiça após ação movida por movimentos de luta pelo direito à cidade, mas o fato não paralisou as atividades do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental (CMDUA). Apesar dos protestos de movimentos ambientalistas e urbanos, a revisão prosseguiu. Todavia, um ano depois, uma ação do Sindicato das Indústrias da Construção Civil (Sinduscon-RS) fez o Tribunal de Contas reverter a cautelar que suspendia as atividades do Conselho devido às irregularidades nas eleições. A decisão se deu sob o argumento de que “[...] uma irregularidade menor não poderia causar prejuízos maiores para o desenvolvimento da cidade” (Bressan; Medina, 2026). Ou seja, a burla cometida na democracia da cidade, no momento das eleições legítimas e legais, foi considerada de menor importância diante do Plano Diretor que expressa o modelo de crescimento dominado pelos interesses do mercado imobiliário. A hierarquia foi estabelecida a favor do capital, que deve sobrepujar os demais valores e interesses, inclusive os valores da democracia. Assim, a revisão do Plano Diretor foi destravada e deverá ser aprovada no Legislativo, cuja maioria integra a coalizão de atores públicos e privados que dirige Porto Alegre.

O Quadro 1, abaixo, sintetiza as transformações no desenho institucional dos conselhos municipais, os conflitos que estão na origem dessas mudanças e a nova legislação aprovada.

¹² Foram eleitos representantes em cinco das oito regiões, assim como em sete das nove entidades civis com assento no CMDUA.

¹³ O IAB/RS manifesta novamente preocupação com o processo eleitoral do CMDUA, agora em relação às eleições do segmento de entidades de classe e afins ao planejamento urbano, ocorridas no dia 29 de fevereiro de 2024 (IAB/RS, 2024).

Quadro 1 – Quadro dos conselhos municipais transformados em consultivos, conflitos de políticas e legislação aprovada

Conselhos e Fundos	Conflitos	Leis aprovadas e modificações
Fundos de recursos dos conselhos municipais	Extinção de oito fundos municipais ligados às políticas dos conselhos.	PLC nº 15/2022. Alocação dos recursos no caixa da Prefeitura, no Fundo de Reforma e Desenvolvimento Municipal.
Conselho Municipal de Saúde – criado pela LC nº 277/1992	Concessão privada da gestão da rede municipal dos postos de saúde; controle social sobre os recursos destinados ao financiamento do SUS e sobre a gestão das políticas do setor.	PLC nº 955/2022 – Lei suspensa por decisão judicial até julgamento da Ação Civil Pública. A lei previa a retirada do poder deliberativo do CMS por veto das decisões, diminuição do número de membros para 42 e diminuição da representação dos trabalhadores da saúde de 25% (conforme manda a lei) para 16,6%.
Conselho Municipal de Educação – criado pela LC nº 248/1991	Concessão privada da gestão das escolas municipais e fim das eleições diretas para as direções escolares.	PLC nº 953/2022. Retirada do poder deliberativo da função de cogestão do Sistema Municipal de Educação; aumento do número de representantes do governo de 03 para 11 na composição paritária de 22 membros. Poder de veto das decisões pela SMED.
Conselho Municipal de Transportes Urbanos – criado pela LC nº 318/1994	Privatização da Cia. Municipal Carris, decisões sobre o preço das passagens dos ônibus, recursos para o Plano Cicloviário.	LC nº 973/2023. Extinção do COMTU e criação do Conselho Municipal de Mobilidade Urbana (Commu), de caráter consultivo. O COMTU era composto por 21 membros, sendo 14 da sociedade civil. O novo Conselho é paritário (24 membros) com diminuição de civis de 14 para 12. Dentre o total de cadeiras, 85% são representantes governamentais, empresariais e do setor privado de transportes.
Conselho Municipal do Meio Ambiente – criado pela LC nº 369/1996	Favorecimento de projetos imobiliários e da construção civil; licenciamento ambiental; concessões de parques e praças. Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA).	LC nº 1.039/2025. Retirada do poder deliberativo do conselho; diminuição do número de representantes civis de 20 para 12, e aumento das cadeiras da Prefeitura de sete para 12 na composição paritária de 24 membros.
Conselho do Departamento Municipal de Água e Esgoto – DMAE – criado pela Lei nº 2.312/1961 ¹⁴	Privatização do órgão e concessão privada dos serviços de água e saneamento básico.	LC nº 14.194/2025. Retirada do poder deliberativo do conselho e modificação da composição, com maioria de nove representantes governamentais, oito civis, sendo todos escolhidos pelo prefeito em listas tripartites.
Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental – criado pela LC nº 434/1999	Aprovação de projetos imobiliários que ferem a função social da propriedade e a preservação do meio ambiente. Revisão do PDDUA com ênfase na flexibilização de normas urbanísticas e prejuízos dos instrumentos redistributivos do crescimento urbano.	Projeto encaminhado ao Legislativo tratando do novo PDDUA, com reformulação do CMDUA, prevendo-se 41 membros, em lugar dos 28 atuais, formação bipartite e não mais tripartite; previsão de maioria governamental com 21 assentos ao total, além da representação do mercado imobiliário.

Fonte: Elaborado pelo autor.

¹⁴ A composição do Conselho foi ampliada em 1989, 1996 e 2007, mantendo-se seu caráter deliberativo.

O SIGNIFICADO DAS MUDANÇAS E A RESISTÊNCIA DOS CONSELHOS MUNICIPAIS

Como ficou evidenciado acima, as ações do Poder Executivo, a partir do ciclo neoliberal, migraram da estratégia de confronto integral com os conselhos, via mudanças na Lei Orgânica, para a estratégia de modificações caso a caso daqueles conselhos que opuseram bloqueios às políticas de teor neoliberal pretendidas. Assim como ocorreu com o fatiamento do Plano Diretor, aprovando planos específicos para algumas regiões da cidade antes de sua revisão integral (Alfonsin *et al.*, 2021), a estratégia focada em cada conselho foi mais eficiente. As resistências dos atores civis tornaram-se mais difíceis, já que estão enfraquecidos pela diminuição de aliados políticos nas instituições estatais.

Apesar de existentes, as ações em defesa do poder dos conselhos não foram suficientes para evitar os retrocessos. Mesmo a recorrente intervenção do Ministério Público não obteve sucesso quanto à transparência e o acesso às informações dos conselhos municipais (Bressan, 2025b)¹⁵. Apesar disso, como ficou claro, ocorreram resistências em todos os setores de políticas. Entretanto, elas foram desiguais. O destaque coube à área da saúde, que conseguiu barrar a tentativa de mudar radicalmente o conselho por meio de ação judicial (Marko, 2023). Essa eficácia diferenciada da saúde em mobilização de recursos (McCarthy; Zald, 1977) é decorrente da trajetória de organização e ativismo na área da saúde pública (Movimento [...], 2022) desde a luta pela reforma sanitária nos anos 1980, que culminou na criação do SUS (Dowbor, 2012).

Além disso, o grau de institucionalização alcançado com a criação do SUS obteve uma proteção jurídica mais robusta da área da saúde. A Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990) e a Lei nº 8.142/1990 conferem obrigatoriedade à existência dos Conselhos de Saúde em todas as esferas de governo. A saúde pública possui instrumentos normativos federais vinculantes, que limitam a desmobilização dos conselhos.

Todavia, apesar dessa proteção jurídica nacional, o contexto local também faz diferença no nível de sustentabilidade da participação institucionalizada, como demonstram estudos comparativos de municípios no setor de saúde (Fernandes, 2010). No caso de Porto Alegre, a formação de uma *policy community* (Côrtes, 1995, 2009) composta de usuários, trabalhadores, pesquisadores, profissionais, gestores e atores políticos foi fundamental para a institucionalização participativa na área da saúde quando se abriu a janela de oportunidade com a democratização da capital do RS nos anos 1990. No momento crítico¹⁶ da formação dos conselhos, na década de 1990, essa rede contou com forte apoio de lideranças políticas favoráveis à participação.

¹⁵ Fruto de ações do Observatório Social de Porto Alegre, foi criada a Lei nº 13.268/2022, determinando que todos os dados dos Conselhos sejam disponibilizados no Portal da Transparência. Todavia, apesar de várias intervenções do MP, a prefeitura não obedece adequadamente a lei (Bressan, 2025c).

¹⁶ Período relativamente curto, mas decisivo, em que decisões políticas estratégicas são tomadas em contextos novos e de incerteza. As decisões moldam trajetórias institucionais e políticas de longo prazo, criando padrões duradouros de inclusão ou exclusão política (*path dependence*) (Collier; Collier, 1991).

No novo contexto regressivo, a força da rede de políticas da saúde conseguiu mobilizar recursos para a continuidade técnica do controle social no Conselho de Saúde. Apesar da derrota eleitoral do projeto democrático-participativo em Porto Alegre, desde 2004, o conselho continuou atuando com regularidade deliberativa, estrutura técnica e memória institucional, como mostram pareceres técnicos e o seu website autônomo na Secretaria Municipal de Saúde (<https://www2.portoalegre.rs.gov.br/cms/#>). Essa profissionalização do controle social consegue oferecer maior resistência à descontinuidade administrativa. Nas demais áreas, essa realidade política, técnica e jurídica é mais frágil, facilitando a ação das elites conservadoras.

Sobre a sustentabilidade dessas instituições participativas, vale destacar, nesse momento crítico da democracia local, a força das condições estruturais da institucionalidade política hegemônica pela aliança dos projetos “autoritário” e “neoliberal”, diante do menor poder de ação dos atores civis e movimentos das classes subalternas, articulados na rede historicamente identificada com o projeto político democrático-participativo. Essa realidade relativiza a generalização da tese de que os atores civis devem ser considerados parte “interna” e não “externa” do contexto político, conforme estudos de teor acionalista (Abers; Silva; Tatagiba, 2018). Certamente, o contexto político também é formado pela agência dos atores civis, não sendo totalmente externa a ele, como não o é nenhuma ação coletiva dirigida ao Estado. Todavia, isso não resolve a questão fundamental das assimetrias de poder entre os atores das estruturas institucionais e os grupos subalternos da sociedade civil. A assimetria deriva dos volumes desiguais de capitais eficientes (Bourdieu, 2011) e da capacidade de mobilização de recursos (McCarthy; Zald, 1997) concentrados nas instituições estatais e nas organizações do mercado privado. Conforme já citado, o contexto político é uma arena de *interações estratégicas entre atores com diferentes recursos e capacidades* (Tilly, 2006). Portanto, quando os atores civis não contam com aliados suficientes no sistema político e na institucionalidade de determinada política pública, as disputas estratégicas geralmente se dão num cenário de forças desiguais entre as coalizões que reúnem atores políticos, estatais e do mercado privado e, por outro lado, os atores civis e movimentos sociais representados nos conselhos e nas outras instituições participativas. A questão é que agentes situados em posições chave, com mais capitais políticos, econômicos e sociais (Bourdieu, 2011) e acesso às arenas de poder, conseguem influenciar as agendas em termos de regras e recursos que constituem a estrutura de oportunidades políticas. Em situações de fechamento político das oportunidades, esse contexto é mais externo e coercitivo àqueles atores que não detêm posições de poder nas instituições estatais e nas instituições privadas do mercado, assim como nas empresas de comunicação de massa¹⁷.

¹⁷ Concorde-se aqui com o pressuposto epistemológico da teoria de Bourdieu (2011) sobre a dialética dos componentes externos e internos que ligam a estrutura social e os indivíduos, por meio da dinâmica da “história incorporada” (nos indivíduos) e da “história objetivada” (nas instituições), sendo esta última uma realidade objetiva externa aos indivíduos que condiciona a ação e o pensamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações para subtrair o poder dos conselhos municipais no regime democrático de Porto Alegre estão demarcadas pelo período de hegemonia eleitoral de uma coalizão que reúne atores públicos e privados defensores de políticas neoliberais, a partir de 2017, nos governos de Marchezan Junior (PSDB) e Sebastião Melo (MDB). Os retrocessos têm origem nas resistências impostas por colegiados a essas políticas.

Como visto, as transformações no desenho institucional decorreram da inflexão pretendida no conteúdo das políticas públicas. Elas são coerentes com a desconstrução que também ocorreu nas demais instituições participativas, do orçamento público, com o enfraquecimento do OP, e do planejamento urbano, conforme apontam estudos sobre Porto Alegre (Alfonsin *et al.*, 2021; Marx; Fedozzi; Campos, 2023; Fedozzi, 2025).

Sendo assim, é possível inferir o caráter autoritário assumido pelo projeto neoliberal. Ele precisou neutralizar o poder de influência adquirido por atores populares desde a redemocratização, a fim de implementar o projeto pró-mercado identificado com o empreendedorismo urbano. Nesse sentido, trata-se de um fechamento, em Porto Alegre, do ciclo aberto pelas oportunidades pós-transição à democracia, agora sob hegemonia de uma coalizão de perfil elitista e autoritário, fortalecida pelo novo contexto nacional pós-2014.

O enfraquecimento eleitoral do campo que reúne atores sociais e políticos articulados no projeto democrático-participativo, que já perdura duas décadas em Porto Alegre, somado ao contexto nacional de avanços antidemocráticos e inflexão neoliberal das políticas, a partir de 2016, gerou uma oportunidade política para os atores do campo autoritário e neoliberal promoverem a reversão do processo democratizante implementado com destaque em Porto Alegre. Por isso, as mudanças não significam apenas divergências pontuais de governos sem apreço pela participação. São transformações sistêmicas de caráter desdemocratizante, conforme aponta a abordagem de Tilly (2013)¹⁸.

O caso de Porto Alegre, cidade outrora paradigmática da democracia participativa, traz subsídios importantes para se pensar a sustentabilidade das instituições participativas. Ela depende, em grande medida, da permanente correlação de forças na estrutura do sistema político e da forte penetração no arcabouço normativo, além de vínculos profundos com as bases sociais para efeitos de legitimidade. Cabem novas pesquisas sobre a participação em outras metrópoles e cidades médias a fim de verificar até que ponto essa tendência reversiva da democracia local se apresenta como um novo contexto nacional.

¹⁸ Segundo Tilly (2013), a dinâmica de “democratização/desdemocratização” corresponde a duas tendências contraditórias em permanente movimento na história.

SOBRE O AUTOR:

Luciano Fedozzi é doutor em Sociologia, professor do Departamento de Sociologia da UFRGS, docente dos Programas de Pós-Graduação em Ciência Política e em Sociologia da UFRGS. Pesquisador do INCT/CNPq Observatório das Metrópoles.

Declaração de conflito de interesse:

Como único autor do Artigo declaro que não existe conflito de interesse.

Declaração de disponibilidade de dados da pesquisa:

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

REFERÊNCIAS

1. ABERS, Rebecca; ALMEIDA, Débora Rezende. Participação no Século XXI: Embates entre projetos políticos nas instituições participativas federais. In: ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Eduardo. *As políticas da política*. UNESP, 2019.
2. ABERS, Rebecca; BÜLOW, Marisa Von. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? *Sociologias*, v. 13, n. 28, p. 52-84, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222011000300004>
3. ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação Estado-sociedade em um Estado heterogêneo: A experiência na era Lula. *Dados*, v. 57, n. 2, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/0011-5258201411>
4. ABERS, Rebecca; SILVA, Marcelo Kunrath; TATAGIBA, Luciana. Movimentos sociais e políticas públicas: Repensando atores e oportunidades políticas. *Lua Nova*, n. 105, p. 15-46, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-015046/105>
5. ALFONSIN, Betânica de Moraes *et al.* Desconstituição da esfera pública, abandono e privatização do espaço público em Porto Alegre: Tendências hegemônicas e resistências contra-hegemônicas. In: ALFONSIN, Betânia de Moraes (Org.). *O direito à cidade como agenda de pesquisa*. São Paulo: Dialética, 2021. Vol. 1, p. 23-47.
6. ALMEIDA, Carla; CAYRES, Domitila Costa; TATAGIBA, Luciana. Balanço dos estudos sobre os conselhos de políticas públicas na última década. *Lua Nova*, n. 94, p. 255-294, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-64452015009400009>
7. ALMEIDA, Carla *et al.* Inovações democráticas e força institucional: Os conselhos gestores no Brasil. *Debates*, v. 15, n. 1, p. 64-90, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-5269.111623>
8. AMENTA, Edwin *et al.* The political consequences of social movements. *Annual Review of Sociology*, v. 36, p. 287-307, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev-soc-070308-120029>
9. AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: Algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. *Opinião Pública*, v. 14, n. 1, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762008000100002>
10. BEZERRA, Carla Paiva; RODRIGUES, Maira; ROMÃO, Wagner Melo. *Conselhos de políticas públicas no governo Bolsonaro*: Impactos do Decreto 9.759/2019 sobre a participação da sociedade civil. ABCP, 3. ver., 2021.
11. BLANCO, Lidiane. Como um restrito grupo de empresários mudou a lógica do planejamento urbano de Porto Alegre. *Jornal Sul21*, 07 nov. 2023. Disponível em: <https://sul21.com.br/especiais/como-um-restrito-grupo-de-empresarios-mudou-a-logica-do-planejamento-urbano-de-porto-alegre/>. Acesso em: 07/11/2023.
12. BOURDIEU, Pierre. *A distinção: Crítica social do julgamento*. 2. ed. Porto Alegre: Zouk, 2011.
13. BRASIL. *Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990*. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, 1990a.
14. BRASIL. *Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990*. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Brasília, 1990b.
15. BRESSAN, Valentina. TCE responsabiliza Melo e Marchezan por falhas no sistema de proteção contra cheias em 2024. *Matinal Jornalismo*, 07 dez. 2025a. Disponível em: <https://www.matinal.org/reportagem/tce-responsabiliza-melo-e-marchezan-por-falhas-no-sistema-de-protecao-contra-cheias-em-2024/>. Acesso em: 07 dez. 2025.
16. BRESSAN, Valentina. Justiça intima prefeitura de Porto Alegre a dar transparência sobre conselhos municipais. *Matinal Jornalismo*, 11 jul. 2025b. Disponível em: <https://www.matinaljornalismo.com.br/matinal/reportagem-matinal/justica-intima-prefeitura-de-porto-alegre-a-melhorar-transparencia-sobre-conselhos-municipais/>. Acesso em: 11 jul. 2025.
17. BRESSAN, Valentina. Justiça intima prefeitura de Porto Alegre a dar transparência sobre conselhos municipais. *Matinal*, 11 jul. 2025c. Disponível em: <https://www.matinaljornalismo.com.br/matinal/reportagem-matinal/justica-intima-prefeitura-de-porto-alegre-a-melhorar-transparencia-sobre-conselhos-municipais/>. Acesso em: 11 jul. 2025.
18. BRESSAN, Valentina; MEDINA, Tiago. TCE libera atividades do Conselho do Plano Diretor. *Matinal Jornalismo*, 03 fev. 2026. Disponível em: <https://www.matinal.org/reportagem/tce-libera-atividades-do-conselho-do-plano-diretor/?ref=matinal-news-newsletter>. Acesso em: 05 fev. 2026.
19. BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: A ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. São Paulo: Politeia, 2019.
20. BUVINICH, Danitza Passamai Rojas. O mapeamento da institucionalização dos conselhos gestores de políticas públicas nos municípios brasileiros. *Revista de Administração Pública*, v. 48, n. 1, p. 55-82, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122014000100003>
21. COLLIER, David; COLLIER, Ruth. *Shaping the political arena*. Princeton University Press, 1991.
22. CÔRTEZ, Soraya Maria Vargas. Conselhos e conferências de saúde: Papel institucional e mudança nas relações entre Estado e sociedade. In: FLEURY, Sonia; LOBATO, Lígia Vizeu C. (Orgs.). *Participação, democracia e saúde*. Cebes, 2009. p. 102-128.

23. CÔRTEZ, Soraya Maria Vargas. *User participation and reform of Brazilian Health System: The case of Porto Alegre*. London School of Economics, 1995.
24. CUSTÓDIO, Jacqueline. Eleições para conselhos, amostra para as eleições municipais? *Sler*, 7 fev. 2024. Disponível em: <https://sler.com.br/eleicoes-para--conselhos-amostra-para-as-eleicoes-municipais/>. Acesso em: 21 abr. 2024.
25. DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: Os dilemas da confluência perversa. *Revista Política e Sociedade*, v. 3, n. 5, 2004. DOI: <https://doi.org/10.5007/%25x>
26. DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo. *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz & Terra; Campinas: Unicamp, 2006.
27. DOWBOR, Monika. *A arte da institucionalização: A estratégia dos sanitaristas (1974-2006)*. 2012. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2012.
28. FEDOZZI, Luciano. Regimes políticos e regimes urbanos nas relações de poder das cidades. *SciELO Preprints*, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.12171>
29. FEDOZZI, Luciano. *Orçamento Participativo de Porto Alegre: 35 anos. Da contra-hegemonia à desdemocratização*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2024.
30. FEDOZZI, Luciano. *O poder da aldeia: Gênese e história do Orçamento Participativo de Porto Alegre*. Tomo Editorial, 2000.
31. FERNANDES, Antonio Sérgio Araújo. Conselhos municipais: Participação, efetividade e institucionalização – a influência do contexto político na dinâmica dos conselhos – os casos de Porto Alegre e Salvador. *Cadernos Ebape.BR*, v. 8, n. 3, p. 447-452, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1679-39512010000300005>
32. GRUPO DE EDUCADORES, parlamentares e movimentos sociais se manifestam contrários ao rumo da educação pública municipal. *Brasil de Fato*, 12 fev. 2025. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2025/02/12/movimento-de-ampla-participacao-se-une-contra-suspensao-das-eleicoes-para-diretores-e-vices-em-escolas-municipais-de-porto-alegre/>. Acesso em: 23 maio 2025.
33. GERRING, John. The case study: What it is and what it does. In: BOIX, Carles; STOKES, Suzan C. *The Oxford Handbook of Comparative Politics*. Oxford; Nova York: Oxford University Press, 2007.
34. GOMES, Luís. Professor do IPH é substituído no Conselho do Dmae após questionar funcionamento do órgão. *Jornal Sul21*, 12 ago. 2024. Disponível em: <https://sul21.com.br/noticias/geral/2024/08/professor-do-iph-e-substituido-no-conselho-do-dmae-apos-questionar-funcionamento-do-orgao/>. Acesso em: 26 jul. 2026.
35. GRAMSCI, Antônio. *Quaderni del carcere*. Torino: Einaudi, 1975.
36. GURZA LAVALLE, Adrián; HOUTZAGER, Peter P.; CASTELLO, Graziela. Democracia, pluralização da representação política e sociedade civil. *Lua Nova*, n. 67, p. 49-104, 2006. Disponível em: <https://archive.ids.ac.uk/gdr/cfs/pdfs/RepresentPolPluralSocCivilLuaNova2006.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2026.
37. GURZA LAVALLE, Adrián; VOIGT, Jessica; SERAFIM, Lizandra. O que fazem os conselhos e quando o fazem? Padrões decisórios e o debate dos efeitos das instituições participativas. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 59, n. 3, p. 609-650, jul./set. 2016. DOI: 10.1590/00115258201687. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/00115258201687>. Acesso em: 27 jul. 2026
38. HARVEY, David. Do gerencialismo ao empresariamento: A transformação da administração urbana no capitalismo tardio. *Espaço e Debates*, v. 16, n. 39, p. 48-64, 1996. Disponível em: <https://www.scribd.com/doc/175536299/HARVEY-David-Do-Gerenciamento-ao-Empresariamento-A-tranformacao-da-administracao-Urbana-no-Capitalismo-Tardio>. Acesso em: 25 jul. 2026.
39. HOUTZAGER, Peter P.; GURZA LAVALLE, Adrián; ACHARYA, Arnab. Atores da sociedade civil e atores políticos: Participação nas novas políticas democráticas em São Paulo. In: AVRITZER, Leonardo (Ed.). *O associativismo em São Paulo*. São Paulo: UNESP, 2004.
40. INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL (IAB/RS). *Nota pública*. 05 mar. 2024. Instagram: @iab.rs. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C4JlTdauk27/?igsh=MzlucjY5MW03bnNn>. Acesso em: 26 jul. 2026.
41. ISUNZA VERA, Ernesto; GURZA LAVALLE, Adrián. Arquitetura da participação e controles democráticos no Brasil e no México. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 92, p. 105-121, 2012. Disponível em: http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002012000100007. Acesso em: 25 jul. 2026.
42. LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. Interfaces socioestatais e instituições participativas: Dimensões analíticas. *Lua Nova*, n. 109, p. 13-49, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-013049/109>
43. MARKO, Katia. Justiça torna ilegal lei que esvazia Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre (RS). *Brasil de Fato*, 09 jun. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/06/09/justica-torna-ilegal-lei-que-esvazia-conselho-municipal-de-saude-de-porto-alegre-rs/>. Acesso em: 31 jul. 2026.
44. MOVIMENTO unificado lança manifesto em defesa do SUS e contra as terceirizações. Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre, 14 jul. 2022. Disponível em: https://www2.portoalegre.rs.gov.br/cms/default.php?reg=560&p_secao=8. Acesso em: 14 jul. 2022.
45. OS DONOS da cidade. A quem serve o poder público de uma cidade? *Jornal Sul21*, 06 nov. 2023. Disponível em: <https://sul21.com.br/donos-da-cidade/>. Acesso em: 07 nov. 2023.
46. MARX, Vanessa; FEDOZZI, Luciano J.; CAMPOS, Heleniza Ávila. *Reforma urbana e direito à cidade*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2023.

47. MCADAM, Doug. *Political process and the development of black insurgency, 1930-1970*. University of Chicago Press, 1996.
48. MCADAM, Doug; MCCARTHY, John; ZALD, Mayer. *Comparative perspectives on social movements: Political opportunities, mobilizing structure, and cultural framings*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
49. MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. Resource mobilization and social movements: A partial theory. *American Journal of Sociology*, v. 82, n. 6, 1997. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/226464>. Acesso em: 26 jul. 2026.
50. MEDINA, Tiago. Transporte de eleitores é denunciado na eleição do conselho do Plano Diretor. *Matinal Jornalismo*, 30 jan. 2024a. Disponível em: <https://www.matinaljornalismo.com.br/matinal/reportagem-matinal/transporte-de-eleitores-e-denunciado-na-eleicao-do-conselho-do-plano-diretor/>. Acesso em: 30 jan. 2024.
51. MEDINA, Tiago. Com recorde de inscrições, interesse no conselho do Plano Diretor dispara entre entidades não afins e preocupa especialistas. *Matinal Jornalismo*, 27 fev. 2024b. Disponível em: <https://www.matinaljornalismo.com.br/matinal/reportagem-matinal/cmdua-eleicoes-entidades/>. Acesso em: 27 fev. 2024.
52. MEDINA, Tiago. Participação de eleitores na escolha de conselheiros do Plano Diretor cresce 270%. *Matinal Jornalismo*, 29 fev. 2024c. Disponível em: <https://www.matinaljornalismo.com.br/matinal/reportagem-matinal/participacao-de-eleitores-na-escolha-de-conselheiros-do-plano-diretor-cresce-370/>. Acesso em: 26 jul. 2026.
53. MELO 2 começa com prioridade à concessão do Dmae e à revisão do Plano Diretor. *Matinal*, Porto Alegre, 06 jan. 2025. Disponível em: <https://www.matinaljornalismo.com.br/matinal/newsletter/melo-2-comeca-com-prioridade-a-concessao-do-dmae-e-a-revisao-do-plano-diretor/>. Acesso em: 27 jul. 2026.
54. MIOLA, Jeferson. Cabresto, coronelismo e gangsterismo político na paisagem de Porto Alegre. *Diário do Centro do Mundo*, 18 mar. 2024. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/cabresto-coronelismo-e-gangsterismo-politico-na-paisagem-de-porto-alegre-por-jeferson-miola/>. Acesso em: 19 mar. 2024.
55. MÜLLER, Ivan Daniel; FEDOZZI, Luciano. Democratização e desdemocratização na metrópole de Porto Alegre: três décadas do Orçamento Participativo. *Opinião Pública*, v. 30, p. 1-36, 2024. DOI: <https://doi.org/http://doi.org/10.1590/1807-0191202430113>
56. OLIVEIRA, Clarice Misoczky. Emprepreneurialism: Empresariamento ou empreendedorismo urbano – duas traduções, dois significados. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 16., 2015, Belo Horizonte. *Anais do XVI ENANPUR*. Belo Horizonte, 2015.
57. OLIVEIRA, Clarice Misoczky. *Empreendedorismo urbano e práticas de planejamento: A Copa do Mundo e os Grandes Projetos Urbanos em Porto Alegre*. 2013. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2013.
58. OLIVEIRA, Clarice Misoczky; OLIVEIRA FILHO, João Tadeu; MARX, Vanessa. Atraso, pandemia, mudança de governo e mobilização social: Marcos do processo de revisão do Plano Diretor de Porto Alegre. In: SILVA, Beatriz et al. (Eds.). *A cidade em disputa: Planos Diretores e participação no cenário da pandemia*. Lutas Anticapital, 2021. p. 32-55.
59. PASSOS, Rafael Pavan dos. *De Conselho do Plano Diretor a Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental (1955-2020)*. 2022. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2022.
60. PIRES, Roberto Rocha C.; VAZ, Alexander C. N. Para além da participação: Interfaces socioestatais no governo federal. *Lua Nova*, n. 93, p. 61-91, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452014000300004>
61. PORTO ALEGRE. *Lei Complementar no 1.039, de 18 de março de 2025*. Altera o caput e os incs. I e III a VII do art. 8º. e o art. 11; inclui §§ 1º ao 11 no art. 8º.; e revoga os incs. VIII a XVIII do art. 8º., todos na Lei Complementar nº 369, de 16 de janeiro de 1996, alterando a composição do Conselho Municipal do Meio Ambiente (COMAM) e dispondo sobre seu processo eleitoral. Porto Alegre, 2025a.
62. PORTO ALEGRE. *Lei no 14.194, de 6 de fevereiro de 2025*. Altera [...]; revoga [...] na Lei nº 2.312, de 15 de dezembro de 1961 – que cria o Departamento Municipal de Água e Esgotos, extingue a Secretaria Municipal de Água e Saneamento e dá outras providências, e altera [...] Lei nº 6.203, de 3 de outubro de 1988 – que estabelece o Plano Classificado de Cargos dos Funcionários do Departamento Municipal de Água e Esgotos, dispõe sobre o plano de pagamento e dá outras providências, e revoga o inc. IV do art. 2º. da Lei nº 11.245, de 4 de abril de 2012 e dá outras providências. Porto Alegre, 2025b.
63. PORTO ALEGRE. *Lei Complementar nº 973, de 11 de maio de 2023*. Cria o Conselho Municipal de Mobilidade Urbana (Commu) [...]. Porto Alegre, 2023.
64. PORTO ALEGRE. *Lei Complementar nº 953, de 28 de setembro de 2022*. Reorganiza o Conselho Municipal de Educação de Porto Alegre (CME/POA) e revoga a Lei Complementar nº 248, de 23 de janeiro de 1991, o Decreto nº 9.954, de 12 de abril de 1991, os arts. 9º, 10 e 11 da Lei nº 8.198, de 18 de agosto de 1998, o art. 1º da Lei Complementar nº 660, de 7 de dezembro de 2010, e a Lei Complementar nº 795, de 13 de maio de 2016. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2022a. Disponível em: https://www.camarapoa.rs.gov.br/draco/processos/137486/LC_953.pdf. Acesso em: 27 jul. 2026.

65. PORTO ALEGRE. Câmara Municipal. *Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 015/22*. Cria o Fundo Municipal de Segurança Pública, Proteção e Defesa Civil (FUMSPDEC); extingue fundos públicos municipais; altera a legislação correlata; e dá outras providências. Processo nº 00762/22. Porto Alegre: Câmara Municipal de Porto Alegre, 2022b. Disponível em: <https://www.camarapoa.rs.gov.br/processos/138255>. Acesso em: 27 jul. 2026.
66. PORTO ALEGRE. *Lei Complementar nº 955, de 28 de setembro de 2022*. Reorganiza o Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre (CMS/POA) e revoga a Lei Complementar nº 277, de 20 de maio de 1992, a Lei Complementar nº 287, de 8 de janeiro de 1993, o art. 8º da Lei Complementar nº 395, de 26 de dezembro de 1996, e os arts. 2º e 3º da Lei Complementar nº 660, de 7 de dezembro de 2010. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2022c. Disponível em: https://www.camarapoa.rs.gov.br/draco/processos/137166/LC_955.pdf. Acesso em: 27 jul. 2026.
67. PORTO ALEGRE. *Decreto nº 20.458, de 13 de janeiro de 2020*. Inclui o inc. VI no art. 4º e o art. 6º-A no anexo do Decreto nº 11.638, de 12 de dezembro de 1996, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal do Meio Ambiente (COMAM). Porto Alegre, 2020.
68. PORTO ALEGRE. Câmara Municipal. *Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 010/18*. Dispõe sobre diretrizes para a criação e a extinção de fundos públicos e sobre novas regras para a movimentação financeira dos fundos existentes; cria o Fundo de Reforma e Desenvolvimento Municipal; autoriza a reversão dos saldos financeiros dos fundos ativos e extintos ao Tesouro Municipal; e dá outras providências. Processo nº 00813/18. Porto Alegre: Câmara Municipal de Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://www.camarapoa.rs.gov.br/processos/134432>. Acesso em: 27 jul. 2026.
69. PORTO ALEGRE. Câmara Municipal. *Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 009/17*. Altera o caput do art. 101 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre. Processo nº 02064/17. Porto Alegre: Câmara Municipal de Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://www.camarapoa.rs.gov.br/processos/132385>. Acesso em: 27 jul. 2026.
70. PORTO ALEGRE. *Lei nº 277, de 20 de maio de 1992*. Dispõe sobre o Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre. Porto Alegre, 1992.
71. RIBEIRO, Luiz Cesar Queiroz. As metrópoles e o direito à cidade na inflexão ultraliberal da urbana brasileira. Observatório das Metrópoles, 2020. (Texto para Discussão 012). Disponível em: https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2020/01/TD-012-2020_Luiz-Cesar-Ribeiro_Final.pdf. Acesso em: 26 jul. 2026.
72. SILVA, Marcelo Kunrath. Pesquisa mostra quem são os donos de Porto Alegre. Entrevista concedida à IHU. *IHU Unisinos*, 17 out. 2024. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/categorias/644826-pesquisa-mostra-quem-sao-os-donos-de-porto-alegre-entrevista-com-marcelo-kunrath-silva>. Acesso em: 17 out. 2024.
73. SMITH, Graham. *Democratic innovations: Designing institutions for citizen participation*. New York: Cambridge University Press, 2009.
74. SOUZA, Clóvis H.; LIMA, Paula P.; TEIXEIRA, Ana Claudia. Conselhos e conferências nacionais: Entre a participação e a representação. *Argumentum*, n. 4, p. 152-172, 2012. DOI: <https://doi.org/10.18315/argumentum.v4i1.2945>
75. SUPTITZ, Bruna. Consultoria sugere que Conselho do Plano Diretor de Porto Alegre perca poder deliberativo. *Jornal do Comércio*, 12 set. 2023. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/colunas/pensar-a-cidade/2023/09/1122942-consultoria-sugere-que-conselho-do-plano-diretor-de-porto-alegre-perca-poder-deliberativo.html>. Acesso em: 12 set. 2023.
76. TARROW, Sidney. *Poder em movimento: Movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes, 2009.
77. TILLY, Charles. *Democracia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
78. TILLY, Charles. *Regimes and repertoires*. Chicago: University of Chicago Press, 2006.
79. TILLY, Charles. *From mobilization to revolution*. New York: McGraw-Hill, 1978.
80. VELLEDA, Luciano. Justiça suspende lei que mudou a composição do Conselho Municipal do Meio Ambiente. *Jornal Sul21*, 25 mar. 2025a. Disponível em: <https://sul21.com.br/noticias/meio-ambiente/2025/03/justica-suspende-lei-que-mudou-a-composicao-do-conselho-municipal-do-meio-ambiente/>. Acesso em: 25 mar. 2025.
81. WARREN, Mark E. Inovações democráticas e democracias representativas. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 08-32, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-5269.112248>
82. ZENKER, Mirtha da Rosa et al. *Conselhos municipais de Porto Alegre: Histórico e os desafios na gestão democrática da cidade*. Porto Alegre: Editora Rede Unida, 2021.

Submissão em: 7 maio 2026

Aceito em: 13 maio 2026



ARTIGOS LIVRES

NEO-REACTIONARY FUTURISM: TECHNO- UTOPIANISM AND THE FAR RIGHT'S PAST- FUTURE NEXUS

*FUTURISMO NEORREACIONÁRIO:
TECNOUTOPIANISMO E O NEXO
PASSADO-FUTURO DA ULTRADIREITA*

Lucas Sudbrack* 

*Bank of Northeast Brazil, Sectoral Intelligence Observatory, Fortaleza, CE, Brazil.
lucas.sudbrack@gmail.com

ABSTRACT

The far right has achieved electoral success as a reactionary movement that rejects the path society has taken and promises to restore an idealized past. Recently, however, far-right leaders have aligned with futuristic views that advocate accelerating technological development towards a techno-utopian society. This article seeks to understand how the past and future are connected within far-right ideology. It argues that, while the radicalization and overlap of techno-utopian ideologies see liberal values as obstacles, the far right sees techno-utopianism as a means to achieve an illiberal technological future that can govern a high-tech globalized economy. This convergence is termed “neo-reactionary futurism” and advocates authoritarianism and producerism as means to rebuild society. The study sheds light on an emerging branch of the far right and the significant challenges posed by the growing influence of the tech industry and its ideologies.

Keywords: Big Tech; Silicon Valley; Populism; Elitism; Anti-establishment.

RESUMO

A ultradireita tem alcançado sucesso eleitoral como um movimento reacionário que rejeita o rumo tomado pela sociedade e promete restaurar um passado idealizado. Recentemente, contudo, líderes de ultradireita têm se alinhado a visões futuristas que defendem a aceleração do desenvolvimento tecnológico em direção a uma sociedade tecno-utópica. Este artigo busca compreender como o passado e o futuro se conectam na ideologia de ultradireita. Argumenta-se que, enquanto a radicalização e a sobreposição de ideologias tecno-utópicas encaram os valores liberais como obstáculos, a ultradireita vê o tecno-utopismo como um meio de alcançar um futuro tecnológico iliberal capaz de governar uma economia globalizada de alta tecnologia. Essa convergência é denominada “futurismo neorreacionário” e defende o autoritarismo e o produtivismo como formas de reconstruir a sociedade. O estudo chama atenção para uma vertente emergente da ultradireita e os desafios significativos impostos pela crescente influência da indústria tecnológica e de suas ideologias.

Palavras-chave: Big Tech; Vale do Silício; Populismo; Elitismo; Antissistema.

INTRODUCTION

Reactionary politics is conceptually understood as strong rejection of the path society is taking to the point that is necessary to return to a mythologized past to restore traditional values. In the 20th century, Nazi-fascism emerged as reactionary movements that mobilized traditional values in response to many anxieties originating from uncertainty (Fromm, 1941; Fukuyama, 2018). However, in both Italy and Germany, far-right movements incorporated futuristic ideas into their ideologies (Bowler, 1991; Herf, 1981). Similarly, over the past decade, contemporary far-right movements have achieved great success by opposing progressive ideals, mobilizing feelings of nostalgia, and promising to take back power or to make their country great again. More recently, however, while anti-establishment narratives have remained prevalent, some far-right leaders have increasingly aligned themselves with tech industry actors and their futuristic views.

What started with the far right becoming more active on digital platforms has evolved into support for the deregulation of AI industries and the adoption of cryptocurrencies, as well as promises to send people to Mars. Meanwhile, some tech industry figures who previously presented their digital platforms as liberating, democratizing tools against traditional power have increasingly shifted towards the far right, joining political rallies and even governments.

In the United States, figures such as Donald Trump have deregulated the sector while receiving overt support from industry leaders. Mark Zuckerberg has aligned himself with Republican interests by dismantling fact-checking and influencing interventionist economic policies. Peter Thiel's views are even more radical: he promotes "neo-reactionary" theories, arguing that technology should provide an "escape from politics" and viewing democracy as incompatible with libertarian freedom. Meanwhile, Elon Musk has used his platform globally to champion far-right parties such as Germany's Alternative for Germany (AfD), attacking 'woke' culture and dismantling content moderation under the guise of free speech. This 'techno-utopian' discourse is also evident in developing nations such as El Salvador, where authoritarian governance is paired with the adoption of cryptocurrency. Moreover, such leaders have not only promoted tech industry deregulation but increasingly questioned liberal values such as democracy and egalitarianism, while some have also financed neo-reactionary literature and far-right electoral campaigns.

The literature has given some attention to the conservative aspects behind the cool image of the Big Tech companies (Brockmann; Drews; Torpey, 2021; Levina; Hasinoff, 2017; Noble; Roberts, 2019; Schradie, 2015) and most recent has called attention to the growing influence of both techno-utopian and neo-reactionary ideologies (Gebru; Torres, 2024; Hughes, 2024; Okolo, 2025; Ranger; Ranger, 2025; Taşkale, 2025). However, a gap remains in the ideological convergence between the far right and techno-utopian imaginaries on historical and conceptual approaches. This study first argues that the convergence of the far right with

techno-utopian views is a far-right impulse to present technological future projects while maintaining its reactionary ideology of rejecting the politics of the present. Additionally, by analyzing the emergence of techno-utopian ideologies and their convergence with the far right, it is argued that their grouped and radicalized forms share with the far right a rejection of democracy and egalitarianism, proposing to (re)build society around authoritarianism and producerism. These concepts offer individuals a sense of purpose and hope, promising to address their anxieties by establishing order and excluding those who do not contribute to society.

Given the global success of the contemporary far right, the complexity arising from its different manifestations is likely to create a new ideological branch within the far-right ideology, much less populist and protective and much more elitist and libertarian. Additionally, given the greater power of tech companies and the mainstreaming of far-right parties, this alliance is likely to have important impacts not only for the future of the far right as an ideology but for Western democracies and the whole world.

Beyond this introduction, the article begins by exploring the theoretical and historical concepts of reactionary politics and its futuristic impulses. Next, it provides a brief literature review of the contemporary affinity between techno-utopianism and reactionary politics, as well as research design. Then, a conceptual framework is developed on the rebirth, radicalization, and convergence of techno-utopianism with the far right by analyzing the work of right-wing techno-ideologues Guillaume Faye, Nick Land, and Curtis Yarvin. The article concludes with a discussion section.

THE REACTIONARY POLITICS OF THE FAR RIGHT

THE REJECTION OF PRESENT POLITICS

Ideologies have been defined as a set of beliefs that intend to describe and interpret the world by making assertions or assumptions about human nature, historical events, present realities, and future possibilities (Jost; Federico; Napier, 2009). In perhaps the most common and simplest understanding, ideologies have been divided into left- and right-wing, according to how inequality is seen. While for the left inequality is unfair and so must be fought, for the right inequality is said to be a natural outcome from human interactions and so must be ignored or even incentivized (Bobbio, 1997).

Another term associated with right-wing politics and the defense of inequalities is 'reactionary politics.' Although it is commonly understood as radical conservatism, the term originally referred to the reversal of existing trends. Unlike conservatism, which seeks to discourage change and protect current institutions and values, reactionary politics imply a rejection of contemporary society and a desire to return to an idealized past. This is driven by restorative nostalgia, involving attempts to

reinstate a particular vision of neglected, forgotten or defeated cultural or social arrangements (Kenny, 2017). As these are projects that seek to restore mythologized former glories through radical measures, reactionaries tend to be more radical than conservatives, frequently appealing to 'indignation', 'decadence' and 'conspiracy' (Shorten, 2015).

According to Furedi (2018), from the Enlightenment, scientific and technological progress has become a way to manage fears about the future. However, rapid scientific and technological advances have led to widespread perceptions that change has escaped human control. Thus, even though knowledge growth and development have brought us closer to reducing uncertainty, they have also paradoxically led to more uncertainty. Rather than offering a solution to the problem of uncertainty, the source merely intensifies it (Furedi, 2018; Newell, 2025). Consequently, right-wing radicalism can be understood to be a common phenomenon in rapidly modernizing societies. In such societies, people who cannot cope with economic and cultural developments respond to the pressures of readjustment by advocating a backlash in favor of traditional values (Norris; Inglehart, 2018). Right-wing movements then mobilize these people by offering political philosophies that promise to eliminate these pressures and create a simpler, better society — a romanticized version of what the nation was like before such changes (Minkenberg, 2000; Taggart, 2004). Consequently, far-right movements are often ideologically linked to the agrarian myth, which posits that rural, agrarian societies are morally superior to urban, industrialized centers (Brass, 2013).

Recent research has emphasized the impact of cultural and economic factors on the current rejection of societal progress (Eatwell; Goodwin, 2018; Norris; Inglehart, 2018; Rodrik, 2021). Regardless of which factor is more important, the primary appeal of far-right movements lies in their promise to restore the status quo, mobilizing those who have been left behind. Accordingly, research has identified links between support for radical right parties and societal pessimism (Steenvoorden; Hartevelt, 2018), a greater sense of national nostalgia associated with ethnic nationhood (Smeeke; Wildschut; Sedikides, 2021) and welfare chauvinism (Schreurs, 2020). Similarly, there is a growing consensus in contemporary literature that the defining features of far-right ideology are authoritarianism — the belief that society should be strictly organized with severe punishments for those who disrespect it — and nativism — the idea that those who are culturally different should either be absorbed or expelled (Mudde, 2019). Thus, from a reactionary perspective, social order facilitates the radical backward movement, while cultural unity represents a stable, safe and better society.

Populism, which often overlaps with these concepts, has also received significant attention in literature as a strategy, performance, or ideology that divides society into 'the pure people' and a 'morally corrupt elite' (Moffitt, 2020). It has been argued that, to avoid becoming the very political elite they criticize, populists must redefine the concept of 'the elite', thereby risking falling into 'the paranoid style of politics' (Mudde; Kaltwasser, 2017). Surprisingly, however, little attention has been given to the efforts of anti-establishment politicians to legitimize their presence

in mainstream politics. In this sense, a key issue in reactionary politics that often goes unnoticed is the intrinsic metapolitical struggle involved in offering views on the future and the path that society must follow. While liberals tend to propose new egalitarian ideas and absorb them into society, conservatives tend to slow them down or adapt them in ways that do not challenge established hierarchies. Reactionaries, however, do not actively engage with the future. Nostalgia and romantic sentiments can certainly form the basis for a utopian reimagining of a better future (Thompson, 2011), but the nature of this future usually remains unclear. After all, reactionaries reject not only new egalitarian ideas but also values recently absorbed by society.

EARLIER FUTURISTIC IMPULSES

Since the rise of Nazi-fascism, psychoanalysts have argued that the embrace of individual freedom by humanity can cause fear, anxiety, and alienation. These can be minimized through the unconscious adoption of conformism, destructive impulses, and authoritarian tendencies, which provide a sense of order and control (Fromm, 1941). Similarly, it has been argued that the decline of a shared moral framework defined by religion has left a void, which traditional culture can help to fill by giving individuals a sense of purpose, connecting them to others and teaching them their place in the universe (Rieff, 1966). However, while technological development and rising uncertainties contributed to the anxieties that led to the rise of Nazism and fascism, technological development itself emerged as a process that could offer many people a sense of purpose and hope. Consequently, it was incorporated into far-right politics as a way of presenting a vision for the future while continuing to reject the present.

In early 20th-century Italy, Italian Futurism emerged as an artistic movement that rejected the past and celebrated technology, industry and speed. Led by Filippo Marinetti, the movement's radical agenda quickly took on a political dimension, advocating the destruction of traditional institutions and their replacement with a decentralized technocratic state run by twenty administrative 'technicians', and proposing that children should be raised by the state. Marinetti believed that war was not a catastrophe, but rather a necessary and purifying remedy for problems such as egoism and economic opportunism (Bowler, 1991; Joll, 1960). Initially, this vision aligned with Fascism's anti-democratic and nationalist ambitions, providing Mussolini with a powerful modernist aesthetic. However, the alliance fractured when Mussolini, seeking to consolidate his power, compromised with the very institutions — the monarchy and the Church — that the futurists had sought to overthrow. This led many of the movement's intellectuals to abandon the fascist cause in disillusionment (Oestereich, 1974).

Similarly, in Nazi Germany, a unique ideological synthesis known as 'reactionary modernism' reconciled a romantic, anti-capitalist worldview with the necessity

of technological progress. German conservative thinkers and engineers separated technology from its liberal, capitalist and Jewish associations, which they blamed for abstract, profit-driven materialism, and instead framed it as a spiritual tool rooted in German culture (Herf, 1981, 1984). This enabled them to embrace modern engineering while rejecting Enlightenment values, on the basis that a strong, authoritarian state was the only entity capable of realizing technology's true potential to unify the nation and overcome chaos. This paradoxical adoption of radical change for anti-liberal purposes made modern technology a key part of the Nazi totalitarian project, presented as the ultimate solution to modern anxieties (Fritzsche, 1996).

Much more recent, the rise of the far right has led scholars to draw parallels between the anxieties that led to the rise of Nazism and fascism, and those that are boosting the contemporary far right. According to Fukuyama (2018), anxieties surrounding the transition from agrarian village society to modern, urban industrial life brought the question of identity to the forefront. Similarly, the recent rise in inequality and economic distress is often perceived by individuals not as a lack of resources, but as a loss of dignity and sense of belonging. In both contexts, traditional identities emerged as a stable and solid answer that could provide dignity and pride, sustaining their vision of the world in a fast and confusing era.

However, as far-right parties have become more established in mainstream politics, they have also adopted futuristic views in an attempt to consolidate their political project. This offers people a sense of purpose while rejecting the current political landscape. Despite the historical recurrence of the past-future nexus in far-right politics, the current convergence of reactionary and futuristic views between far-right and Big Tech leaders has received little attention from scholars.

LITERATURE REVIEW AND RESEARCH DESIGN

Research on this increasing affinity has been divided into two groups. The first group of scholars has focused on the tech industry and have paid increasing attention to the emergence of a Silicon Valley ideology and its promotion of class inequality (Schradié, 2015), gender and racial exclusions (Noble; Roberts, 2019), tech-bro masculinity and exploitative work ethic (Crandall; Brown; McMahon, 2021), and a reactionary tech oligarchy (Farkas; Mondon, 2025). Similarly, research has demonstrated how the Silicon Valley has promoted the far right (Massanari, 2024) and that algorithms of platforms such as YouTube and Twitter (now X) systematically amplify right-leaning content, effectively serving as powerful recruitment tools for the alt-right (Bryant, 2020; Huszár *et al.*, 2022).

Additionally, a second group of studies have recently emerged focusing on the new techno-utopian ideologies that have influenced the tech industry and far-right movements. Although scholars have recognized the influence of new thinkers

of the radical right and their theories (Sedgwick, 2019), greater attention has been formed around their growing prominence in recent years. Gebru and Torres (2024) call attention to ideologies such as transhumanism (the use of science and technology to transcend human biological limitations), extropianism (the use of technology and rational thinking to maximize human potential and freedom), singularitarianism (the creation of a technological superintelligence that surpasses human intellect), modern cosmism (the control of nature to achieve radical life extension, resurrection, and space colonization), rationalism (aiming to improve decision-making by eliminating emotional and cognitive biases), effective altruism (the use of strict data, metrics, and reasoning to maximize global charitable impact), and longtermism (the favoring of far-future human potential over contemporary moral debates). The authors argue that these overlapping ideologies, grouped as TESCREAL, have influenced policymakers and researchers who may not share the utopian eugenic ideals associated with such views. Similarly, Hughes (2024) analyzed techno-colonial doctrines of individuals such as Nick Land, Curtis Yarvin and Peter Thiel to call attention for the contemporary attempts to selectively reproduce settler colonial practices under the approach of technological development. Ranger and Ranger (2025) investigate what they call Muskian futurism, a dangerous technocratic accelerationism (which promotes unrestricted tech progress to force systemic transformation and untimely solve human problems) composed by various overlapping futurist reactionary ideologies that influence Trump's second administration and aims at undermining democratic institutions. Okolo (2025) notes the role of effective accelerationism and its promotion of unrestricted progress in AI as a solution to humanity's problems, which has made into Trump's administration. Finally, Taşkale (2025) uses the term reactionary futurism to address the ideology that rejects both the state and democracy while entrenching class stratification, where the market reigns supreme and the corporation sets the rules.

However, a gap remains in historical and ideological analyses approaching the convergence of the far right and techno-utopianism. To investigate this convergence, this study develops a conceptual framework of the contemporary synthesis of techno-utopianism and the far right, with the intention of identifying the core ideological mechanisms of their alignment. Although techno-utopianism is not necessarily linked to the right-wing, it is argued that the radicalization of such ideologies leads such ideas to the right, as will be discussed. Thus, to develop this theoretical discussion, the article focuses on the ideas of three techno-ideologues that embrace right-wing ideologies – Guillaume Faye, Nick Land, and Curtis Yarvin – mapping their relationship with contemporary far-right radicalism.

THE PAST-FUTURE NEXUS OF THE TWENTIETH-FIRST CENTURY FAR RIGHT

THE RE-BIRTH AND RADICALIZATION OF TECHNO-UTOPIANISM

The post-Second World War period was marked not only by the crisis and widespread condemnation of far-right ideology, but also by an ideological debate around redistributive policies. This was characterized by a high interventionism in socialist countries and the embedded capitalist Keynesian model in the West. However, in the post-Cold War context, where liberal values triumphed, the ideological convergence of new left- and right-wing movements disenchanted with authoritarianism and war allow for a new focus on pro-market policies and renewed enthusiasm for the infinite possibilities of technological development. This was particularly evident in California, where counterculture ideals merged with economic libertarian ideologies to embrace an optimistic and emancipatory form of technological determinism, called Californian Ideology. According to Barbrook and Cameron (1996), that was formed through the emerging techno-intelligentsia who have enjoyed and mutated the cultural freedoms won by the hippies into the belief that individual freedom can only be achieved by prioritizing technological progress.

These optimistic views are based on the belief that technology plays a key role in ensuring that the good prevail over the bad. Although techno-optimism can manifest in different degrees, there is a growing understanding that evolves the idea that technology makes society not only better, but essentially good (Danaher, 2022; Königs, 2022), what has caused the emergence of the term techno-solutionism, and the idea the technology can be the answer to society's problems (Morozov, 2013).

Although many transhumanist views advocating the enhancement of the human condition originated decades earlier, it was during this period that they gained notoriety. While different ideologies have become associated with transhumanism, such as longtermism and accelerationism (the promotion of unrestricted technological progress as a solution to human problems), these concepts are not necessarily ideologically oriented. Such views can be promoted by leftists who believe that a high-tech future will bring an end to capitalism and create a more equal society, and by right-wingers who believe that technological development can enhance freedom and opportunities regardless of inequality.

However, it has been highlighted since then that although this imaginary was guided by optimism, this was an inherently contradictory mindset, promoting free-market principles while ignoring the fact that hypermedia could only have been developed with substantial state funding (Barbrook; Cameron, 1996). Thus, while this libertarianism has been shaped around the image of the self-sufficient, lone hacker, it has always carried an inherently elitist behavior. As such views evolved, concerns around the use of unrestricted technologies for authoritarian and elitist purposes eventually clashed with the inherent concerns with inequality within the left.

While leftist technosolutionists believe that technology can solve social problems, they are also concerned that, without proper planning, technological development could perpetuate existing inequalities. Meanwhile, those on the right of the ideological spectrum ignore or even incentivize inequalities and advocate technological development without any restrictions, neglecting the social issues of the present, placing all bets on a utopian future. Although an effort for the promotion of a post-capitalist world remains within techno-utopian views (Srnicsek; Williams, 2015), it has been argued that capital itself is the accelerative factor, and prioritizing anything else goes against what sustains accelerationist views (Land, 2017). In other words, while the intrinsic focus on technological development without restrictions raises specific concerns among leftist thinkers, the inherent producerist aspects within such views reject the leftist egalitarianism. A practical example of this process is the second wave of eugenics and their desire for radical human enhancement. Although proponents of this movement claim that it has moved beyond the racist, xenophobic and elitist attitudes of the past, researchers have highlighted that the same discriminatory attitudes that characterized the first wave of eugenics are often present in many of the ideologies within the TESCOREAL bundle (Gebru; Torres, 2024).

Consequently, while social scientists have increasingly challenged the idea that society is moving towards a desirable direction, highlighting that people have lost trust in the future, techno-utopian views increasingly aligned with the tech industry, making Silicon Valley actors hopeful and confident that their technological innovations are making and will continue to make a positive social change. Facing the risks and dangers of the current capitalist system, this techno-solutionism binds together technological development with the libertarians desires of human freedom to present a future led by entrepreneurial, charismatic and powerful individuals inspiring people with their visions of a good extraplanetary imaginary in opposition to the bad public institutions and their egalitarian efforts (Tutton, 2021).

Additionally, as techno-utopian views became increasingly linked to the right-wing, the evolution of this ideology carried on by tech leaders has been the intensification of their opportunistic relationship with the state. The Silicon Valley narrative promotes disruption, framing it as a driver of technological progress and a liberator from outdated regulations and monopolies, ostensibly empowering individuals while increasing their ties with the government (Levina; Hasinoff, 2017). The tech elite not only relied on state subsidies and public funding to develop the internet, microchips, and artificial intelligence, but they are also products of elite institutions, beneficiaries of publicly funded regimes, and architects of monopolistic platforms (Brockmann; Drews; Torpey, 2021). Even so, they constantly promote the idea of self-made success, portraying their dominance as the just reward for taking private risks. This not only legitimizes their wealth, but also their growing political influence, as they portray any pushback against regulation as an attack on progress itself.

In similar vein, by promoting an image of themselves as cool — a blend of narcissistic self-mythmaking (the entrepreneur as humanity's redeemer) and ironic detachment (Pountain; Robins, 2008) —, the tech leaders present themselves as visionary saviors offering creative solutions to the disenchantments of modernity (Crandall; Brown; McMahon, 2021). Nevertheless, despite their rebellious image, Silicon Valley's labor practices mirror the hierarchical exploitation observed elsewhere. The negative consequences, such as worker exploitation, market consolidation, and social fragmentation, are dismissed as unavoidable externalities and the necessary cost of saving humanity (Quandt; Klapproth, 2024). Table 1 clarifies different techno-utopian ideologies, how their radical forms tilt to the right-wing, and how they link to the far right.

Despite all the talk of empowerment and disruption, this contemporary futurism binding philosophical branches and the tech industry actively cultivates a technocratic elite whose authority is legitimized by their perceived mastery of the digital future. This imaginary normalizes radical social stratification, presenting vast wealth disparities as the inevitable and fair result of meritocratic competition. It creates a political framework that is inherently hostile to redistributive mechanisms and collective social welfare, viewing them as obsolete impediments to innovation. Thus, the techno-optimistic narrative not only ignores inequality, but also structurally justifies it. This provides a ready-made philosophical basis for a new, digitally enabled social order that is profoundly hierarchical, creating a fertile intellectual ground where the goals of the tech elite can unexpectedly converge with the anti-democratic and inegalitarian impulses of the contemporary far right.

Table 1 – Techno-utopian Ideologies and Their Link to the Far Right

Techno-utopian ideology	Core idea	Radical forms' connection to the right-wing	Far-right link
Accelerationism	Promote unrestricted tech progress to force systemic transformation and untimely solve human problems	Prioritizes technological acceleration over human-centric or egalitarian needs	Democracy and human rights may be seen as obsolete constraints on a post-human future
Transhumanism	Use science and technology to transcend human biological limitations	Dismisses social egalitarianism as a biological delusion	Can lead to the creation of a genetically engineered, superior tech-elite
Extropianism	Use technology and rational thinking to maximize human potential and freedom	Rejects state regulation in favor of absolute free-market forces	Can be aligned with anarcho-capitalism, viewing democratic oversight as societal decay
Singularitarianism	Create a technological superintelligence that surpasses human intellect	Focus on capturing the ultimate intelligence revolution rather than public safety	Technological superintelligence can become a tool for political dominance to replace the democratic global order
Modern Cosmism	Master nature to achieve radical life extension, resurrection, and space colonization	Rejects space exploration as a universal, egalitarian human triumph	Often frames cosmic expansion as the destiny of a spiritually superior civilization
Rationalism	Improve decision-making by eliminating emotional and cognitive biases	Misuses “unbiased truth” to legitimize eugenics and innate biological hierarchies	Often treats controversial far-right stances on race and gender as “suppressed forbidden knowledge”
Effective Altruism	Use strict data, metrics, and reasoning to maximize global charitable impact	Employs a top-down, utilitarian math that rationalizes massive wealth accumulation	Prioritizes elite-driven, technocratic interventions over grassroots social justice
Longtermism	Prioritizes far-future human potential over contemporary moral debates	De-prioritizes current humanitarian crises for far-future tech potential	Merges with eugenicist, natalist, and race-preservationist anxieties
TESCREAL	The overarching bundle of these interlocking techno-futurist ideologies	Views modern democracy and egalitarian movements as obstacles to human evolution	It ends up supporting a system in which an elite rules with centralized power that harms marginalized groups

Source: Elaborated by the author.

THE CONVERGENCE WITH THE FAR RIGHT

While the techno-optimism of past decades has evolved into an inherently socially conservative and economically libertarian mindset, it has also influenced and evolved alongside much more explicitly reactionary ideologies. These ideologies form a constellation of ideas that, although different, often overlap. Due to the complexity of the subject matter and the limitations of this study's scope, special attention will be given to archeofuturism and the Dark Enlightenment as examples of the connection between techno-utopianism and reactionary far-right politics.

Guillaume Faye's archeofuturism is perhaps the most notable attempt to develop a vision for the future of the contemporary far right. Faye (2010) views his archeofuturism as distinct from a mere attachment to the past, as it does not represent a historical counter-revolutionary regression, but rather promotes archaic values as a means of enabling a positive technological future. Although he does not reject technology and science, he believes that 'scientific progress' has missed its mark and needs to be redefined along inegalitarian lines. Rejecting the path that society has taken, he believes that technological progress can save humanity if it preserves ethnic identity and is carried out around traditional values, paying attention to the importance of ancestor worship, rites of passage, and the re-establishment of organic communities (François, 2019).

Scholars such as François (2019) have identified this combination of archaic and futuristic elements as a recurring theme in science fiction, as seen in Frank Herbert's *Dune*. This narrative often extends to a shared belief in a destined group of pioneers who fight for a grand, transcendent cause, manifesting in two distinct yet parallel forms. The first is the individualistic, asocial hacker of the 'Californian Ideology', who acts alone to engineer salvation through 'magical' technology, and the second is the ethnically homogeneous societies found in fantasy epics such as J. R. R. Tolkien's *The Lord of the Rings*. The latter's vision of ordered, traditional societies has proven particularly resonant, attracting admiration from far-right political figures such as Giorgia Meloni, as well as tech industry leaders like Elon Musk, who see this as a model for a unified, purpose-driven future.

Additionally, the influence of the past-future nexus of historical fascism is evident in Faye's writings. Like Marinetti in his futurist manifesto, he views marriage as a matter of state, advocating the de-individualization of marriage and asserting that unions should be a matter for the entire community, not just the married couple. However, like German reactionary modernism, Faye detaches technological progress from the harms of modern capitalism, criticizing a system that prioritizes speculative profits over production. Along these lines, he expresses great concern about the current global technological competition and economic warfare over control of markets and scarce resources, arguing that it will be won by people with the strongest and best-selected 'elite blocs' and the most organically integrated masses (Faye, 2010).

Attempting to bind reactionary politics with techno-solutionist views, he recognizes the current social problems and lack of trust. However, he argues that anxieties and dissatisfactions surrounding social competition and the desire for high social status should not be addressed through egalitarianism and equal opportunities. Instead, he suggests embracing inegalitarianism and accepting that many individuals lack the skills required for the positions they are expected to aspire to.

While archeofuturism is an attempt to develop a vision for the future of the contemporary far right, other movements have emerged from techno-utopian circles and have become increasingly political. Receiving much more attention and directly influencing both the tech industry and far-right politics is what has been termed the Dark Enlightenment (also called the Neo-Reactionary Movement or simply NRx). This movement is mainly based on the radical longtermist and accelerationist views of Nick Land. According to Land, by removing the saviorist ideas that something big and benevolent is looking after us, we are left with Darwinian survival of the fittest. He then rejects the existence of dynamism without competition and of science without an effective social mechanism for eliminating failure. Consequently, he views all egalitarian and democratic mechanisms as acting not only against technological development, but also against the probability of saving the human race (Land, 2017).

By viewing democracy as merely a system in which politicians buy votes to gain the right to exercise political power in their own favor for a limited time, Land dismisses democracy as an inherently corrupt mechanism. He believes that the only solution is a pro-market authoritarian system that can provide the autonomy and dynamism necessary to boost technological development.

Although the far right has traditionally promoted welfare chauvinism, the importance of this producerist aspect in mobilizing voters against redistributive values has increased. According to Ivaldi and Mazzoleni (2019), the producerist ideology promotes the idea that producers contribute not only to economic prosperity, but also embody virtue and morality, in contrast to 'parasites', who may refer not only to aristocrats and bankers, but also to the poor and migrants. Producers are then seen as the backbone of economic prosperity and defenders of moral values such as work ethics and honesty, being a coalition of productive and deserving people. Thus, reactionary politics is the answer to restoring justice in society by rejecting egalitarian principles that redistribute wealth to those who do not contribute. This meritocracy is closely linked to the competition that radical techno-utopians identify as necessary for accelerating technological development. From this perspective, democracy is a problematic consequence of the egalitarian values that undermine the fairness desired by people who work hard and contribute to creating a better society.

Curtis Yarvin took these ideas even further, arguing that monarchy, dictatorship and elite rule are superior governance models to democracy. However, he does

not view these as ideological. On the contrary, he draws attention to what he calls the ‘cathedral’: a bureaucratic and intellectual class that holds power in modern society, constantly shaping and controlling public opinion. This class includes universities and journalists who punish those who dissent from their authoritarian liberal beliefs. Consequently, Yarvin argues that democracy itself is ideological and must be replaced, as it is simply a defective operating system. In order to escape the ‘cathedral’ during the replacement process, Yarvin has promoted not only free speech, but also anonymity, as he believes this facilitates the expression of new ideas (Rowley, 2025). Unsurprisingly, such views provide ideological support for tech industry leaders such as Elon Musk, as well as for far-right leaders and parties such as Trump and the AfD in their promotion of free speech on digital platforms.

Finally, their proposed alternative to governance is what Yarvin terms ‘neocameralism’: a system in which the state is run like a corporation, headed by a sovereign CEO. As the state’s interests would be defined as maximizing long-term shareholder value, individuals would have no reason to engage in politics (Land, 2017). In this way, they intend to replace existing social relations with a posthuman neo-feudalism (Ranger; Ranger, 2025), in which individuals are excluded from politics and a small elite runs a highly authoritarian, producerist government.

DISCUSSION

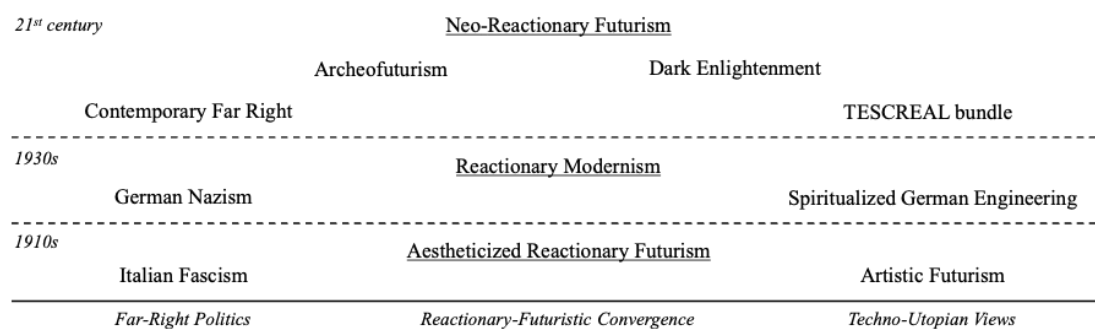
From a historical perspective, although reactionary movements reject the path that society has taken and mobilize feelings of nostalgia around an idealized past, when they achieve political success by assuming government, they face the necessity to present their own vision for a technologically advanced future. Through the lens of populism, presenting a vision for the future can help the far right avoid falling into the paranoid style of politics, in which anti-establishment stances are persistently promoted even after consolidation in government. While not entering the debate as to whether fascism can be considered populist, this past-future nexus within far-right ideology is not only associated with contemporary anti-establishment movements, but can also be traced back to historical fascism.

In Italy, the alliance of fascism and futurism brought together traditional landowners and modern industrialists. In Germany, reactionary modernism reconciled the traditional ‘organic German soul’ with the technological advances necessary to demonstrate the superiority of the German race. Following this pattern, we see today the emergence of neo-reactionary futurism, which combines traditional values, often associated with whiteness and Christianity, with techno-utopian views. On the one hand, in all cases, this past-future nexus provides a vision for the future of reactionary politics, denouncing liberal democracy and egalitarian ideologies in the process. On the other hand, this reactionary futurist impulse has evolved from artistic movements in 1910s Italy and idealistic and spiritualized engineering views in 1930s Germany to an active industrial role in politics in the 2020s.

While there are democratic and egalitarian techno-utopian views built on values of equality and welfare, in radical forms techno-enthusiasm has tilted this utopianism towards authoritarianism and the free market as requirements for the order and competition that could accelerate technological development. This radicalization of futuristic ideals has given rise to movements such as the Dark Enlightenment, whose core values align with those of the contemporary far right. Simultaneously, the far right is highly interested in these movements because they propose a future that challenges the perceived weakness and flexibility of the current liberal era, offering instead a radical, ordered and hierarchical alternative. In other words, since restoring the past in a high-tech, global economy creates an operational vacuum, radicalized techno-utopianism supplies a non-liberal democratic vision of the future to fill this void. Techno-utopianism then acts as a pragmatic driver for far-right agendas. It provides the far right with a modernization project that circumvents Western liberal institutions, such as human rights, environmental regulations, and egalitarian democracy, by replacing them with algorithmic governance.

This past-future nexus is therefore essential to the far right, as it finds in radical techno-utopian views a powerful existing methodology for its own reactionary project. Considering that the past-future nexus in Nazi Germany was termed 'reactionary modernism', and that the Dark Enlightenment movement has been termed also the 'neo-reactionary' movement, linked to both philosophy and politics, it is proposed that 'neo-reactionary futurism' be used to describe the past-future nexus of the contemporary far right. In practical terms, archeofuturism and Dark Enlightenment represent the ideological convergence of far-right and techno-utopian views that forms neo-reactionary futurism. The former began with political identity and embraced techno-utopianism, while the latter began with a technological identity and moved towards reactionary politics. Figure 1 shows a framework mapping the convergence of far-right politics and techno-utopian views.

Figure 1 – Framework of the convergence of far-right politics and techno-utopian views



Source: Elaborated by the author.

By focusing on the ideological features of this neo-reactionary futurism, which combines techno-utopianism with reactionary politics, it becomes clear that authoritarianism is the main point of convergence, as both sides completely reject liberal democracy. Authoritarianism here is then understood as the strict organization of society in a certain way, leaving little space for questioning. While many far-right movements have been linked to populism and majoritarian democracy in the sense that minorities should not be considered or heard, these same movements have shown that they are willing to reject democracy altogether when the majority shifts towards the opposition, exemplified by the attacks to the Congress in the US and Brazil. In this sense, many populist movements have been criticized for displaying elitist tendencies by offering a 'good' elite to combat a 'bad' elite rather than empowering the people (Mangset *et al.*, 2019; Schoor, 2019). Similarly, although techno-utopian views are not inherently authoritarian, the radicalization and convergence of such ideas end up requiring a great deal of social order and little space for criticism of those not contributing to the realization of this techno-utopia.

Beyond ideological affinity, the development of a techno-authoritarian society is likely to benefit both the far right and the utopian views of the tech industry. While authoritarian politics see technologies as a means of deterring activities or beliefs that challenge the state (Feldstein, 2021), tech companies want to provide governments with the means to expand surveillance and control in society. As these contracts include a great deal of information about the population and they are likely to be renewed, they contribute to the formation of a monopoly. Accordingly, it has been argued that autocrats benefit from AI as a technology of political control, and that tech companies benefit from investments and contracts with governments, creating a dangerous cycle (Beraja *et al.*, 2023). Thus, the symbiotic relationship between the far right, which is in need of advanced control systems, and the tech industry, which is eager to profit from supplying them, creates a powerful, self-financing pathway for digital authoritarianism.

Another important aspect of this neo-reactionary futurism is producerism. By presenting an unequal future as a meritocratic and inevitable result of 'natural' competition, neo-reactionary futurism offers a moral and intellectual justification for a new form of techno-feudalism. This narrative has the power to reshape public opinion, convincing parts of the population that the concentration of power and wealth in the hands of a tech elite is not a failure of democracy, but a deserved and efficient outcome, eroding support for redistributive policies and social welfare. The producerist aspect of this contemporary convergence is particularly concerning because, unlike historical fascism, where futuristic views were closely linked to the state, the core ideologies of neo-reactionary futurism are embedded within powerful, transnational corporations. This means that even if their political allies suffer electoral defeats, the techno-authoritarian vision underlying the ideology and its capacity for development persists and continues to evolve within the unaccountable architecture of the tech industry. This decentralization of the authoritarian threat makes it more diffuse, durable and difficult to counter through traditional political means.

While modern capitalism has allowed the tech industry to increase its power, it has also brought the far right closer to pro-market libertarianism. Scholars have identified the seemingly contradictory alliance between neoliberalism and the far right (Davidson; Saull, 2017), with specific studies highlighting the emergence of nationalist neoliberalism in the US (Cozzolino, 2018) and the transformation of welfare into workfare in Hungary (Busemeyer; Rathgeb; Sahm, 2022), to name a few. The discrepancy between far-right leaders who argue for the protection of people by increasing welfare and regulating business, and those who have moved towards deregulation and meritocracy, could be exacerbated by an alignment with the tech industry. By openly promoting a highly unequal and authoritarian future, this latter group is likely to adopt a much more elitist position than a populist one. Its alignment with the tech industry and neo-reactionary futurism helps to consolidate a techno-libertarian far right. Given the exponential development of technology and the increasing power of the tech industry, the convergence of radical techno-utopianism and reactionary politics with liberal economics and digital authoritarianism poses an increasing threat to liberal values and democracy worldwide.

The increasing convergence between tech industry leaders such as Peter Thiel, Elon Musk and Mark Zuckerberg, and the far right is a consequence of this ideological alignment. While Thiel and Musk's actions are arguably more political than Zuckerberg's, which can be seen as more opportunistic, this is no less alarming. Tech leaders who have not directly engaged with neo-reactionary theories have also been drawn into similar actions in order to remain competitive in the industry. This contributes to the practical convergence of far-right and techno-utopian views through actions such as digital colonialism, which are moving the world towards the neo-feudalism proposed by neo-reactionary futurism. When such actions become normalized and the most powerful visions of the future are explicitly anti-democratic, anti-egalitarian and authoritarian, alternative, more humane trajectories for technological progress are pushed aside. The growing resources and cultural influence of this neo-reactionary futurism are threatening to restrict what is deemed possible by defining 'progress' purely in terms of acceleration, control and market dominance, thereby marginalizing the pursuit of equity, solidarity and democratic governance.

CONCLUSION

This study investigates the ideological convergence between reactionary politics — specifically, the far right — and techno-utopianism, ranging from techno-optimistic views and the tech industry to neo-reactionary movements. Adopting a historical perspective, the study identifies significant parallels between the emergence and consolidation of Nazi-fascism and contemporary far-right movements as reactionary forces. Both require futuristic views to present their technological political projects, which are linked to an idealized past, while rejecting the present. By analyzing

historical and contemporary ideological developments, the past-future nexus is seen as an important and natural impulse of reactionary politics. Currently, the increasing radicalism of techno-utopian views has enabled the development of neo-reactionary futuristic views, in which techno-utopianism provides the means and the far right provides the end goal of forming a highly authoritarian and producerist future that challenges liberal values such as democracy and egalitarianism.

Although the length restrictions limit the depth of the analysis, it is expected that this study will contribute to the literature by highlighting the far right's intrinsic futuristic tendency, the ongoing evolution of ideologies and the serious threat that neo-reactionary futurism poses to global democracy and egalitarianism. Similarly, it is hoped that this study will encourage further research into this topic, which could be approached using both qualitative and quantitative methods.

The implications of neo-reactionary futurism extend beyond the realm of political theory. They signal a shift towards a future where technology is designed for control rather than liberation, where citizenship is undermined by surveillance and producerist hierarchies, and where the democratic project is challenged not by external enemies, but by an ideology forged within modern capitalism. Recognizing these implications is a necessary precondition for mobilizing the political, cultural and regulatory defenses required to contest this future.

ABOUT THE AUTHOR

Lucas Sudbrack: Innovation Fellow at Bank of Northeast Brazil's Sectoral Intelligence Observatory. Holds a Master's degree in International Relations from Xiamen University and a Ph.D. in Government and Public Administration from The Chinese University of Hong Kong.

His research focuses on global trends such as populism, the rise of the far right, and the effects of China's rise on public opinion and electoral discourse in other countries. His work has been published in academic journals including *Mass Communication and Society*, *Journal of Social and Political Psychology*, *Journal of Contemporary European Studies*, and *Latin American Policy*.

REFERENCES

1. BARBROOK, Richard; CAMERON, Andy. The Californian ideology. *Science as Culture*, v. 6, n. 1, p. 44–72, 1996. DOI: <https://doi.org/10.1080/09505439609526455>
2. BERAJA, Martin *et al.* AI-Tocracy. *Quarterly Journal of Economics*, v. 138, n. 3, p. 1349–1402, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1093/qje/qjad012>
3. BOBBIO, Norberto. *Left and right: The significance of a political distinction*. Chicago: University of Chicago Press, 1997.
4. BOWLER, Anne. Politics as art: Italian futurism and fascism. *Theory and Society*, v. 20, n. 6, p. 763–794, 1991. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/657603>. Acesso em: 21 ago. 2026.
5. BRASS, Tom. *Peasants, populism and postmodernism: The return of the agrarian myth*. Routledge, 2013.
6. BROCKMANN, Hilke; DREWS, Wiebke; TORPEY, John. A class for itself? On the worldviews of the new tech elite. *PLoS ONE*, v. 16, n. 1, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0244071>
7. BRYANT, Lauren Valentino. The YouTube algorithm and the Alt-Right filter bubble. *Open Information Science*, v. 4, n. 1, p. 85–90, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1515/opis-2020-0007>
8. BUSEMEYER, Marius R.; RATHGEB, Philip; SAHM, Alexander H. J. Authoritarian values and the welfare state: the social policy preferences of radical right voters. *West European Politics*, v. 45, n. 1, p. 77–101, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1080/01402382.2021.1886497>
9. COZZOLINO, Adriano. Trumpism as nationalist neoliberalism. A critical enquiry into Donald Trump's political economy. *Interdisciplinary Political Studies*, v. 4, n. 1, p. 47–73, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1285/i20398573v4n1p47>
10. CRANDALL, Emily K.; BROWN, Rachel H.; MCMAHON, John. Magicians of the Twenty-first Century: Enchantment, domination, and the politics of work in Silicon Valley. *Theory & Event*, v. 24, n. 3, 2021. DOI: <https://dx.doi.org/10.1353/tae.2021.0045>
11. DANAHER, John. Techno-optimism: An analysis, an evaluation and a modest defence. *Philosophy & Technology*, v. 35, n. 2, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1007/s13347-022-00550-2>
12. DAVIDSON, Neil; SAULL, Richard. Neoliberalism and the far right: A contradictory embrace. *Critical Sociology*, v. 43, n. 4–5, p. 707–724, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1177/0896920516671180>
13. EATWELL, Roger; GOODWIN, Matthew J. *National populism: The revolt against liberal democracy*. London, UK: Pelican, 2018.
14. FARKAS, Johan; MONDON, Aurelien. The roots of reactionary tech oligarchy and the need for radical democratic alternatives. *Communication, Culture and Critique*, v. 18, n. 2, p. 123–126, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1093/ccc/tcaf011>
15. FAYE, Guillaume. *Archeofuturism: European visions of the post-catastrophic age*. Arktos Media Ltd., 2010.
16. FELDSTEIN, Steven. *The rise of digital repression*. Oxford University Press, 2021.
17. FRANÇOIS, Stéphane. Guillaume Faye and Archeofuturism. In: SEDGWICK, Mark (Org.). *Key thinkers of the radical right*. Oxford University Press, 2019.
18. FRITZSCHE, Peter. Nazi Modern, *Modernism/modernity*, v. 3, n. 1, p. 1–22, 1996. DOI: <https://dx.doi.org/10.1353/mod.1996.0004>
19. FROMM, Erich. *Escape from freedom*. New York: Farrar & Rinehart Inc., 1941.
20. FUKUYAMA, Francis. *Identity: The demand for dignity and the politics of resentment*. New York: Picador, 2018.
21. FUREDI, Frank. *How fear works: Culture of fear in the twenty-first century*. London: Bloomsbury Publishing, 2018.
22. GEBRU, Timnit; TORRES, Émile P. The TESCREAL bundle: Eugenics and the promise of utopia through artificial general intelligence. *First Monday*, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5210/fm.v29i4.13636>
23. HERF, Jeffrey. The engineer as ideologue: Reactionary modernists in Weimar and Nazi Germany. *Journal of Contemporary History*, v. 19, n. 4, p. 631–648, 1984. Available at: <https://www.jstor.org/stable/260329>. Accessed on: Aug. 21, 2026.
24. HERF, Jeffrey. Reactionary modernism: Some ideological origins of the primacy of politics in the Third Reich. *Theory and Society*, v. 10, n. 6, p. 805–832, 1981. Available at: <https://www.jstor.org/stable/657334>. Accessed on: Aug. 21, 2026.
25. HUGHES, Tristan. The political theory of techno-colonialism. *European Journal of Political Theory*, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1177/14748851241249819>
26. HUSZÁR, Ferenc *et al.* Algorithmic amplification of politics on Twitter. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 119, n. 1, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1073/pnas.2025334119>
27. IVALDI, Gilles; MAZZOLENI, Oscar. Economic populism and producerism: European right-wing populist parties in a transatlantic perspective. *Populism*, v. 2, n. 1, p. 1–28, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1163/25888072-02011022>

28. JOLL, James. *Three intellectuals in politics*. New York: Pantheon Books. 1960.
29. JOST, John T.; FEDERICO, Christopher M.; NAPIER, Jaime L. Political ideology: Its structure, functions, and elective affinities. *Annual Review of Psychology*, v. 60, n. 1, p. 307-337, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev.psych.60.110707.163600>
30. KENNY, Michael. Back to the populist future? Understanding nostalgia in contemporary ideological discourse. *Journal of Political Ideologies*, v. 22, n. 3, p. 256-273, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1080/13569317.2017.1346773>
31. KÖNIGS, Peter. What is techno-optimism? *Philosophy & Technology*, v. 35, n. 3, p. 63, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1007/s13347-022-00555-x>
32. LAND, Nick. *A Nick Land reader: Selected writings*. Self-published, 2017.
33. LEVINA, Marina; HASINOFF, Amy Adele. The Silicon Valley ethos: Tech industry products, discourses, and practices. *Television and New Media*, v. 18, n. 6, p. 489-495, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1177/1527476416680454>
34. MANGSET, Marte *et al.* The populist elite paradox: Using elite theory to elucidate the shapes and stakes of populist elite critiques. *Comparative Social Research*, v. 34, p. 203-222, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1108/S0195-63102019000034010>
35. MASSANARI, Adrienne L. *Gaming democracy: How Silicon Valley leveled up the far right*. The MIT Press, 2024.
36. MINKENBERG, Michael. The renewal of the radical right: Between modernity and anti-modernity. *Government and Opposition*, v. 35, n. 2, p. 170-188, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1111/1477-7053.00022>
37. MOFFITT, Benjamin. *Populism*. Cambridge, UK: Polity Press, 2020.
38. MOROZOV, Evgeny. *To save everything, click here: The folly of technological solutionism*. New York: PublicAffairs, 2013.
39. MUDDE, Cas. *The far right today*. Cambridge: Polity Press, 2019.
40. MUDDE, Cas; KALTWASSER, Cristóbal R. *Populism: A very short introduction*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2017.
41. NEWELL, James L. Giorgia Meloni and the post-truth society. *Contemporary Italian Politics*, v. 17, n. 2, p. 123-129, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1080/23248823.2025.2491212>
42. NOBLE, Safiya Umoja; ROBERTS, Sarah T. Technological elites, the meritocracy, and postracial myths in Silicon Valley. In: MUKHERJEE, Roopali; BANET-WEISER, Sarah; GRAY, Herman (Orgs.). *Racism posttrace*. Duke University Press, 2019. p. 113-129.
43. NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. *Cultural backlash: Trump, Brexit, and the rise of authoritarian-populism*. New York, US: Cambridge University Press, 2018.
44. OESTEREICHER, Emil. Fascism and the intellectuals: The case of Italian futurism. *Social Research*, v. 41, n. 3, p. 515-533, 1974. Available at: <https://www.jstor.org/stable/40970194>. Accessed on: Aug. 21, 2026.
45. OKOLO, Chinasa T. The paradox of AI accelerationism and the promise of public interest AI. *Science*, v. 390, n. 6768, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1126/science.aeb5789>
46. POUNTAIN, Dick; ROBINS, David. Cool rules. In: GRECO, Monica; STENNER, Paul (Orgs.). *Emotions: A social science reader*. London: Routledge, 2008. p. 152-157.
47. QUANDT, Thorsten; KLAPPROTH, Johanna. The Silicon Valley paradox: A qualitative interview study on the social, cultural, and ideological foundations of a global innovation center. *Communications*, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1515/commun-2023-0045>
48. RANGER, Jamie; RANGER, Will. Muskian futurism. *tripleC: Communication, Capitalism & Critique. Open Access Journal for a Global Sustainable Information Society*, v. 23, n. 2, p. 295-319, 2025. DOI: <https://doi.org/10.31269/xahxk308>
49. RIEFF, Philip. *The triumph of the therapeutic: Uses of faith after Freud*. New York: Harper & Row, 1966.
50. RODRIK, Dani. Why does globalization fuel populism? Economics, culture, and the rise of right-wing populism. *Annual Review of Economics*, v. 13, p. 133-170, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev-economics-070220-032416>
51. ROWLEY, Hugo Thornton. *Curtis Yarvin & the neoreactionary canon, made simple*. Self-published, 2025.
52. SCHOOR, Carola. Where the real people meet the real elite exploring mixes of populism with elitism. *Populism*, v. 2, n. 2, p. 184-206, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1163/25888072-02021032>
53. SCHRADIE, Jen. Silicon Valley ideology and class inequality: A virtual poll tax on digital politics. *Handbook of Digital Politics*, p. 67-84, 2015. DOI: <https://doi.org/10.4337/9781782548768.00012>
54. SCHREURS, Sven. Those were the days: Welfare nostalgia and the populist radical right in the Netherlands, Austria and Sweden. *Journal of International and Comparative Social Policy*, v. 37, n. 2, p. 128-141, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1017/ics.2020.30>
55. SEDGWICK, Mark (org.). *Key thinkers of the radical right*. Oxford University Press, 2019.

56. SHORTEN, Richard. Reactionary rhetoric reconsidered. *Journal of Political Ideologies*, v. 20, n. 2, p. 179–200, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1080/13569317.2015.1034466>
57. SMEEKES, Anouk; WILDSCHUT, Tim; SEDIKIDES, Constantine. Longing for the “good old days” of our country: National nostalgia as a new master-frame of populist radical right parties. *Journal of Theoretical Social Psychology*, v. 5, n. 2, p. 90–102, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1002/jts5.78>
58. SRNICEK, Nick; WILLIAMS, Alex. *Inventing the future: postcapitalism and a world without work*. New York: Verso Books, 2015.
59. STEENVOORDEN, Eefje; HARTEVELD, Eelco. The appeal of nostalgia: the influence of societal pessimism on support for populist radical right parties. *West European Politics*, v. 41, n. 1, p. 28–52, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1080/01402382.2017.1334138>
60. TAGGART, Paul. Populism and representative politics in contemporary Europe. *Journal of Political Ideologies*, v. 9, n. 3, p. 269–288, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1080/1356931042000263528>
61. TAŞKALE, Ali Rıza. The affective politics of reactionary futurism in Silicon Valley. *Critical Studies on Security*, p. 1–5, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1080/21624887.2025.2474781>
62. THOMPSON, Edward Palmer. *William Morris: Romantic to revolutionary*. London: Merlin Press, 2011.
63. TUTTON, Richard. Sociotechnical Imaginaries and Techno-Optimism: Examining Outer Space Utopias of Silicon Valley. *Science as Culture*, v. 30, n. 3, p. 416–439, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1080/09505431.2020.1841151>

Submitted: 02 abr. 2026

Accepted: 06 jul. 2026



ARTIGOS LIVRES

RETRIBUIÇÕES E TRAJETÓRIAS: MOTIVAÇÕES DE FILIAIDOS ANTIGOS E NOVOS NO PARTIDO DOS TRABALHADORES

*REWARDS AND TRAJECTORIES:
MOTIVATIONS OF LONG-STANDING
AND NEW MEMBERS IN THE
BRAZILIAN WORKERS' PARTY*

*RETRIBUCIONES Y TRAYECTORIAS:
MOTIVACIONES DE AFILIADOS
ANTIGUOS Y NUEVOS EN EL PARTIDO
DE LOS TRABAJADORES*

Éder Rodrigo Gimenes* 

Filipe Vicentini Faeti** 

José Roberto Paludo*** 

Julian Borba**** 

* Universidade Estadual de Maringá, Núcleo de Pesquisas em Participação Política, Maringá, PR, Brasil / Universidade Federal de Santa Catarina, Núcleo Interdisciplinar em Políticas Públicas e Opinião Pública, Florianópolis, SC, Brasil.

prof.gimenes@gmail.com

** INCT Representação e Legitimidade Democrática, Brasil

fvfaeti@gmail.com

*** Instituto Federal do Mato Grosso, Universidade Aberta do Brasil, Cuiabá, MT, Brasil.

paludoprofessor@gmail.com

**** Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Sociologia e Ciência Política. Florianópolis, SC, Brasil.

borbajulian@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo investiga as trajetórias dos militantes do Partido dos Trabalhadores (PT) para compreender sua resiliência e manutenção como principal partido do sistema político brasileiro. Ao contrário de estudos focados apenas na perspectiva eleitoral, o artigo utiliza a Sociologia do Militantismo para analisar as relações entre filiados antigos e novos e de desfiliados e o partido. A hipótese central sugere que aqueles que se filiaram há mais tempo o fizeram por alinhamento ao PT motivados por um projeto coletivo, enquanto os novos buscaram incentivos mais individuais ou materiais. As entrevistas realizadas em 2015 demonstram que os filiados históricos, geralmente com mais experiência e tempo livre, apresentam um engajamento mais intenso. Em contraste, novos militantes, especialmente aqueles de maior escolaridade, enfrentam dificuldades para manter a militância devido às limitações de tempo e estabilidade financeira. Com relação ao perfil dos desfiliados, destaca-se que a carreira partidária está relacionada à oferta de retribuições, sejam elas simbólicas ou materiais, mediadas pela posição e habilidades dos filiados. De modo geral, os resultados indicam que a pesquisa oferece uma visão sobre o PT e explora a interação entre socialização, militância e as estruturas de oportunidades políticas, contribuindo para uma análise mais completa da militância no contexto brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Sociologia do Militantismo; Partido dos Trabalhadores (PT); Filiação Partidária; Socialização Política; Retribuições Partidárias.

ABSTRACT

This article investigates the trajectories of activists within the Workers' Party (PT) to understand its resilience and persistence as the main party in the Brazilian political system. Unlike studies focused only on electoral perspectives, this article uses the Sociology of Activism to analyze the relationships between long-standing and new members, as well as former members, and the party itself. The central hypothesis suggests that longer-standing members joined the PT due to alignment with a collective project, while newer members were driven more by individual or material incentives. Interviews conducted in 2015 reveal that historical members, generally with more experience and available time, exhibit a more intense engagement. In contrast, new members, especially those with higher education, face challenges in sustaining activism due to time constraints and financial stability issues. Regarding the profile of former members, it stands out that party careers are associated with the possibility of rewards, whether symbolic or material, mediated by members' positions and skills. Overall, the results indicate that this study offers a view of the PT, exploring the interaction between socialization, activism, and political opportunity structures, thus contributing to a more thorough analysis of activism within the Brazilian context.

KEYWORDS: Sociology of Activism; Workers' Party (PT); Party Affiliations; Political Socialization; Party Rewards.

RESUMEN

Este artículo investiga las trayectorias de los militantes del Partido de los Trabajadores (PT) para entender su resiliencia y permanencia como el principal partido del sistema político brasileño. A diferencia de los estudios centrados únicamente en la perspectiva electoral, este artículo utiliza la sociología de los militantes para analizar las relaciones entre antiguos y nuevos miembros, así como entre exmilitantes y el partido. La hipótesis principal sugiere que los afiliados desde hace más tiempo se motivaron por su alineamiento con el PT y con un proyecto colectivo, mientras que los afiliados más recientes lo hicieron buscando incentivos individuales o materiales. Las entrevistas realizadas en 2015 muestran que los miembros históricos, generalmente con más experiencia y tiempo disponible, presentan un compromiso más intenso. Por el contrario, los nuevos militantes, especialmente los con mayor nivel educativo, enfrentan dificultades para mantener la militancia debido a las limitaciones de tiempo y la estabilidad financiera. En cuanto al perfil de los exmilitantes, se destaca que su carrera partidaria está relacionada con la oferta de retribuciones, ya sean simbólicas o materiales, que dependen de la posición y habilidades de los miembros. En términos generales, los resultados indican que esta investigación ofrece una visión amplia del PT y explora la interacción entre la socialización política, la militancia y las estructuras de oportunidades políticas, lo que contribuye a un análisis más completo de la militancia en el contexto brasileño.

PALABRAS CLAVES: Sociología de los Militantes; Partido de los Trabajadores (PT); Filiación Partidista; Socialización Política; Retribuciones Partidarias.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A carreira dos militantes do Partido dos Trabalhadores (PT) ajuda a entender a sua manutenção como a principal legenda do sistema político brasileiro? Muito se estudou o partido pela perspectiva eleitoral (Samuels; Zucco, 2018), mas menor atenção foi dada a seus filiados (Goirand, 2019). Definindo militância como atividade social específica, com escolhas e decisões complexas (Fillieule, 2001) sugerimos que a análise das trajetórias de novos e antigos petistas apresenta uma nova leitura sobre as transformações sofridas pelo partido nos seus últimos vinte anos de existência (Barros, 2022, obra que sistematiza essas transformações organizacionais e político-eleitorais do partido).

Nesse período, o partido foi fortemente associado a escândalos de corrupção desde 2005 e foi culpado pela profunda crise econômica que assolou o país após 2014 (Avritzer, 2016; Singer, 2018). Mesmo assim, apesar de não ter vencido as eleições presidenciais de 2018, obteve expressiva votação para presidente e elegeu a maior bancada partidária da Câmara dos Deputados, ou seja, a despeito de um cenário extremamente desfavorável, o partido conseguiu proteger sua “marca” (Lupu, 2016), e manteve-se na condição de “espinha dorsal” (Singer, 2000) do sistema partidário brasileiro. Essa proteção da “marca” nacional, contudo, não impediu perdas expressivas na esfera municipal: o partido recuou de 644 prefeituras eleitas em 2012 para 256 em 2016 e para cerca de 183 em 2020, quando, pela primeira vez, não elegeu prefeito em nenhuma capital (dados do TSE). Essa distinção entre a resiliência nacional/legislativa e o recuo na base municipal é uma distinção importante para qualificar o argumento da “marca protegida” (Barros, 2022).

Um dos aspectos destacados pela literatura para explicar essa resiliência é o seu enraizamento social (Samuels; Zucco, 2018), numa trajetória que articula bases sociais distintas (sindicalistas, intelectuais, funcionários públicos) com uma organização dinâmica capaz de preservar vínculos entre filiados e a direção partidária (Ribeiro, 2010). Nesse sentido, um aspecto que assume relevância analítica é a relação do partido com seus filiados (Scarrow, 2000, 2015; Heidar, 2006; Gauja, 2015). Muito já se estudou sobre essa relação pela teoria partidária e neoinstitucionalista (Müller, 2009; Barreto, 2018; Borges, 2021). Pouca atenção, porém, foi dada aos seus filiados (Goirand, 2019).

Assim, avançamos na investigação sobre trajetórias de militantes ao longo da história do PT, no sentido de compreender como tais atores se relacionam com sua dinâmica partidária. Os dados qualitativos analisados, referentes a 2015, permitem discutir a resiliência de militantes petistas no contexto político de uma década marcada pela primeira posse de Lula, pela vitória de Dilma Rousseff e por instabilidades como o escândalo do mensalão e a crise econômica que atingiu o Brasil na década passada. Cabe registrar que a coleta de dados ocorreu em 2015; embora esse recorte temporal não invalide os achados, os resultados aqui apresentados devem ser interpretados como um retrato daquele momento específico da trajetória do PT, podendo não refletir integralmente configurações mais recentes do partido.

Considerando que o PT vivenciou distintos momentos em sua história política no Brasil, tanto em termos pragmáticos e estruturais de sua organização e projeto político (Barros, 2022) quanto em se tratando de sucesso em eleições presidenciais, a hipótese deste artigo é de que filiados mais antigos (da fundação até antes do governo Lula 1) se vincularam ao partido motivados por seu projeto político, portanto, buscando retribuições coletivas, ao passo que petistas mais novos (filiados ao PT após essa data) se filiaram movidos por incentivos materiais e individuais. Em outras palavras, assumimos que, diferentemente do período de fundação do partido, em que as bases sociais e expectativas ante a legenda eram mais homogêneas, com o passar do tempo se tornaram mais plurais as perspectivas de relacionamento dos filiados com o PT, o que se refletiria nas trajetórias, oportunidades e incentivos prospectados por esses indivíduos (Goirand, 2019).

Ademais, entendemos que explorar tal hipótese oferece importantes pistas para compreendermos, ainda que de modo parcial, a resiliência do partido no período que sucedeu a coleta de dados. A despeito da vitória eleitoral de Dilma em 2014, os anos seguintes foram atribulados por conta do seu *impeachment*, da redução do partido nos legislativos nas eleições de 2016, 2018 e 2020 e da eleição de Jair Bolsonaro em 2018.

Assim, este artigo apresenta contribuições sob três perspectivas. Primeiro, enquadra o objeto de análise pela Sociologia do Militantismo (Goirand, 2019). Segundo, adota uma abordagem qualitativa com desenho amostral não probabilístico, definindo uma tipologia dos perfis de militantes entrevistados com relação à filiação ao PT e à sua militância partidária e, terceiro, incorpora os ex-filiados, estabelecendo comparações sobre os perfis de filiados com aqueles indivíduos que se desligaram formalmente do PT. Portanto, o objetivo deste artigo é analisar a trajetória dos militantes do PT em diferentes momentos e suas distintas relações com o partido no que diz respeito à sua socialização e a sua relação com as oportunidades e retribuições que motivaram a sua militância.

De modo sucinto, destacamos que os resultados obtidos revelam que a relação dos filiados com o PT é profundamente moldada pela interação entre o tempo de filiação, o ciclo geracional e a estrutura de oportunidades de cada época. Confirmando em parte a hipótese do estudo, os filiados históricos apresentam um engajamento mais intenso, viabilizado por maior estabilidade financeira e disponibilidade de tempo, convertendo seu acúmulo de capital militante em capital político para acessar retribuições materiais e posições estratégicas na burocracia partidária. Em contrapartida, os novos filiados demonstram trajetórias mais plurais: enquanto parte é atraída por oportunidades de carreira política no contexto do PT como partido de governo (frequentemente acessando bens materiais por meio de habilidades específicas e experiência prévia), outra parcela de novos militantes, especialmente de alta escolaridade, encontra dificuldades em sustentar o ativismo devido à instabilidade financeira e restrições de tempo. Adicionalmente, as trajetórias de afastamento evidenciam barreiras de ordem pessoal combinadas a limitações estruturais e culturais de gênero, ao passo que os perfis de desfiliações indicam que

a saída formal e o rompimento dos laços com o partido decorrem diretamente da escassez ou da frustração em relação às retribuições esperadas (sejam simbólicas ou materiais).

De modo a explorar tal discussão, o artigo apresenta mais cinco seções, além desta introdução e de considerações finais. Na próxima, justificamos teoricamente nossa hipótese e, na seguinte, os aspectos metodológicos referentes ao material empírico. Nas demais seções, analisamos o conjunto de entrevistas a partir das relações entre socialização, militância e a filiação ao PT e entre as trajetórias militantes e as retribuições desse engajamento partidário.

A SOCIOLOGIA DO MILITANTISMO E O CASO DO PT NO BRASIL

Analisamos os militantes petistas pela ótica da Sociologia do Militantismo (Goirand, 2019). Esse campo de estudos considera essenciais as retribuições materiais para o engajamento dos militantes (Gaxie, 2005; Fillieule; Pudal, 2010). Influenciado pelo interacionismo simbólico, esse paradigma avalia a carreira militante como um processo dialético entre a história individual, as instituições e os contextos políticos, numa sucessão de fases de engajamento ao longo dos ciclos de vida dos filiados (Fillieule, 2001).

Tendo como base o sujeito auto interessado de Olson (2002) e o conceito de incentivos seletivos, foi Gaxie (1977) quem introduziu o debate sobre recompensas materiais na militância. Segundo o autor, a distribuição desses bens se diferencia de acordo com as características da organização partidária e da posição dos indivíduos no seu interior. Além disso, o arranjo desses incentivos desvela as relações de poder intrapartidário, isto é, as divisões internas dos partidos, as disputas entre facções para controlá-lo e as motivações para a saída ou desligamento dos filiados (Gaxie, 2005). Vale destacar que, nesse texto de 2005, o próprio Gaxie revisita e relativiza sua proposição inicial de 1977 sobre o peso das retribuições materiais no engajamento militante, matizando o argumento economicista original.

Fillieule (2001) se propôs a analisar o processo de engajamento, permanência e desengajamento a partir de relatos biográficos das experiências de vida do militante. Ao considerar não apenas a utilidade de sua militância, mas também a socialização, a identidade e a disposição psicológica e afetiva para o ativismo, o autor rompe com a visão teleológica de recrutamento feito pelas organizações. A partir disso, define a militância como uma “atividade social específica” de escolhas tensas e complexas dos indivíduos.

Além desses, outros conceitos foram incorporados aos estudos das trajetórias dos militantes, como as “estruturas de oportunidades políticas” de Tilly (1992), utilizadas para demarcar o início da carreira militante; o esquema de Hirschman (1973), de “saída, voz ou lealdade”, para avaliar a congruência dos militantes com a organização. A “teoria da lealdade” de Pizzorno (1988), baseada na interação entre

a identidade dos militantes com as organizações, nos círculos de reconhecimento coletivo, nas redes de relações, nas ideias e nos fatores afetivos das “retribuições”, que segundo Gaxie (1977) podem ser também simbólicas e materiais; e finalmente a adoção do “desengajamento” como uma etapa desta trajetória, diante da multiplicidade de formas de ativismo (Fillieule, 2001).

Fillieule e Neveu (2019) abordam essas categorias e suas interações com duas dimensões da militância: as diferenças geracionais e as tensões geradas por elas sobre o sentido do ativismo (voluntário e profissional). Consideramos esse recorte como uma dimensão da análise do conflito geracional inerente ao processo de institucionalização de organizações políticas. Para fins analíticos, neste artigo as três gerações de filiados petistas identificadas na literatura (Quadro 1) são agrupadas em dois grandes conjuntos: filiados antigos, correspondentes à primeira e à segunda gerações (fundação até antes do governo Lula), e filiados novos, correspondentes à terceira geração (filiados após 2003), distinção que orienta diretamente a hipótese central deste artigo.

O que define geração é um evento disruptivo vivenciado por militantes nascidos na mesma época (Neveu, 2019). Um exemplo é o papel socializador de maio de 1968. A sua natureza levou à disputa entre gerações ativistas materialistas e pós-materialistas. Esse conflito causou o deslocamento da identidade do ativista trabalhista em resposta a esse acontecimento e sua adaptação à nova realidade alterou os sentidos e as prioridades de sua militância, voltada agora a mantê-la, mas em outras esferas, isto é, a familiar ou no convívio com amigos, transformando sua rotina em *habitus* de militância (Pagis, 2019).

Quanto à passagem do ativismo voluntário para o profissional, Hadjiisky (2019) destaca as tensões envolvidas na transformação de movimentos sociais em partidos na transição de regimes autoritários a democracias. A análise dessas trajetórias revela a dificuldade na consolidação dessas organizações, pois, por si só, o ativismo é insuficiente para a manutenção organizacional. Nesse sentido, o PT seria a exceção perante outros movimentos semelhantes, oriundos de contextos de terceira onda de democratização análogos ao brasileiro, isto é, o Samoobrona, movimento sindical de agricultores que se converteu em partido na Polônia, e o Fórum Cívico, formado pelos dissidentes do regime comunista na República Tcheca, não apenas por se organizar como partido utilizando incentivos institucionais para se adaptar ao Estado, mas acomodar os conflitos geracionais quanto à profissionalização dos filiados (Goirand, 2019).

Em análise sobre o PT no Recife (PE), Goirand (2019) encontra que as gerações de militantes petistas se distinguem em suas trajetórias conforme a inserção em redes que ativam suas experiências anteriores. A autora identifica três trajetórias biográficas aliando as carreiras individuais e as mudanças organizacionais do PT. Classe social, tempo de filiação e ocupação profissional e partidária são articulados em três trajetórias: mobilidade ascendente, o ativismo como oportunidade para ascensão social; profissionalização, a especialização em atividades partidárias e o político profissional, o petista histórico com cargo eletivo.

O que essas trajetórias têm em comum são as interações entre as estruturas de oportunidades internas e externas de engajamento oferecidas pelas organizações da sociedade civil que têm atuação convergente com o PT e aquelas que são oriundas do próprio contexto, para as diferentes gerações de petistas (Seidl, 2022). Para melhor visualização, elaboramos um quadro relacionando a geração de militante conforme as estruturas endógenas, exógenas e o contexto de filiação ao PT.

Quadro 1. Estruturas de oportunidades para a militância petista

Gerações de petistas	Oportunidades internas	Outras organizações	Contexto
Primeira geração de petistas, de filiados no período inicial de estruturação do partido (com mais de 50 anos no período de coleta de dados)	PT nasceu como uma novidade Valorização da participação em núcleos de base (NBs) Engajamento simultâneo em diferentes organizações Diálogo com movimentos sociais, com expressiva participação de jovens	Lutas por democratização e Diretas Já (1984) Mobilizações para incluir direitos na Nova Constituição (1988)	Transformações estruturais (“mix” pré e pós-industrial – César, 2002) Urbanização desordenada Crise econômica com hiperinflação
Segunda geração, daqueles que ingressaram no PT a partir de meados dos anos de 1990 (com idade a partir de 35 anos no período de coleta de dados)	PT como principal partido de oposição Abandono dos NBs Centralização das decisões num único grupo político Mudança na forma de eleição para Processo de Eleição Direta (PED) Mecanismos amplos de filiação PT passa a governar importantes cidades, Estados e ampliou bancadas parlamentares	Mudanças no estilo de relação com as outras organizações Movimentos passam a se ocupar da sua estruturação nacional (CUT, MST, CMP e MNLM) Mobilizações contrarreformas, ajuste fiscal e privatizações Ampliação da simpatia pela Reforma Agrária nos setores urbanos	Impeachment de Fernando Collor de Mello (1992), com expressiva participação de movimentos estudantis Era FHC: Plano Real e controle da inflação (1994–2002) Agenda de reformas, ajuste fiscal e privatizações

Continuação Quadro 1. Estruturas de oportunidades para a militância petista

Terceira geração de filiados, que iniciaram sua militância posterior às eleições de 2002 (sem faixa etária específica)	PT como partido do governo federal		Ampliação e criação de políticas sociais em diversas áreas
	Institucionalização partidária		Lulismo: crescimento econômico com distribuição de renda e aumento de popularidade (Singer, 2012)
	Ampliação das alianças		Episódio do “mensalão” (2005)
	Profissionalização das campanhas e das estruturas partidárias	Institucionalização dos movimentos sociais por relação pragmática com o governo e pautas reivindicatórias	Reeleição de Lula (2006), com sucessão por Dilma (2010) e sua reeleição (2014)
	Aprofundamento da centralização e controle na distribuição de cargos e retribuições	Migração de lideranças dos movimentos para ocupar cargos no governo	Jornadas de Junho (2013)
	Filiação de quadros com viabilidade eleitoral e sem identidade com o petismo		Denúncias de corrupção na Petrobrás e processo de <i>impeachment</i> de Dilma (2015–2016)
	Ampliação do diálogo com movimentos sociais de pautas identitárias		

Fonte: Elaborado pelos autores.

O quadro acima com as estruturas de oportunidades ilustra a ideia de militância como uma “atividade social específica” de escolhas complexas (Fillieule, 2001). Em nossa leitura, a militância se desenvolve por meio de um processo de mudanças e continuidades que vêm desde as motivações iniciais para o recrutamento político, resultantes da interação entre recursos individuais e socialização em determinados contextos, até as trajetórias militantes, quando os indivíduos estabelecem uma relação entre suas habilidades políticas, incentivos e as retribuições proporcionadas pelo partido.

Além disso, há claramente uma diferenciação geracional entre os militantes. A primeira geração de filiados, mais velhos e que se filiaram ao PT no início de suas atividades no contexto de redemocratização, fizeram-no a partir da participação coletiva e militância sindical, de modo que essa trajetória deságua no multimilitantismo em alguma fase da vida dos entrevistados. Independentemente de origem social, da idade e do tempo de filiação, as formas de engajamento se distinguem por contextos e idade, desde o sindicalismo, a PJ, as CEBs, no movimento feminista até nas mobilizações como o “Fora Collor” em 1992.

A segunda geração de filiados, com tempo intermediário de relacionamento formal com o partido e com idades variadas, ingressou no PT no contexto em que o partido se destacava como postulante factível nas eleições presidenciais e apresentava vitórias em esferas subnacionais. Esse perfil segue um padrão semelhante de oportunidades de engajamento à primeira geração, contudo, contam com menos recurso, especialmente de tempo, para dedicação à militância.

Por outro lado, os entrevistados mais recentes, de terceira geração, se filiaram ao PT quando este partido já governava o país, estava eleitoralmente profissionalizado e os movimentos sociais estavam institucionalizados tendo uma relação mais pragmática com o partido. Como o perfil anterior, dentre esses mais novos também há multimilitantes; militam em movimentos sociais, ocupam cargos políticos e não são necessariamente identificados com as pautas históricas do petismo, enquanto outra parte se aproxima do partido a partir de práticas militantes, especialmente voltadas às pautas identitárias, o que fornece indícios de uma maior pluralidade no interior do partido.

Esses achados reforçam a ideia de adaptação militante ao contexto de oportunidade política devido ao acúmulo de capital militante (Goirand, 2019). Praticamente todos os entrevistados se envolveram em ações políticas, consideradas as características de cada ciclo da trajetória do PT e do contexto da época, como fala H.V.S:

Foi inclusive nesse encontro da Pastoral da Juventude da diocese que a minha militância começou [...] A primeira reunião que houve para a fundação do PT na região foi na casa paroquial (1981) [...] logo ingresso no partido, logo começamos a organizar a juventude e através da CPT (Comissão Pastoral da Terra) e começamos a organizar a oposição sindical, que foi bem-sucedida.

Contudo, a literatura não identifica se a distinção geracional da militância redundava na diferenciação dos incentivos envolvidos na filiação, especialmente pelo diverso contexto de oportunidades políticas internas e externas ao partido quando da sua filiação. Ou seja, gerações de filiados petistas socializados em distintos períodos da história do partido se distinguem nos incentivos buscados na filiação? No restante do artigo buscamos responder a essa pergunta. A nossa hipótese é que: os filiados mais antigos (1980 até 2002) se filiaram motivados pelo projeto político do PT, portanto visando bens coletivos, enquanto os filiados mais novos (após 2003) se filiaram movidos pelas oportunidades de carreira política, buscando incentivos individuais e materiais.

Antes disso, na próxima seção detalhamos o material empírico deste manuscrito.

ASPECTOS METODOLÓGICOS SOBRE OS DADOS ANALISADOS

O material empírico deste manuscrito foi composto por um conjunto de entrevistas sobre a trajetória de militantes de base do PT no Brasil, oriundo da tese de Paludo (2017). A seleção dos entrevistados levou em consideração aspectos teóricos norteadores, como a interação entre idade, tempo de filiação e a relevância de considerar também ex-filiados (Fillieule, 2001; Agrikolianski, 2002)¹. Para a definição dos perfis de entrevistados, foram consideradas três características: [1] o tipo de relação do indivíduo com o PT, tendo como premissa básica o fato de ser ou ter sido filiado ao partido ao longo de sua trajetória; [2] a macrorregião de residência desses entrevistados; e [3] a paridade de gênero.

Com relação ao primeiro aspecto, foram definidos quatro tipos de filiados, conforme o período de estabelecimento de vínculo formal com o partido, a militância partidária e a persistência da filiação, conforme expomos no quadro 1.

Com relação à macrorregião de residência dos entrevistados, optou-se por considerar a mesma distribuição espacial da coleta de dados quantitativos utilizada em pesquisas anteriores (Paludo, 2017; Paludo; Borba; Gimenes, 2018). Foram tomadas por base as regiões Sudeste (SE), Sul (S) e Nordeste (NE) separadamente e as regiões Norte e Centro-Oeste (NC) como uma quarta macrorregião, por conta do volume de filiados.

Quadro 2. Características dos entrevistados por grupo de militantes

(H) Filiados históricos ou velhos filiados (até 2002), com alto nível de engajamento partidário, portanto com participação de alta intensidade no PT	(V) Velhos filiados (até 2002), afastados do engajamento partidário e, portanto, com participação de baixa intensidade no PT
(N) Novos filiados (a partir de 2003), independentemente da intensidade de participação	(D) Desfiliados, que já foram membros do PT, mas se desligaram do partido

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em se tratando do sexo, a preocupação com a paridade de gênero entre os entrevistados está atrelada a uma característica institucional do partido, que tem atuado nas últimas décadas no sentido de promover a paridade entre homens (H) e mulheres (M) para a ocupação de cargos na estrutura burocrática do partido (Ayres, 2018). Para cada macrorregião foram entrevistados um homem e uma mulher

¹ Em artigo recente, Rocca Rivarola (2021) analisou o treinamento político de ativistas de quatro grupos geracionais na Argentina e no Brasil, desde os engajados em movimentos estudantis na década de 1960 até os apoiadores dos governos de Néstor e Cristina Kirchner e de Lula e Dilma, respectivamente. De modo geral, a autora concluiu que a formação de ativistas ao longo do tempo se caracteriza por duas perspectivas: a formação teórico-ideológica decorrente de cursos, leituras e discussões; e o aprendizado advindo das práticas e experiências ativistas. Em alguma medida, este artigo dialoga com a segunda perspectiva, pois os resultados demonstram que o engajamento militante decorre das experiências de envolvimento em atividades partidárias, dentre outros aspectos.

classificados em cada um dos quatro perfis descritos no quadro 1, totalizando um conjunto de 32 entrevistas. Como se trata de uma abordagem baseada na perspectiva de representação social, esses critérios garantiram a diversificação interna (intragrupo) do universo pesquisado (Pires, 2008).

Para o recrutamento desses entrevistados, utilizou-se a técnica metodológica *snowball* (Biernacki; Waldorf, 1981; Penrod *et al.*, 2003). Considerando-se as distâncias e algumas limitações técnicas, a execução das entrevistas, todas agendadas previamente, ocorreu em três formatos: presencial, online via *Skype* e por telefone.

Cada entrevista teve duração média de uma hora e quinze minutos e foi realizada no período de abril até dezembro de 2015. No contato prévio para agendamento foram explicitados o objetivo da pesquisa e a informação de que haveria gravação de áudio para posterior transcrição, sistematização e análise, mantendo o anonimato dos participantes.

Durante as entrevistas, manteve-se ao máximo a interação, a aproximação da linguagem diante das especificidades dos participantes e o diálogo atento diante das múltiplas trajetórias relatadas com relação à aproximação do PT, relação com o partido e suas atividades internas e a militância, respeitados aspectos temporais, especialmente o período de filiação (Nicolaci da Costa; Romão Dias; Di Luccio, 2009).

AS CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS DOS MILITANTES DO PT

Nesta seção abordamos a relação entre militância e socialização a partir do diálogo entre dois conjuntos de aspectos: exposição sistematizada da caracterização dos entrevistados com relação à idade, à escolaridade, à origem social e à profissão atual e dos fatores que influenciaram sua filiação ao PT e da análise do conteúdo das entrevistas.

Quadro 3. Características gerais dos entrevistados

Entrevistado*	Idade	Escolaridade	Origem Social	Profissão
H.H.S	62	Superior	Operário mineiro	Advogado
M.H.S	70	Superior	Comerciante	Professora universitária
H.V.S	61	Médio	Pequeno agricultor	Agricultor (MST)
M.V.S	41	Superior	Operária	Artesã
H.N.S	29	Superior	Operário	Administrador
M.N.S	23	Superior	Operária	Estudante de História
H.D.S	56	Técnico	Agricultor	Agricultor agroecologista

Continuação Quadro 3. Características gerais dos entrevistados

M.D.S	55	Médio	Operária mineira	Comerciária
H.H.SE	76	Médio	Operário	Operário
M.H.SE	56	Técnico	Operária	Educadora
H.V.SE	42	Superior	Operário metalúrgico	Jornalista
M.V.SE	42	Superior	Operária	Publicitária
H.N.SE	18	Superior	Servidor público	Estudante de Sociologia
M.N.SE	26	Superior	Operária	Assistente social
H.D.SE	43	Superior	Pequeno agricultor	Jornalista
M.D.SE	34	Superior	Profissional liberal	Jornalista
H.H.NE	49	Superior	Operário	Sociólogo
M.H.NE	57	Superior	Fazendeira	Artesã
H.V.NE	48	Superior	Pequeno agricultor	Advogado
M.V.NE	42	Superior	Servidora pública	Professora universitária
H.N.NE	29	Superior	Funcionário público	Geógrafo
M.N.NE	36	Médio	Operária	Autônoma
H.D.NE	65	Superior	Pequeno empresário metalúrgico	Professor universitário
M.D.NE	55	Superior	Funcionária pública	Advogada
H.H.NC	71	Médio	Operário	Funcionário público
M.H.NC	63	Médio	Operária	Comerciária
H.V.NC	60	Superior	Operário	Funcionário público
M.V.NC	41	Superior	Funcionária pública	Funcionária pública
H.N.NC	29	Superior	Professora	Jornalista
M.N.NC	22	Superior	Autônoma	Estudante de comunicação
H.D.NC	70	Superior	Agricultura	Professor
M.D.NC	45	Superior	Madeireira	Professora (cargo público)

* As informações sobre os entrevistados estão dispostas na seguinte ordem, separados por pontos: sexo, perfil, e macrorregião, sendo: sexo classificados como homem (H) e mulher (M); perfis de filiados históricos ou velhos filiados com elevado engajamento (H), velhos filiados com baixo engajamento (V), novos filiados (N) e desfiliados (D); e macrorregiões Sul (S), Sudeste (SE), Nordeste (NE) e Norte e Centro-Oeste (NC).

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em relação à classe social dos filiados, percebe-se que a maioria dos entrevistados é de famílias de renda baixa e média, exceto as duas mulheres filhas de fazendeiro e madeireiro (M.H.NE e M.D.NC). O status social dos entrevistados de alta e média idade se mantém, enquanto os de origem baixa têm uma ascensão social conforme o seu nível de escolaridade², ou seja, os filhos de trabalhadores que tiveram acesso à universidade encontram-se numa condição de renda melhor do que os filhos de famílias de baixa renda que possuem apenas o nível de escolaridade média³. Os entrevistados de baixa idade, independentemente de origem social, têm ensino superior completo ou ainda estão cursando, o que reflete uma estrutura de oportunidade exógena mais favorável em comparação àquela que os entrevistados de média e alta idade tiveram em sua juventude.

Com relação à escolarização, percebe-se entre os entrevistados um perfil semelhante àquele identificado por Paludo, Borba e Gimenes (2018) em investigação quantitativa com amostra representativa de petistas: dentre os 625 filiados respondentes, 83% tinham o ensino superior, enquanto nas entrevistas 77%⁴, sendo que metade desses está entre os filiados históricos, mais intensamente engajados em atividades partidárias.

Acerca da renda, destacamos ser uma característica relevante à trajetória dos militantes por dois aspectos. Primeiro, o estudo clássico de Whiteley e Seyd (2002) e a análise sobre a intensidade da participação dos filiados petistas por Paludo, Borba e Gimenes (2018) apontam que os níveis de renda dos militantes têm uma relação direta com a disponibilidade de tempo para se dedicar ao partido (Whiteley; Seyd, 2002). Segundo, em decorrência deste aspecto, o ativismo se configura como uma modalidade de oportunidade política de ascensão social dos indivíduos conforme acessam as retribuições no campo da política (Goirand, 2019). A ascensão desses militantes pode alçá-los à liderança partidária, como o exemplo de Lula no Brasil e na análise sociobiográfica de elites do movimento feminista mexicano desenvolvida por Oliver e Tamayo (2019).

Portanto, a renda influencia de maneira diferenciada a militância de acordo com a idade do indivíduo, uma vez que os filiados históricos (mais velhos, aposentados ou autônomos) são mais estáveis financeiramente, o que lhes proporciona mais tempo para dedicar-se ao partido. Por outro lado, para os filiados afastados e alguns desfiliações (maioria de média idade) que não dispõem de estabilidade financeira, a questão financeira foi mencionada como justificativa para a desfiliação, como exemplifica H.V.SE:

² Há que se considerar que o nível de escolaridade não é o único critério para definir o recurso cognitivo, devendo-se levar em conta a experiência pessoal e o nível de leitura de alguns militantes, que eventualmente superam outros com escolaridade formal elevada, como ilustra, por exemplo, essa fala de H.D.S: “Eu tenho uma coisa muito gratificante por ter contato com pessoas de destaque mundial, você ter uma cliente como a doutora Maria José Guazelli, meus primeiros estudos sobre a teoria da trofobiose eu aprendi com ela [...] estou membro do Conselho Nacional da Reserva da Serra da Mata Atlântica [...] participei do evento de agroecologia na Alemanha [...] você olha, por exemplo, a história de Luther King, estou pensando naqueles que não perderam a alma, então, isso mexe comigo”.

³ “Eu fui muito pobre, muito mais pobre do que agora, até estudo, eu fui ter acesso a um segundo grau, com 42 anos eu estava numa sala de aula” (H.H.NE).

⁴ Percentuais expostos como informações, sem intenção de comparações ou estabelecimento de inferências, por conta da natureza da análise qualitativa empregada neste artigo.

A questão financeira tem uma influência, se eu fosse solteiro, como há dez anos atrás eu não pensaria dessa forma, eu lembro que pagava a faculdade e tinha uma sobra significativa, tanto que não tinha problema nenhum, vinha o pessoal dos sem terras precisando de dinheiro pra comprar lona. Quanto custa? Custa trezentos reais. Fazia um cheque. Sobrava um dinheiro, vamos dividir [...] mas agora com família a gente fica inseguro, quando tem uma certa instabilidade.

Para os militantes de baixa idade, que majoritariamente ainda não possuem independência financeira, essa questão influi menos no tempo livre, pois mesmo com baixa renda, conciliam uma rotina entre o trabalho, estudo e militância. Nesse sentido (exceto H.N.S, H.N.NE e M.N.NE), trabalham em tempo parcial ou integral (com exceção do H.N.SE, cuja família é de classe média e não trabalha, apenas estuda) e compatibilizam o estudo com o ativismo em movimentos sociais e partidário.

Portanto, a renda e o tempo livre são aspectos relevantes à militância no PT. Quanto à conciliação de uma tripla agenda de atuação (trabalho, estudo e militância), uma explicação reside na transformação dos recursos adquiridos na participação para a escolha profissional dos ativistas (Pagis, 2019). Diante desses aspectos, fica latente a relevância do processo de socialização à trajetória militante. A experiência dos entrevistados se relaciona à estrutura de oportunidades políticas exógenas e endógenas ao PT. Então, a cada novo ciclo de vida, o tipo de engajamento varia de acordo com as experiências, a condição existencial, os tipos de organizações e movimentos sociais que apresentam maior nível de mobilização no contexto de oportunidade política (Fillieule, 2001).

Assim, a sua socialização prévia, isto é, familiar e militante, ganha relevância. A seguir, avaliamos quais influências são consideradas centrais pelos petistas como centrais à sua filiação.

AS ESTRUTURAS DE SOCIALIZAÇÃO PRÉVIA DOS MILITANTES PETISTAS

Inicialmente destacamos a socialização decorrente dos laços familiares. Dentre os entrevistados, 15 afirmaram que se filiaram por influência da família. A transcrição das entrevistas revela uma intersecção entre família, partido e a trajetória dos militantes. Assim, 21 tiveram relação com o PT e com outros partidos de esquerda, seis com partidos tanto de esquerda quanto de direita e apenas cinco tinham familiares filiados a partidos de direita (Barros *et al.*, 2020).

Entre os filiados históricos apenas uma enfatizou a importância da família no seu recrutamento, é o caso da M.H.NE:

Meu pai é grande amigo de (político influente no seu Estado), por sinal ele bancou financeiramente a primeira candidatura [...] em 1968, na cidade do interior [...] meu pai organizou junto com os estudantes uma passeata da

escola de freiras até a prefeitura, porque ele era contra a ditadura militar, ele recebeu na fazenda, eu era criança, depois fiquei sabendo mais concretamente, ele acolheu estudantes que fugiam da perseguição da ditadura [...] em 1979 e 1980 eu ia nos movimentos e meu pai me acompanhava, sempre ele esteve muito presente, hoje ele não está mais presente.

Dentre os 15 militantes que disseram que a família foi importante para sua militância, a maioria são novos e de baixa idade e apenas uma não teve os pais engajados na esquerda:

Como eu falei no início (ninguém da minha família teve envolvimento com política e não têm hoje, eu sou a primeira) no começo foi bem tenso, minha mãe não conseguia entender, ah, porque agora eu sou do PT, não, ela não conseguia entender por que eu ficava tanto tempo fora de casa (M.N.NC).

Os demais novos filiados de baixa idade tiveram familiares na direção partidária ou em campanhas eleitorais, como exemplifica este excerto da entrevista de H.N.NE:

Desde 2002 (tinha 6 anos de idade) na campanha de Benedita da Silva, meu pai era casado com a minha mãe ainda, eles iam para a campanha e eu ia com eles, daí eu comecei a ter noção de uma campanha para governador.

Para os filiados afastados, de média idade, o envolvimento familiar com partidos de esquerda e nos movimentos sociais influenciou sua trajetória militante, como M.V.S:

Eu era ainda adolescente quando meu pai foi candidato a vereador pelo PT, eu tinha acho que 15 anos, daí eu já fazia campanha e entrei para Pastoral da Juventude (PJ) já com essa cabeça de Partido dos Trabalhadores [...] com a PJ a gente foi reforçando, porque naquela época a gente tinha uma pastoral bem engajada nos movimentos sociais, uma ideia de luta social e o PT se encaixava bem nessa ideia.

Entre os desfiliaados, apenas três tiveram influência da família. É o caso de M.D.NC, cuja trajetória é perpassada pelo envolvimento familiar e pessoal com partidos de direita antes de se filiar ao PT. A entrevistada era militante no antigo PDS, onde, com 10 anos, contribuiu com a prática do voto de cabresto junto aos funcionários do seu avô madeireiro. Após concluir seus estudos, militou por 20 anos no PSDB. Em 2007 filiou-se ao PT e assumiu um cargo no partido. Daí em diante foi dirigente e assessora parlamentar até se desfiliar em 2015 e fundar um novo partido; “Pra não ficar batendo de frente a gente se desfiliou [...] para viabilizar a candidatura do companheiro [...] para prefeito”.

Com isso, pode-se afirmar que a dimensão afetiva dos “laços pessoais preexistentes” (Fillieule, 2001) é importante para a socialização política e que a experiência familiar pode afirmar ou negar a identidade militante. Por um lado, os novos filiados de baixa idade e parte dos filiados afastados consideram essa dimensão como influente

para seu recrutamento. Por outro, entre os filiados históricos, aqueles cujas famílias não se filiaram ao PT, negaram tal influência, pois o partido sequer existia.

Quanto às organizações em que os militantes tiveram engajamento prévio à filiação partidária, identificamos semelhanças perante os vínculos sociais anteriores à filiação da amostra representativa analisada por Paludo, Borba e Gimenes (2018). A sistematização das trajetórias dos entrevistados permite afirmar que maioria veio de organizações alinhadas ao PT, isto é, igreja, sindicato e movimento estudantil (Seidl, 2009).

A militância na igreja antecedendo a filiação ao PT foi comum para 15 entrevistados. Entre os entrevistados de alta idade (filiados históricos e desfiliados) ligados às comunidades eclesiais de base (CEBs) da Igreja Católica essa trajetória era esperada e reflete a estrutura de oportunidades do contexto exógeno ao PT; as CEBs eram um dos principais espaços de recrutamento na origem do partido.

A militância na Pastoral da Juventude (PJ) foi relatada por dez entrevistados. Apenas um com mais de 60 anos de idade (H.A.S). A relevância da PJ na iniciação de militantes de esquerda na década de 1980, destacada por Carminati (2006) como alternativa ao movimento estudantil, se confirma ao constatarmos que dos 15 relatos de influência de movimentos sociais à filiação ao PT, apenas 3 participaram tanto da PJ quanto do movimento estudantil simultaneamente.

Além do engajamento prévio na PJ e no movimento estudantil, incluímos outra motivação para militância; a influência de professores, por exemplo, M.A.NC:

Quando entrei no primeiro ano do segundo grau, que era época do Fora Collor [...] tinha aulas de filosofia e tinha um professor de história [...] esse cara dava aula de história com formação marxista, só pra você ter noção eu li Caio Prado Júnior no segundo ano do segundo grau.

Para os entrevistados de maior idade, cuja maioria são filiados históricos e desfiliados, o ativismo prévio mais importante foi o sindical, como é o caso do H.H.S:

Com o movimento sindical pra mim começava nascer um instrumento de cidadania, contra exploração, contra opressão, em defesa das liberdades democráticas e de uma vida melhor, com melhores salários, com respeito às pessoas, então o movimento sindical cresce e cresce o PT também.

Ainda no âmbito de vínculos sociais que influenciaram a filiação ao PT, cabe destacar as lutas do movimento por moradia, pauta que se tornou tradicional no partido e que se destacava desde o contexto do ciclo inicial do petismo, como relatou M.H.SE:

Eu sou militante do movimento de moradia [...] sempre trabalhamos pela moradia desde 1987/88, eu conquistei a minha moradia através dos

movimentos, nessa época quem nos ajudou muito foi a Prefeita Luiza Erundina do PT, deu muito apoio aos movimentos populares. Foi quando iniciamos o trabalho onde eu moro por mutirão e autogestão, foi a primeira experiência de construção de casas populares por mutirão na cidade de São Paulo e no Brasil.

Há também a militância partidária anterior ao PT. Dos entrevistados de alta idade, H.H.SE teve experiência como militante e dirigente de base no Partido Comunista Brasileiro (PCB) e H.D.NE teve engajamento no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), sendo que ambos participaram da fundação do PT. Já H.H.S, vereador pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) relata, quando da fundação do PT:

O MDB foi extinto e eu não entrei no PMDB, alguns afoitos entraram e outros ficaram e aí veio a discussão do PT. Na realidade nosso mandato de vereador foi de seis anos, de 1976 até 1983, e começou a crescer muito a discussão de defesa de um partido dos trabalhadores, do movimento sindical dos trabalhadores, a ação da teologia da libertação da igreja católica com as comunidades eclesiais de base (CEBs), dom Paulo Evaristo [...] eu estava insatisfeito com a forma do MDB, com as panelinhas, quer dizer, não era muito democrático, eu sentia que os trabalhadores, as pessoas mais simples não tinham o mesmo grau de participação, de respeitabilidade, de valorização e isso estava se dando no movimento sindical [...] enfim, meu primeiro contato com Lula já havia ocorrido em 1978.

Portanto, os entrevistados que vivenciaram o contexto anterior à fundação do PT tiveram como opção de ativismo partidário apenas o bipartidarismo da ditadura ou a clandestinidade. Assim, integraram o partido em sua origem pela comunhão de ideias, valores e crenças com seu projeto político-partidário.

Entre os filiados de média e baixa idade, a estrutura de oportunidades era distinta em virtude do multipartidarismo vigente com Lei Orgânica dos Partidos Políticos. Distinguimos dois tipos de militância partidária prévia ao PT. Um deles, conforme o esperado, vindo de partidos cujos valores diferem do petismo, atraídos pelas oportunidades de carreira e retribuições materiais proporcionadas pelo contexto endógeno do partido após 2002 (Goirand, 2019), ou seja, por colocação (Gaglietti, 2003), como é o caso de H.N.S, que já havia participado da Juventude do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (JPMDB) e do Partido Republicano Brasileiro (PRB) até 2012, ano em que se filiou ao PT e ocupou um cargo político na prefeitura petista.

Outro tipo de militância prévia ao PT entre entrevistados de baixa idade é de indivíduos vinculados com partidos de esquerda que buscaram o PT diante de uma conjuntura de oportunidades mais amplas perante os demais do mesmo campo ideológico. É o caso de H.N.NE, que foi filiado ao PSOL entre 2008 e 2013 e depois

migrou para o PT, sendo que seu relato de trajetória refletiu uma combinação de influência afetiva (familiar) com a busca por oportunidades de trabalho como motivadoras de sua filiação:

Daí eu comecei a participar mais organicamente do PSOL, mas as bandeiras, as pautas que o PSOL defendia eu não me identificava [...]. Eu sou do interior, como vou militar em um partido que não tem nenhum representante nesse meio. No caso eu teria que fundar o partido no interior, daí complica, porque eu não queria fazer de novo o trabalho que meus pais fizeram [...] vou dar continuidade àquilo que meus pais fizeram e estão ainda fazendo.

Em relação à importância da dimensão ideológica para a socialização e o recrutamento, percebeu-se no conteúdo das entrevistas que poucos destacaram seu impacto direto sobre a filiação ao PT. Ademais, constataram-se formas variadas de considerar a ideologia, desde a Teologia da Libertação até a leitura de clássicos da esquerda, como ilustram trechos das falas de H.H.NE e H.D.NE, respectivamente:

Eu comecei a minha militância através da Pastoral da Juventude, quando tinha 15 anos de idade. Naquela época era toda uma discussão forte na questão da teologia da libertação, Clodovil Boff, Frei Beto, Leonardo Boff, esse povo que influenciava a gente. Nessa época as músicas que a gente ouvia era Milton Nascimento, do Chico Buarque, do Caetano Veloso, do Gilberto Gil, esse movimento cultural na década de 1980”.

Na faculdade, entre os estudantes e nas mobilizações, a gente vai conhecendo os posicionamentos políticos e entrei em contato com companheiros que se assumiam como marxistas, como comunistas e comecei a me interessar pela literatura marxista. Fui lendo alguma coisa, ficando abismado com outras, porque quando a gente entra em contato com o movimento comunista acha que tudo é a mesma coisa, tudo é homogêneo, mas quando comecei a constatar que havia as tendências, achei estranho, mas fui procurando compreender e fui contatado por alguns companheiros, que também faziam o curso de letras, para ingressar num grupo, de combate à ditadura, uma organização local chamada de MCI (movimento comunista internacionalista), essa organização era de orientação trotskista.

Há menções à aproximação do partido em virtude das políticas sociais desenvolvidas nos governos Lula (2003–2010), como o programa habitacional “Minha Casa, Minha Vida”, citado por M.N.NE ao expor que “No âmbito federal o programa de moradia, foi um dos grandes avanços, para as pessoas que não tinham condições de ter casa própria [...] eu sou uma das beneficiárias do programa Minha Casa Minha Vida sim”.

Em linhas gerais, as entrevistas corroboram nossa expectativa teórica, pois o tempo de filiação e a idade interagem com a estrutura de oportunidades em cada ciclo da trajetória do filiado e do partido. Diante deste cenário, não raras vezes, articulam a experiência prévia, a profissionalização e o contexto de oportunidades

políticas no envolvimento militante (Gaxie, 2005; Bourdieu, 2009; Neveu, 2019; Pagis, 2019).

Assim, depreende-se que, na relação entre socialização, militância e filiação ao PT, os recursos individuais interagem com o processo de socialização. Portanto, as características relacionadas às condições econômicas, a escolaridade e a disponibilidade de tempo se complementam com fatores relacionados à socialização, como a militância prévia em movimentos, instituições e partidos, de modo a conformar os laços de identidade dos entrevistados com o partido (Pizzorno, 1988; Neveu, 2019).

Contudo, nos resta responder: os novos e antigos filiados se distinguem nas retribuições esperadas na filiação?

MILITÂNCIA E RETRIBUIÇÕES ENTRE FILIADOS AO PT

Nesta seção respondemos à seguinte questão: os novos e antigos filiados se distinguem nas retribuições esperadas na filiação? Isso é feito pela descrição dos itinerários militantes dentro de cada grupo, considerando os recursos individuais e as retribuições disponíveis na estrutura de oportunidades endógenas e exógenas ao PT quando de sua filiação. De acordo com as respostas dos entrevistados, sintetizamos as principais habilidades que os indivíduos consideram atributos para sua militância e as relacionamos com as retribuições citadas pelos mesmos distribuídas na forma de uma escala, ou seja, demonstrando as características gerais da militância que dão acesso às retribuições simbólicas e as habilidades específicas (combinadas à experiência política) aliadas a incentivos materiais.

Quadro 4. Relação entre habilidades e retribuições

Habilidades Políticas	Tipos de Retribuições
Simplicidade, comprometimento com a causa, coragem, persistência, senso crítico ou formação ideológica, ser candidato(a) em eleições locais, sem viabilidade eleitoral	Aprendizado político, reconhecimento social, oportunidade de representação em eventos/delegado, contato com líderes políticos e cargos de direção local
Capacidade técnica, habilidades com burocracia, capacidade de argumentação, convencimento e mediação de coletivos, capacidade de mobilização e representação de bases sociais que agregam voto ao partido, capacidade de articulação nos bastidores, pragmatismo, oratória, e carisma	Ser beneficiado por alguma política pública, ocupar cargo de assessoria parlamentar, cargos de confiança do Executivo em diferentes escalas, cargos de direção em nível estadual ou nacional, ser candidato(a) com viabilidade eleitoral ou expectativa de ocupar cargos em futuro governo, exercer mandatos eletivos

Fonte: Elaborado pelos autores.

As retribuições simbólicas podem ser consideradas como a escala mais baixa de bens oferecidos àqueles militantes que apresentam determinadas habilidades políticas combinadas com a sua trajetória militante (Pagis, 2019). Um exemplo desta categoria são os velhos filiados com alguns atributos que lhes conferem a oportunidade de acessar apenas retribuições simbólicas, como H.H.SE, militante do PCB em 1957, preso político e fundador do PT. Sobre o início de sua militância, ainda no PCB, o entrevistado relatou:

Aí um belo dia ele falou pra mim [...] eu queria conversar com você, vamos num outro bar. Eu vejo que você se destaca dos outros, um cara que quer discutir, sonha em transformar o Grêmio [...] num espaço cultural, etc. Você não teria coragem de dar o seu sangue pelo seu País? Eu tinha 18 para 19 anos [...] por sobrevivência política e financeira comecei a trabalhar com (venda) livros em 1992/93. É uma experiência que eu aprendi desde o velho 'partidão', uma forma de sobreviver e não depender de você ser profissionalizado [...] aí no PT eu nunca fui profissionalizado.

Entre os velhos filiados com habilidades específicas e acesso a bens materiais em razão do tempo de filiação, ilustra-se o caso de M.N.S:

Eu nasci dentro do PT e do movimento social, de ocupação de terra e tal e a partir daí foi minha trajetória de vida e com os movimentos que eu tenho mais contato, movimentos sociais, de mulheres, idosos, sindicatos e agora o movimento estudantil [...] (ocupou tarefas nos movimentos) mobilização, comunicação, organização de eventos [...] no congresso nacional do PT eu fui (delegada) [...] estou na executiva municipal (secretária de juventude).

Mas, há novos filiados, mais velhos, com trajetória anterior ao PT e *know-how* político que lhes permitem acessar bens materiais como a candidatura, isto é, H.N.S:

Tudo o que precisa (numa campanha) a gente faz, mas eu gosto mesmo é da estratégia, de pensar. Comecei isso na eleição de [...] eu fui convidado para participar da coordenação, pra ajudar na verdade e no fim fiquei coordenando a campanha [...] nesse período eu estava na prefeitura, no planejamento (secretaria de planejamento), depois veio a campanha de deputado, daí eu saí, depois veio o segundo turno da campanha Dilma e fiquei ajudando, fiquei quatro meses fora e agora eu voltei (para o cargo) para a fundação (cultural).

M.D.N, neta de fazendeiro, antiga filiada ao PDS, ingressou no PT em 2005 e passou a ocupar um cargo no partido: “Você sabe que quando você entra tem gente que sonha em ir para a executiva estadual, né. [...] entrei no PT e fui para a executiva estadual.”

Essa distribuição desigual de recompensas exige matizar a hipótese inicial deste estudo. Embora o alinhamento ideológico e o projeto coletivo tenham sido as forças motrizes para o ingresso dos filiados históricos em um PT ainda não institucionalizado, a trajetória de longa duração desses militantes revela que o ativismo voluntário frequentemente converteu-se em profissionalização ao

longo do tempo. Com a chegada do partido ao governo federal e sua consolidação no aparato estatal, o capital militante acumulado pelos pioneiros passou a ser convertido em capital político. Isso permitiu que os filiados históricos tivessem acesso prioritário a posições de prestígio e retribuições materiais de alta estabilidade, como cargos de confiança, assessorias parlamentares e mandatos eletivos. Portanto, a profissionalização não deve ser vista como um vetor exclusivo dos novos ingressantes; nos filiados históricos, ela se apresenta como uma consequência biográfica tardia da própria institucionalização do PT, relativizando a fronteira entre o engajamento desinteressado e o pragmatismo material.

Os velhos filiados (de alta ou média idade) que combinam tempo de filiação com habilidades específicas são os grupos com maiores oportunidades de retribuições materiais. Por exemplo, H.H.S, que foi candidato proporcional e majoritário várias vezes, exerceu dois mandatos como deputado estadual (entre 1990 e 1994) e federal (entre 1994 e 1998), foi presidente estadual do PT e também ocupou cargo de confiança no governo federal:

Eu nunca imaginei ser advogado, até sonhei ser quando garoto, por ouvir histórias, lendas e também porque acompanhava meu pai, que era um militante político, do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), era getulista e brizolista. Então meu pai vivia nos comícios e eu era o (filho) mais velho e volta e meia eu ia com ele, então, eu ouvia os discursos do pessoal, muito bom de discurso, foi o que me vinculou a ideia de falar bem, de comunicação, de falar para as pessoas, a oratória, enfim, eu conheci grandes oradores quando novo: Dr. Hélio de Andrade era um exemplo, eu ouvi Brizola, ouvi Ulisses Guimarães, pessoalmente, então, era um pessoal muito bom de discurso [...] e a maioria deles era advogado, isso de certa maneira vinculava a ideia a profissão de advogado como alguém que traduzia a segurança em relação alguém que pudesse brilhar do ponto de vista da oratória.

Portanto, essa combinação entre habilidades políticas específicas e trajetória militante em determinados contextos permite o acesso às oportunidades de retribuições materiais no PT. Esse tipo de processo de troca de militância por retribuições materiais é mais recorrente entre movimentos sociais e partidos de esquerda (Pagis, 2019). A literatura mobilizada neste artigo debruça-se principalmente sobre movimentos sociais e partidos de esquerda, cuja militância de base tende a se apoiar mais fortemente em incentivos coletivos e identitários (Pizzorno, 1988); nesses casos, a oferta de retribuições materiais funciona como complemento e não como fundamento do engajamento. Já em partidos de centro e de direita, cuja organização tende a depender menos de estruturas de mobilização social de base, a literatura de escolha racional (Olson, 2002) sugere que os incentivos seletivos e materiais tendem a assumir papel mais central na atração e manutenção de quadros, ainda que essa comparação não seja objeto direto deste artigo. Todavia, também depende da trajetória militante em saber utilizar a experiência ativista e seu *know-how* político para aproveitar o contexto de oportunidades políticas a seu favor.

Cabe destacar duas situações distintas de filiados que foram candidatos em eleições locais, sem visibilidade eleitoral, e que relataram distintas experiências em diferentes contextos políticos e temporais. M.H.S, que foi candidata ao Senado em 1986 e a vereança em 1988, e H.N.S, candidato a vereador no pleito de 2012, respectivamente.

Mas naquela época era muito claro na nossa cabeça, que era candidata para colocar o nome do partido na rua, buscar voto, fazer o partido ser conhecido, com muita dificuldade. A gente vendia botton e camiseta num lugar para botar gasolina para chegar até noutro, era tudo do bolso da gente. Digo mais, consegui arcar com a campanha porque éramos professores universitários e tinha algum dinheiro para tocar a campanha.

Daí a gente abraçou a ideia e saí candidato a vereador em 2012 pela juventude do PT. Daí conheci o PT, fui conhecendo as pessoas e fiquei terceiro suplente, nunca tinha disputado uma eleição, foi um resultado legal porque muita gente antiga do PT que fazia votação expressiva consegui ficar a frente deles na eleição [...] e depois fui convidado para ocupar um cargo na prefeitura.

Na interação entre as trajetórias individuais, estrutura de oportunidades e o contexto, alguns militantes apresentam uma carreira linear, marcada por fortes laços de identidade partidária em qualquer uma das fases da vida, conformando as lógicas individuais e coletivas (Fillieule, 2001; Sawicki; Siméant, 2009). No entanto, ao longo das carreiras militantes, percebe-se um declínio da atuação multimilitante e uma priorização de ativismo entre os filiados históricos pela atuação interna ao PT (Paludo; Borba; Gimenes, 2018).

Alguns desses filiados tiveram curtos momentos de redução de sua atuação partidária, motivados tanto por episódios individuais como pela estrutura de oportunidades endógena e exógena. Dentre os motivos individuais estão problemas de saúde, casamento e dificuldades financeiras, contudo uma situação que aparentemente é tratada como de natureza individual tem relação com uma dimensão mais ampla do que o próprio contexto e diz respeito a questões de ordem estrutural, como, por exemplo, a condição das mulheres que se afastam da militância para se dedicar às tarefas familiares, algo apontado por autores como Inglehart e Norris (2003) ao tratar das desigualdades de participação política entre homens e mulheres e, mais especificamente, por Sawicki e Siméant (2009, p. 15) quanto ao envolvimento em atividades partidárias:

Assim, muitas pesquisas históricas evidenciaram que o militantismo nos sindicatos, nas organizações profissionais e nos partidos políticos foi, por muito tempo, facilitado pelo desengajamento dos homens em relação às tarefas domésticas, o que se apoiava, por sua vez, na exclusão tendencial das mulheres do mundo do trabalho após se tornarem mães⁵.

⁵ “Ainsi, beaucoup de recherches historiques ont mis en évidence que le militantisme dans les syndicats, les organisations professionnelles et les partis politiques a longtemps été facilité par un désengagement des hommes des tâches domestiques, reposant lui-même sur l’exclusion tendancielle des femmes du monde du travail une fois devenues mères” (no original).

São ilustrativos desta situação, especificamente, o caso da M.H.NE, que expôs que “Depois da separação é que fica ruim, porque fica com filho, com cinco anos de idade, fica mais difícil, fazia faculdade, com criança e tendo que fazer artesanato” e da M.H.S:

Na época da ditadura, eu tinha casado, tinha filho e, então, fiquei mais assim trabalhando e cuidando de filhos pequenos. [...] Entrei em 1971 para universidade e a gente começa a se envolver; na época com a associação dos professores, sindicato [...] as primeiras greves, daí, quando começa a fundação do PT e da CUT a gente participa também.

Ademais, outra justificativa para a redução da intensidade da militância ao longo da trajetória no PT é a decepção em relação às expectativas por oportunidades, sendo que o relato de H.H.S (cuja própria candidatura foi derrotada no pleito municipal de 2006, conforme detalhado no relato a seguir) denota um aspecto relacionado às derrotas em campanhas eleitorais pouco mencionado, porém presente no conjunto de entrevistas:

Eu vivi um dilema em 2006, ao mesmo tempo em que eu não queria ser derrotado, de perder a eleição, eu queria algo que pudesse justificar o meu afastamento, pelo menos durante um tempo, para recuperar um tempo perdido que eu tinha tido, sobretudo da família e profissionalmente. Então, o resultado eleitoral de 2006 foi ruim, muito ruim, porque ao mesmo tempo em que foi ruim do ponto de vista da derrota, de certa maneira eu fui rejeitado, perdi a eleição, por outro lado ele foi legal porque ele determinava minha saída (afastamento temporário).

Por fim, destacamos ainda a questão organizacional do partido. Conforme destacaram Paludo, Borba e Gimenes (2018), os velhos filiados são mais envolvidos com o funcionamento do partido, especialmente entre os entrevistados com mais idade e tempo de filiação, mais críticos à maneira como a legenda alterou sua organização em favor da estruturação de processos e atividades, fortalecendo a atuação das elites partidárias e estratégias de desenvolvimento de campanhas que requerem menor militância, como destaca M.H.NC:

Eu sempre cobrei isso: que o nosso partido tem que valorizar principalmente a base, sem a base não conseguimos nos fortalecer. E aí sempre fazendo reuniões, mas agora mesmo eu estou sem chão, pra te falar a verdade, não quero nem falar com ninguém, no bairro, porque você sabe que eu sempre fui uma mulher comunicativa de dar a cara à tapa mesmo e você leva, entendeu? Mas hoje, no momento eu estou sem chão” (Mulher, filiada histórica da região norte; 63 anos; assessora parlamentar).

Considerada a discussão desta seção, temos que as trajetórias individuais podem parecer relativamente lineares, quando há fortes laços de identidade que aproximam e interpenetram as lógicas de carreira individual e coletiva, porém, de modo geral, há oscilações ao longo das trajetórias por diferentes motivos e com

distintos desdobramentos. Os motivos de baixa militância são de ordem pessoal combinada com o contexto e as estruturas, isto é, as mulheres que se afastam da militância para cuidar da família – situação que combina uma condição individual com a estrutura político-cultural. Mas há outros desestímulos, isto é, a alteração da imagem externa do partido ou derrotas eleitorais que não atenderam às expectativas quanto às oportunidades de retribuições.

Contudo, o achado mais relevante dessa análise diz respeito aos distintos incentivos buscado por antigos e novos filiados. A maioria dos filiados históricos acumulam capital militante devido a sua entrada e manutenção em um PT não institucionalizado e sem incentivos seletivos materiais para engajar esses militantes. Assim, devido ao seu tempo de filiação, atualmente possuem recursos posicionais e simbólicos na organização partidária, priorizando cargos estratégicos no seu interior. Com os novos filiados entrevistados ocorre o contrário, com experiência de engajamento anterior ao PT, enxergam no partido no governo uma oportunidade para emplacar a carreira política. Se não conseguem incentivos seletivos materiais, mantêm-se ou retomam o engajamento social perante as atividades partidárias (Paludo; Borba; Gimenes, 2018). Para os desfiliaados ocorre o afastamento do PT, seguido da estratégia de desligamento formal e filiação em outros partidos ou para se dedicar à militância social (Hirschman, 1973; Fillieule, 2001).

DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo investigou a hipótese de que filiados mais antigos (da fundação até antes do governo Lula 1) se vincularam ao partido motivados por seu projeto político, portanto visando retribuições coletivas, ao passo que petistas mais novos (filiados ao PT após essa data) parte deles se filiaram movidos por incentivos materiais e individuais e outra parte se filiou por motivos ideológicos relacionados às pautas contemporâneas.

Na compreensão das conexões entre diferentes dimensões da militância, destacamos como a diferença de idade é fundamental para explicar a relação entre os recursos individuais e tempo livre. Por um lado, os filiados históricos, com menor escolaridade e estabilidade financeira, na condição de aposentados ou autônomos, dispõem de mais tempo livre para a militância política e essa combinação faz diferença na alta militância deste grupo de entrevistados. Por outro lado, os filiados com maior escolaridade, porém com instabilidade financeira, têm menos tempo para se dedicar ao partido, sendo esse um dos principais motivos de afastamento e de baixa atuação.

Inserindo outras dimensões na análise da trajetória e do processo de construção da militância, percebeu-se que é importante tanto o tipo quanto o tempo de socialização. Por essa ótica, evidenciamos que os filiados históricos de alta idade acumulam experiência política ao longo da socialização no PT e convertem-na em capital político, o que lhes permite maior acesso às retribuições materiais.

Simultaneamente, os novos filiados de alta idade, socializados em outros partidos ou sem histórico de engajamento partidário ou social anterior à filiação no PT, têm menor experiência para converter em capital político e, conseqüentemente, menor possibilidade de incentivos de natureza seletiva.

Quanto aos novos filiados jovens, nas entrevistas percebe-se uma militância intensa e que esta é a principal fase do ciclo de vida em que ocorre o multimilitantismo. No transcorrer do processo ou das trajetórias militantes ocorrem bifurcações nas quais os militantes precisam optar por espaços prioritários ou específicos de atuação, seja no engajamento partidário (filiados históricos), seja no engajamento prioritário em movimentos sociais específicos (filiados afastados).

Ainda acerca dos novos filiados, identificamos distintos perfis. Há filhos de petistas entre os quais há um processo “natural” de socialização no partido. Também encontramos aqueles com experiência prévia em outros partidos (profissionais da política) com maior possibilidade de adaptação ao *habitus* do petismo e maior possibilidade de acesso aos bens materiais no partido. Por fim, tomamos contato com novos filiados, especialmente de média e alta idade, que não tiveram militância prévia ao recrutamento e que enfrentam maior dificuldade de adaptação e de acesso às retribuições.

Há exceções. Os novos petistas com experiência prévia em outros partidos podem visar acessar aos bens materiais. Isso vai na direção da estratégia adotada pelo partido com a inclusão dos filiados a partir de 2001 (Amaral, 2013), e a segmentação estratégica daqueles que acessarão bens materiais (Goirand, 2016), em razão do processo de institucionalização do partido, no qual o objetivo passou a ser o triunfo eleitoral. Nesse processo, o partido se afastou da sociedade e se aproximou do Estado e passou a se interessar pelo recrutamento de “políticos profissionais” ao invés de militantes de base.

Contudo, as retribuições materiais reforçam a identificação partidária, que por sua vez está ligada diretamente com a militância. As retribuições são distribuídas de forma desigual entre os filiados como produto da combinação de habilidades políticas, tempo de filiação e formas de socialização, articuladas com as estruturas de oportunidades do partido (Fillieule, 2001). Os filiados com habilidades políticas gerais acessam apenas retribuições simbólicas. Os novos filiados, com habilidades políticas específicas e experiência política, acessam as retribuições materiais, apesar do pouco tempo de filiação. Contudo, o mais importante: os novos filiados que apresentam apenas habilidades específicas, sem experiência prévia de militância no PT, têm mais dificuldade de acessar tais retribuições (Goirand, 2019). Já com relação aos velhos filiados, de modo geral, possuem uma trajetória que se confunde com a do partido e quando dispõem de habilidades específicas e história no partido têm maior acesso a todos os tipos de bens.

Por fim, como último resultado deste artigo, destacamos a relevância de abordar também atores que romperam laços formais com os partidos. Com relação ao perfil dos desfiliados, de modo específico, ressaltamos que este artigo amplia a

maneira como o fenômeno é analisado e contribui, portanto, para os estudos sobre militância partidária, ampliando o olhar local de Goirand (2019) sobre os petistas em Recife (PE).

Concluimos afirmando a importância do estudo da militância, uma vez que, para além dos achados relativos aos filiados ao PT, os laços partidários não se configuram como um ato vazio de significado. Observamos que a socialização dos militantes é construída, em alguma medida, a partir do seu ativismo, que, à medida que o ativismo deixa de ser uma prática excepcional e se consolida como uma prática recorrente, o voluntarismo pode adquirir características profissionais por meio do *habitus*.

SOBRE OS AUTORES

Eder Rodrigo Gimenes: Docente permanente dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e em Políticas Públicas e Coordenador do Laboratório de Estudos Políticos sobre LGBTI+ da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Pesquisador do INCT Representação e Legitimidade Democrática (ReDem).

Filipe Vicentini Faeti: Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos. Pesquisador do INCT Representação e Legitimidade Democrática (ReDem).

José Roberto Paludo: Docente do Instituto Federal do Mato Grosso, Universidade Aberta do Brasil.

Julian Borba: Docente do Departamento de Sociologia e Ciência Política e Coordenador do Núcleo Interdisciplinar em Políticas Públicas e Opinião Pública da Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisador do INCT Representação e Legitimidade Democrática (ReDem).

REFERÊNCIAS

1. AGRIKOLIANSKY, Éric. *La Lique française des droits de l'homme et du citoyen depuis 1945: Sociologie d'un engagement critique*. Editions L'Harmattan, 2002.
2. AMARAL, Oswaldo Estanislau do. O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura. *Revista Debates*, v. 7, n. 2, p. 11-32, 2013. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-5269.38429>
3. AVRITZER, Leonardo. *Impasses da democracia no Brasil*. José Olympio, 2016.
4. AYRES, Carla. Quem são elas? Paridade de gênero, origens e carreiras políticas nas direções petistas. 2018. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.
5. BARRETO, Alvaro Augusto de Borba. Como o neoinstitucionalismo analisa os que vivem da política no Brasil contemporâneo. In: IPAR, Ezequiel (Ed.). *Teoría, política y sociedad: Reflexiones críticas desde América Latina*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2018. p. 471-492.
6. BARROS, Antonio Teixeira de et al. Juventudes partidárias no Brasil: motivações e perspectivas dos jovens filiados a partidos políticos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 30, p. 113-158, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-335220193004>
7. BARROS, Celso Rocha de. *PT, uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
8. BIERNACKI, Patrick; WALDORF, Dan. Snowball sampling: Problems and techniques of chain referral sampling. *Sociological Methods & Research*, v. 10, n. 2, p. 141-163, 1981. DOI: <https://doi.org/10.1177/004912418101000205>
9. BORGES, Tiago Daher Padovezi. Representação política e eleições no Brasil: Percursos, entraves e perspectivas na produção recente. *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 94, p. 1-20, 2021. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/523>. Acesso em: 17 ago. 2026.
10. BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 6. ed. São Paulo, 2009.
11. CARMINATI, Fábio. Juventude e rebeldia: Ações coletivas contemporâneas e a produção e reprodução do projeto de militância de esquerda. 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2006.
12. CÉSAR, Benedito Tadeu. *PT: A contemporaneidade possível – base social e projeto político (1980-1991)*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
13. FILLIEULE, Olivier. Propositions pour une Analyse Processuelle de l'Engagement Individuel. *Revue Française de Science Politique*, v. 51, n. 1-2, p. 199-215, 2001. Disponível em: <https://shs.cairn.info/revue-francaise-de-science-politique-2001-1-page-199?lang=fr&tab=texte-integral>. Acesso em: 17 ago. 2026.
14. FILLIEULE, Olivier; NEVEU, Erik. Activists' trajectories in space and time: An introduction. In: NEVEU, Erik; FILLIEULE, Olivier (Eds.). *Activists forever? Long-term impacts of political activism*. Cambridge University, 2019. p. 2-35.
15. FILLIEULE, Olivier; PUDAL, Bernard. Sociologie du militantisme. Problématisations et déplacement des méthodes d'enquête. In: FILLIEULE, Olivier; SOMMIER, Isabelle; AGRIKOLIANSKY, Éric. *Penser les mouvements sociaux. Conflits sociaux et contestations dans les sociétés contemporaines*. Paris: La Découverte Recherches, 2010. p. 163-184.
16. GAGLIETTI, Mauro José. *PT: Ambivalências de uma militância*. Dacasa, 2003.
17. GAUJA, Anika. The construction of party membership. *European Journal of Political Research*, v. 54, n. 2, p. 232-248, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1111/1475-6765.12078>
18. GAXIE, Daniel. Rétributions du militantisme et paradoxes de l'action collective. *Swiss Political Science Review*, v. 11, n. 1, p. 157-188, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1002/j.1662-6370.2005.tb00051.x>
19. GAXIE, Daniel. Économie des partis et rétributions du militantisme. *Revue Française de Science Politique*, p. 123-154, 1977. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/rfsp_0035-2950_1977_num_27_1_393715. Acesso em: 19 ago. 2026.
20. GOIRAND, Camille. Red t-shirt or executive suit: About some biographical consequences of contentious engagement in the Workers' Party in Recife, Brazil. In: NEVEU, Erik; FILLIEULE, Olivier (Orgs). *Activists Forever? Long-term impacts of political activism*. Cambridge University, 2019. p. 272-294.
21. GOIRAND, Camille. Le "PT light" en campagne L'institutionnalisation du Parti des travailleurs (Brésil) vue depuis ses campagnes électorales, 226 1980-2010. *Politix. Revue des Sciences Sociales du Politique*, v. 29, n. 113, p. 65-89, 2016.
22. HADJIISKY, Magdaléna. When prophecy succeeds: The political failure of dissidents in the new Czech democracy. In: NEVEU, Erik; FILLIEULE, Olivier (Orgs). *Activists Forever? Long-term impacts of political activism*. Cambridge University, 2019. p. 225-250.
23. HEIDAR, Knut. Party membership and participation. In: KATZ, Richard S.; CROTTY, William (Eds.). *Handbook of party politics*. London: Sage, 2006. p. 301-315.
24. HIRSCHMAN, Albert O. *Saída, voz e lealdade: Reações ao declínio de firmas, organizações e estados*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
25. INGLEHART, Ronald; NORRIS, Pippa. *Rising tide: Gender equality and cultural change around the world*. Cambridge: Cambridge University, 2003.

26. LUPU, Noam. *Party brands in crisis: Partisanship, brand dilution, and the breakdown of political parties in Latin America*. Cambridge University, 2016.
27. MÜLLER, Gustavo. Representação política: Neoinstitucionalismo em perspectiva comparada. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 24, n. 69, p. 115-127, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092009000100008>
28. NEVEU, Erik. Life stories of former French activists of “68”: Using biographies to investigate the outcomes of social movements. In: NEVEU, Erik; FILLIEULE, Olivier (Orgs). *Activists Forever? Long-term impacts of political activism*. Cambridge University, 2019. p. 84-107.
29. NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria; ROMÃO-DIAS, Daniela; DI LUCCIO, Flávia. Uso de entrevistas on-line no método de explicitação do discurso subjacente (MEDS). *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 22, n. 1, p. 36-43, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-79722009000100006>
30. OLIVIER, Guadalupe; TAMAYO, Sergio. Women in political activism: The biographical resonances of the '68 student movement in a Latin American context. In: NEVEU, Erik; FILLIEULE, Olivier (Orgs). *Activists forever? Long-term impacts of political activism*. Cambridge University, 2019. p. 108-131.
31. OLSON, Mancur. *The logic of collective action*. Cambridge: Harvard University, 2002.
32. PAGIS, Julie. Biographical impacts of activism in the French “May ’68”. In: NEVEU, Erik; FILLIEULE, Olivier (Orgs). *Activists forever? Long-term impacts of political activism*. Cambridge University, 2019. p. 62-83.
33. PALUDO, José Roberto. Participação de alta intensidade e militância dos filiados de base do PT no Brasil. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Ciência Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.
34. PALUDO, José Roberto; BORBA, Julian; GIMENES, Éder Rodrigo. Participação de alta intensidade entre os filiados ao Partido dos Trabalhadores no Brasil. *Teoria & Pesquisa*, v. 27, n. 2, p. 189-217, 2018. DOI: <https://doi.org/10.4322/tp.v27i2.671>
35. PENROD, Janice *et al.* A discussion of chain referral as a method for sampling hard-to-reach populations. *Journal of Transcultural Nursing*, v. 14, n. 2, p. 100-107, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1177/1043659602250614>
36. PIRES, Alvaro. P. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. In: POUPART, Jean *et al.* (Orgs.) *A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 154-211.
37. PIZZORNO, Alessandro. Los intereses y los partidos en el pluralismo. In: BERGER, Suzanne (Org.). *La organización de los grupos de interés en Europa Occidental*. Madrid: Ministerio de Trabajo, 1988. p. 24-46.
38. RIBEIRO, Pedro F. *Dos sindicatos ao governo: A organização nacional do PT de 1980 a 2005*. 2010.
39. RIVAROLA, Dolores R. Political training in four generations of activists in Argentina and Brazil. *Brazilian Political Science Review*, v. 15, n. 2, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-3821202100020001>
40. SAMUELS, David J.; ZUCCO, Cesar. *Partisans, antipartisans, and nonpartisans: Voting behavior in Brazil*. Cambridge University, 2018.
41. SAWICKI, Frédéric; SIMÉANT, Johanna. Décloisonner la sociologie de l’engagement militant. Note critique sur quelques tendances récentes des travaux français. *Sociologie du Travail*, v. 51, n. 1, p. 97-125, 2009. Disponível em: <https://www.em-consulter.com/article/203579/decloisonner-la-sociologie-de-l-engagement-militant>. Acesso em: 19 ago. 2026.
42. SCARROW, Susan E. *Beyond party members: Changing approaches to partisan mobilization*. Oxford: Oxford University, 2015.
43. SCARROW, Susan E. Parties without members? In: RUSSELL, Dalton; WATTENBERG, Martin (Eds.). *Parties without partisans: Political change in advanced industrial democracies*. Oxford, UK: Oxford University, 2000. Disponível em: <https://academic.oup.com/book/40374>. Acesso em: 19 ago. 2026.
44. SEIDL, Ernesto. As mutações do PT olhadas por dentro. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 39, e264070, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2022.39.264070>
45. SEIDL, Ernesto. Disposições a militar e lógica de investimentos militantes. *Pro-Posições*, v. 20, n. 2, p. 21-39, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73072009000200003>
46. SINGER, André. *O lulismo em crise: Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. Companhia das Letras, 2018.
47. SINGER, André. *Os sentidos do Lulismo: Reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
48. SINGER, André. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. São Paulo: EDUSP, 2000.
49. TILLY, Charles. *Coercion, capital, and European states, AD 1990-1992*. Oxford: Blackwell, 1992.
50. WHITELEY, Paul; SEYD, Patrick. *High-intensity participation: The dynamics of party activism in Britain*. University of Michigan, 2002.

Submissão em: 14 jan. 2026

Aceito em: 20 jul. 2026

